



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

STÉFANI FONTANIVE

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO POLÍTICO NOS PERFIS DA
REVISTA *PIAUI*: os efeitos de estabilização e desestabilização do *ethos* político coletivo
mobilizados pelo jornalismo**

PORTO ALEGRE

STÉFANI FONTANIVE

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO POLÍTICO NOS PERFIS DA
REVISTA *PIAUI*: os efeitos de estabilização e desestabilização do *ethos* político coletivo
mobilizados pelo jornalismo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Thais Helena Furtado

PORTO ALEGRE
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Fontanive, Stéfani

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO POLÍTICO NOS
PERFIS DA REVISTA PIAUÍ: os efeitos de estabilização e
desestabilização do ethos político coletivo
mobilizados pelo jornalismo / Stéfani Fontanive. --
2024.

311 f.

Orientadora: Thais Helena Furtado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Discurso jornalístico. 2. Discurso político. 3.
Interdiscurso. 4. Alteridade. 5. perfis. I. Furtado,
Thais Helena, orient. II. Título.

Stéfani Fontanive

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO OUTRO POLÍTICO NOS PERFIS DA
REVISTA *PIAUI*: os efeitos de estabilização e desestabilização do *ethos* político coletivo
mobilizados pelo jornalismo**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Thais Helena Furtado

Porto Alegre, 25 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gisele Dotto Reginato – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinadora

Profa. Dra. Fiorenza Zandonade Carnielli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinadora

Profa. Dra. Marta Regina Maia – Universidade Federal de Ouro Preto
Examinadora

Prof. Dr. Luiz Artur Ferraretto – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Examinador (suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos professores do Programa de Pós-graduação em Comunicação, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo investimento em bolsas para alunos de pós-graduação, que me permitiu ter dedicação exclusiva à pesquisa. Apesar de fazer uma pesquisa muitas vezes ser uma tarefa solitária, ela é, na verdade, feita por muitas mãos e aqui me cabe agradecer a todas elas.

A minha orientadora e amiga, Thaís Furtado, agradeço por acreditar e confiar em mim, por compartilhar os conhecimentos tanto sobre a pesquisa quanto da vida. Obrigada por olhar com carinho para este trabalho, por confiar em mim para estar em sala de aula nos estágios docentes, por todos os livros emprestados, conceitos ensinados e todas as conversas. Essa pesquisa não existiria sem teu apoio, guia e orientação. Não tenho palavras para descrever o quão grata eu sou por tudo o que fizeste por mim.

Aos professores que aceitaram participar da banca e desta troca de conhecimento, Gisele Reginato, Fiorenza Carnielli e Marta Maia. Aos colegas de Nupejor, pelas trocas de leituras, por ouvirem o projeto e por todos os debates sobre jornalismo. Agradeço, ainda, a pessoa que me ensinou o que era pesquisa e passou seu amor por ela, assim como o interesse pelo estudo em alteridade e outridade, Camila Freitas.

As minhas queridas amigas e colegas de programa, Renata Kehl e Giulia Reis, obrigada por todas as trocas de mensagem, pela paciência, reclamações e risadas. Aos meus amigos, que entenderam minhas ausências e celebraram a presença durante esses dois anos: Tábata, Eduardo, Karine, Milena, Isabela e Ariel.

Aos meus colegas do Palácio Piratini, que acompanharam e incentivaram a entrada no mestrado: Deborah Antuart, Álvaro Bonadiman, Mateus Gomes, Ana Julia Zanotto e Nilton Omolodju. Os trabalhos realizados no Palácio foram fundamentais para a construção desta análise. Aos colegas do Jornal da Universidade, Everton Cardoso, Mirian Barradas e Carolina Konrath, agradeço a oportunidade e as trocas no período em que fui repórter.

A minha família, meu pai, Ivanor, e minhas irmãs, Gisele e Aline, que são minha base, agradeço por me incentivarem, apoiarem e sempre acreditarem em mim. Sem vocês, nada disso seria possível. Ao meu amor, Yago, obrigada pela paciência durante esses dois anos, pela ajuda com os gráficos e por sempre estar do meu lado, por me fazer sorrir todos os dias e acreditar em mim quando nem eu acredito, essa pesquisa não seria possível sem o teu apoio incondicional. Ao nosso filho pet, Dobby Fontanive, por estar literalmente do meu lado

durante as aulas e a escrita, por aguentar todos os meus abraços e a falta de passeios. Agradeço, também, a mim, por me permitir sonhar e lutar para realizar esses sonhos. O agradecimento especial, entretanto, é para minha mãe, que sempre foi meu porto seguro, minha maior apoiadora, incentivadora e fã. Essa pesquisa é dedicada a ela.

*No one really knows how the game is played
The art of the trade, how the sausage gets made
We just assume that it happens
But no one else is in the room where it happens
(Lin-Manuel Miranda, 2015)*

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como a revista *piauí* constrói discursivamente o “outro político” em seus perfis considerando o *ethos* visado pelos políticos enquanto grupo. A fundamentação teórica está dividida em três partes: o discurso jornalístico, o discurso político e o interdiscurso entre os dois. Consideramos o jornalismo como um gênero discursivo e apresentamos as características do texto perfil – uma forma discursiva específica dentro desse gênero –, compreendendo-o como um exercício de alteridade. Trazemos, então, a definição dos termos outridade e alteridade da filosofia para contextualizá-los no jornalismo. Na segunda parte da pesquisa, buscamos compreender as características do discurso político. Para isso, utilizamos o conceito de *ethos* e, especificamente, de *ethos* político, assim como a definição de atores políticos. A noção de interdiscurso é apresentada para estabelecermos a relação entre jornalismo e política. Depois de exposta a fundamentação teórica, para atingirmos o objetivo proposto, analisamos quatro perfis de políticos que foram presidentes do Brasil produzidos pela revista: Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Numa primeira etapa da análise, verificamos se esses perfis poderiam ser considerados *perfis qualificados*, a partir da definição proposta nesta pesquisa. Em seguida, utilizamos a metodologia da Análise de Discurso de Linha Francesa (AD) para atender o objetivo deste estudo. Como principais resultados, percebemos que para FHC, as imagens construídas são de inteligência, humanidade e caráter; para Dilma, de competência, humanidade e caráter; para Temer, de sério, humanidade e caráter; e para Jair Bolsonaro, de potente, virtuoso e chefe. Concluimos que a revista constrói discursivamente esses “outros políticos” mais a partir do *ethos* de identificação do que de credibilidade e que há mais Incidências Discursivas que estabilizam o *ethos* visado pelos políticos enquanto grupo.

Palavras-chave: Discurso jornalístico, discurso político; interdiscurso; alteridade; perfis; revista *piauí*.

ABSTRACT

The overall objective of this research is to understand how the *piauí* magazine discursively constructs the “the politician other” in its profiles, considering the *ethos* aimed by politicians as a group. The theoretical foundation is divided into three parts: journalistic discourse, political discourse, and the interdiscourse between them. We regard journalism as a discursive genre and present the characteristics of the profile text - a specific discursive form within this genre -, understanding it as an exercise in alterity. We then introduce the philosophical terms of “otherness” and “alterity” to contextualize them within journalism. In the second part of this research, we aim to comprehend the characteristics of the political discourse. To achieve this, we employ the concept of *ethos*, specifically political *ethos*, along with the definition of political actors. The idea of interdiscourse is introduced to establish the relationship between journalism and politics. After laying the theoretical foundation to achieve the proposed objective, we analyze the profiles of four Brazilian presidents produced by the magazine: Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro. In the initial stage of the analysis, we determine if these profiles can be considered qualified profiles, based on the definition proposed in this research. Subsequently, we use the methodology of French Discourse Analysis (DA) to meet the study's objective. The main findings reveal that for FHC the constructed images are of intelligence, humanity, and character; for Dilma, of competence, humanity, and character; for Temer, of seriousness, humanity, and character; and for Jair Bolsonaro, of potency, virtue, and leadership. We conclude that the magazine discursively constructs these “the politician other” figures from an *ethos* of identification rather than credibility, and that there are more Discursive Incidences that stabilize the *ethos* aimed at by politicians as a group.

Keywords: Journalistic discourse, political discourse, interdiscourse, alterity, profiles, piauí magazine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A organização do <i>Ethos</i> Político por Charaudeau.....	79
Figura 2: A organização do <i>Ethé</i> de credibilidade por Charaudeau.....	81
Figura 3: A organização do <i>Ethé</i> de identificação por Charaudeau.....	85
Figura 4: Slogan da revista <i>piauí</i>	105
Figura 5: Capas das revistas The New Yorker (09/2016) e <i>piauí</i> (03/2013).....	108
Figura 6: Capas das revistas The New Yorker (06/1996) e <i>piauí</i> (06/2012).....	108
Figura 7: Capa do perfil <i>O Andarilho</i> no site da revista <i>piauí</i>	123
Figura 8: Capa do perfil <i>Mares Nunca Dantes Navegados</i> no site da revista <i>piauí</i>	130
Figura 9: Capa do perfil <i>A Cara do PMDB</i> no site da revista <i>piauí</i>	138
Figura 10: Capa do perfil <i>Direita, Volver</i> no site da revista <i>piauí</i>	145
Figura 11: Incidências Discursivas dos sentidos.....	156
Figura 12: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de FHC.....	158
Figura 13: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Dilma Rousseff.....	168
Figura 14: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Michel Temer.....	178
Figura 15: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Jair Bolsonaro.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Corpus da pesquisa.....	116
Quadro 2: Características do perfil qualificado.....	122
Quadro 3: Sentidos encontrados nos <i>ethé</i> de credibilidade.....	153
Quadro 4: Sentidos encontrados nos <i>ethé</i> de identificação.....	153
Quadro 5: Relação entre Sentidos do <i>ethos</i> político e Incidências Discursivas.....	154
Quadro 6: Sentidos encontrados no perfil de FHC.....	157
Quadro 7: Sentidos encontrados no perfil de Dilma Rousseff.....	167
Quadro 8: Sentidos encontrados no perfil de Michel Temer.....	177
Quadro 9: Sentidos encontrados no perfil de Jair Bolsonaro.....	185
Quadro 10: O objeto de pesquisa como perfil qualificado.....	197
Quadro 11: Os perfis e as finalidades do jornalismo.....	197
Quadro 12: Análise das Sequências e Incidências Discursivas.....	198
Quadro 13: Incidência dos efeitos de estabilização e desestabilização.....	199
Quadro 14: Incidência dos <i>Ethé</i> de Identificação e Credibilidade.....	200

SUMÁRIO

1 Introdução.....	12
2 Discurso Jornalístico: o perfil como relação com o outro.....	18
2.1 CONCEITOS DE DISCURSO.....	18
2.2 JORNALISMO COMO GÊNERO DISCURSIVO.....	21
2.2.1 O contrato de comunicação no discurso jornalístico.....	22
2.2.2 Características do discurso jornalístico.....	24
2.3 O PERFIL.....	29
2.3.1 A construção do perfil qualificado.....	37
2.4 A RELAÇÃO COM O OUTRO NO JORNALISMO.....	41
2.4.1 Alteridade e outridade no jornalismo.....	43
2.4.2 Quem é o outro no jornalismo.....	50
3 Discurso político: características e estratégias.....	53
3.1 CONCEITOS DE POLÍTICA.....	53
3.2 O CONCEITO DE DISCURSO POLÍTICO.....	56
3.2.1 O contrato de comunicação política.....	58
3.2.2 A legitimidade.....	60
3.2.3 A persuasão e a emoção na política.....	63
3.3 ETHOS EFETIVO, DISCURSIVO E PRÉ-DISCURSIVO.....	67
3.3.1 O ethos discursivo.....	67
3.3.2 A Imagem de si no discurso.....	69
3.3.3 Ethos pré-discursivo e ethos efetivo.....	70
3.3.4 O estereótipo.....	72
3.4 O OUTRO POLÍTICO.....	75
3.4.1 Os atores políticos.....	76
3.4.2 O Ethos Político.....	78
3.4.2.1 Ethé de Credibilidade.....	79
3.4.2.2 Ethé de Identificação.....	81
3.4.2.3 Procedimentos linguísticos para a construção do Ethos.....	86
4 O Interdiscurso entre jornalismo e política.....	88
4.1 O INTERDISCURSO.....	88
4.2 O JORNALISMO POLÍTICO.....	91
4.2.1 Jornalismo e política: uma relação histórica.....	93
4.2.2 Políticos e repórteres: um jogo de interesses.....	94
4.2.3 Os atores políticos para o jornalismo.....	98
4.2.4 Sete teses da relação entre a mídia e a política.....	100
5 Metodologia: Análise de Discurso.....	104
5.1 A REVISTA PIAUÍ.....	104
5.1.1 Os perfis da piauí.....	110
5.2 CORPUS DA PESQUISA: PERFIS DOS OUTROS POLÍTICOS DA REVISTA	

PIAUI.....	112
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	117
6 Análise: os perfis da piauí, o outro político e seu ethos.....	121
6.1 PERFIS: QUALIFICADOS OU NÃO.....	121
6.1.1 Fernando Henrique Cardoso: O andarilho.....	122
6.1.2 Dilma Rousseff: Mares nunca dantes navegados.....	129
6.1.3 Michel Temer: A cara do PMDB.....	137
6.1.4 Jair Bolsonaro: Direita, Volver.....	144
6.2 ETHOS POLÍTICO.....	151
6.2.1 Fernando Henrique Cardoso, por João Moreira Salles.....	156
6.2.1.1 A intimidade do homem culto.....	158
6.2.2 Dilma Rousseff, por Luiz Maklouf Carvalho.....	166
6.2.2.1 Força de espírito, competência e a falta de poder.....	168
6.2.3 Michel Temer, por Consuelo Dieguez.....	176
6.2.3.1 Sério e ambicioso.....	178
6.2.4 Jair Bolsonaro, por Consuelo Dieguez.....	185
6.2.4.1 Potência, sinceridade e falta de moderação.....	187
6.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE.....	196
7 Considerações finais.....	201
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICE A.....	217
APÊNDICE B.....	226
ANEXO A.....	230
ANEXO B.....	253
ANEXO C.....	278
ANEXO D.....	294

1 Introdução

A política está no cotidiano. Está presente, por exemplo, no ato de ir ao supermercado e comparar os preços dos produtos, ou na possibilidade de se ter ou não acesso a uma universidade. “É a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum” (Charaudeau, 2018, p. 17). Não é simples, no entanto, definir o que é política. Como aponta Cook (2011, p. 203), “sua complexidade multidimensional impede um fácil esclarecimento e assegura que uma tentativa de definir a ‘política’ é em si mesma um ato político”.

Mas existem aqueles sujeitos que dedicam sua vida à política e que, teoricamente, são fundamentais para o bom funcionamento de uma sociedade. Para Charaudeau (2018), o político, eleito pelo povo, busca realizar ações possíveis com base no que o povo deseja. O autor afirma que os atores políticos, ou seja, quem faz a ação política por meio de cargos – como presidente, deputado, senador –, centraliza a noção do que é ser político e, sendo assim, também de política. Esses sujeitos que ocupam cargos políticos oficiais são particularmente importantes para a pesquisa aqui proposta.

Os políticos dependem da linguagem e de ações para se comunicarem e se relacionarem com o público. Dessa forma, constroem o que podemos chamar de um discurso político. E para que haja essa comunicação, é necessário que exista um outro, porque “sem a existência do outro, não há consciência de si” (Charaudeau, 2018, p. 16). Portanto, assim como qualquer sujeito, o político também se constrói a partir dessa relação dialógica com o outro.

Nessa relação, por partilharem características semelhantes enquanto grupo (assim como outros grupos), os políticos tendem a parecer aos olhos dos outros como se fossem homogêneos em seu discurso. Considerando isso, eles precisam, principalmente para se manter no poder, construir “(...) uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança” (Maingueneau, 2008, p. 56). Ou seja, precisam, então, construir de forma positiva um *ethos* de si – conceito fundamental para esta pesquisa¹.

Para além da política, o outro também é essencial na prática jornalística. O jornalista está sempre em relação com o outro. Por isso, consideramos o outro e a alteridade² como base do jornalismo. Mas quem seriam esses outros no jornalismo? São, por exemplo, as fontes, os leitores, os jornais concorrentes. São, inclusive, os políticos, que dependem também dos

¹ O conceito de *ethos* será aprofundado no capítulo 3.

² O conceito de alteridade será apresentado no capítulo 2.

jornalistas para serem conhecidos. Logo, tanto para se fazer política quanto para se praticar o jornalismo, é necessário que exista um outro.

Mas o jornalismo e a política também se unem de outras formas. Esses dois campos se desenvolveram lado a lado. Os primeiros jornais eram, inclusive, financiados e mantidos por partidos políticos (Marcondes Filho, 2002; Traquina, 2020). No Rio Grande do Sul, por exemplo, o primeiro jornal de que se tem relato, *A Federação*, pertencia ao Partido Republicano Rio Grandense. Abaixo de seu nome, em todas as edições, lia-se “órgão do Partido Republicano”³. Essa ligação entre jornais e partidos com ideologias claras era comum no mundo inteiro.

Com a profissionalização do jornalismo e o advento do jornalismo “apartidário”, os jornais passaram a ter como uma de suas funções a de fiscalizar os políticos para inibir abusos e garantir a democracia. De acordo com Reginato (2019), uma das finalidades do jornalismo é justamente fiscalizar o poder e defender a democracia. Kovach e Rosenstiel (2014) também citam que o jornalista tem como uma de suas funções monitorar de forma independente o poder. Assim, o jornalismo ficou conhecido como o “quarto poder”.

Moretzsohn (2007) explica que a ideia de “quarto poder” surgiu na Inglaterra a partir de Thomas Macaulay em 1828. No entanto, a relação do jornalismo com a política foi se desenvolvendo de forma bem mais complexa. Se o jornalismo passou a ser considerado os olhos e a voz dos cidadãos, que normalmente não podem ser testemunhas dos acontecimentos, a própria imprensa começou a ter seus interesses, principalmente de quem a comanda. “A constituição do jornalismo como atividade industrial, ao longo do século XIX, viria a profissionalizar essa prática e a submetê-la, embora nunca sem conflitos, às demandas do mercado” (Moretzsohn, 2007, p. 117).

A pesquisa aqui proposta se interessa, justamente, por essa relação complexa, por esse interdiscurso⁴ entre o jornalismo – que deve fiscalizar o poder – e a política – que necessita sustentar uma boa imagem perante o público. Para seguir esse caminho, decidimos focar nosso estudo em uma forma discursiva específica construída por um sujeito jornalista sobre um outro sujeito, neste caso, político: o perfil. Essa forma, própria do jornalismo, possibilita uma aproximação maior entre o repórter e o entrevistado, buscando o aprofundamento em um momento da vida desse outro sujeito.

³ O jornal foi fundado em 1884, cinco anos antes da proclamação da república do Brasil, e mantido até o ano de 1937. Todas as edições do jornal *A Federação* estão disponíveis no site <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12712>> Acesso em: 9 de fevereiro de 2024.

⁴ O conceito de interdiscurso será aprofundado no capítulo 4.

(...) a busca não é pelas aspas dos entrevistados: eles têm rosto, características, sentimentos, percepções sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmos. São textos biográficos curtos que narram episódios da trajetória de um indivíduo para humanizar o personagem, apresentando-o como é, sem máscaras, julgamentos prévios ou caricaturas (Reginato; Dias, 2020, p. 45-46).

Vilas-Boas (2003) afirma que o perfil é um texto de natureza autoral, o que confere grande responsabilidade para quem o escreve. Neste estudo, interessa-nos entender, então, o discurso construído pelos jornalistas que fazem perfis de políticos. Consideramos que os políticos enquanto fontes jornalísticas formam um grupo específico de “outros”, e por isso os denominamos como o “outro político”.

Uma das publicações brasileiras atuais que mais valoriza o perfil é a revista *piauí*⁵. Por isso escolhemos esse veículo como objeto de estudo. Ele se destaca por publicar perfis de fôlego especialmente de políticos. Julgamos importante examinar se, na construção desses longos perfis, os jornalistas da revista, mesmo falando com e sobre um outro político único, mobilizam estratégias discursivas jornalísticas que reforçam o *ethos* discursivo que os políticos enquanto grupo tentam construir – causando o efeito de estabilização⁶ –, ou provocam o efeito de desestabilização desse *ethos* coletivo teoricamente pretendido.

Como recorte, escolhemos analisar perfis de políticos que foram detentores de mandatos – e, portanto, de poder –, enquanto fontes jornalísticas. Mais especificamente, examinamos os perfis feitos pela *piauí* de sujeitos que já ocuparam o maior cargo político no Brasil: o da presidência da República (estando ou não na função no momento em que o perfil foi realizado). Destacamos também que este estudo enxerga o jornalismo como construtor da realidade (Berger; Luckmann, 2004a, 2004b; Traquina, 2020; Alsina, 2009) e, por isso, com grande importância social.

Do lançamento da revista, em outubro de 2007, até o final do mapeamento realizado por esta pesquisa, em outubro de 2023⁷, a revista *piauí* lançou cinco perfis de quatro políticos que ocuparam o cargo de presidente da República, sendo eles⁸: 1) Fernando Henrique Cardoso, com o perfil *O Andarilho*⁹; 2) Dilma Rousseff, com os perfis *A educação política e sentimental de Dilma Rousseff* e *Mares Nunca Dantes Navegados*¹⁰; 3) Michel Temer, com o texto *A Cara do PMDB*¹¹ e 4) Jair Bolsonaro, com o perfil *Direita, Volver*¹². Para termos

⁵ A revista *piauí* será apresentada no capítulo 4.

⁶ A explicação e definição dos movimentos de estabilização e desestabilização será apresentada no capítulo 5.

⁷ O mapeamento com todos os perfis políticos publicados pela revista *piauí* se encontra no Apêndice B.

⁸ Os perfis completos que compõem o corpus da pesquisa se encontram no Anexo.

⁹ Texto completo disponível no Anexo A.

¹⁰ Texto completo disponível no Anexo B.

¹¹ Texto completo disponível no Anexo C.

¹² Texto completo disponível no Anexo D.

apenas um perfil de cada um desses outros políticos, decidimos incluir no corpus apenas o segundo perfil de Dilma, intitulado *Mares Nunca Dantes Navegados*. Esses quatro perfis compõem o corpus da pesquisa.

Tendo o que foi exposto em mente, esta dissertação propõe o seguinte problema de pesquisa: **Considerando que: 1) uma das finalidades do jornalismo é fiscalizar o poder e defender a democracia; 2) o discurso político é construído de forma a sustentar uma imagem positiva de si; e 3) o perfil é uma forma discursiva que possibilita a alteridade e o aprofundamento em um momento de vida de um sujeito; como se dá a construção discursiva do outro político nos perfis da revista *piauí*?. Visando responder essa questão, o objetivo geral desta pesquisa é: **Compreender como a revista *piauí* constrói discursivamente o outro político em seus perfis considerando o *ethos* coletivo visado pelos políticos enquanto grupo.****

Para alcançarmos o objetivo geral, foram traçados seis **objetivos específicos**: 1) compreender o discurso jornalístico e sua finalidade como defensor da democracia; 2) refletir sobre quem são os outros no jornalismo e especialmente o outro político; 3) apresentar as características do perfil como forma discursiva do jornalismo, definindo o que é um perfil qualificado; 4) Verificar se os perfis que compõem o corpus da pesquisa são qualificados; 5) conhecer as características do discurso político, de seu *ethos* discursivo e de seu *ethos* pré-discursivo (ou coletivo, já que se refere a um grupo); e 6) compreender como se dá o interdiscurso entre o discurso jornalístico e o discurso político.

Os capítulos desta pesquisa foram organizados de forma a construir uma reflexão que atendessem a todos os objetivos expostos. Sendo assim, no capítulo 2 nos debruçamos sobre a relação entre discurso e jornalismo, o tipo discursivo perfil e os conceitos de alteridade e outridade. Definimos discurso segundo Pêcheux (2021), Orlandi (2015) e Charaudeau (2013). Ao compreendermos que o jornalismo é um discurso, com base em Benetti (2008), o capítulo ainda aborda a forma discursiva do perfil, segundo Vilas-Boas (2003, 2014) e Maia (2020). Também definimos o conceito de perfil qualificado, sendo uma de suas características a abertura para a alteridade. Assim, refletimos também sobre esse conceito, segundo Lévinas (2004), Ricoeur (1991) e Freitas (2017), e sobre outridade, de acordo com Treanor (2006) e Freitas (2017).

No capítulo 3, partimos para a reflexão sobre o discurso político. Debates sobre a definição de política, segundo Charaudeau (2018), Bobbio (2010), Maquiavel (2011) e

Aristóteles (2019)¹³, e propomos uma discussão sobre poder. No mesmo capítulo, analisamos como se dá a construção da imagem do político a partir dos conceitos de *ethos* discursivo, com base em Maingueneau (2020), Charaudeau (2018) e Amossy (2005; 2022), assim como de estereótipo. O capítulo ainda traz a definição de atores políticos e, por meio do conceito de *ethos* político de Charaudeau (2018), trata sobre as imagens que eles, como grupo, visam construir de si.

Já no capítulo 4, falamos sobre o Interdiscurso entre o jornalismo e a política, segundo Maingueneau (2007) Orlandi (2015), Miguel (2002; 2011; 2019), Miguel e Biroli (2010), Barreto (2006) e Cook (2011). Nesse capítulo, também apresentamos a revista *piauí*, o objeto empírico da pesquisa.

O capítulo seguinte trata da metodologia, a Análise de Discurso de linha francesa, com base em Orlandi (2015) e Benetti (2007; 2016). No capítulo 6, apresentamos a análise, a partir da qual, primeiramente, avaliamos se os perfis que pertencem ao corpus da pesquisa são considerados perfis qualificados ou não e, em seguida, investigamos como se dá a construção da imagem do outro político pela revista *piauí* pelo jornalismo, respondendo nosso problema de pesquisa.

Para entender o panorama do que está sendo estudado em relação aos temas examinados na presente dissertação, construímos o Estado da Arte¹⁴, que contou com duas fases e 20 formas de pesquisas. Os bancos de pesquisa mapeados foram o Banco de Teses e dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses (BDBT) e Dissertações, os bancos universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), além dos anais de eventos, como Intercom e SBPJor.

A primeira fase da pesquisa foi feita a partir dos termos isolados. As palavras-chave pesquisadas foram: Revista *piauí*; Perfil; Perfil Jornalístico; Alteridade; Outridade; *Ethos* Discursivo; Jornalismo e o outro e Análise de Discurso. Nessa primeira fase, foi encontrado um grande volume de pesquisas. Na segunda, ocorreu a união dos termos da pesquisa: como alteridade e jornalismo; alteridade, jornalismo e análise do discurso; e assim por diante. Dentre os trabalhos encontrados, destacam-se dois que se aproximam e auxiliaram mais na construção da presente pesquisa, a dissertação *Alteridade e jornalismo: a outridade na*

¹³ No texto, optamos por incluir o ano da edição da obra lida, mas a obra *A Retórica* é um tratado escrito por Aristóteles no século IV a.c., e não se tem a data exata de sua publicação.

¹⁴ O Estado da Arte completo está disponível no Apêndice A.

editoria Mundo da Folha de S. Paulo, de Camila Freitas (UFRGS, 2017); e a dissertação *O outro na narrativa de perfil: como o perfilado se sente representado no texto jornalístico*, de Luís Eduardo Tebaldi Gomes (UFRGS, 2020). Outros estudos mapeados, no entanto, também são citados.

Ao finalizarmos o mapeamento do Estado da Arte, foi possível verificar que o estudo da revista *piauí* é constante em diferentes universidades do Brasil e em apresentações em congressos – o que indica sua importância enquanto veículo jornalístico. Pesquisas sobre perfil também são comuns e há, inclusive, pesquisas sobre perfis na revista *piauí*, como o de Ormaneze (2019), de grande importância para a nossa pesquisa. Entretanto, a vertente teórica da outridade¹⁵ relacionada com a análise de perfis e com as noções de *ethos* discursivo, não foi encontrada em nenhum estudo. E a união dos temas aqui propostos – incluindo o discurso político – com a metodologia da Análise do Discurso também não é usual. Unir, portanto, essas abordagens teóricas, tendo como objeto os perfis de políticos da revista *piauí*, demonstra a originalidade da dissertação.

¹⁵ O conceito de outridade será apresentado no capítulo 2.

2 Discurso Jornalístico: o perfil como relação com o outro

Para atingir os objetivos propostos nesta dissertação, o primeiro passo será refletir sobre alguns conceitos da corrente teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) assumida na pesquisa. Neste capítulo, buscamos definir o jornalismo como um gênero discursivo. Em seguida, apresentamos também as características próprias do jornalismo enquanto campo, refletindo igualmente sobre o contrato de comunicação que se estabelece no momento em que um discurso ocorre (Charaudeau, 2013; Alsina, 2009; Lippmann, 2008). De acordo com Benetti (2008, p. 19), para que o discurso jornalístico “(...) aconteça, os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero”.

Em seguida, focamos no perfil enquanto forma discursiva. Entendemos que o perfil é um texto que se volta para o outro (Villas-Boas, 2014; Maia, 2020), por isso a terceira parte deste capítulo dedica-se ao estudo do outro por meio dos conceitos de alteridade e outridade (Ricoeur, 1991; Lévinas, 2004; Treanor, 2006; Martino, 2009, 2015, 2016; Marques; Martino, 2009, 2015; Freitas, 2017).

2.1 CONCEITOS DE DISCURSO

A Análise de Discurso (AD) surgiu na França, na década de 1960, a partir das reflexões de Michel Pêcheux com seus alunos, unindo três diferentes áreas: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (Orlandi, 2015). Brandão (2012) explica que, como a França passava por um período agitado e de grande inquietação política, os discursos políticos foram a inspiração para as primeiras análises de AD, que, ao decorrer de seu desenvolvimento, foi se abrindo para os mais diversos campos.

A contribuição da **Linguística** se deu pela valorização da materialidade da língua e dos estudos das palavras, pois, como afirma Orlandi (2015), para que haja um sentido, é necessário que haja linguagem. Para Pêcheux (2021), as palavras não têm sentido apenas em si, elas precisam estar dentro de um contexto para que esse sentido seja construído. Brandão (2012, p. 21) explica que

Para a AD, o uso da linguagem exige dos seus usuários um saber linguístico e também um saber que é exterior à língua que envolve aspectos histórico-ideológico-sociais, saberes adquiridos quer pela prática cotidiana, quer pela escolarização, saberes que o analista deve aprender em seus estudos.

É necessário entender que a língua tem sua ordem própria (Orlandi, 2015), mas é preciso saber, também, que ela não é transparente e não apresenta sentidos nas palavras em si, eles dependem do contexto histórico e cultural, exteriores à língua, para serem compreendidos. A língua é, portanto, opaca e, por isso, repleta de possibilidades interpretativas, e a linguagem é sempre atravessada pela história e pela ideologia, e é nesse ponto que o **Marxismo** contribui.

(...) a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada da história de produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (Orlandi, 2015, p. 15).

A AD, então, se interessa não pelo o que é dito em um texto, mas “como” se diz (Orlandi, 2015). A autora destaca ainda outro fator importante para realização do discurso: o sujeito afetado pela língua. Essa é a contribuição da **Psicanálise** para a AD: “o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico na história” (Orlandi, 2015, p. 17). E esse sujeito é assujeitado pela ideologia (Pêcheux, 2021). Ou seja, ao ser inserido em uma sociedade, em um contexto, o sujeito é assujeitado pela ideologia na qual está inserido e passa a compreender o mundo por esse viés, conseguindo entender, assim, os discursos.

Benetti (2006, p. 3) contribui para essa reflexão ao afirmar que “O discurso não existe por si mesmo, ele só existe em um espaço entre sujeitos”. A autora explica que o discurso depende, portanto, do conjunto de situações internas e externas ao ato discursivo. “O discurso não acontece ‘no’ texto, compreendendo aqui texto como um objeto material escrito, oral ou pura imagem. Ele acontece entre os sujeitos da interlocução. É no espaço entre esses sujeitos que o discurso efetivamente se constitui” (Benetti, 2008, p. 17).

Refletindo sobre a noção de dialogismo proposta por Bakhtin, Benetti (2016) conclui que todo discurso é uma interação, porque “A palavra orienta-se para alguém, e este alguém pressuposto existe em uma relação social com o sujeito falante” (Benetti, 2016, p. 236). O discurso precisa, então, de pessoas que se relacionam entre si. Existe um enunciador e um interpretante, mas essa relação, como ressalta Orlandi (2015), é diferente da ideia de que existe um emissor e um receptor e a mensagem simplesmente passaria de um para outro. Para a AD, há sempre uma interpretação contínua na relação entre quem fala e quem ouve.

(...) diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela

língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente de transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações da linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. **Daí a definição de discurso: o discurso é o efeito de sentido entre os locutores.** (Orlandi, 2015, p. 18-19, grifo nosso).

Para esta pesquisa, essa noção de discurso como efeito de sentido entre sujeitos é fundamental, pois tratamos tanto do discurso jornalístico quanto do discurso político a partir da compreensão de que há uma constante troca de efeitos de sentidos e de interpretações entre os sujeitos enunciadorees – o jornalista e o político – e os principais sujeitos interpretantes – o público leitor da revista *piuí*. E há ainda muitos outros sujeitos envolvidos nessa troca. No caso da produção de perfis, há, por exemplo, a interação entre o repórter e todos os seus entrevistados, do repórter com seu editor, entre outras.

Para a AD, todos esses sujeitos estão relacionados com Formações Imaginárias, que definem a posição dos sujeitos no discurso.

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito do interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) mas também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. (Orlandi, 2015, p. 38).

Essas Formações Imaginárias, portanto, fazem parte das condições de produção de um discurso, ou seja, do “conjunto dos elementos que cerca a produção do discurso” (Brandão, 2012, p. 22). Ou ainda, como afirma Charaudeau (2013, p. 67), “Todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca da qual ele surge”. Além disso,

(...) o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidades que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. (Charaudeau, 2013, p. 40).

Entende-se, então, que uma característica do discurso é sua inserção em um contexto histórico, social e cultural específico de produção. Portanto, “o discurso é compreendido como espaço de criação entre sujeitos, que estão, por sua vez, sempre determinados pela exterioridade” (Benetti, 2008, p. 20). A autora também entende que:

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos – tanto o contexto de enunciação, quanto o contexto de leitura. (Benetti, 2006, p. 3).

Nesta pesquisa, analisamos perfis que foram construídos no Brasil entre 2006 e 2023, em uma revista com características próprias e num contexto histórico específico da contemporaneidade, pós-ditadura, quando os presidentes da nação passaram a ser escolhidos pelo voto direto. Esses políticos, por sua vez, estão identificados com posições ideológicas diferentes. Este é, então, o cenário que se apresenta e que deve ser levado em conta nesta dissertação.

É importante também apresentarmos a diferença entre texto e discurso. O texto é a materialidade, a unidade fundamental da análise, onde o analista irá encontrar os processos de construção de sentido – no nosso caso, os textos dos perfis. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (Benetti, 2007, p.111). Mas é no discurso que podemos encontrar os sentidos, levando em conta a exterioridade e a historicidade que o constitui. Na presente pesquisa, trabalhamos especificamente com dois discursos: o jornalístico e o político. No próximo tópico, começamos a tratar do primeiro.

2.2 JORNALISMO COMO GÊNERO DISCURSIVO

Benetti (2008) defende que o jornalismo é um gênero discursivo por ter características próprias, contemplando relações intersubjetivas e de poder específicas. Para ela, esse gênero é composto por diferentes formas discursivas, como a reportagem, a notícia e o perfil, que nos interessa particularmente. Como qualquer discurso, o jornalístico depende de sujeitos que reconheçam suas condições de produção para que consigam compreender os sentidos desse discurso. Mesmo que a interpretação dos leitores – considerando leitores num sentido mais amplo, que engloba telespectadores, ouvintes e internautas¹⁶ – possa se afastar do sentido pretendido pelo jornalista, é necessário que exista uma apropriação mínima da forma como esse discurso é produzido para que ele ao menos faça algum sentido.

¹⁶ Nesta pesquisa, utilizaremos o termo “leitor” a partir dessa concepção mais ampla.

Charaudeau (2013, 2018) também reflete sobre o discurso das mídias¹⁷. O autor explica que os sujeitos que fazem parte de um ato discursivo precisam saber quais são as regras desse discurso para que ele se concretize plenamente. Fica estabelecida de maneira implícita, então, uma forma de contrato que vai possibilitar que os participantes desse ato compreendam os sentidos e como se portar em relação a esse discurso específico.

2.2.1 O contrato de comunicação no discurso jornalístico

Charaudeau (2013) denomina as regras que fazem parte do ato discursivo entre interlocutores de “contrato de comunicação”. Essa mesma relação é chamada por Alsina (2009) como “contrato pragmático fiduciário social”. Benetti (2006, p. 6) explica que um contrato é “firmado social e simbolicamente sobre normas que definem os papéis dos interlocutores e os deveres, permissões e interdições concernentes a cada um”.

Para que o contrato de comunicação entre jornalista e leitor se estabeleça, o leitor precisa saber da existência das diferentes formas discursivas do jornalismo e as maneiras como elas são construídas, além de identificar que elas são “(...) o resultado de uma actividade construída pelos seus falantes” (Correia, 2011, p. 43).

Charaudeau (2013) explica que:

O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*”. (Charaudeau, 2013, p. 68).

No caso do discurso jornalístico, os principais interlocutores são os leitores e os jornalistas, que precisam entender o funcionamento desse discurso. Para Charaudeau (2013), o contrato depende de dados externos e dados internos. Os externos são as trocas de informações entre os sujeitos do discurso – o emissor e o receptor¹⁸, o jornal e os leitores –

¹⁷ O termo “mídia” compreende todos os meios de comunicação de massa, como televisão, rádio, internet, imprensa, entre outros. O jornalismo é um dos gêneros discursivos que faz parte da mídia e que tem características próprias (assim como a publicidade, as novelas, os programas de auditório etc.). Charaudeau (2013), no entanto, em alguns momentos, utiliza a palavra mídia como sinônimo de jornalismo. Quando utilizamos nesta pesquisa as expressões “instância midiática”, ou “mídia” relacionadas à obra de Charaudeau, nos referimos especialmente ao jornalismo.

¹⁸ Conforme já falamos, outros autores da AD não concordam com as denominações “emissor” e “receptor” ao tratar do discurso, como é o caso de Orlandi (2015, p.19 e 20): “Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois outro decodifica [...] As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores.” Charaudeau (2013), no entanto, adota esses termos.

enquanto os internos dizem respeito aos elementos próprios do discurso – “que permitem responder à pergunta do ‘como dizer’” (Charaudeau, 2013, p. 70).

Charaudeau (2013) entende que, para que o contrato funcione, a instância de recepção (ou seja, o leitor) precisa entender a informação que está sendo transmitida pela instância de produção. Para que ocorra essa transmissão, os jornalistas também precisam entender quem é a instância de recepção, ou seja, para quem eles precisam construir a informação. E, para isso, o jornalista idealiza um leitor imaginário.

O discurso é sempre o resultado das posições de sujeito, ocupadas por quem enuncia e por quem interpreta. Quem enuncia geralmente busca indicar ao interlocutor a posição que deve ser ocupada. Mas isso não significa, evidentemente, que o interlocutor aceite a sugestão do enunciador e se conforme àquela posição. Por isso, o leitor imaginado é uma figura essencial à problematização do jornalismo. (Benetti; Reginato, 2015, p. 879).

A adesão do leitor ao contrato de comunicação depende do quanto ele se aproxima do leitor imaginado pelo jornalista. “Quanto mais o leitor se reconhece naquele leitor imaginado pelo veículo, mais aderido está ao contrato” (Benetti; Reginato, 2015, p. 880). É a forma como o leitor percebe e compreende o mundo que afeta a maneira como ele se identifica e como se percebe em relação ao discurso jornalístico. Segundo Lippmann (2008), quanto mais um leitor domina e conhece um assunto, mais crítico ele será em relação às notícias referentes àquele tópico.

No caso da revista *piauí*, que será aqui examinada, existem os jornalistas que a produzem – dentro de condições específicas – e que têm um leitor imaginado da publicação. São vários os dados a partir dos quais os jornalistas imaginam esse leitor, como o preço da revista, o tamanho dos textos normalmente produzidos, a profissão da maioria dos leitores e outras informações que são de seu conhecimento a partir de pesquisas de mercado¹⁹. Mais especificamente em relação aos perfis, e ainda mais particularmente em relação aos perfis de políticos, existe também um leitor imaginado. Ao fazerem os perfis desses políticos, com características específicas, os jornalistas esperam estar entregando para esse leitor imaginado o que eles imaginam que esse leitor desejaria a partir do contrato de comunicação estabelecido entre a revista e seu público.

A base do contrato de comunicação, então, é que, a princípio, “emissor e receptor”, sabem o que entregar e o que esperar do discurso. No caso do jornalismo, o leitor espera receber um produto de qualidade a partir da sua concepção sobre o discurso jornalístico.

¹⁹ As características da revista *piauí* serão apresentadas no capítulo 4.

(...) a adesão do leitor ao contrato de comunicação proposto pela revista se move em dois eixos: um é marcado pelos valores que o leitor é capaz de reconhecer como indicadores de uma deontologia “do bom jornalismo”, o outro é marcado pelos sentimentos que enlaçam o leitor ao veículo ou ao jornalismo. (Benetti; Reginato, 2014, p. 885).

Entender, então, as regras desse contrato significa compreender as próprias características e convenções do jornalismo. Por isso, a seguir, trataremos das particularidades do discurso jornalístico.

2.2.2 Características do discurso jornalístico

Meditsch (1998) defende que o jornalismo é uma forma de conhecimento²⁰. O autor explica que a prática jornalística constrói um conhecimento baseado no cotidiano. Já para Marques (2008, p. 2), “O discurso jornalístico é sobretudo o relato dos acontecimentos que tiveram lugar recentemente, relato que é produzido como notícia e que circula regularmente no nosso dia a dia através dos diferentes dispositivos da informação”.

Meditsch (1998) diz, no entanto, que a informação transmitida pelo jornalismo não é apenas a dos acontecimentos e eventos da sociedade, mas também dos conhecimentos de diferentes ciências. E essa transmissão precisa ser feita com uma linguagem que o leitor consiga entender. A própria forma discursiva do perfil, que examinaremos nesta pesquisa, não é dependente de um acontecimento único, ela está focada em um sujeito. Nos casos aqui estudados, além de apresentar o sujeito perfilado, os jornalistas da *piauí* precisam lidar com o discurso político – que, inclusive, pode ser compreendido como uma ciência social.

Considerando, portanto, que o jornalismo é uma forma de conhecimento, podemos dizer que cabe ao próprio campo determinar o que é um jornalismo de qualidade, mesmo que ele dependa da adesão dos leitores. Os pesquisadores Kovach e Rosenstiel (2014)

²⁰ Entendemos que o jornalismo é uma forma de conhecimento que utiliza aspectos do singular, do particular e do universal, como apresentado por Genro Filho (1987), e que busca seu conhecimento com base na reflexão e apreensão da realidade do cotidiano (Park, 2008; Meditsch, 1997, 2001, 2010; Genro Filho, 1987). Também concordamos com Freitas (2017, p. 42) quando a pesquisadora define o jornalismo como forma de conhecimento: “Resumidamente, compreendemos que o conhecimento jornalístico: 1) revela a novidade de um fato; 2) se orienta do singular, passando pelo particular até o universal; 3) ajuda a conhecer e a reconhecer a realidade, podendo reconfigurar alguns entendimentos e sentidos que temos dela; 4) só adquire sentido em meio a um contexto; 5) é permeado e mediado pela objetividade e pela subjetividade; 6) depende tanto do momento histórico e cultural quanto da participação produtiva dos sujeitos; 7) permite que os sujeitos reconheçam a si e aos outros, aprendendo o que lhes é possível ou limitado; 8) fornece, ao narrar um fato, um recorte da realidade interpretada, mediante as escolhas do jornalista ou da organização jornalística; 9) mostra desigualdades, consensos, contradições e revela as dinâmicas sociais; 10) produz e reproduz o meio em que está inserido; 11) pode servir de instrumento político e ideológico; 12) auxilia na compreensão do presente e do passado, instigando projeções para o futuro; 13) se apresenta qualitativa e quantitativamente e 14) dialoga com o senso comum – podendo reiterar estereótipos, preconceitos e generalizações –, mas, também, se difere dele sendo capaz de apreender criticamente a ‘realidade’”.

dedicaram-se a buscar os elementos responsáveis para se atingir um jornalismo de qualidade, ou o “bom jornalismo”. São dez elementos, nove de responsabilidade do jornalista e um do leitor. São eles:

- 1 A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade
- 2 A primeira lealdade é para com o cidadão
- 3 Sua essência é a disciplina da verificação
- 4 Seus praticantes precisam manter uma independência de quem eles cobrem
- 5 Deve servir como monitor de poder
- 6 Deve providenciar um fórum público de críticas e de compromisso
- 7 Deve se esforçar para fazer com que as informações sejam interessantes e relevantes
- 8 Deve apresentar as notícias de forma compreensiva e proporcional
- 9 Os praticantes têm a obrigação de exercitar a consciência pessoal
- 10 Os cidadãos também têm direitos e responsabilidades quando se trata de notícias – ainda mais quando eles próprios podem se tornar produtores e editores. (Kovach; Rosenstiel, posição 293, tradução nossa²¹).

Destacamos que os autores pensam esses elementos relacionando-os com o jornalista e não com as empresas de comunicação. Eles defendem, inclusive, que a lealdade do jornalista deve ser com o cidadão e não com a empresa em que trabalha. Mas assim como Moretzsohn (2007), entendemos que, em uma sociedade capitalista, e com o jornalismo tendo como gestores empresários e não jornalistas (Dines, 1996), a empresa possui interesses – inclusive o do lucro – que também podem guiar as rotinas de trabalho e as notícias produzidas.

Marques (2008, p. 3) também considera que o primeiro compromisso do discurso jornalístico é com a verdade. Mas a autora fala da “(...) busca de uma verdade absoluta, definitiva, de uma enunciação legítima, de uma narrativa fundada na veracidade, que por si só possa estabelecer o contrato entre o jornal e o leitor”.

Nesse sentido, Benetti (2006) diz que o contrato entre jornalistas e leitores está baseado em pressupostos, mesmo que ilusórios. Exemplificando: “(...) o jornalista não mente; embora a empresa e o jornalista possam ter interesses particulares, esses não superam o interesse do leitor; o jornalista só recorre a fontes credíveis; o jornalista cruza fontes e versões, oferecendo informações confirmadas” (Benetti, 2006, p. 6). Ou seja, mesmo que

²¹ No original: 1. Journalism’s first obligation is to the truth.

2. Its first loyalty is to citizens.

3. Its essence is a discipline of verification.

4. Its practitioners must maintain an independence from those they cover.

5. It must serve as a monitor of power.

6. It must provide a forum for public criticism and compromise.

7. It must strive to make the significant interesting and relevant.

8. It must present the news in a way that is comprehensive and proportional.

9. Its practitioners have an obligation to exercise their personal conscience.

10. Citizens have rights and responsibilities when it comes to the news as well—even more so as they become producers and editors themselves.

esses pressupostos nem sempre se concretizam, é necessário que o leitor parta desse entendimento ao ler uma notícia.

Entretanto, como diz Coutinho (2004), a verdade é uma construção, e o jornalismo não consegue alcançar uma verdade absoluta. Para o autor, o jornalismo acessa apenas uma forma de verdade, que se baseia na representação da realidade: “(...) verdade impressa nos jornais é, na realidade, na concretude de suas rotinas, uma informação de segunda mão” (Coutinho, 2004, n.p.). Charaudeau (2013) contribui com esse debate ao apresentar as noções de *valor de verdade* e *efeito de verdade*. O *valor de verdade*, para o autor, se baseia em fatos que podem ser provados cientificamente, ou seja, por meio da experimentação científica – e é exterior ao homem –, enquanto o *efeito de verdade* baseia-se na crença de que o que está sendo falado é verdadeiro. Ele entende, então, que o jornalismo não busca a verdade em si, mas a credibilidade de afirmar que o que está sendo noticiado é verdade.

Kovach e Rosenstiel (2013, posição 1046) também têm posicionamento semelhante.

Isso é o que o jornalismo deve buscar – uma forma prática e funcional da verdade. Não é a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não é a verdade de uma equação química. O jornalismo pode – e deve – perseguir as verdades com que pode operar no dia-a-dia. (Kovach; Rosenstiel, 2014, posição 1046, tradução nossa).²²

Além disso, os autores defendem que os textos jornalísticos precisam ter relevância, ser compreensíveis e, também, precisam ser escritos de uma forma a cativar o leitor. “Narrativa e informação não são contraditórios. Eles são entendidos de forma melhor como pontos no continuum da comunicação” (Kovach; Rosenstiel, 2014, posição 3660, tradução nossa)²³. Charaudeau (2013) apresenta outros três elementos – ou exigências – do discurso das mídias, que se aproximam das reflexões de Kovach e Rosenstiel. São eles: visibilidade, legibilidade e inteligibilidade. O primeiro indica que o leitor precisa encontrar de maneira fácil as notícias que procura – e cabe lembrar que os recursos tecnológicos têm papel fundamental para que essa exigência se concretize. O segundo se refere à forma de se relatar os acontecimentos, que deve ser clara e de fácil entendimento para o leitor; e o terceiro relaciona-se com os acontecimentos, visando esclarecer suas razões de existência.

Como vimos, os elementos apresentados por Kovach e Rosenstiel (2014) que qualificam o “bom jornalismo” colocam o jornalista como responsável central para a manutenção dessa forma de exercer a profissão, tanto que os autores afirmam que “Ao final,

²² No original: “This is what our journalism must be after—a practical or functional form of truth. It is not truth in the absolute or philosophical sense. It is not the truth of a chemical equation. Journalism can—and must—pursue the truths by which we can operate on a day-to-day basis.

²³ No original: Storytelling and information are not contradictory. They are better understood as points on a continuum of communication.

jornalismo é um ato de caráter” (Kovach; Rosenstiel, 2014, posição 4582, tradução nossa²⁴). Sabemos, no entanto, que o jornalista é apenas um dos sujeitos envolvidos no fazer jornalístico.

Reginato (2019) buscou em sua pesquisa entender as finalidades do jornalismo considerando a visão das empresas, dos jornalistas e dos leitores, e não apenas dos jornalistas. A pesquisadora entende que “Na definição do ‘ser jornalista’, existe um conjunto de normas, rituais e valores que formam a ideologia profissional” (Reginato, 2019, p. 137).

Em uma sociedade democrática, as finalidades do jornalismo são: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir a memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. (Reginato, 2019, p. 221).

Segundo a autora, a principal finalidade do jornalismo é a de informar de modo qualificado – e não apenas informar.

Informar de modo qualificado significa fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos, garantindo acesso de diferentes públicos a essa informação. Para ser qualificada, a informação deve ser: verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente” (Reginato, 2019, p. 224).

Essas exigências apontadas pela autora para que uma informação possa ser obtida de modo qualificado consideram procedimentos que precisam ser realizados pelo jornalista durante a apuração: verificar se as informações são verdadeiras, selecionar acontecimentos relevantes, contextualizar esses acontecimentos e apresentá-los a partir de uma pluralidade de fontes e de maneira envolvente. Mas é preciso lembrar que o entendimento do que é relevante ou envolvente para o leitor pode ser diferente da compreensão do jornalista. Quanto mais próximas forem essas duas visões, mais forte será o contrato de comunicação. E a visão da empresa também pode se afastar do ponto de vista do jornalista, o que, em vários momentos, representa uma tensão na relação entre repórteres e editores, por exemplo, e até mesmo pode enfraquecer o contrato de comunicação com o leitor.

Entretanto, em sua pesquisa, Reginato (2019) identificou que a finalidade do jornalismo que os jornais e jornalistas colocam em primeiro lugar na construção do dever ser do jornalismo é a mesma: esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. Destacamos essa constatação por entendermos que nem sempre o jornalismo hegemônico

²⁴ No original: In the end, journalism is an act of character.

realmente apresenta a pluralidade da sociedade, muitas vezes dando mais espaço para fontes em situações sociais favorecidas.

Em relação à pluralidade, os perfis que formam o corpus desta pesquisa²⁵ não podem ser considerados plurais se levarmos em conta que todos os perfilados – todos brancos – ocuparam o espaço político mais alto do país: o da presidência da República. É importante ressaltar que essa falta de pluralidade demonstrada pelo corpus da pesquisa mostra a falta de representatividade na política brasileira: não é apenas a piauí que não tem perfis plurais de políticos, é a política brasileira que ainda é, majoritariamente, masculina e branca. Em 2022, foram eleitas 91 mulheres para a Câmara dos Deputados²⁶, quatro para o Senado Federal²⁷ e apenas duas governadoras²⁸. Em relação a pessoas não brancas, para a Câmara de Deputados foram eleitas 27 pessoas que se autodeclararam pretas e 107 pardas²⁹, para o Senado foram seis pessoas³⁰ e nove governadores se autodeclararam negros³¹.

Mas existe uma certa diversidade partidária e de gênero. Dos quatro perfilados, três são homens e uma é mulher, e cada um pertence a um partido político diferente, com ideologias diversas. A única mulher, Dilma Rousseff, é do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Henrique Cardoso é filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Michel Temer, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Jair Bolsonaro, quando estava na presidência, era filiado ao Partido Social Liberal (PSL) – durante a construção desta pesquisa, ele está filiado ao Partido Liberal (PL). Nenhum outro político que ocupou a presidência da República foi perfilado pela revista *piuí*, e consideramos fundamental que o

²⁵ A composição do corpus será apresentada no capítulo 5.

²⁶ “Bancada feminina alcança 91 deputadas federais”, publicada em 5/10/2022. Fonte: Agência Câmara. Acesso em 30/03/2024. Disponível em

<[²⁷ As senadoras eleitas foram: Damares Alves \(Republicanos - PR\), Tereza Cristina \(PP-MS\), Teresa Leitão \(PT-PE\) e Professora Dorinha \(União - GO\). Informações disponíveis em “Só 4 mulheres foram eleitas para o Senado em 2022”, publicada em 3/10/2022, por Poder360. Acesso em 30/03/2024. Disponível em <\[²⁸ Fátima Bezerra, do PT, no Rio Grande do Norte e Raquel Lyra, do PSDB, em Pernambuco.\]\(https://www.poder360.com.br/eleicoes/so-4-mulheres-foram-eleitas-para-o-senado-em-2022/>.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/noticias-1/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20representantes%20da,da%20bancada%20feminina%20na%20C%C3%A2mara.></p>
</div>
<div data-bbox=)

²⁹ Número de deputados pretos e pardos aumenta 8,94%, mas é menor que o esperado. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Acesso em 30/03/2024. Disponível em <[³⁰ Romário \(PL-RJ\); Beto Faro \(PT-PA\); Dr. Hiran \(PP-RR\); Flávio Dino \(PSB-MA\); Rogério Marinho \(PL-RN\); Magno Malta – \(PL-ES\). Informações disponíveis em “22% dos senadores eleitos são negros”, publicado em 03/10/2022, por Poder360. Acesso em 30/03/2024. Disponível em <\[³¹ Paulo Dantas \\(MDB-AL\\); Wilson Lima \\(União Brasil-AM\\); Coronel Marcos Rocha \\(União Brasil-RO\\); Ibaneis Rocha \\(MDB-DF\\); Gladson Cameli \\(PP-AC\\); Clécio Luis \\(Solidariedade-AP\\); Elmano de Freitas \\(PT-CE\\); Fátima Bezerra \\(PT-RN\\); Wanderlei Barbosa \\(Republicanos-TO\\).\]\(https://www.poder360.com.br/congresso/22-dos-senadores-eleitos-sao-negros/>.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumenta-894-mas-e-menor-que-o-esperado/>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

jornalismo traga informações sobre os sujeitos que, em última instância, tomaram ou ainda tomam decisões centrais sobre os rumos do país³².

Para Marques (2008, p. 1), “de todos os tipos de discursos pelos quais atualmente nos chegamos os ecos do mundo, atingimos a experiência da vida e alcançamos a sua inteligibilidade e compreensão, o discurso jornalístico é talvez hoje um dos mais importantes”. Portanto, uma característica básica do jornalismo é produzir discurso sobre a realidade contemporânea e sobre pessoas da contemporaneidade. Como compreendemos o perfil como uma forma discursiva que faz parte do discurso jornalístico, ele se enquadra neste lugar de importância para a sociedade.

Resumindo o que foi apresentado até o momento, entendemos, então, o jornalismo como uma forma de conhecimento e como um gênero discursivo com finalidades e características próprias, que produz sentidos a partir de um contrato de comunicação do qual os interlocutores conhecem as regras. Esse contrato pode ter adesão dos sujeitos que nele estão inseridos, ou pode ser rompido, conforme a identificação ou não do leitor real com o leitor imaginado pelo jornalista. Além disso, consideramos importante acrescentar mais algumas características que Benetti (2013) identifica no jornalismo e que também sintetizam algumas das particularidades aqui já tratadas: 1) seu discurso está legitimado como uma prática autorizada a narrar a realidade e “estrutura-se a partir das noções de verdade e credibilidade” (Benetti, 2013, p. 44); 2) obedece a interesses econômicos e é determinado também por escolhas do jornalista; e 3) é atravessado por questões técnicas e tecnológicas.

Todas essas particularidades ajudam a definir o discurso jornalístico. E esse discurso, como já mencionamos, abarca diferentes formas discursivas – ou gêneros textuais – também com características próprias. Nesta pesquisa, a forma discursiva que está em foco é, como já dito, aquela que não é centrada em um acontecimento, mas sim em um outro: o perfil.

2.3 O PERFIL

Benetti (2008) explica que os textos jornalísticos – muitas vezes chamados de gêneros – normalmente são apresentados de três formas. A primeira toma como base a sua função: informativa, opinativa ou interpretativa. A segunda leva em conta as características dos textos, dividindo-os em notícia, reportagem, editorial, coluna, entrevista, entre outros. A terceira forma é aquela com a qual a autora mais se identifica e que traz uma abordagem

³² A revista *piauí*, desde o seu surgimento, em 2006, nunca fez perfis de fôlego de José Sarney (PMDB); do já falecido Itamar Franco (PMDB); de Luiz Inácio Lula da Silva (PT); e de Fernando Collor de Mello (Partido Renovação Democrática - PRD).

comunicacional, que ultrapassa a noção de texto e considera os diferentes gêneros do discurso, sendo o jornalismo um gênero discursivo que abriga diferentes formas discursivas.

Furtado (2013), com base nessas reflexões de Benetti, também defende que os textos jornalísticos são formas discursivas que fazem parte do gênero discursivo do jornalismo, mas destaca que essas formas não são estanques. Dentre elas, as mais “tradicionais” seriam a notícia e a reportagem. A reportagem, apesar de, assim como a notícia, ter como objetivo informar, diferencia-se, inclusive, por ter outro tempo. Furtado (2013, p. 150) argumenta que “O tempo presente da reportagem não é o tempo da notícia. A notícia é a rotina do repórter, é a instantaneidade – principalmente dos meios mais ágeis – que faz, muitas vezes, o público identificar acontecimento e relato como algo único, quando na verdade não são”. A autora se aprofunda nessa relação da reportagem com um tempo mais estendido:

Para fazer uma reportagem, é necessário mais tempo para apuração e pesquisa. O repórter precisa também de mais tempo para escrever e editar seu texto. Com isso, as informações que ele coletou levarão mais tempo para chegar ao leitor; em compensação, sua produção será mais perene e durará mais tempo nas mãos dos leitores. A reportagem, na qualidade de forma discursiva, tende a afastar o fato do relato, potencializando o status do jornalista como alguém que interpreta o mundo e constrói simultaneamente. (Furtado, 2013, p. 150).

Consideramos que a forma discursiva específica que aqui será analisada, o perfil, se aproxima da reportagem por seu modo de produção, mas tem como base histórias de vida. Boff (2021) afirma, inclusive, que é possível fazer reportagens sobre temas, fatos, lugares e também sobre pessoas. E o autor defende que “É na reportagem que o jornalista realiza plenamente a missão de contar histórias” (Boff, 2021, p. 115).

Conforme classificação de Benetti (2008), entendemos, então, o perfil como uma forma discursiva que faz parte do gênero discursivo jornalístico e que se aproxima da reportagem pela profundidade, tempo de construção, quantidade de informações e até pelo número de entrevistados. Vilas-Boas (2003) também defende o uso de técnicas da reportagem para a construção do perfil, mas diz que elas não bastam, evidenciando que essa forma discursiva tem particularidades.

A narrativa de um perfil não pode prescindir de todos os conceitos e técnicas de reportagem conhecidos, além de recursos literários e outros. Mas ela também está atada ao sentimento de quem participa. A frieza e o distanciamento são altamente nocivos. Envolver-se significa sentir. (Vilas-Boas, 2003, p. 14).

Existem, no entanto, diferentes visões sobre o perfil.

Uma definição para perfis? Há algumas. Steve Weinberg os chama de biografia de curta duração (*short-term biography*); Oswaldo Coimbra, de “reportagem

narrativo-descritiva de pessoa”; Muniz Sodré & Maria Helena Ferrari acham que deve ser chamado de perfil o texto que enfoca o protagonista de uma história (a de sua própria vida), e de miniperfil o texto descritivo de uma personagem secundária inserido no momento em que ocorre uma interrupção ou um corte da narrativa principal. Mas não esqueça que instituições e comunidades também têm (e podem merecer um) perfil jornalístico. (Vilas-Boas, 2003, p. 16).

Nessa reflexão, Vilas-Boas considera possível fazer perfis não só de pessoas³³. Em seu segundo livro sobre perfis, no entanto, o próprio autor passa a afirmar que apenas pessoas podem ser perfiladas. “Você pode fazer uma reportagem ou uma crônica sobre um lugar, um edifício, uma época, e tentar desvendar a cultura, a personalidade e a alma do tal lugar, do tal edifício, da tal época. Mas aí ou é reportagem, ou crônica, ou um híbrido autobiográfico. Perfil, não.” (Vilas-Boas, 2014, p. 272). A defesa do autor pela necessidade do texto ser sobre uma pessoa – ou um grupo de pessoas – corrobora, inclusive, com a sua definição de perfil feita em sua publicação anterior:

Essa modalidade dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea. Na sua versão mais abreviada, a história de vida examina episódios específicos da trajetória do protagonista. (Vilas-Boas, 2003, p.17).

Independentemente de um perfil poder ou não ser relacionado a lugares, instituições, animais ou objetos, para esta dissertação, interessa o perfil de pessoas – mais especificamente do outro político. É importante citar, entretanto, que há outras formas discursivas de contar histórias de vida, como as biografias. Ribeiro (2022) defende que a biografia busca contar a história de uma vida ou de vidas e a considera como um gênero híbrido, pois em sua construção são utilizadas estratégias de diferentes áreas, como as próprias do jornalismo, da história e da literatura.

Vilas-Boas (2014, p. 271) diz que “A similaridade entre biografia e perfil reside no fato de que, em ambos, tudo gira em torno do personagem central”. Mas enquanto a biografia busca contar, dentro do possível, a vida inteira de um sujeito, de seu nascimento à sua morte – ou ao período de publicação do texto – o perfil aborda apenas um recorte dessa vida. “Os perfis também só podem elucidar, indagar, apreciar a vida num dado instante” (Vilas-Boas, 2003, p. 20).

Maia (2020, p. 52) também define perfil como “composição textual discursiva do sujeito a partir de determinadas angulações que traduzem as perspectivas adotadas na escolha

³³ A revista *piauí*, aqui examinada, inclusive, já fez o perfil de uma cachorra. “Resistência sobe a rampa”, publicada no dia primeiro de janeiro de 2023, conta a história da vira-lata do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, que acabou ganhando um peso político na vitória de Lula. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/resistencia-sobe-rampa-posse/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

do perfilado, na captação e na edição”. Da mesma forma, a autora faz uma distinção entre perfil e reportagem biográfica.

o perfil é um formato que mantém uma relativa distinção entre as reportagens biográficas. Essas últimas também falam sobre histórias de vidas, mas trabalham com temas mais gerais; nesse caso, o sujeito, muitas vezes, serve como alavanca para outros assuntos. Já no caso do perfil, o foco principal é a trajetória (curta ou ampliada) da vida em questão. (Maia, 2020, p. 52).

Como explica Vilas-Boas, “o sujeito apresenta certas características, gestos, atitudes e pensamentos em função da fase que está atravessando” (Vilas-Boas, 2003, p. 21). Também por isso o perfilado nunca será apresentado por completo.

Consideramos, então, que um perfil deve cumprir finalidades do jornalismo (Reginato, 2019), entre elas, a da pluralidade, ou seja, a escuta de várias fontes com diferentes pontos de vista. A diferença é que o foco central será em uma pessoa, o perfilado, em um momento específico, e não em um acontecimento ou uma tendência, como ocorre na reportagem.

Para produzir um bom perfil, é preciso pesquisar, conversar, movimentar, observar e refletir. Tudo dentro do possível, claro, pois cada caso é um caso. Você tem de pesquisar os contextos socioculturais da pessoa; conversar com ela e com as pessoas de seu círculo de relacionamentos; movimentar-se com ela por locais diversos; tem de observar linguagens verbais e não-verbais”. (Vilas-Boas, 2014, p. 274).

Historicamente, aponta Maia (2020), o perfil demorou para ter uma trajetória própria, pois era vinculado à biografia até o século XXI. De acordo com a autora, a primeira vez que o termo “perfil” foi usado foi em 1927 “pelo editor da revista *The New Yorker*, Harold Ross, por sugestão do repórter James Kevin McGuinness. O primeiro perfil publicado na revista dentro de editoria específica foi o do produtor teatral Al Woods, escrito por Percy Hammond, para a edição de fevereiro de 1927”. (Maia, 2020, p. 58).

Maia ainda destaca que, além da *The New Yorker*, outra revista também é pioneira na publicação de perfis: a *Esquire*. Nela, inclusive, foi publicado o famoso perfil de Frank Sinatra escrito por Gay Talese, “Frank Sinatra está resfriado”³⁴, em que o autor, não conseguindo entrevistar o cantor porque este estava resfriado, seguiu os passos do artista e conversou com pessoas à sua volta. Vilas-Boas (2014) cita outras revistas norte-americanas como referência na produção de perfis, como *Vanity Fair*, *Harper's* e *Atlantic*.

No Brasil, Maia (2020) e Vilas-Boas (2003, 2014) citam duas revistas que foram fundamentais para o início do desenvolvimento de perfis: *Realidade* e *O Cruzeiro*. A primeira

³⁴ Este perfil está disponível no site da revista:

<<https://www.esquire.com/news-politics/a638/frank-sinatra-has-a-cold-gay-talese/>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2024. Mais adiante, voltaremos a falar sobre ele, refletindo sobre o fato de ele não ter sido entrevistado.

pertencia à Editora Abril e foi lançada em 1966, encerrando seu funcionamento dez anos depois. Para Vilas-Boas, a revista era – e continua sendo – modelo na construção de perfis, devido a

(...) imersão total do repórter no processo de captação; jornalistas eram autores e personagens da matéria; ênfase em detalhes reveladores, não em estatísticas ou dados enciclopédicos, descrição do cotidiano; frases sensitivas; valorização dos detalhes físicos e das atitudes da pessoa; estímulo ao debate; repórteres reconheciam e assumiam, em primeira pessoa, as dificuldades de compreensão da às vezes indecifrável mas sempre fascinante personalidade humana. (Vilas-Boas, 2003, p.24).

A revista *O Cruzeiro* foi lançada em 1928, no Rio de Janeiro, pelos Diários Associados e sua última edição foi publicada em 1975. Maia (2020) e Vilas-Boas (2003, 2014) apontam que os “anos gloriosos” dos perfis foram entre 1966 e 1968, mas que logo as revistas passaram a ter problemas por conta da censura e, especialmente, do Ato Institucional Nº 5, conhecido como AI-5, que dava ao presidente o poder de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão considerado “subversivo” e decretou a “proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;”³⁵. Dependendo do sujeito escolhido para o perfil, portanto, tanto o autor do texto e a empresa em que trabalhava quanto o perfilado poderiam ter problemas com o governo então ditatorial – o que evidencia a relação da política com o jornalismo, já mencionada no início desta pesquisa.

Durante os anos seguintes à ditadura, os veículos, de acordo com os autores, por um bom tempo não encontraram muitos espaços para publicações de perfis. Maia (2020) afirma que isso mudou em 2004, com o caderno semanal *Aliás*, do jornal *O Estado de S. Paulo*, que passou a publicar perfis sempre em suas últimas páginas.

Vilas-Boas (2003, 2014) defende que a humanização dos textos jornalísticos é um fator importante para a sua própria existência e considera que atualmente no Brasil deveria ter ainda mais espaço para o perfil, que justamente valoriza a humanização por estar centrado em uma pessoa – tanto que o autor relaciona o perfil com o jornalismo literário³⁶. Ele lembra, no entanto, que as revistas *piauí*, fundada em 2006 e objeto de pesquisa desta dissertação, e a revista *Brasileiros*, publicada pela primeira vez em julho de 2007 – e posteriormente migrada

³⁵ Ato Institucional Nº 5, de 13 de Dezembro de 1968, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

³⁶ Jornalismo literário é o nome pelo qual é conhecido o jornalismo que se utiliza de técnicas literárias para contar histórias reais. Há diversas discussões acerca do termo e suas contradições, considerando que o jornalismo se baseia em fatos e na realidade, enquanto literatura é ficção. Por isso, outros termos também são utilizados para se referir a essa forma de jornalismo, como “New Journalism” – que, na verdade, é um movimento específico que ocorreu nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 70 que utilizava técnicas de narrativa ficcional. Para saber mais, consulte o livro *Jornalismo Literário: teoria e análise*, de Rogério Borges (2013).

para internet³⁷ –, “têm ajudado a reduzir um pouco nosso déficit em relação aos norte-americanos e hispânicos” (Vilas-Boas, 2014, p. 278).

Para o autor, o perfil é um formato de jornalismo humanizado também porque provoca conexão com o leitor. “Os perfis elucidam, indagam, apreciam a vida num dado instante, e são mais atraentes quando atijam reflexões sobre aspectos universais da existência, como vitória, derrota, expectativa, frustração, amizade, solidariedade, coragem, separação, etc.” (Vilas-Boas, 2014, p.274).

Entretanto, é importante destacar que, por um grande período, quase todos os perfilados pelos jornalistas faziam parte de um grupo social específico, não abarcando a pluralidade da sociedade. “No início, os personagens mais retratados eram os olímpicos do mundo das artes, da política, dos esportes e dos negócios” (Vilas-Boas, 2014, p. 275). O autor explica que a expectativa era de que o perfil revelasse a visão de mundo e alguns episódios da vida dessas celebridades e de pessoas que fugiam do “convencional”.

(...) personagens famosos despertam interesse de qualquer veículo de comunicação; idem aqueles não muito conhecidos, mas em evidência por algum motivo; já um personagem desconhecido, por mais iluminador, simplesmente não existe para o jornalismo convencional. Exceção para os grotescos, os pitorescos, os vitimados ou os loucos de pedra”. (Vilas-Boas, 2003, p. 23-24).

Embora até hoje seja mais comum os jornalistas fazerem perfis de celebridades, Maia (2020) defende que qualquer um pode ser perfilado. Para Reginato e Dias (2020, p. 63), a diferença é que, “Enquanto inexitem (ou há poucas) referências em relação a anônimos, abundam informações sobre personalidades”. Maia destaca que uma característica marcante da revista *The New Yorker*, por exemplo, é justamente a veiculação de perfis de pessoas desconhecidas, “desde que proporcionem histórias estimulantes” (Maia, 2020, p. 59).

É importante reforçar, também, que o perfilado – seja ele famoso ou não – será representado no texto principalmente a partir da visão do repórter sobre aquela pessoa – lembrando que outros sujeitos também estarão presentes no discurso final construído, como o editor e até mesmo outras fontes entrevistadas. E essas visões serão relativas a um momento histórico específico, apresentado em um texto que leva em conta todas as características já tratadas nesta pesquisa sobre o discurso jornalístico.

O texto em si, no entanto, pode ser construído de diferentes formas. Depois de analisar perfis em jornais e revistas de grande circulação no país, Maia (2020) identificou sete “tipos”

³⁷ Em maio de 2017, a revista Brasileiros deixou de circular em formato impresso e se tornou integralmente online com o nome de *PáginaB!* tendo sido lançada em agosto do mesmo ano. Posteriormente, o portal mudou novamente para ARTE!Brasileiros. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

de perfis: 1) perfil de sucesso, 2) perfil exaltação, 3) perfil utilitário, 4) perfil ironia, 5) perfil cronológico, 6) perfil humanizado e 7) perfil complexo. A autora explica, entretanto, que em um mesmo texto, diferentes tipos podem estar presentes.

No **perfil de sucesso**, o que guia o texto é o êxito, seja profissional ou financeiro, do entrevistado. “Esse tipo de perfil chama a atenção pela qualificação que é dada ao perfilado; geralmente alguém que tem posses, status e influência” (Maia, 2020, p. 94). No **perfil exaltação**, o ponto principal do texto é o teor elogioso ao se referir ao perfilado. A complexidade e pontos negativos são deixados de lado.

Esse tipo de perfil explora, ao máximo, os valores relacionados ao sucesso e às qualidades pessoais, conferindo ao texto um tom celebrativo, geralmente bastante adjetivado. Ao reforçar, em especial, os aspectos positivos de um indivíduo, o jornalista deixa de lado um aspecto fulcral nessa trajetória, que é a própria falibilidade do ser humano”. (Maia, 2020, p. 95).

O **perfil utilitário** tem como ponto principal levar informações e questões úteis ao leitor por meio da vida do perfilado. “Esse tipo de perfil oferece então as condições para que os indivíduos sigam determinados modos de vida, sigam determinados conselhos, determinados procedimentos” (Maia, 2020, p. 95).

O **perfil de ironia** traz críticas ao entrevistado e, de acordo com Maia, é o mais difícil de ser produzido, porque pode se tornar um julgamento excessivo ao perfilado. O texto “pode conter severas críticas ao próprio entrevistado ao deixar implícito (mas perceptível) certos questionamentos ao jeito de ser do perfilado” (Maia, 2020, p. 96).

No **perfil cronológico**, o jornalista constrói uma narrativa baseada na cronologia dos principais eventos da vida do perfilado. Já no **perfil humanizado**, a principal questão é a subjetividade do perfilado. O centro do texto não é sua relação com trabalho, seu sucesso, sua trajetória de forma cronológica, mas sua visão da vida. Esses perfis “deixam em segundo plano as questões mais objetivas, como trabalho, realizações, entre outras, e mergulham na atmosfera mais subjetiva do entrevistado” (Maia, 2020, p. 97).

O último tipo apresentado por Maia é o **perfil complexo**. Nele, mostra-se a complexidade e a singularidade do perfilado, levando em conta suas relações profissionais, sua trajetória cronológica e, também, o lado humanizado. Vilas-Boas (2003, 2014) diz que os perfis “São atraentes quando provocam reflexões sobre aspectos objetivos e subjetivos comuns à existência de todos nós. A meu ver, é o que se pode realmente conservar na memória” (Vilas-Boas, 2003, p. 20). A partir dessas afirmações, é possível dizer que o autor considera o que Maia (2020) denomina de perfil complexo como o “perfil ideal”.

(...) o texto-perfil é relevante por sua durabilidade e narratividade. Mesmo que meses ou anos depois da publicação o protagonista tenha mudado suas opiniões, conceitos, atitudes e estilo de vida, o texto pode continuar despertando interesses. Quanto à narratividade, ela se expressa por uma estruturação bem calculada e uma escrita predominantemente reflexiva. (Vilas-Boas, 2014, p, 272).

Para ser bem escrito, o perfil, segundo Maia (2020), precisa ter como base o tripé ética, técnica e estética, “(...) devemos ter sempre em mente que a redação de um perfil deve envolver conhecimento, sensibilidade, sensualidade e coragem, afinal a língua tem o poder de criar novas maneiras de ver o mundo e afetar pessoas” (Maia, 2020, p. 130). E as histórias de vida costumam afetar os leitores.

Cotidianamente, milhares de narrativas sobre o outro são disponibilizadas em formatos diversificados. Na relação dialética de aceitação ou denegação, o interesse dos leitores confirma a audiência necessária para a própria sustentação dos itinerários das palavras. A ampla publicação de biografias, perfis, entrevistas exclusivas e a realização de reality shows, talk shows, e o advento das selfies, convoca o público, aqui entendido em sentido genérico, a participar desse espaço narrativo. (Maia, 2020, p. 34).

Numa sociedade de superexposição dos sujeitos, como a atual, essas narrativas chamam atenção. “Os leitores sempre encontrarão tempo para narrativas que identificam seus destinos com os destinos de outras pessoas, como quando dizem ‘puts, isso pode acontecer comigo’. Ou seja, o perfil gera uma empatia com o leitor” (Vilas-Boas, 2003, p.12).

Se uma das finalidades do jornalismo, como já vimos, é mostrar a pluralidade da sociedade, uma das formas de atingir esse objetivo é contar histórias de diferentes vidas por meio de perfis.

(...) ousou dizer que a escrita de um perfil pode romper com estereótipos historicamente apresentados pelo poder constituído ao inscrever a pluralidade identitária em sua produção. Ao ser contaminado por essas ideias, o jornalista pode extrapolar uma leitura reducionista da sociedade, conseguindo assim desviar seu olhar dos recortes medíocres a que foram definidos os seres humanos pelos “guardiões” da moral e da mesmice”. (Maia, 2020, p. 37).

Para que se possa incluir essa pluralidade no jornalismo, portanto, é necessário “dizer não à tirania das aparências” (Vilas-Boas, 2003, p. 15). Ou seja, o repórter precisa estar aberto para qualquer outro, em um exercício de alteridade³⁸. “Em um perfil, tanto a pesquisa quanto a narração implicam um sentir, e sentir-se é envolver-se. Mas não um envolvimento ideológico, religioso ou político. De jeito nenhum. Envolver-se, aqui, significa estar aberto à curiosidade e à surpresa” (Vilas-Boas, 2014, p. 281).

³⁸ O conceito de alteridade será aprofundado ainda no capítulo 2, mas adiantamos que, nesta pesquisa, tratamos a alteridade a partir da definição de Freitas (2017) e a entendemos como o fenômeno da relação do eu com o outro.

A alteridade, então, como diz Maia (2020), é um elemento importante para a construção do perfil, mas, mais do que isso, é peça fundamental para sua existência. “A alteridade aparece com certa força nesse processo porque muitas vezes é preciso lidar com a diferença, com o estranhamento” (Maia, 2020, p. 54). A autora complementa:

O movimento de troca comunicativa entre os sujeitos aponta o reconhecimento das diferenças como um primeiro passo em direção à alteridade. Para que esse reconhecimento ocorra é preciso despir-se de dogmas relacionados ao modo de ser das pessoas. São muitas opções no modo de encadear uma história de perfil. Não cabe ao jornalista glamourizar ou desprestigiar a narrativa singular de cada um. (Maia, 2020, p. 109).

Independentemente do tipo de perfil que será construído, então, é preciso escrever a história do perfilado com alteridade e de forma envolvente, sempre buscando humanizá-lo para o leitor, sem criar lugares comuns ou recorrer a preconceitos. Levando em consideração esses pressupostos apresentados, faremos a seguir o exercício de elaborar a noção do que seria o que denominaremos de perfil qualificado, ou seja, um perfil que cumpra todas as exigências que os autores julgam importantes para construção dessa forma discursiva.

2.3.1 A construção do perfil qualificado

Falar da humanização de um sujeito na construção de seu perfil parece redundante, afinal, todas as pessoas são humanas, e é parte da vida delas que será tratada nessa forma discursiva. Compreendemos, no entanto, que os autores que destacam essa qualidade nos perfis bem construídos buscam diferenciá-los daqueles que apresentam superficialmente um sujeito, como se ele não tivesse contradições e complexidades próprias de qualquer ser humano.

Vila-Boas defende que o primeiro passo para humanizar o perfilado “é fugir do ideal da perfeição e evitar maniqueísmos. Uma pessoa não é isto *ou* aquilo. Ela é isto, aquilo, aquilo outro e mais de um milhão de *istos* e *aquilos* totalmente imprevistos” (Vilas-Boas, 2014, p. 275). Para Reginato e Dias (2020, p. 45), o personagem do perfil é humanizado quando o texto lhe apresenta sem máscaras e julgamentos: “A busca não é pelas aspas dos entrevistados: eles têm rosto, características, sentimentos, percepções sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmos”.

Sujeitos são complexos, têm qualidades e defeitos, opiniões próprias e uma história de vida única. Além disso, “Ao narrar a trajetória de uma vida, o autor tem que considerar o caráter irresoluto dessa história; há desvios, esquecimentos e apagamentos que dependem de

como esse passado, seja recente ou mais distante, aparece, tanto para o perfilado quanto para o jornalista” (Maia, 2020, p. 42). Contar a história de vida de alguém, portanto, também é uma tarefa complexa, e, diferentemente dos textos noticiosos, o perfil jornalístico não tem um padrão ou modelo a ser seguido – cada texto é único, assim como os sujeitos³⁹. “A lógica industrial da pirâmide invertida, com seus *leads* e *subleads*, é inútil em perfil. Informação e percepções não se acomodam em compartimentos estanques” (Vilas-Boas, 2003, p. 10).

Para a construção de um perfil, segundo Maia (2020), é necessário o contato direto entre repórter e perfilado, mas o jornalista deve utilizar outros elementos que estiverem ao seu alcance, além da entrevista com o personagem principal.

Para retratar o perfilado, o jornalista aproveita-se de todas as circunstâncias que lhe aprouver, como entrevistas presenciais ou virtuais, pesquisa em documentos escritos, orais ou iconográficos, depoimentos de terceiros, sempre com o intuito de compor traços peculiares de cada personagem a ser mostrado para o público.” (Maia, 2020, p. 77).

Sabendo que há diferentes formas de se escrever um perfil, Vilas-Boas (2003) sugere uma delas: seguir o modelo da Jornada do Herói, de Joseph Campbell, apresentado no livro *O herói de mil faces* (1989)⁴⁰. Outra maneira que Vilas-Boas (2003, 2014) indica para construção de um perfil é pensar que ele é composto por quatro partes: lembrança, espaço, circunstância e interação.

1. Os espaços são os locais dos encontros do autor com o protagonista e/ou com as pessoas próximas a ele/ela. Os espaços ampliam a percepção sobre o estilo de vida (lifestyle), entre outras coisas.
2. Os tempos contrapõem a trajetória de vida do indivíduo. Essa trajetória não é necessariamente linear. O tempo está contido no lembrado (pelo protagonista e por seus coadjuvantes) e no vivido (autor e protagonistas, juntos, aqui, agora)
3. As circunstâncias englobam o imponderável. Caso o imponderável afete muito o processo de pesquisa e os diálogos, o texto então deve refletir também a consciência do autor sobre o que ocorreu nos bastidores.
4. Os relacionamentos (“infinitos enquanto durem”) trazem à tona as expressões (verbais e não-verbais) intrínsecas ao protagonista. Os relacionamentos geram imagens, possibilitam insights e fixam o que é indiscutivelmente próprio do personagem. (Vilas-Boas, 2014, p. 280 e 281).

³⁹ Um exemplo de perfis construídos com um formato nada convencional são os escritos pelo jornalista Bruno Molinero no livro *Alarido*, de 2016, que venceu o Prêmio Guavira de Literatura na categoria poesia. A obra traz três perfis – pelo menos assim apresentados pelo autor – em formato de poemas. É discutível, inclusive, se os textos realmente podem ser chamados de perfis. Disponível em:

<http://saopauloreview.com.br/tres-poemas-de-bruno-molinero/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

⁴⁰ O livro *O herói de mil faces* foi lançado originalmente em 1949, sendo lançado no Brasil apenas em 1989. A Jornada do Herói se divide em seis fases: 1) a do cotidiano, em que o personagem é apresentado em seu mundo comum e diário; 2) a chamada para a aventura, em que algo muda sua rotina e rompe com o cotidiano; 3) a recusa ao chamado, em que o personagem hesita se irá aceitar sua missão; 4) os testes, em que o sujeito é submetido a crises, desafios e, também, oportunidades; 5) a internalização, em que o sujeito reflete sobre os desafios pelos quais passou e sobre sua vitória; e 6) o retorno, quando ele volta ao seu cotidiano e mostra o quanto sua vida mudou para melhor.

Nas quatro partes definidas pelo autor, a boa relação entre o perfilado e o repórter é fundamental. Maia (2020) também defende essa aproximação entre esses dois sujeitos ao propor seis pontos importantes para a construção de um perfil: 1) entrevistas, 2) alteridade, 3) escutas e silêncios, 4) singularidades, 5) observação e 6) “abres ou *lead*”.

A **entrevista** é o momento do encontro e da conversa com o outro, que inclui **escutas e silêncios**. “Ouça o que o sujeito tem a dizer”, diz Vilas-Boas (2003, p. 15). Durante a entrevista, o repórter precisa deixar o entrevistado falar e exercitar o silêncio, como lembra também Eliane Brum (2008) ao se definir como “escutadeira”: “Escutar é esperar o tempo que cada um tem de falar – e silenciar. Como repórter – e como gente –, eu sempre achei que mais importante do que saber perguntar é saber escutar a resposta” (Brum, 2008, p. 38).

É durante a entrevista que o repórter deve exercitar a **observação**. Vilas-Boas define a ação de observar como trazer o não-verbal para o texto.

O fato de os atos e as reações de uma personagem deixarem transparecer, ainda que de maneira fluida, as suas características, tem enorme importância na estruturação de um perfil. É a possibilidade de descrever uma pessoa contando o que ela faz e como faz, permitindo a incorporação num texto descritivo de trechos narrativos. (Vilas-Boas, p. 29)

O modo de agir, os objetos presentes na casa, no escritório ou em outro local onde ocorre a entrevista também ajudam a contar a história e caracterizar o perfilado. O que lembra a questão da **singularidade**, incluída por Maia (2020) como um dos pontos para serem observados na construção de um perfil. “Cada perfilado/a demanda uma forma de olhar” (Maia, 2020, p. 116), porque cada indivíduo é único e tem suas particularidades. E é importante lembrar que o jornalista terá que entrevistar várias fontes para construir um perfil, e essa postura observadora e de escuta atenta das singularidades de cada um deve se repetir em todas as entrevistas.

Outro ponto que a autora define como importante para a construção de um perfil é a **alteridade**, já citada. Ela é indispensável porque, na relação entre repórter e fonte – especialmente na produção de textos sobre a vida de sujeitos – o repórter precisa estar aberto a compreender o outro. “No processo de produção dos perfis é preciso reconhecer as diferenças e as semelhanças entre nós e o outro que será retratado. Como o jornalista não é um ser despido de ideias e valores, entra em cena o aspecto relacional” (Maia, 2020, p. 113). É possível dizer, portanto, que a própria base do perfil é a alteridade, que deve estar presente na relação do “eu” com o “outro”.

O último ponto apresentado por Maia (2020) diz respeito à estruturação textual e ao início do texto. Para a autora, não há um modelo ideal de abertura para um perfil, tanto que ela prefere usar o termo **“abre”**: “o abre (nomenclatura que adoto por ser mais ampla) de um perfil deve ser atraente e singular” (Maia, 2020, p. 120). Para a autora, é pela abertura que o leitor será cativado – ou não – a seguir no texto.

Boff (2021, p. 118) diz que a lógica da reportagem “(...) é a da narrativa de uma história, com começo, meio e fim”. Entendemos que o perfil também se enquadra nesse formato de narrativa, pois, apesar de apresentar apenas um período da vida de um sujeito, ele conta uma história. “O perfil é explicitado pela história narrada, com um passado e um presente” (Vilas-Boas, 2003, p.19). Boff (2021) traz outras características da reportagem que entendemos que também se adequam aos perfis.

A liberdade de estilo na escrita, ainda que sujeita aos parâmetros editoriais de cada veículo, é característica da reportagem. Seu texto pode ser mais descritivo, argumentativo, lírico ou dramático (com foco narrativo na ação e nos diálogos), ou ainda misturar esses recursos. Pode até ser um relato em primeira pessoa, reservado a casos especiais (por exemplo, quando o repórter participa da ação).” (Boff, 2021, p. 118).

Mesmo que exista mais liberdade no estilo de escrita de um perfil, a qualidade do texto vai depender primeiramente da relação que o repórter conseguir estabelecer com o perfilado. Vilas-Boas aponta três situações que podem trazer problemas a essa relação. A primeira é quando há agressão por parte de um dos sujeitos. A segunda, quando há uma posição de defesa de um deles “a fim de ocultar mais do que revelar, ou exibir mais do que observar” (Vilas-Boas, 2014, p. 282). A terceira é quando o autor do texto tenta tomar o protagonismo.

Consideramos, como Vilas-Boas (2003, 2014) e Maia (2020), que o perfil é um encontro. E o próprio autor inevitavelmente estará presente no texto, pois, ao se falar da vida do outro, também se fala e se compreende sobre si. “Todo perfil é biográfico e autobiográfico” (Vilas-Boas, 2014, p. 284). Mas sempre o principal sujeito do perfil deve ser o perfilado.

O autor do texto precisa ter, ainda, outros cuidados. “É possível criticar sem ofender; alfinetar sem ferir; homenagear sem trair-se, retratar sem granular” (Vilas-Boas, 2003, p. 16). Maia (2020) também faz alguns alertas para os jornalistas que querem escrever perfis:

Os traços que desenharam a trajetória de vida, que também podem ser responsáveis por difamar ou enaltecer certas pessoas, imputam valores que conduzem publicamente a história do sujeito em evidência. Nessa perspectiva, a narração de uma vida não pode ser considerada uma atividade simples a ser realizada sem

discernimento. Pelo contrário, requer uma visão ampla, complexa e, sobretudo, uma atitude compreensiva por parte do autor, do personagem e do público”. (Maia, 2020, p. 51).

Essa visão ampla, complexa e compreensiva é que possibilita a construção do que, então, definimos como **perfil qualificado**. Consideramos, então, que um perfil qualificado é aquele que: 1) se aprofunda em um recorte da história do personagem central, saindo da superficialidade do que já se conhece sobre ele; 2) busca a humanização do perfilado, apresentando suas complexidades e fugindo das imagens “ideais” e dos dualismos; 3) apresenta a complexidade de um sujeito em várias camadas a partir de pesquisas e de entrevistas com diversas fontes, além de entrevistas com o próprio perfilado; 4) é construído com um texto envolvente que inclui também o que foi observado pelo repórter; 5) cumpre finalidades do jornalismo – mesmo que não necessariamente todas; e 6) tem como base a alteridade.

A base para a construção do perfil é, portanto, um exercício de alteridade, que sustenta as outras características do perfil qualificado. E, como apontam Benetti e Freitas (2017), a alteridade é a base do próprio jornalismo. Por isso, esse conceito será aprofundado a seguir, junto com outras noções sobre a relação do “eu” com o “outro”.

2.4 A RELAÇÃO COM O OUTRO NO JORNALISMO

O jornalismo precisa do outro para qualquer tipo de produção, pois ele sempre estará contando uma história que envolve outras pessoas. Além disso,

(...) o ato de contar histórias está ligado, em boa parte dos casos, a um sentido de compartilhar algo com outras pessoas; histórias são contadas para o outro; mesmo quando a narrativa é feita para si mesmo, no sentido de um solilóquio, os fatos narrados e o modo de narrar se interpelam em termos da recordação do que outros contaram. O ato narrativo, o momento de contar uma história, parece ser um momento privilegiado para se pensar e entender o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro. (Martino, 2016, p. 42).

Para Maia (2020), quando alguém conta uma história, fica inserido em um constante processo interativo, numa relação de troca com o outro. Existe também a relação que se estabelece entre o leitor da história que o jornalista conta e a “pessoa de papel”⁴¹ construída no texto. Ou seja, essa aproximação faz parte do contrato de comunicação, já apresentado. O leitor precisa sentir-se conectado com o outro presente na história contada pelo jornalista.

⁴¹ “Pessoa de papel” é um conceito apresentado por Luiz Gonzaga Motta (2013) no livro *Análise Crítica da Narrativa*, que afirma que, mesmo baseado em uma pessoa real, o personagem apresentado nos jornais é uma construção. No contexto dos perfis, compreende-se que a pessoa descrita é real, mas a sua persona no perfil é uma pessoa de papel, pois é uma construção feita pelo repórter.

No caso do perfil, a relação com o outro é mais potente e complexa ainda. É necessário, por exemplo, como vimos, que o “outro perfilado” seja humanizado e apresentado pelo jornalista com suas qualidades, defeitos e complexidades para que haja a identificação com o “outro leitor”.

Essa identificação, para Lippmann (2008), depende das imagens mentais que o leitor já possui, ou seja, da sua bagagem e da forma como vê o mundo. A capacidade de se identificar com outra pessoa e tentar se colocar em seu lugar, buscando compreender seu comportamento, é um dos significados da palavra empatia⁴². A empatia, portanto, tem relação com a emoção que ocorre nesse encontro entre eu e o outro.

Freitas (2017) define empatia como forma de conhecer a identidade do outro, e Martino (2019, p. 81) explica a origem da palavra:

De raiz grega, a expressão deriva de pathos, que, como visto, costuma ser traduzido como “paixão” ou “emoção”. Embora relacionada a isso, pathos se refere também a uma espécie de “resposta”, emocional ou passional, a uma ação ou acontecimento que a desencadeia. Essa sensação acontece quando há uma relação, algo que se torna presente, seja de maneira imediata ou situada no tempo – por exemplo, quando temos a memória de algo ou imaginamos uma situação.

O autor salienta que, no momento da comunicação, a empatia pode se apresentar de mais de uma forma – mostrando os elementos que diferenciam os sujeitos de uma comunidade, mas também os elementos em comum entre eles. “A comunicação expressa um incontido desejo de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença” (Marques; Martino, 2015, p. 34). Para Martino (2019), a empatia é necessária para que não ocorra a redução do outro aos estereótipos, embora haja certa relação entre empatia e as concepções que temos sobre a identidade de determinado sujeito ou grupo.

Indo além, Martino (2019) aprofunda o conceito de empatia ao afirmar que a ação empática não é, de fato, colocar-se no lugar do outro. Isso porque o movimento em direção ao outro é sempre imaginado, a fim de tentar alcançar a compreensão de sua condição de vida.

⁴² No dicionário Houaiss (2023), empatia possui três significados: “1 faculdade de compreender emocionalmente um objeto (um quadro, p.ex.); 2 capacidade de projetar a personalidade de alguém num objeto, de forma que este pareça como que impregnado dela; 3 capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de apreender do modo como ela apreende etc.; 3.1 processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro 3.2 forma de cognição do eu social mediante três aptidões: para se ver do ponto de vista de outrem, para ver os outros do ponto de vista de outrem ou para ver os outros do ponto de vista deles mesmos < demonstrar e. por um adversário > cf. *antipatia* e *simpatia*”. Disponível em <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1> Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

Ou seja, nunca é possível realmente colocar-se no lugar de outra pessoa, nem compreendê-la por completo.

No jornalismo, a empatia entre repórter e fonte é fundamental. Já o leitor pode ser empático ou não com fontes de uma reportagem e até com jornalistas, dependendo de o quanto ele vai se identificar com esses sujeitos. Mas o perfil, como diz Vilas-Boas, é um texto que tem grande potencial de gerar essa empatia no leitor.

Os perfis cumprem um papel importante, que é exatamente gerar empatia no leitor. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias do outro; compartilhar as alegrias e tristezas do outro; imaginar as situações do ponto de vista do outro”. (Vilas-Boas, 2014, p. 274).

O autor defende, inclusive, que, na construção do perfil, o repórter precisa ter “empatia com todas as pessoas envolvidas no processo” (Vilas-Boas, 2014, p. 285) – ou seja, com todos os outros.

Aprofundando a reflexão, Martino (2019) traz mais um ponto importante para a compreensão da relação entre o eu e o outro e entre o jornalismo e o outro. Para ele, a empatia faz parte da alteridade: antes de se ter a empatia, tem-se a alteridade. Ou seja, primeiro é preciso reconhecer que há um outro (que não eu) que está em comunicação comigo – que seria ter alteridade – para, então, a partir do estabelecimento do diálogo ou da simples percepção dessa existência diferente da minha, se interessar em compreender sua situação no mundo de maneira empática.

A empatia parece ser um processo aberto de percepção e conhecimento da alteridade que se apresenta e a partir da qual se pode estabelecer uma relação de comunicação. A inexistência dessa abertura para o outro dificulta o estabelecimento da comunicação na medida em que o terreno comum necessário para isso não é construído. (Martino, 2019, p. 83).

Para o jornalismo, portanto, e especialmente na construção de um perfil, é preciso que exista essa abertura para o outro, reconhecendo os perfilados primeiramente como outros, para depois estabelecer o diálogo na entrevista.

2.4.1 Alteridade e outridade no jornalismo

O conceito de alteridade não é recente. Sodré (2007, p. 158) diz que ele já aparecia nos "primórdios da filosofia ocidental e suas bases religiosas e culturais”. Afirma também que Aristóteles e Platão já trabalhavam com o conceito, mas que a ideia de alteridade era seletiva:

A abordagem grega acentua a dimensão do mesmo, e tem como pano de fundo a diferença social entre o mesmo e o estrangeiro. Na Grécia Antiga, existe já uma experiência do alter como sendo um outro eu sou, mas ela não é ainda uma experiência completa e universal de reconhecimento da alteridade. Dessa experiência, estão excluídos aqueles considerados como estranhos ao grupo dos cidadãos. A filosofia grega chega, portanto, a uma reflexão fundamental sobre o ser e o outro, que foi a base de uma belíssima concepção ética, política e metafísica, mas esta concepção é ainda restrita. (Sodré, 2007, p. 166).

O conceito de alteridade mudou com o tempo, mas continua não sendo unânime. Vários autores se dedicam a compreender o que é alteridade, e cada um segue um caminho diferente. Para Lévinas (2004), a alteridade é uma relação entre eu e o outro, sendo o eu sempre responsável pelo cuidado do outro. No caso, deveria existir sempre uma doação total do eu, sem esperar nada do outro em troca. O autor resume sua ideia da relação entre o eu e o outro ao citar um trecho de *Irmãos Karamazov*, de Fiódor Dostoiévski (1821-1881):

(...) todos os homens são responsáveis uns pelos outros, “e eu mais que todo mundo”. Uma das coisas mais importantes para mim é esta assimetria e esta fórmula: todos os homens são responsáveis uns pelos outros, e eu mais do que todo mundo. Como se vê, é a fórmula de Dostoiévski que cito de novo. (Lévinas, 2004, p. 148).

Uma segunda obra do autor russo, *O Sonho do homem ridículo*, ilustra a visão de Lévinas sobre a responsabilidade para com o outro. No conto, o personagem “homem ridículo” decide que irá se matar. Sua vida não faz sentido, outros homens não o levam a sério, nada mais importa. Mas esse homem, ao dormir, tem um sonho: ele vê um mundo perfeito, com todos vivendo em harmonia entre si e com a natureza. Entretanto, quando ele chega a esse mundo, leva junto o pecado. O homem percebe, então, que ele foi responsável, sozinho, pela depravação do mundo – “Eu acabei corrompendo todos eles!” (Dostoiévski, 2021, p. 119). Ao acordar, o personagem conclui que ele pode ser responsável pela salvação do mundo – “O principal é amar os outros como a si-mesmo” (Dostoiévski, 2021, p. 155). Podemos entender, então que, para Lévinas (2004) – influenciado pelas obras de Dostoiévski –, a alteridade é a doação total ao outro. Ele vê a relação com o outro como uma obrigação.

Ao explicar essa relação do eu como responsável pelo mundo, o autor traz uma espécie de metáfora com um “rosto”. Este rosto não corresponderia a apenas um homem, mas à pessoalização, ou representação, da humanidade, de diferentes grupos sociais.

Rosto não é absolutamente uma forma plástica como um retrato; a relação ao Rosto é, ao mesmo tempo, relação ao absolutamente fraco – ao que está absolutamente exposto, o que está nu e o que é despojado, é a relação com o despojamento e, por conseguinte, com o que está só e pode sofrer o supremo isolamento que se chama a morte; por isso, há sempre no Rosto de Outrem a morte e, assim, de certa maneira,

incitação ao assassinato, tentação de ir até o fim, de negligenciar completamente a outrem - e, ao mesmo tempo, e esta é a coisa paradoxal, o Rosto é também o Tu não matarás” (Lévinas, 2004. p. 144).

Esse rosto, entretanto, precisa ser apresentado para o eu para que exista a relação do eu com o rosto e, assim, a alteridade. No entanto, apesar de entender a alteridade como uma doação total do eu sobre o outro, o autor compreende, também, que é impossível se responsabilizar por todos os indivíduos e diz que determinados eventos geram mais comoção e senso de responsabilidade. Ele exemplifica com o Holocausto que, até hoje, gera uma forte comoção. Entretanto, em diversos países africanos, também ocorreram “holocaustos” que não possuem a mesma visibilidade e comoção.

Lévinas (2004) define, então, um grupo pelo qual o eu não se sente responsável e não é considerado um outro, que ele chama de “o terceiro”. O terceiro seria também a representação de um grupo.

De fato, tal sociedade é a dois, de mim a ti. Estamos entre nós. Ela exclui os terceiros. Por essência, o terceiro homem perturba esta intimidade: minha injustiça em relação a ti, que posso reconhecer inteiramente a partir de minhas intenções, se encontra objetivamente falseada por tuas relações com ele, as quais me permanecem secretas, visto que estou, por minha vez, excluído do privilégio único de vossa intimidade. (Lévinas, 2004, p. 41).

Para Treanor (2006), os conceitos de Lévinas (2004) são muito abstratos, por isso, ou não podem ser totalmente compreendidos, ou não existem de tal forma no mundo, entretanto, eles são citados e utilizados para a construção e compreensão do conceito, tanto por Treanor (2006), quanto por nós. Entendemos que é necessário trazer essa definição abstrata de Levinas da alteridade como doação total ao outro (e, aqui, esse outro é representado por um rosto e a sociedade tende a ter mais alteridade com determinados grupos do que com outros), para conseguirmos ter um panorama geral da definição e seus avanços no decorrer do tempo. Entendemos que ao definir a alteridade como uma doação total mas, ao mesmo tempo, seletiva, focamos sua definição no “eu” e não no outro.

Já Martino e Marques (2019) entendem a alteridade como uma abertura para o outro. Para eles, deve-se entender a alteridade como um fenômeno estético, ou seja, que se relaciona com a sensibilidade.

O outro é o mais infinito dos mistérios. E tanto mais misterioso porque é igual a um eu que se constrói e dilui nos atravessamentos da alteridade, se transforma a cada vez que a potência de seu ser é afetada pela presença, real ou imaginária, desse outro que desafia sempre a pensar, também, como o outro de alguém, de todos os outros, aquele a partir do qual o outro também se constitui – daí minha responsabilidade infinita para com o outro” (Martino, 2016b, p. 101).

Martino ressalta, entretanto, que o primeiro contato do eu com o outro se baseia em concepções que já existem no eu. Essa primeira apreensão é calcada em fatos pré-construídos, como os estereótipos. Para o autor, o exercício de alteridade é justamente buscar ultrapassar essa primeira visão e tentar realmente compreender o outro.

Munhoz (2017) dá à alteridade um significado ainda mais amplo. A autora diz que os sujeitos vivem em sociedade e em constante relação uns com os outros, então, a alteridade é indispensável.

O sujeito não vive só, ele se relaciona com outros sujeitos. Da mesma forma que há a tentativa de apreender o mundo para entendê-lo, o indivíduo também, pela percepção, tenta captar quem é o outro. A alteridade é essa premissa da diversidade do mundo em que as pessoas buscam assimilar umas às outras, a fim de apreender a singularidade do não “eu” (Munhoz, 2017 p. 35).

Reflexões sobre a relação entre o eu e o outro estão presentes também na obra de Todorov (2019). Maia (2020), ao falar sobre a construção do perfil, explica que Todorov busca uma explicação semiótica para a alteridade, tendo como caso de estudo a colonização da América espanhola. Ela diz que o autor reconta a história da colonização tendo como ponto principal a relação entre colonizado e colonizador. No decorrer de sua narrativa, Todorov apresenta três eixos tipológicos que definem a sua visão de alteridade: o movimento *axiológico*, o movimento *praxiológico* e o movimento *epistêmico*.

O primeiro baseia-se em um julgamento de valor, quando alguém define se o outro é bom ou mau. O autor usa como exemplo o padre Las Casas, que ao chegar na América encantou-se com a população nativa, defendendo-os como “bons”. Ao mesmo tempo, seria possível defini-los como ruins, corrompidos. O movimento *axiológico*, portanto, aciona os valores de “bom/ruim” e “gosto/não gosto”.

No segundo movimento, se estabelece uma relação entre o eu e o outro, sendo que o eu pode assimilar as características desse outro. O autor lembra de Cortez, que, apesar de ser espanhol, casou-se com uma nativa das américas espanholas e aprendeu seu idioma e sua cultura. Cortez seria exemplo de assimilação. Portanto, no movimento *praxiológico*, o outro é obrigado a assimilar a crença do eu. Existe a possibilidade também do distanciamento do eu e do outro, caso as crenças não sejam assimiladas.

O terceiro movimento, o *epistêmico*, é o da necessidade de se conhecer ou não o outro e de considerá-lo ou não como ser equivalente ao eu. Todorov (2019) considera que esta foi uma dificuldade dos espanhóis: eles não souberam categorizar ou até mesmo compreender os

povos nativos, pois não sabiam nem se poderiam considerá-los como humanos – e então semelhantes a si mesmos – ou não.

O estudo do “si-mesmo” e do outro é essencial para a proposta de definição de alteridade para outro autor, Ricoeur (1991). Antes de entender quem é o outro, Ricoeur (1991) busca entender quem é o “si” (que seria o equivalente ao “eu”). Para o autor, o si-mesmo e o outro se confundem, porque o si pode ser o outro, assim como o outro pode ser o si. Para ele, há uma relação de igualdade entre os membros da sociedade, que os tornam tanto si quanto outros. “Em nenhuma etapa o si terá sido separado do seu outro” (Ricoeur, 1991, p. 30).

O autor entende, então, a alteridade como um exercício de reciprocidade. Tanto o eu (ou o si) quanto o outro, para Ricoeur, possuem direitos e responsabilidades uns para com os outros e, também, para com a sociedade. Essa relação, inclusive, se baseia na busca pela construção de uma sociedade boa e justa.

A similitude é o fruto da troca entre estima de si e solicitude para outros. Essa troca autoriza a dizer que não posso me estimar eu mesmo sem estimar outrem *como* eu mesmo. Como eu mesmo significa: tu *também* tu és capaz de começar alguma coisa no mundo, de agir por razões, de hierarquizar tuas preferências, de estimar os fins de tua ação e, assim fazendo, de te estimar tu mesmo como eu me estimo eu mesmo. A equivalência entre o “tu também” e o “como eu mesmo” repousa em uma confiança que podemos ter como extensão da atestação em virtude da qual eu creio que posso e que valho. Todos os sentimentos éticos evocados mais acima dependem dessa fenomenologia do “tu também” e do “como eu mesmo”. Porque eles afirmam realmente o paradoxo incluso nessa equivalência, o paradoxo da troca no lugar mesmo do insubstituível. Tornam-se assim fundamentalmente equivalentes a estima do *outro como um si-mesmo* e a estima *de si-mesmo como um outro*. (Ricoeur, 1991, p. 226-227, grifos do autor).

Para Ricoeur (1991), portanto, o si e o outro são entendidos como semelhantes que se relacionam e intercalam-se nessas posições. O autor diz, ainda, que o si se divide em três diferentes identidades: a ipseidade, a mesmidade e a outridade. A ipseidade seria o si (ou o “eu”) e suas características; a mesmidade, as semelhanças entre o si e o outro, enquanto a outridade seria a relação do si com o outro, focando nas características, singularidades e individualidades desse outro. Freitas (2017) entende que a alteridade é um fenômeno que articula essas três identidades.

No mundo vivido, a alteridade será sempre um pressuposto e, portanto, um fenômeno percebido. E é justamente o fenômeno do “outro” manifestado e apreendido pelo “eu” que conforma, na maioria das vezes, a percepção que se pode ter sobre o primeiro. A partir da alteridade, que é uma premissa da diversidade do mundo, os sujeitos encarnados (pessoas) buscam perceber uns aos outros, a fim de apreender a singularidade de cada um que não o “eu”, mesmo que o conhecimento absoluto intersubjetivo seja um feito inalcançável, pois sempre haverá algo que nos escapa. (Freitas, 2017, p. 25).

A autora argumenta que a compreensão do outro pela alteridade é apenas um passo e não é completa. Para ela, a forma de entender o outro na sociedade se dá por meio da “outridade”. Treanor (2006) também diferencia alteridade de outridade. Para ele, alteridade é o que do outro é “não familiar, estrangeiro ou obscuro” (Treanor, 2006, p. 229, tradução nossa⁴³). Já a outridade é a compreensão do outro em si, não apenas o que não é familiar, mas a relação que se constrói ao se deparar com um outro.

Como nós respondemos à chegada do outro depende, em grande medida, de como pensamos a outridade em si. Assim, a questão da outridade não requer que empreendamos um esforço exaustivo em todos os lugares que encontrarmos a outridade. A questão da outridade pergunta o que é a própria outridade. O que significa encontrar algo ou alguém que é outro? (Treanor, 2006, p. 3, tradução nossa⁴⁴).

Tanto Treanor (2006) quanto Freitas (2017) defendem que é por meio da alteridade que entende-se que não é possível ter a compreensão completa do outro, porque a alteridade é a relação entre o eu e o outro, não a busca pela compreensão desse outro. Freitas (2017, p. 19), inclusive, traz a definição do dicionário de que “alteridade, basicamente, é a condição de contraste entre duas ou mais coisas e pessoas postas em relação.” A autora complementa ao explicar que “Assim, se a alteridade é compreendida aqui como o fenômeno que envolve o ‘eu’ e o ‘outro’ numa relação de interdependência no mundo, o que explica o modo de existência desse ‘outro’ para o ‘eu’ no mundo é a outridade” (Freitas, 2017, p. 25).

Os autores afirmam, também, que muitas vezes há uma confusão conceitual, em que alteridade e outridade são vistas como sinônimos intercambiáveis. Eles defendem que, quando há alteridade, as diferentes identidades são postas em relação, enquanto a outridade é a busca da compreensão efetiva deste outro. Podemos entender, então, que a outridade seria um segundo passo depois da alteridade, seria essa busca pela compreensão efetiva do outro. Mas Freitas (2017) vê que nas articulações de identidades pode ocorrer a busca por enquadrar o outro em visões já pré-definidas e aceitas. Quando isso acontece, segundo a autora, pode ocorrer um fenômeno de justaposição ou de “emparelhamento das identidades, que suprime as diferenças dos sujeitos que se relacionam, ao dar prioridade à mesmidade” (Freitas, 2017, p. 26). Ela critica essa justaposição, entendendo que o outro merece e deve ser entendido como um sujeito com suas características e singularidades próprias.

⁴³ No original, “unfamiliar, alien, or obscure.”

⁴⁴ No original, “How should we respond to the arrival of the other—whether that other is a voice in the desert, the voice of the unconscious, or the voice of the widow, orphan, or stranger? How we respond to the arrival of the other depends, in large measure, on how we think of otherness itself. Thus, the question of otherness does not require that we undertake an exhaustive examination of all the places we encounter otherness. The question of otherness asks what otherness itself is. What does it mean to encounter something that or someone who is other?”.

O eu, no entanto, nunca consegue acessar o outro em sua forma completa. “A outridade não é absoluta”, afirma Treanor (2006, p. 228, tradução nossa⁴⁵). Por isso Benetti e Freitas (2017) dividem a outridade em plena e relativa. A outridade plena seria o próprio outro em sua completude, com todas as suas características, singularidades e particularidades. O eu nunca consegue acessar o outro dessa forma porque apenas partes desse outro são mostradas na relação. Treanor (2006) usa a expressão outridade absoluta (em tradução literal), como aquela que permitiria entender o outro a partir de uma visão niveladora, sem considerar que cada indivíduo (outro) tem suas particularidades e singularidades.

Eticamente, a singularidade e o respeito pelo outro são mais bem preservados pela outridade relativa do que pela outridade absoluta. A alteridade absoluta é uma explicação niveladora dos outros. A alteridade relativa – o cruzamento único de alteridade e similitude em qualquer outro que encontramos – preserva verdadeiramente a singularidade do outro, não a distância homogeneizadora da outridade absoluta. (Treanor, 2006, p. 238, tradução nossa⁴⁶).

Freitas (2017) vê a outridade plena como algo inalcançável para o eu por se tratar de toda a subjetividade e completude do outro,

Outridade plena, basicamente, é aquilo que conforma a interioridade do “outro” e, portanto, não está explícita. Ela diz respeito ao “outro” para si e em si mesmo, ao inverificável, à consciência de si – é o outro em sua plenitude e intimidade, com anseios, inquietações, desejos, emoções, sentimentos e percepções que lhes são particulares, inacessíveis ou não reveladas no encontro face a face. (Freitas, 2017, p. 30).

O jornalismo também não consegue acessar o outro em sua forma plena, mas apenas de forma relativa. Essa visão pode ser exemplificada com a reflexão de Vilas-Boas (2014, p.284) de que o “Perfil não é a palavra final sobre alguém”. Sendo o perfil um recorte da vida de um sujeito, entendemos que nem em um perfil – e nem mesmo em uma biografia – é possível que o outro esteja posto em sua completude, ele sempre será um recorte e uma construção posta pelo jornalismo. O outro só pode ser identificado, no jornalismo, por meio da outridade relativa, porque ele é construído pelo jornalista.

Considerando o jornalismo como um discurso que necessita de sujeitos e, também, que a comunicação para existir depende de outros, entendemos que o estudo da outridade é necessário para o jornalismo, e que a alteridade – essa relação do eu com o outro – é a base tanto para a comunicação, quanto para o jornalismo (Freitas, 2017; Benetti; Freitas, 2017).

⁴⁵ No original, “otherness is not absolute.”.

⁴⁶ No original: Ethically, the uniqueness of and respect for the other are better preserved by relative otherness than by absolute otherness. Absolute otherness is a leveling account of others. Relative otherness—the unique crossing of alterity and similitude in any other that we encounter—truly preserves the uniqueness of the other, not the homogenizing distance of absolute otherness.

O texto jornalístico, como instância discursiva inscrita no presente e que não se propõe encerrada em si mesmo, oferece brechas para que o leitor se projete no universo textual e percorra a atividade mimética, de certo modo, como um sujeito que experiencia e testemunha a versão da realidade ali construída. A alteridade nesse processo se segmenta em duas vias identitárias, a do jornalista – que no texto pode ser também um narrador – e a do público, mas há uma terceira identidade que nos interessa nesse processo: a do “outro” narrado. (Freitas, 2017, p. 50).

É preciso, então, entender quem é esse outro para o jornalismo.

2.4.2 Quem é o outro no jornalismo

Para Freitas (2017), todos podem ser considerados “outros”, enquanto seres que possuem corpos e se situam no mundo. Concordando com a autora, entendemos que um sujeito, ao estar em sociedade, possuir um corpo, consciência de si e do mundo, torna-se um outro. Freitas também define quem são os outros presentes no jornalismo.

Nesse caso, os “outros” são as fontes, os leitores reais e os leitores imaginados, os “outros” narrados e idealizados pelo discurso jornalístico, os “outros” membros da comunidade profissional e, numa amplitude organizacional, os “outros” veículos. Afirmamos também que, na projeção de si mesmo no texto, o “autor real” assume a posição do “autor imaginado” ou ideal, passando a ser um “outro” para ele mesmo. (Freitas, 2017, p. 48).

Benetti (2008, p. 22 e 23) aprofunda o conceito do leitor (um outro específico) que é imaginado pelo jornalista.

Registre-se que há outros sujeitos, além do leitor virtual, que o jornalista imagina para seu texto: há também a voz institucional que o emprega, seu editor, seus colegas de profissão e suas fontes, entre outros interlocutores possíveis. Todos esses sujeitos constituem leitores virtuais que entram em jogo no momento de produção do discurso.

Existem, no entanto, outras visões sobre quem é o outro no jornalismo. Para Munhoz (2017, p. 36), “O jornalismo traz a ideia do outro como o diferente, o estranho, o exótico”. O autor cita como exemplo os negros, indígenas e mulheres. Já Lago (2014) considera “outro” quem é apresentado no jornalismo de duas formas: “ou criminalizado (no mais das vezes) ou glamourizado em narrativas que o percebem descontextualizado” (Lago, 2014, p. 181).

Para esses autores, portanto, o outro no jornalismo é aquele que não faz parte dos grupos que detêm poder social e que também são maioria nas redações jornalísticas: homens brancos adultos. De acordo com Maia (2020), seria importante que fossem incluídas nos textos jornalísticos “novas percepções da realidade por intermédio das inúmeras vozes, que,

muitas vezes anônimas, acabam não tendo espaços de expressão nas chamadas mídias convencionais” (Maia, 2020, p. 20).

Nesta pesquisa, seguimos a visão filosófica, segundo Freitas (2017) em relação ao outro do jornalismo: entendemos o jornalismo como o “si” e os leitores, repórteres, editores, fontes, concorrentes e outros meios, veículos e pessoas que se relacionam com o jornal como “outros”. Assim como Freitas (2017), consideramos que é possível considerar os outros no jornalismo como todos os sujeitos que de alguma forma fazem parte ou se relacionam com o texto, mas entendemos que há diferentes tipos de construções desses outros. Em pesquisa anterior, ao analisar as *hard news* da editoria Cotidiano da *Folha de S. Paulo*⁴⁷, encontramos seis “tipos” de outros na construção narrativa das notícias: criminoso, personalidade, invisível, familiar, vítima e testemunha (Fontanive, 2021). Entendemos, então, que outro não é só o exótico ou diferente, mas sim todos os sujeitos presentes no texto jornalístico. O que muda é a forma como cada um desses tipos é construído e apresentado. “Construir um Jornalismo capaz de incorporar o Outro em sua plenitude é um desafio que esbarra não só na estrutura do campo, mas também na formação dos próprios jornalistas para perceberem e serem contaminados por esta necessidade” (Lago, 2014, p. 177).

Como entendemos que a alteridade é a base do jornalismo, é importante destacar o que é mobilizado no jornalismo pela alteridade.

a) a dimensão fenomênica em si; b) o modo de existência centrado na singularidade de um sujeito; e c) a interpretação e o entendimento dessa existência singular. Na mesma lógica, por articular a percepção, a ação mimética, a textualidade e a interpretação, no jornalismo a outridade: a) é relativa; b) pode ser historicizada, interpretada, construída e resignificada; c) depende da ação do jornalista para ganhar visibilidade e do público para obter reconhecimento; e d) instiga ação afetiva e mnemônica. (Benetti e Freitas, 2017, p. 24).

Também consideramos essencial relembrar uma das 12 finalidades do jornalismo apresentadas por Reginato (2019, p. 240) que se relaciona com a alteridade e a outridade: “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”. Entendemos que isso ocorre, principalmente, por meio da construção dos “outros” do jornalismo, que não podem ser sempre os mesmos. E essa construção deveria se estabelecer pela outridade – mesmo que não plena –, ou seja, pela busca da compreensão efetiva desse outro, o que nem sempre acontece.

o processo que leva a reconhecer a outridade está permeado por princípios de justiça, de estima, de afeto e de respeito, que são acionados socialmente. Contudo,

⁴⁷ A pesquisa completa está no Trabalho de Conclusão de Curso Outridade no jornalismo: uma análise da construção do outro na narrativa das Hard News da Editoria Cotidiano da Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229855>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2024.

sabemos que as experiências compartilhadas não são harmônicas em sua maioria, pois, assim como os sujeitos são múltiplos e ambíguos, o contexto social é plural e, devido à multiplicidade e às diferenças dentro da realidade social, se desvelam infinitas ordens de realidade, dentro das quais as posições de sujeitos, os valores culturais e as ideologias são divergentes”. (Freitas, 2017, p. 35).

No caso da construção de um perfil, a outridade ganha protagonismo. Qual melhor forma de se apresentar esse outro no jornalismo do que num perfil, em que o ponto central do texto é contar em profundidade parte da história da vida de alguém? Ao ler sobre a vida de um outro, os leitores são levados a conhecer sujeitos que podem ter pontos de vista mais próximos, ou diferentes do seu. Portanto, podem se identificar, num fenômeno de mesmidade, ou não com o perfilado. Já o jornalista que constrói o personagem do perfil em seu texto tem que estar aberto a compreender efetivamente esse sujeito outro – mesmo que não concorde com suas posições. Mas voltamos a lembrar que nunca nem o leitor, nem o jornalista tem acesso ao outro em sua completude.

Vilas-Boas (2003) considera que nas antigas revistas havia mais humanização nos textos, ou seja, se dava maior destaque para as singularidades dos outros em grandes reportagens e perfis. Para Maia (2019), a pouca ocorrência de narrativas mais humanas prejudica o jornalismo atual. Consideramos, então, que uma forma de mostrar a pluralidade da sociedade e exercer alteridade e outridade – mesmo que não plena – no jornalismo é a construção de perfis qualificados.

Os perfis podem auxiliar os leitores a ter mais empatia com aqueles que são diferentes dele, compreendendo suas trajetórias de vida. Isso pode fazer com que o jornalista e o leitor possam exercitar a abertura ao outro, pois o perfil vai colocar em relação diferentes identidades (Ricoeur, 1991; Freitas, 2017). Cada um com sua ipseidade, com sua bagagem própria, ao ler o texto, pode buscar por semelhanças com esse outro perfilado (caracterizando a mesmidade). Vilas-Boas (2003) diz que o leitor pode pensar: “Isso pode acontecer comigo”. Por outro lado, mesmo compreendendo o outro que está no perfil, tanto o autor quanto o leitor podem não encontrar semelhanças com esse outro, o que não elimina a importância do perfil, pois justamente ele irá desvendar um sujeito, sem idealizá-lo.

Neste capítulo, tivemos como foco o jornalismo como discurso, a forma discursiva do perfil e a importância do outro. Entretanto, a proposta de nossa pesquisa é buscar compreender a construção de um tipo de outro específico pelo jornalismo: o outro que é político – ou o que estamos denominando como o outro político. Por essa razão, nos debruçamos no desafio de refletir sobre a política como discurso e entender as características desse outro político, o que será feito no próximo capítulo.

3 Discurso político: características e estratégias

Partimos, agora, para definição de outro conceito importante para esta pesquisa, o de política, já que analisaremos perfis de políticos construídos pela revista *piauí*. Para isso, acionamos as reflexões de Aristóteles (2019), Bobbio (1983), Arendt (2018) e Charaudeau (2018). Em seguida, buscamos entender as características próprias do discurso político (Charaudeau, 2018) e apresentamos noções de opinião pública (Lippmann, 2008) e de contrato de comunicação do discurso político (Charaudeau, 2018). Também buscamos compreender o que é “ser político” e qual a imagem que os políticos visam para si. Por isso, trazemos os conceitos de *ethos* discursivo e pré-discursivo (Amossy, 2005b, Maingueneau, 2005, 2008, 2018, 2020); de *ethos* político (Charaudeau, 2018) e de estereótipo (Alsina, 2009; Lippmann, 2008; Amossy; Pierrot, 2022). Por fim, buscamos em Maquiavel (2011), Thoreau (2022) e Charaudeau (2018) a definição do que estamos denominando como o outro político.

3.1 CONCEITOS DE POLÍTICA

Para compreendermos a política como discurso é necessário, primeiramente, entendermos o conceito de política. De acordo com Charaudeau (2018, p. 250),

o conceito político é o resultado de uma interação completa entre discursos, ação e poder, que se manifesta em diferentes lugares do espaço público, mediante diferentes dispositivos comunicativos (jurídicos, religiosos, administrativos e científicos), os quais frequentemente se recortam e que são colocados em circulação por diversas instâncias: a política, conduzida por uma busca de sedução e de justificação; a midiática, prisioneira de sua lógica de dramatização; e a cidadã, refém de sua própria pulsão reivindicativa.

A palavra política vem do grego, “do adjetivo *pólis* (*politikós*) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social” (Bobbio, 1998, p. 954). Ou seja, a política está voltada à relação e organização das sociedades. É importante lembrar, como aponta Olga Sodré (2007), que para ser considerado cidadão na Grécia Antiga e para poder participar da *polis* era necessário ser homem, grego e livre.

Bobbio (1998) afirma que Aristóteles foi o primeiro autor a publicar uma obra – *A política* – tratando da política e explicando as funções e divisões do Estado. Para Aristóteles, política é “a forma que é melhor para os que são capazes de viver do modo mais conforme possível ao que desejam” (Aristóteles, 2019, 1260b, 25). O filósofo grego entende o homem como um ser político e diz que a sociedade organiza-se graças à política e aos seus cidadãos.

Bobbio (1998) diz que essa é a visão clássica de política, mas, para ele, não é possível falar de política enquanto uma prática humana sem pensar no conceito de poder.

(...) o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter “qualquer vantagem” ou, mais exatamente, “os efeitos desejados”, como acontece com o domínio da natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma “vantagem qualquer” ou os “efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. (Bobbio, 1998, p. 954-955).

Entende-se, então, que o poder faz parte de uma relação, seja ela entre pessoas ou grupos. Mas, na política, para Bobbio (1998), a relação que se estabelece é principalmente entre grupos. O autor apresenta o que chama de tipologia moderna das formas de poder, definindo três poderes: o econômico, o ideológico e o político. O econômico refere-se aos bens materiais; o ideológico, à influência das ideias de um sobre o outro; e o poder político é aquele no qual é permitido o uso da força – tendo o domínio de armas, por exemplo (Bobbio, 1998). Ele afirma que o que diferencia a política das outras formas de poder é a possibilidade do uso da força física, e esse poder tem o consentimento da sociedade.

Bobbio (1998) retoma autores como Carl Schmitt e Julien Freund, que definiam a política como uma relação entre amigos e inimigos – ou, aqueles que estão em oposição. Para ele, entretanto, a ideia mais significativa para compreender a política é a possibilidade do uso da força, considerando que os conflitos podem ser resolvidos por seu uso. Avançando na definição, o autor traz o conceito de política para a filosofia e explica que a questão que aproxima a política da filosofia moderna são os limites. Ele questiona até que ponto a política pode estar inserida em decisões sociais, econômicas e, também, religiosas.

O tema fundamental da filosofia política moderna é o tema dos limites, umas vezes mais restritos, outras vezes mais amplos, conforme os autores e as escolas, do Estado como organização da esfera política, seja em relação a sociedade religiosa, seja em relação a sociedade civil (entendida como sociedade burguesa ou dos privados). (Bobbio, 1998, p. 960).

O autor explica que, para a filosofia moderna, há duas formas de Estado: o absoluto, em que a política – e neste caso o Estado – pode interferir nos setores econômico e religioso – e o liberal, “com tendência a limitar a própria ingerência em relação à sociedade econômica e à sociedade religiosa” (Bobbio, 1998, p. 960). O autor faz ainda relações entre moral, ética e

política. Como ele entende que a política se desenvolve pela organização de grupos, a moral individual, para ele, não faria sentido na política, mas sim uma ética de grupo.

A afirmação de que a política é a razão do Estado encontra perfeita correspondência na afirmação de que a moral é a razão do indivíduo. São duas razões que quase nunca se encontram: é até desse contraste que se tem valido a história secular do conflito entre moral e Política. O que ainda é necessário acrescentar é que a razão do Estado não é senão um aspecto da ética de grupo, conquanto o mais evidente, quanto menos porque o Estado é a coletividade em seu mais alto grau de expressão e de potência. (Bobbio, 1998, p. 960).

Lippmann (2006) lembra que Aristóteles defendia que a política é feita por pessoas. Apesar de ser algo coletivo e construído por um grupo, esse grupo é composto por pessoas. Para Lippmann, um grande erro ao se tratar de política é, justamente, esquecer que ela é feita por pessoas. “Governos devem ser conduzidos por homens, por mais que desconfiemos deles. Ninguém inventou ainda um soberano mecanicamente benéfico⁴⁸” (Lippmann, 2006, posição 204, tradução nossa). Ou seja, apesar da política ter uma organização e ter como objetivo guiar a sociedade, ela é feita, essencialmente, por pessoas e para pessoas, e até hoje não foi inventada uma máquina capaz de assumir esse papel.

Hannah Arendt dedicou sua pesquisa sobre política principalmente a partir de questões acerca do autoritarismo, mas em sua obra póstuma, *O que é política?*, encontra-se a definição do termo como a organização da sociedade e da convivência da pluralidade. “A política trata da convivência entre diferentes” (Arendt, 2018, posição 192). A autora, entretanto, não concorda com uma importante definição de Aristóteles: a de que todo o homem é um ser político por natureza. Para ela, a política surge da relação entre os homens, e o poder político se estabelece pelo consentimento. Quando alguém é colocado no poder por um grupo de pessoas, para a autora, esse grupo está consentindo que esse político tome decisões em seu nome.

Foi a partir das leituras de Arendt, Weber e Habermas que Charaudeau construiu sua visão sobre o poder político. O autor explica que, assim como Bobbio (1998), Weber associa o poder político “à dominação e à violência, por meio do Estado, que, tendo força de dominação, impõe sua autoridade sob a aparência da legalidade e obriga os homens a saberem-se dominados, portanto, a submeterem-se” (Charaudeau, 2018, p. 22). O autor compreende que Habermas encontra-se entre as visões de Arendt e de Weber. Habermas divide o poder político em “comunicativo” e “administrativo”. O poder comunicativo se estabelece na relação do líder político com a sociedade, que lhe concedeu poder, sem que haja

⁴⁸ No original: “Governments have to be carried on by men, however much we distrust them. Nobody has yet invented a mechanically beneficent sovereign”.

uma dominação. O poder administrativo “implica sempre relações de dominação, pois se trata de organizar a ação social, de regulá-la por leis e sanções e de evitar ou repelir tudo que poderia se opor a essa vontade de agir” (Charaudeau, 2018, p. 22). Charaudeau (2018) se filia à visão de Habermas defendendo

(...) uma concepção de poder político que resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do debate de ideias no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o do fazer político no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos. (Charaudeau, 2018, p. 22).

Na opinião de Charaudeau (2018, p. 16), para se debater o discurso político, é preciso entender o funcionamento do que ele chama de *palavra política*, “na medida em que ela se inscreve em uma prática social, circula em um certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram”.

3.2 O CONCEITO DE DISCURSO POLÍTICO

Para Charaudeau (2018), a política – e o discurso político – se constroem com base na linguagem e na ação.

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo um *princípio de influência*, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele. Entretanto, se esse outro puder ter seu próprio objeto de influência, os dois serão levados a gerenciar sua relação segundo um *princípio de regulação*. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são fundados no ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro. (Charaudeau, 2018, p. 16, grifos do autor).

É por meio da linguagem que se cria uma relação entre o (ser) político e a sociedade, mas é na ação política que se organiza a sociedade. Essa ação, para Charaudeau (2018), sempre tem um objetivo e uma estruturação. Para chegar a esse objetivo, o político precisa traçar seus atos e estar constantemente em comunicação com a sociedade. Mas os atos do político se relacionam com o próprio objetivo da política, e, por outro lado, cada político possui o seu objetivo.

Para Bobbio (1998), as decisões e atos políticos; as decisões do Estado; e a própria política, em si, são entendidos como algo coletivo, e é esse coletivo que organiza os fins e os objetivos da política:

(...) a Política não tem fins perpetuamente estabelecidos, e muito menos um fim que os compreenda a todos e que possa ser considerado como seu verdadeiro fim: os fins da Política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias. (Bobbio, 1998, p. 957).

Para apresentar os seus objetivos e definir seus fins, o político precisa comunicá-los. Por isso, o ato e a linguagem política, para o autor, andam sempre em conjunto. Charaudeau (2018) afirma que, para compreender a ação política, é necessário entender as instâncias que a compõem: a *instância política* e a *instância cidadã*. O representante político é eleito pela *instância cidadã*, da qual fazia parte previamente, mas esta não entende as regras, o funcionamento e as condições de realização da ação política. Assim, de acordo com o autor, a *instância política* se encontra em uma situação de contradição: ela precisa tomar decisões com o consentimento da *instância cidadã*, mas consegue apenas fazer o “possível” e não o “desejável” pela *instância cidadã*, que lhe colocou no poder. Aqui, retoma-se a questão do poder, pois a *instância política*, eleita pela *instância cidadã*, passa a ter poder sobre ela.

Bourdieu (2010, p. 185) ao abordar o campo político, define que “Em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios da di-visão do mundo social”. Charaudeau (2018), ao refletir sobre o conceito de discurso político, reafirma o que Bourdieu (2010) pontua: discurso e ação política estão interligados, não há discurso sem ação e não há ação sem discurso.

Ao entendermos que o conceito de política envolve o ato político mas também a sua linguagem, compreendemos que o discurso político é indispensável para a prática política. Para Charaudeau (2018, p. 39) “Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação autorizar”. Entende-se, então, que o discurso depende de seu contexto.

Charaudeau (2018) explica que, desde o início do desenvolvimento da AD, o estudo do discurso político estava presente, tanto na formação da teoria, considerando que Pêcheux (2021) define a ideologia como ponto central do discurso e da formação social; quanto como objeto de análise⁴⁹. Mas Charaudeau (2018), diferentemente de Pêcheux, não trata a ideologia como um ponto central do discurso político, ele entende que qualquer enunciado pode ter um sentido político, mas também uma fala pode ser somente aparentemente política. “Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza” (Charaudeau, 2018, p. 40). Para o autor, o discurso político possui diferentes lugares de fabricação: um lugar de

⁴⁹ Outro importante autor da AD que trata da relação da política com o discurso é Courtine (2022), que buscou compreender os sentidos do discurso comunista endereçado aos cristãos.

sistemas de pensamentos, um lugar no qual o sentido se relaciona ao ato de comunicação e um lugar onde é produzido o comentário.

O discurso político como sistema de pensamento, para Charaudeau (2018, p. 40), “é o resultado de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção de opiniões e dos posicionamentos”. Seriam os ideais políticos, as visões, os pensamentos que estão filiados a alguma ideologia.

O discurso político como ato de comunicação está relacionado aos atores políticos e a suas linguagens, “cujo desafio consiste em influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos” (Charaudeau, 2018, p.40). Nos atos de linguagem, está presente a persuasão e a importância da retórica, de convencer o cidadão – ou eleitor – de uma proposta e imagem.

O discurso político como comentário faz parte da linguagem política, mas está fora da ação política. “Um discurso de comentário tem por particularidade não engajar o sujeito que o sustenta em uma ação” (Charaudeau, 2018, p. 41). É um discurso sobre política ou sobre um político, sem risco político, por isso pode ser feito por diferentes sujeitos. O autor cita, inclusive, as conversas de bar acerca da política para exemplificar o comentário. Mas o discurso político proferido pelos jornalistas – em uma situação que exige seriedade – também se enquadra, para o autor, no comentário. Inclusive se espera do jornalista, a partir do contrato de comunicação estabelecido, que ele esteja fora da ação política.

Uma das características de todo discurso social é circular no interior dos grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração. O discurso se difunde, dá voltas, estica-se, fica à deriva, transforma-se a ponto de perder seus dados de origem. Assim é com o discurso político, que pode ser construído de maneira rigorosa, teorizante, em seu desafio de elaborar um sistema de pensamento, e que depois se manifesta em diferentes situações de comunicação, atravessa diferentes comunidades de opinião edulcorante-se, insinua-se nos comentários, volta às vezes ao seu ponto de origem e reaparece em outras épocas, mas se reconstruindo de forma diferente. (Charaudeau, 2018, p. 42).

Charaudeau afirma que o discurso é constitutivo do político e, em seu funcionamento, existe também um contrato de comunicação.

3.2.1 O contrato de comunicação política

Assim como existe um contrato de comunicação do jornalista com seus leitores, existe também um contrato de comunicação entre o político e o cidadão. É por meio do dispositivo

da situação em que essa comunicação ocorre e de seus atores que se entende as regras e definições desse contrato. O autor diz que os parceiros do contrato, seus atores, “Não são as pessoas de carne e osso, mas entidades humanas, cada qual sendo o lugar de uma intencionalidade, e categorizada em função dos papéis que lhe são destinados” (Charaudeau, 2018, p. 55). Já o dispositivo “é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros de troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade” (p. 53). Um comício eleitoral, um discurso no congresso, uma fala na televisão são exemplos desses dispositivos.

Charaudeau (2018) diz que esse contrato é complexo, porque há interação entre diferentes atores e instâncias para que ele seja formado, por isso, ele retoma a ideia de lugares de fabricação do discurso, agora com novas denominações:

dadas a complexidade da estruturação do campo político, decorrente dos múltiplos entrecruzamento que se produzem entre os diferentes setores de atividade da prática social, e as diferentes situações de comunicação, convém distinguir três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação. No primeiro desses lugares se encontra a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; no segundo, encontra-se a *instância cidadã* e, no terceiro, a *instância midiática*. (Charaudeau, 2018, p. 55).

A instância política está ligada ao lugar de governança, ao “poder fazer”. Estão associadas a ela o Estado, os governos, mas também os partidos políticos, por exemplo. Nessa instância, o político quer chegar ao poder, mas não pode dizer isso de forma explícita. Para Charaudeau (2018, p. 56) essa instância

(...) pode apenas se dedicar a propor programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, a justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade, a criticar as ideias dos partidos adversários para melhor reforçar sua posição e a conchamar o consenso social para obter o apoio dos cidadãos, tudo com a ajuda de diversas estratégias de persuasão e sedução.

A instância política tenta convencer a instância cidadã, portanto, a ser sua principal parceira, e, para que uma ação política seja aceita e validada, ela precisa ser comunicada.

A instância cidadã é o espaço em que a sociedade, os cidadãos, debatem o discurso e as ações políticas. Essa instância é onde a opinião se constrói fora do governo e, por isso, não entende plenamente seu funcionamento. Mas é ela quem será responsável por definir quem ocupará os cargos políticos. O discurso dessa instância visa comentar as ações e fazer ouvir os desejos e anseios dos cidadãos. “O discurso da instância cidadã dedica-se essencialmente a interpelar o poder governante.” (Charaudeau, 2018, p. 59).

A terceira instância do contrato de comunicação política definido por Charaudeau (2018) é a instância midiática. Como a cidadã, essa instância está fora da governança e atua como elo entre as outras duas instâncias⁵⁰.

Ao lembrarmos a definição de política como meio de organização da sociedade, é importante lembrar, também, que é a sociedade que coloca o político em seu posto, assim, é necessário que, primeiro ele convença os cidadãos que pode estar naquele lugar; segundo, que os passos que seu governo dá estão de acordo com quem o colocou lá – e é também pela linguagem que o político buscará a sua legitimação. “O mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, realizado em nome de um valor que é aceito por todos.” (Charaudeau, 2018, p. 65).

Para que o contrato de comunicação política seja aceito pela instância cidadã, é necessário que a instância política tenha legitimidade (Charaudeau, 2018), que é construída muitas vezes por meio da instância midiática.

O dispositivo do contrato de comunicação política é, de certa forma, uma máquina de forjar discursos de legitimação que constroem imagens de lealdade (para a instância política), que reforçam a legitimidade da posição de poder; de protesto (para a instância cidadã), que justificam a legitimidade do ato de tomar a palavra; de denúncia (para a instância midiática), que mascaram a lógica comercial pela lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela. Esse dispositivo coloca em jogo não só a legitimidade dos Estados e de seus chefes, dos governantes e de seus dirigentes, dos partidos, de seus líderes e militantes, mas também a legitimidade dos povos, dos cidadãos, e dos modos de intervenção. (Charaudeau, 2018, p. 63-64).

A legitimidade, portanto, é um conceito fundamental para se entender o funcionamento do discurso político.

3.2.2 A legitimidade

Para Charaudeau (2018, p. 65) “A legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra a autoridade de dizer”. Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, reitera a importância da legitimidade e suas formas de construção por um governante. O livro foi escrito em forma de tratado para Lourenço II de Médici, escrito no contexto da Itália de 1513, enquanto estava exilado após ser acusado de conspirar contra o governo. Maquiavel construiu uma espécie de manual para um governante – no caso, “o príncipe” – chegar e se manter no poder, além de expandi-lo. Após assumir a posição de príncipe, há, para Maquiavel (2011) duas formas de governar.

⁵⁰ A relação entre o discurso político e o discurso jornalístico – ou da instância política e da midiática, para Charaudeau (2018), serão aprofundados no capítulo 4.

Eu afirmo que todos os principados de que se tem registro foram ou são governados de um destes dois modos: ou por um Príncipe cujos servos, por sua graça e consentimento, ajudam-no, qual ministros, a governar o seu reino, ou por um Príncipe e pelos representantes de um baronato, que, não por graça principesca mas por direito hereditário, assumem essa condição. (Maquiavel, 2011, p. 20).

Maquiavel (2011) afirma que, para o príncipe governar, é necessário que haja legitimidade, que pode ocorrer, então, de duas formas: hereditária ou pela conquista dos principados. A legitimidade hereditária, de acordo com Maquiavel, pode, ainda, ser questionada, caso o herdeiro não conheça seu povo e suas necessidades⁵¹. Na legitimidade por conquista, é necessário que o novo governante se mostre forte e, ao mesmo tempo, aberto para conhecer a população, para conseguir governar. Para ele, entretanto, um príncipe hereditário pode possuir o que ele chama de “características principescas” para governar e, assim, ser considerado legítimo não apenas pela hereditariedade, mas por conhecer seu povo.

A legitimidade segue fundamental para a ação política, de Maquiavel em 1532 a Charaudeau em 2018: é a busca por legitimidade que “desencadeia as guerras, as revoltas, as revoluções e diversos conflitos” (Charaudeau, 2018, p. 64).

A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou de dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional), em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio), em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como especialista). (Charaudeau, 2018, p. 67).

Charaudeau (2018) aponta três formas de legitimação do político para seu discurso: 1) a legitimidade por filiação, 2) por formação ou 3) por mandato. A primeira, de filiação, pode ser, como Maquiavel também dizia, por hereditariedade, pelo simples fato de se receber um título ao nascimento. A segunda forma de legitimação é de ordem social, que pode estar relacionada à classe social ou econômica do governante. Charaudeau (2018) fala também do conceito de “filho espiritual” – quando um político tem um mentor que busca passar sua legitimidade para seu mentorado. Podemos citar como exemplo a campanha presidencial brasileira de 2018, em que Lula, por não poder concorrer, tentou transferir sua legitimidade e,

⁵¹ É comum, no Brasil atual, filhos de políticos seguirem a carreira dos pais, o que poderia ser uma forma contemporânea de legitimidade hereditária. Podemos citar como exemplo a família Bolsonaro, Jair Bolsonaro está na política desde 1989 e seus filhos seguiram seu caminho: Eduardo Bolsonaro, é deputado federal por São Paulo, Flávio Bolsonaro é senador pelo estado do Rio de Janeiro e Carlos Bolsonaro é vereador no Rio de Janeiro e seu filho mais novo, Jair Renan, anunciou em março de 2024 que seria candidato a vereador de Balneário Camboriú, de acordo com a CNN, publicado em 27 de março de 2024, disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/jair-renan-se-filia-ao-pl-e-anuncia-pre-candidatura-a-vereador-de-balneario-camboriu>>. Acesso em: 25/04/2024.

por consequência, seus votos, para Fernando Haddad, candidato escolhido pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁵²

A legitimidade por formação, como o próprio nome diz, refere-se às instituições de ensino frequentadas pelos políticos. Podemos citar como exemplo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, professor, que cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), conquistando títulos de mestre e doutor. Em seu perfil na revista *piauí*, que será analisado nesta pesquisa, é possível perceber a confirmação dessa legitimidade: no momento da construção do perfil, o ex-presidente está viajando pelo exterior, sendo recebido em diferentes universidades e sendo mentor de brasileiros que estão fora do país. Outro exemplo é de como a legitimidade do presidente Lula foi, durante seus mandatos, questionada por ele não possuir ensino superior⁵³.

A legitimidade por mandato é a que ocorre nas democracias e repúblicas, em que o povo deve governar para seu próprio bem. Charaudeau (2018) explica que, como não é possível que todos os cidadãos governem, a legitimidade por mandato é uma legitimidade representativa: o político é escolhido para representar o povo e seus desejos.

Bourdieu (2010) trata a questão da legitimidade ao falar de “capital político”. Entre os capitais políticos apresentados por Bourdieu (2010), estão os capitais pessoais, como notoriedade e popularidade, que dizem respeito ao reconhecimento do político. Esse capital é construído lentamente, de acordo com o autor, com base em qualificações e notoriedade do político adquirida fora da política. Há, ainda, o capital que Bourdieu (2010) chama de heróico ou profético, e se relaciona com o carisma. É a “ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou” (Bourdieu, 2010, p. 191).

Esses capitais de ordem pessoal, segundo Bourdieu (2010), desaparecem com o político, mas há o capital simbólico da autoridade política, que é controlado pela instituição – como os partidos políticos. Bourdieu (2010) destaca a importância dos partidos e das instituições na formação e na legitimidade do político, enquanto Charaudeau (2018) tem seu foco na figura do político.

⁵² Nas campanhas de 2018, Haddad ficou conhecido como “o candidato de Lula”, e as imagens do candidato à presidência e sua vice, Manuela D’Ávila, vinham acompanhadas da imagem de Lula.

⁵³ Em seu discurso de diplomação como presidente, em 12 de dezembro de 2022, o presidente Lula cita as críticas que recebia por não ter diploma universitário “Na minha primeira diplomação, em 2002, lembrei da ousadia do povo brasileiro em conceder para alguém tantas vezes questionado por não ter diploma universitário” (UOL, Diplomação de Lula: Veja o discurso completo de Lula em cerimônia no TSE, 12 de dezembro de 2022, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RufOSmz7pV8>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

Charaudeau (2018) afirma que essas formas de legitimidade possuem ambiguidades e ambivalências. Ele cita como exemplo a legitimidade por filiação, em que, por ser hereditária, não deixa espaço para que alguém da população chegue ao poder, entretanto, essa mesma população legitima esse político. Essa reflexão se relaciona com o pensamento de Maquiavel (2011), que afirma que, para um príncipe herdeiro ser respeitado, ele precisa, além da filiação, conhecer e ser conhecido por seu povo.

A legitimidade política, quer proceda de uma filiação, de uma formação de um mandato ou quer seja instituída de fato, é sempre o resultado de um olhar social que reflete os valores em nome dos quais se funda. Nesse aspecto, a instância cidadã tem sempre sua parte de responsabilidade na legitimação dos governantes. (Charaudeau, 2018, p. 76).

Para obter essa legitimidade e ser conhecido por seu povo, o político depende da comunicação, por isso Charaudeau (2018) destaca a importância da persuasão no discurso. “O político encontra-se em uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer a todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores” (Charaudeau, 2018, p. 79). O autor complementa:

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponda ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias da gestão de poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo. (Charaudeau, 2018, p. 79).

Nesse sentido, a linguagem – e especialmente o discurso político – volta a assumir um lugar de destaque.

3.2.3 A persuasão e a emoção na política

Charaudeau (2018) entende, então, que o discurso político tem como um de seus objetivos a persuasão. Para conseguir realizar a ação política, é necessário que a instância cidadã acredite e confie no discurso da instância política, que, para isso, utiliza-se da persuasão. O autor, então, volta-se para a Grécia Antiga, local onde o debate sobre se a persuasão reside no convencimento por meio da razão ou da emoção já ocorria. Aristóteles, em *A retórica*, define que a persuasão atua em três dimensões: *logos*, *pathos* e *ethos* – a razão, a emoção e a imagem de quem fala. Charaudeau (2018) questiona se há como separar essas

dimensões ou se todas elas estão interligadas. “A persuasão usada pelo discurso político relaciona-se com a paixão, com a razão e com a imagem” (Charaudeau, 2018, p. 93).

O autor destaca que, na política, o *pathos* – ou o sentimento, ou, ainda, a paixão – está claramente presente. “Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte da política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um ‘sentir com os outros’ que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais” (Charaudeau, 2018, p. 19).

Uma das estratégias utilizadas no discurso político, portanto, é persuadir acionando a emoção do cidadão. No período eleitoral, é necessário persuadir para que se vote no candidato; já durante o mandato, o político precisa convencer os cidadãos a apoiar seu trabalho, suas decisões e ações políticas. E o meio que o político tem para alcançar esses objetivos é o discurso. Charaudeau (2018) diz que, pelo discurso, o político precisa convencer, precisando “parecer”. Não é simples, diz o autor, definir se o discurso persuasivo se volta mais para a paixão (*pathos*) ou para a razão (*logos*), pois o discurso político é composto por essa dualidade. A razão se apresentaria nos planos de governo, na divulgação de ações possíveis de serem realizadas.

A paixão aparece com força, por exemplo, no momento das eleições. A eleição presidencial de 2022 no Brasil, entre os candidatos Lula e Jair Bolsonaro, é um exemplo de como a emoção ganhou um protagonismo. A própria imprensa estampava as paixões dos eleitores em suas manchetes, em situações de violência, ou em manifestações a favor de um ou de outro candidato. Um exemplo desse destaque para os sentimentos aparece no título de uma matéria do site UOL publicada um dia depois que Lula assumiu a presidência: “‘Tiramos a corda do pescoço’: público se emociona e chora na posse de Lula⁵⁴”.

É possível entender essa paixão, também, quando lembramos da afirmação de Bobbio (1998) de que o governo tem o poder de interferir na vida pessoal dos cidadãos. O autor diz que a política liberal não interfere nas relações de poder religioso e econômico, mas tem o poder de organizar os anseios e os desejos da instância cidadã, tanto por meio da comunicação, do discurso, quanto da ação política.

Charaudeau (2018) explica que a razão e emoção dominam a política e estão presentes, inclusive, no próprio discurso político.

⁵⁴ Reportagem publicada em 1 de janeiro de 2023, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/01/publico-se-emociona-e-chora-na-posse-de-lula.htm>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações. (Charaudeau, 2018, p. 82).

O ponto central para se compreender essas estratégias é entender que política é comunicação e não consegue existir sem o discurso. Não basta a ação, é preciso demonstrar e convencer o cidadão. “O político coloca sua própria pessoa para alimentar o desejo de identificação do cidadão, que assim participa por procuração da realização de um projeto político” (Charaudeau, 2018, p. 94). Essa relação de semelhança do político com o cidadão se dá por meio da escolha de valores semelhantes, que são apresentados, de acordo com o autor, de duas formas: por meio das condições de simplicidade e de argumentação.

A condição de simplicidade é a busca por simplificar ao máximo algo complexo, para que seja mais facilmente entendido – e, de certa forma, “vendido”. “O mundo é complexo, o universo do pensamento é complexo, o processo de construção das opiniões é complexo; simplificar é, portanto, tentar reduzir essa complexidade à sua expressão mais simples” (Charaudeau, 2018, p. 98). Para o autor, em toda a simplificação se perde parte da verdade. Para que se ocorra a condição de simplicidade, dois procedimentos são utilizados, a singularização e a essencialização. O primeiro consiste em apresentar apenas uma ideia por vez, enquanto o segundo, em essencializar ideias inteiras em palavras.

Podemos relacionar o pensamento de Charaudeau com uma noção primordial de Pêcheux (2021) para compreensão da Análise do Discurso: as palavras não têm sentido em si mesmas, ele é construído com base no seu contexto. Ou seja, dependendo da forma como, onde e quando as palavras são ditas, elas adquirem diferentes sentidos. Simplificar, falando de forma concisa a essência de apenas uma ideia, é uma maneira de tentar se aproximar de um sentido único que se queira passar – embora isso nunca aconteça de forma plena. Ao unir esses procedimentos, Charaudeau (2018) diz que é possível criar uma fórmula com a capacidade de adquirir força de verdade e de ser repetida como um slogan, como acontece no discurso político.

A outra forma utilizada pelo político para que o cidadão se identifique com ele é a argumentação. O autor defende que, para a persuasão, a lógica não é o ponto fundamental, mas o convencimento de que se tem razão. “O desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer verdadeiro.” (Charaudeau, 2018, p. 101). O autor defende, então, que o argumento precisa ter força, e define seis “tipos” de força da argumentação: a das crenças compartilhadas, da

vontade de agir, do risco, da autoridade de si, da desqualificação do adversário e da analogia. Ele destaca que o discurso político precisa ter a “força de verdade”. É preciso, então, entender o que significa a mentira no cenário político.

A mentira é, de maneira geral, um ato de linguagem que obedece a três condições: (i) o sujeito falante diz, enquanto enunciador (identidade discursiva), o contrário daquilo que sabe ou julga como indivíduo pensante (identidade social); (ii) ele deve saber que aquilo que diz é contrário ao que pensa (não há, nessa perspectiva, mentira que não seja voluntária); (iii) ele deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que pensa. (Charaudeau, 2018, p. 105).

A mentira, aponta Charaudeau (2018), está presente no discurso político e é uma relação entre locutor e interlocutor. O autor explica que o político não tem como sempre falar o que pensa e, como apresentado anteriormente, a própria simplificação seria uma forma de mentira, considerando que é uma redução da verdade. Ele define, então, que há diferentes formas de se mentir no discurso político: por silêncio, omissão, dissimulação, fabulação e blefe. Ao entender que a mentira é parte da cena política, o autor apresenta quatro principais estratégias: a imprecisão, o silêncio, a razão suprema e a denegação.

Repetimos, então, que política precisa do discurso e da comunicação e, mais do que ser, é necessário parecer. Nesse sentido, Charaudeau (2018) define o discurso político como um jogo de máscaras.

O discurso político – mas ele não é o único – realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural. (Charaudeau, 2018, p. 91).

Essa metáfora com a encenação pode ser relacionada com o pensamento de Schwartzberg (1977), que entende a política como um espetáculo, que une elementos teatrais para sua ação. Entre esses elementos, o principal é a construção de personagens. “Um homem – ou uma mulher – personifica o poder por personificar o grupo no qual exerce esse poder” (Schwartzberg, 1977, p. 10). E essa definição se aproxima do que diz Goffman (1958): um indivíduo é sempre um ator perto de outros – também atores – que representam um papel, tanto para se encaixar em determinado grupo, quanto para atingir um objetivo. Charaudeau (2018) concorda que os atores políticos tentam construir uma imagem para si, que também pode ser compreendida como o *ethos* do político.

3.3 ETHOS EFETIVO, DISCURSIVO E PRÉ-DISCURSIVO

Ao compreendermos os conceitos de alteridade e outridade, entendemos que o jornalismo precisa de “outros”, sejam os outros profissionais, os outros leitores, ou as fontes. A política também depende da existência de vários “outros”. Como pretendemos compreender a construção discursiva desse outro político nos perfis da *piuí*, é importante entendermos qual é a imagem que os políticos pretendem construir para si. Para isso, é necessário tratarmos do conceito de *ethos*.

3.3.1 O *ethos* discursivo

O termo *Ethos*, assim como “política”, tem seu surgimento datado na Antiguidade (Amossy, 2005a; 2005b; Maingueneau, 2008; 2018) com diferentes significados. Maingueneau (2008) diz que, para se estudar o *ethos* hoje, é importante compreender as reflexões de Aristóteles, por ser ele o primeiro pensador a apresentar uma definição conceitual para o termo que se tem conhecimento.

Aristóteles entendia o *ethos* como parte da retórica, assim como *logos* e *pathos*, e seria “a imagem de si construída no discurso” (Amossy, 2005a, p. 17), enquanto os romanos entendiam o *ethos* como “um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.)” (Amossy, 2005a, pp. 17).

De um lado, na filiação de Isócrates, Cícero e dos retóricos da Idade Clássica, há aqueles para quem o *ethos* é um “dado preexistente do discurso”, pois, para eles, parece mais virtuoso, sincero e amável. Por outro lado, na filiação de Aristóteles, para quem “o orador deve mostrar [seus traços de personalidade] ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão”, há os adeptos de uma concepção discursiva que inscrevem o *ethos* no ato de enunciação, isto é, no próprio dizer do sujeito que fala. (Charaudeau, 2018, p. 114).

Eggs (2005) considera que a diferença de Aristóteles para outros pensadores da retórica em relação ao entendimento do conceito de *ethos* era que o filósofo defendia que o *ethos* fazia parte da persuasão. O autor afirma que na obra do filósofo grego há dois significados para o *ethos*:

Encontramo-nos, portanto, na Retórica de Aristóteles, diante de dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epiēikeia*, engloba atitudes e virtudes como *honestidade*, *benevolência* ou *equidade*; outro, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como *hábitos*, *modos* e *costumes* ou *caráter*. (Eggs, 2005, p. 30).

O autor questiona se a forma de convencer e persuadir ocorre “ao mostrar, no discurso, uma moral elevada ou, de modo contrário, ao usar uma expressão adequada ao caráter e ao tipo social?” (Eggs, 2005, p. 30) e, então discorre sobre ambas as possibilidades

(...) não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo ou estratégico. É preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate. Essas duas faces do *ethos* constituem, portanto, dois elementos essenciais do mesmo procedimento: *convencer pelo discurso*. (Eggs, 2005, p. 39).

É importante lembrar que, para Aristóteles, o lugar por excelência do *ethos* é o discurso, é por meio do discurso que o orador apresenta suas escolhas, que auxiliam na construção da imagem desse orador. Maingueneau (2008) explica que, para Aristóteles, a função do *ethos* no discurso era a de ganhar a audiência. Nesse sentido, o discurso englobaria o *ethos* neutro – as escolhas procedurais do discurso – e o *ethos* moral – a forma que o orador se apresenta. E o orador precisa apresentar determinadas características positivas de acordo com o entendimento do auditório – esse seria o *ethos* moral (Eggs, 2005).

Para Aristóteles, de acordo com Eggs (2005, p. 32), há “três qualidades que inspiram confiança”: *phrónēris*, *areté* e *eúenoia*. O autor diz que há diferentes traduções para esses três termos. Inicialmente, eram entendidos como prudência, virtude e benevolência por Dufour, mas também há uma tradução mais moderna, que define que “Os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e *razoáveis*; (b) se argumentam *honestamente* e *sinceramente*, e (c) se são *solidários* e *amáveis* com seus ouvintes” (Eggs, 2005, p. 32).

Eggs (2005, p. 40) ainda diz que Aristóteles, ao iniciar sua obra sobre retórica, apresenta o “triângulo pragmático, em que distingue (i) o orador, (ii) ouvinte e (iii) discurso”. Na pesquisa linguística atual sobre o *ethos*, ainda se considera a presença das três variáveis: o autor, que produzirá o discurso; o discurso em si; e para quem esse discurso é transmitido. Amossy (2005a) inclusive entende que a “função da imagem de si do outro construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional” (Amossy, 2005a, p. 12). Para Maingueneau (2008, p. 13):

A prova pelo *ethos* consiste em causar uma boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo.

Termo caro à retórica, o *ethos* passou a ser incluído nas ciências da linguagem – às quais a Análise do Discurso se inclui – com Oswald Ducrot e sua teoria polifônica da enunciação. Maingueneau (2005) explica que, na teoria de Ducrot, o *ethos* permanece no segundo plano da enunciação, e não como ponto central. Amossy (2005b) complementa dizendo que o conceito de *ethos* que conhecemos e utilizamos hoje possui intersecção com diferentes teorias, como a retórica, a pragmática, a sociologia dos campos e a linguística. Mas em todas elas o termo se refere a uma imagem que quem fala quer construir para si.

3.3.2 A Imagem de si no discurso

De acordo com Charaudeau (2018, p. 86), “Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si.” Para Amossy (2005a, 2005b), essa imagem é formada tanto pelo próprio discurso do orador quanto por uma imagem que já existe sobre ele. Essa imagem anterior ao discurso é chamada de *ethos* prévio⁵⁵. Por exemplo, se um político é de determinado partido, já existirá uma imagem prévia dele ligada à ideologia desse partido.

No discurso, elabora-se, assim, uma imagem verbal que o leitor pode recompor ao reunir um conjunto de elementos frequentemente esparsos e lacunares em uma representação familiar (o intelectual engajado, o humanista, o homem rude do campo etc.). A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários. (Amossy, 2005b, p. 137).

A autora, entretanto, defende que o locutor pode mudar a imagem prévia que se tem dele a partir de seu discurso. A visão de *ethos* de Amossy (2005b) se volta a um estudo da enunciação, em que ela defende que o locutor entende sua posição institucional, seu *ethos* prévio e a imagem que pretende construir em seu discurso. Essa enunciação depende, também, de seu destinatário. Ela define *ethos* da seguinte forma: “trata-se da imagem de si que o locutor ou a locutora constrói no seu discurso, deliberadamente ou não, para gerir uma interação verbal ou para favorecer o seu sucesso de um empreendimento de persuasão.” (Amossy; Pierrot, 2022, p. 130).

Já Maingueneau (2005) considera o *ethos* como um conceito propriamente do discurso. Ele defende que na Análise do Discurso não se pode entender o *ethos* apenas como meio de persuasão do auditório, como na retórica. “Ele é parte constitutiva da cena de

⁵⁵ O conceito de *ethos* prévio será aprofundado na sequência, ainda neste capítulo.

enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência” (Maingueneau, 2005, p. 75).

O autor traz a noção de *ethos* da retórica para as ciências da linguagem, mas acrescenta a noção de adesão dos destinatários a um discurso: “o destinatário constrói uma representação do locutor por meio daquilo que ele diz de sua maneira de dizer” (Maingueneau, 2020, p. 9). Ou seja, por meio do discurso, o locutor constrói uma imagem de si – tanto pelo que diz, quanto pela forma como diz. Para o autor, o *ethos* seria uma imagem de si propriamente discursiva, construída por meio da enunciação.

A cena da enunciação, para Maingueneau (2005), integra três outras cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena da enunciação seria o local em que ocorre o discurso, a cena englobante se refere ao tipo do discurso (político, jornalístico, literário); a cena genérica se associa a um gênero, por exemplo, o sermão no discurso religioso. Já a cenografia é construída pelo próprio discurso, ou seja, são as decisões e a forma – ou tom – em que o discurso é proferido (Maingueneau, 2005, 2008). Por fim, para exemplificar a cenografia, o autor usa o mesmo exemplo do sermão, que “pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc” (Maingueneau, 2005, p. 75).

O autor entende também que há um *ethos* dito e um *ethos* mostrado (Maingueneau, 2018). O dito seria o que o locutor fala e apresenta sobre si mesmo, enquanto o mostrado seria a forma que ele enuncia, como ele constrói o discurso, ou seja, a maneira como ele fala sobre si. Há três possibilidades de relação entre os *ethos* dito e mostrado: de ruptura, de convergência e de desaparecimento. Na ruptura, o *ethos* dito é diferente do mostrado, causando um rompimento; na convergência, o *ethos* mostrado apoia o dito; no desaparecimento, o *ethos* dito desaparece em favor do *ethos* mostrado.

3.3.3 *Ethos* pré-discursivo e *ethos* efetivo

Além das diferenças entre o *ethos* dito e o mostrado, Maingueneau (2018) entende que os destinatários, antes mesmo do enunciadador falar, já possuem uma imagem sobre ele, o que o autor chama de *ethos* pré-discursivo – e Amossy (2005), de *ethos* prévio. Quando uma personalidade conhecida fala, por exemplo, já se conhece parte de sua vida e espera-se determinado comportamento. Quando um político fala, por exemplo, se o público já conhece

suas opiniões políticas, já terá uma determinada visão de quem ele é e, por isso, vai ouvi-lo já levando em consideração essa imagem prévia⁵⁶.

Outro exemplo interessante para esta pesquisa é o da imagem dos jornalistas. Benetti e Gadret (2017) buscaram encontrar qual seria o *ethos* do bom jornalista e, a partir da análise de entrevistas com jornalistas, chegaram a uma definição. “O *ethos* do bom jornalista, construído no discurso dos repórteres de TV, congrega os seguintes atributos: experiência, curiosidade, humildade, credibilidade, responsabilidade social e amor à profissão.” (Benetti; Gadret, 2017, p. 67). Isso não significa, no entanto, que esses atributos sejam os que os telespectadores possam já ter previamente dos repórteres.

Maingueneau ainda aponta que, mesmo quando parece não se ter imagens prévias, há ao menos alguma visão sobre o locutor.

Existem circunstâncias em que o destinatário não parece ter representações prévias do *ethos* do locutor (por exemplo, quando ele abre um romance escrito por um autor desconhecido), mas é difícil imaginar uma ausência total de *ethos*: mesmo que nada saibamos do indivíduo que escreveu o romance, saberemos ao menos que ele se considera escritor, um romancista que publica certo gênero de romance por tal editora. (Maingueneau, 2020, p. 12).

O autor apresenta, então, a noção de *ethos* efetivo: “o *ethos* *efetivo* de um enunciador resulta, então, da interação entre seu *ethos* pré-discursivo, seu *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), os fragmentos do seu texto no qual ele evoca sua própria personalidade (*ethos* dito)” (Maingueneau, 2020, p. 12). Entretanto, a relação entre o orador e o destinatário não é da decodificação de uma imagem ou de um discurso, há uma relação complexa e contínua entre eles no momento da enunciação.

Maingueneau (2008, p.17) resume suas considerações sobre o *ethos* ao entender que

- o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo *iterativo* de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

Charaudeau (2018, p. 115) auxilia na compreensão das noções de *ethos* prévio e de *ethos* efetivo ao explicar que:

⁵⁶ A concepção de *ethos* coletivo se aproxima da ideia de *ethos* prévio, pois é relativa a uma imagem prévia que se tem de determinado grupo, como, por exemplo, o dos políticos. A noção de *ethos* coletivo será aprofundada no capítulo 5, pois ela é importante para a análise dos perfis.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Em sua definição de *ethos*, incluindo o efetivo, discursivo e pré-discursivo, Maingueneau (2005) destaca que o estereótipo está em sua base.

3.3.4 O estereótipo

Amossy (2005b, p. 125) afirma que o estereótipo “desempenha papel fundamental no estabelecimento do *ethos*”. A palavra estereótipo, de acordo com Alsina (2009, p. 275)

vem do procedimento de impressão denominado estereotipia, que é a reprodução a partir de um molde. Portanto, trata-se de aplicarmos um conceito a uma circunstância, a uma determinada realidade, partindo de um molde pré-configurado, sem levar muito em conta se está se tratando do molde certo ou não, para a interpretação de tal fenômeno.

O primeiro autor a conceituar o estereótipo foi Lippmann (2008). Ao buscar compreender o conceito de opinião pública e a forma como ela é construída, o autor conclui que é impossível para um indivíduo conhecer todas as nuances e informações acerca do mundo. A saída é recorrer a imagens pré-concebidas como uma forma de compreender, conhecer e ordenar o mundo:

Elas podem não ser uma imagem completa do mundo, mas são uma imagem de um mundo possível ao qual nós nos adaptamos. Naquele mundo as pessoas e as coisas têm seus lugares bem conhecidos, e fazem certas coisas como previsíveis. Sentimo-nos em casa ali. Enquadramo-nos nele. Somos membros. (Lippmann, 2008, p. 96).

Para o autor, o próprio jornalismo baseia seu ideal em um estereótipo: o de sempre transmitir a verdade. Ele ainda menciona que nem os jornalistas nem os leitores podem estar em diversos lugares ao mesmo tempo, por isso não conseguem conhecer por completo diferentes realidades. “Um estereótipo simplifica a realidade e nos permite classificar os fenômenos quase instantaneamente, sem nos obrigar a analisá-los detalhadamente, sem necessidade de re-assumirmos a realidade do nosso universo referencial” (Alsina, 2009, p. 277). O estereótipo seria, então, uma forma de simplificar uma realidade complexa – para os jornalistas e para qualquer indivíduo.

Kovach e Rosenstiel (2014) defendem que os leitores não deveriam apenas ler e consumir notícias que concordem, precisam ter a mente aberta ao ler sobre diferentes

acontecimentos, precisam buscar matérias que os façam pensar e refletir. E eles apontam que uma forma de avaliar os jornais é justamente pela quantidade do uso de estereótipos. “Talvez a melhor forma de julgar isso seja observando o quão bem as notícias evitam os estereótipos ao longo do tempo” (Kovach; Rosentiel, 2014, posição 4940, tradução nossa⁵⁷).

Os autores afirmam, ainda, que os estereótipos podem ser “evitados com mais trabalho de reportagem e mais trabalho de reportagens aprofundadas, ambas reconhecíveis em qualquer história feita cuidadosamente”. (Kovach; Rosenstiel, 2014, posição 4940, tradução nossa⁵⁸). Lippmann, no entanto, considera que o estereótipo auxilia o jornalista a explicar o mundo, considerando que “sem padronização, sem os estereótipos, sem a rotina de julgamentos, sem a razoável dureza na desconsideração da sutileza, o editor morreria de excitação” (Lippmann, 2008, p. 272).

Amossy e Pierrot (2022), para explicarem a noção de estereótipo, recorrem a outros conceitos de imagens pré-concebidas, como clichê e lugar-comum. “Para Aristóteles, os lugares-comuns são categorias formais de argumentos que têm um alcance geral, como o possível e o impossível, o mais e o menos, os contrários” (Amossy e Pierrot, 2022, p. 22). Para elas, diferentemente de clichê e estereótipo, os lugares-comuns não têm uma carga pejorativa.

As autoras, então, afirmam que o clichê, assim como estereótipo, tem sua origem na tipografia, considerando que a palavra vem da chapa, resultado da estereotipia. O conceito, de acordo com Amossy e Pierrot (2022), se desenvolve no século XIX.

O clichê está relacionado com a produção de massa (a literatura industrial do folhetim) e com a questão do número: número de leitores, número de eleitores. O alvo não é somente representado por um estilo literário convencional. O modelo visado é o do jornal (com seus folhetins) e o da eloquência política. (Amossy; Pierrot, 2022, p. 19-20).

O uso do termo “clichê”, então, estaria ligado à literatura, pois o leitor precisa compreender os clichês para, por exemplo, entender a construção dos personagens e as expressões usadas pelos escritores. Elas usam como exemplo as expressões “uma doçura angelical”, “uma palidez de morte” e “branco como papel” para exemplificar parte desses clichês literários. É comum haver, entre os personagens dos livros, o velho sábio, o herói romântico, a mocinha em perigo. “O clichê não existe em si mesmo, necessita de um leitor

⁵⁷ No original: “Perhaps the best way to judge this is by noting how well the news over time avoids stereotypes.”

⁵⁸ No original: “be avoided by more reporting and more specific reporting, both of which should be recognizable in any story carefully done.”

que o reconheça, relacionando-o com algo que já tenha sido dito anteriormente” (Amossy; Pierrot, 2022, p. 88).

Enquanto o clichê opera no campo da literatura, o estereótipo é pesquisado pelas ciências sociais e pela psicologia social, que entendem o conceito como uma imagem cristalizada, inevitável e indispensável. Amossy e Pierrot (2022) explicam que, por meio de testes, a psicologia social buscou entender como se formam esses estereótipos e descobriu-se que nem sempre eles têm uma base objetiva. Lippmann (2008) diz que os estereótipos podem surgir em diferentes lugares, como nas artes, mas também dos “nossos códigos morais e filosofias sociais” (Lippmann, 2008, p. 86). Para ele, a formação dessas imagens se dá pela uniformidade de elementos na sociedade.

Se não existissem uniformidades práticas no ambiente, não haveria economia e somente erro no hábito humano de aceitar previsão por visão. Mas há uniformidades suficientemente exatas, e a necessidade de economizar atenção é assim inevitável, de forma que a renúncia a todos os estereótipos por uma completa inocente aproximação à realidade empobreceria a vida humana. (Lippmann, 2008, p. 92).

Continuando a reflexão, Amossy e Pierrot defendem que o estereótipo é diferente do clichê ou de lugar-comum: “No cruzamento das ciências sociais e dos estudos literários, ele se define como uma representação social, um esquema coletivo cristalizado que corresponde a um modelo cultural datado” (Amossy; Pierrot, 2022, p. 79). Os estereótipos seriam, portanto, esquemas e imagens cristalizados na sociedade que permitem que se compreenda a sociedade, reduzindo a complexidade da realidade para se viver nela.

Ao simplificar a realidade, poupa-se explicações e detalhamentos, mas isso pode prejudicar “a melhor compreensão de determinadas realidades” (Alsina, 2009, p. 278). Isso porque, para entender uma informação, o sujeito busca conhecimentos que já possui (Alsina, 2009). Lippmann (2008) também considera que os estereótipos poupam tempo, mas alerta que é necessário ter cuidado ao utilizá-los: os estereótipos defendem a posição de cada um na sociedade e a forma de se ver e entender o mundo. No entanto, no momento em que algo rompe com esse estereótipo, esse novo é visto como algo ruim e, até, como um ataque pessoal (Lippmann, 2008).

Os estereótipos, portanto, se conectam com as emoções. “Estereótipos estão carregados de preferência, cobertos de afeto ou aversão, ligados aos temores, avidez, fortes desejos, orgulho, esperança. Seja lá o que invoque, o estereótipo é julgado com o sentimento apropriado” (Lippmann, 2008, p. 115). No jornalismo, por exemplo, o uso dos estereótipos tem potencialidade de provocar sentimentos nos leitores. Na política, o mesmo acontece com os eleitores.

Alsina (2009) divide os estereótipos em três tipos: negativos, neutros e positivos.

Os estereótipos e os preconceitos negativos servem para justificar, em muitos casos, os privilégios e as diferenças intergrupais, pois eles não são só usados para dar sentido de forma instantânea, mas também para fazer uma classificação de acordo com uma ordem social. Determinados grupos são estereotipados de forma negativa e assim alimentamos uma atitude de discriminação e exclusão. (Alsina, 2009, p. 278).

Os estereótipos positivos buscam vangloriar algo ou alguém. Já os neutros seriam apenas uma representação e uma descrição de fatos, acontecimentos, objetos, locais ou pessoas. O fato é que uma sociedade – e conseqüentemente o jornalismo e a política – sem estereótipos é praticamente impossível de existir. Mas Amossy e Pierrot (2022) percebem que comumente os estereótipos são vistos com um viés negativo.

No uso comum, entretanto, o termo estereótipo continua geralmente designando uma imagem coletivamente cristalizada, considerada sob um ângulo pejorativo: o velho judeu avaro, a menina pura e inocente, o sábio distraído. Frequentemente, é assimilado ao clichê quando se insiste na sua banalidade, em seu caráter de automatismo redutor. O uso vulgar coexiste, assim, com o uso erudito, que vai além da questão da falta de originalidade para se colocar em toda a sua amplitude nos meios sociais e de comunicação. (Amossy; Pierrot, 2022, p. 37).

As autoras dizem que a construção do *ethos* se baseia em estereótipos e que “A estereotipia mostra-se, assim, necessária para o bom funcionamento da argumentação: sob formas diversas, ela constitui o embasamento de todo discurso de visada persuasiva” (Amossy; Pierrot, 2022, p. 123).

Entende-se, então, que o *ethos* é a imagem de si construída pelo enunciador, que remete tanto a seu próprio discurso, quanto a imagens pré-discursivas dos interlocutores, que se baseiam em estereótipos. Em relação ao *ethos* político, pode-se não conhecer determinado político, mas, ao saber seu partido, ou sua posição política, o eleitor já constrói imagens sobre ele.

3.4 O OUTRO POLÍTICO

Buscamos, agora, compreender qual é a imagem de um político – ou o *ethos* político. Chamamos nesta pesquisa o ser político de outro político por termos como foco o jornalismo e compreendermos que o discurso jornalístico se constrói com os outros. Por isso, incluímos o político como um dos outros no jornalismo. Vários autores, de diferentes épocas e culturas, se dedicaram a estudar o *ethos* político ou as características dos políticos e de seus discursos (Charaudeau, 2018; Maquiavel, 2011; Thoreau, 2022). Veremos, então, quem são e como se caracterizam os atores políticos.

3.4.1 Os atores políticos

Maquiavel (2011) em seu famoso tratado para o príncipe italiano, já citado, traz recomendações de como um príncipe deve agir para conseguir governar e se manter no poder, sugerindo, assim, a imagem que um político deve ter. As características apresentadas por ele são: ser piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, precavido, astuto, ter força, inteligência, ser cauteloso mas, ao mesmo tempo, corajoso, valoroso e prudente, e focar no presente, mas pensando em soluções futuras.

O pensador, no entanto, esclarece que o príncipe, na verdade, não precisa, necessariamente, ser ou ter nenhuma dessas características, mas ele precisa aparentar tê-las, como uma fachada, e convencer aos outros que ele é assim. “Mas, acima de tudo, um príncipe deve esmerar-se para oferecer de si, em cada gesto seu, a ideia de um homem com grandeza e que excede no pensar” (Maquiavel, 2011, p. 109).

O autor defendia que um príncipe, para ocupar seu lugar por direito, deveria ser preferencialmente temido do que amado, “Nasce daí o debate: se é melhor ser amado que temido ou o inverso. Dizem que o ideal seria viver-se em ambas as condições, mas, visto que é difícil acordá-las entre si, muito mais seguro é fazer-se temido que amado, quando se tem de renunciar a uma das duas” (Maquiavel, 2011, p. 81). Ele ainda dizia que os políticos escolhem os seus “caminhos” com base na imitação de outros políticos, que atingiram ou são o que eles planejam alcançar e parecer. Maquiavel (2011), é bom ressaltar, não escreveu seu tratado acerca de uma democracia, em que há espaço e possibilidade para opiniões e visões negativas acerca de um político.

A ideia de superioridade de um líder se relaciona com o pensamento de Thoreau (2022), em sua obra *A obediência civil*. Apesar de endereçar seu tratado ao comportamento dos civis, ele traz, também, uma visão da política. Para o autor, a política estadunidense do período, durante a guerra Mexicano-Americana (1846-1848), não representava os anseios e as necessidades dos cidadãos, apesar de haver eleição⁵⁹. Para Thoreau (2022), os políticos eram apenas eloquentes, sabiam “falar bem”, mas não eram capazes de solucionar os problemas. Ou seja, não tinham a capacidade de ação. Nesse sentido, nos termos de Charaudeau (2018),

⁵⁹ Thoreau (2022) publicou seu ensaio em 1849, mas o escreveu inspirado em um evento que ocorreu em 1846, a prisão por se recusar a pagar o chamado *poll tax*, uma taxa exigida a todos os eleitores de Massachusetts. A recusa a se pagar o imposto era a sua destinação: o financiamento da guerra Mexicano-Americana, além das críticas por ser um estado escravocrata. Ele passou apenas um dia na prisão, até um conhecido pagar os impostos para ele, mas escreveu o manifesto que inspirou personalidades como Mahatma Ghandi e Martin Luther King Jr, além do escritor Leon Tolstói.

poderíamos dizer que eles quebravam o contrato de comunicação política, que estabelece que o cidadão acredita e confia na capacidade do político de, além de discursar, agir.

Oradores, políticos e homens eloquentes existem aos milhares; mas ainda não abriu a boca para falar um orador capaz de solucionar os problemas que nos afligem no dia a dia. Amamos a eloquência pela eloquência e não por qualquer verdade que possa ser verbalizada ou pela possibilidade de inspirar algum heroísmo. (Thoreau, 2022, p. 168).

O autor, então, já trazia a ideia de que o político carregava valores negativos, que poderiam ser percebidos pelos cidadãos. Se relacionarmos essa percepção negativa com os dias de hoje, é possível dizer que ela ainda está presente em diferentes países. Roger-Gérard Schwartzberg (1977), político francês e pesquisador das teorias políticas, em sua obra *O estado do espetáculo*, busca entender a construção da imagem dos políticos. Para o autor, eles são personagens, atores em um espetáculo – o espetáculo da política – e destaca que existe uma forte personalização na política. Ele, entretanto, diferencia poder pessoal de personalização de poder. A primeira se refere a uma pessoa que realmente detém o poder institucional, quando “uma única pessoa concentra ou controla todos os poderes” (Schwartzberg, 1977, p. 10). Na personalização, o rosto do político está presente como o representante do poder, simbolizando a nação, mas não necessariamente detendo o poder institucional.

Para Lippmann (1922), o fator humano deve estar sempre presente nas decisões políticas, pois a política não é uma máquina, como muitas vezes é chamada, e sim uma reunião de pessoas. Schwartzberg (1977) diz que “A política, outrora, eram idéias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor, as personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo” (Schwartzberg, 1977, p. 9). Schwartzberg (1977, p. 11) ainda afirma que “O homem político vem procurando cada vez mais impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público”. Segundo ele, existem imagens pré-estabelecidas que os políticos buscam construir ou evocar para si.

Essa reconstrução lembra o trabalho do artista. Mas desta vez o artista toma a si mesmo como material de trabalho – como na autobiografia, ou no auto-retrato. E desta vez o escultor esculpe sua própria estátua. Amassa sua própria argila. É ao mesmo tempo artista e modelo, criador e criação. (Schwartzberg, 1977, p. 11).

Charaudeau (2018) sugere a máscara como a imagem que se tem diante do outro na política.

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e

não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. (Charaudeau, 2018, n.p.).

Podemos relacionar essa reflexão do autor com o conceito apresentado de outridade: o eu apenas conhece o outro em sua forma relativa, nunca em sua plenitude. Entendemos, então, que no jogo político, o “ator” ou o “personagem” apresenta o si-mesmo de uma forma construída para o outro. Aqui podemos também lembrar Goffman (2002), que afirma que todos os indivíduos são atores e representam papéis em suas interações sociais.

Concluindo, compreendemos que todos os sujeitos constroem uma imagem para si com base no que desejam transmitir, mas essa imagem depende não apenas do “outro” que a constrói, mas do que se imagina sobre ele e o que o terceiro, o ouvinte ou leitor, irá interpretar do que foi dito. Para um político, essa imagem é de extrema importância.

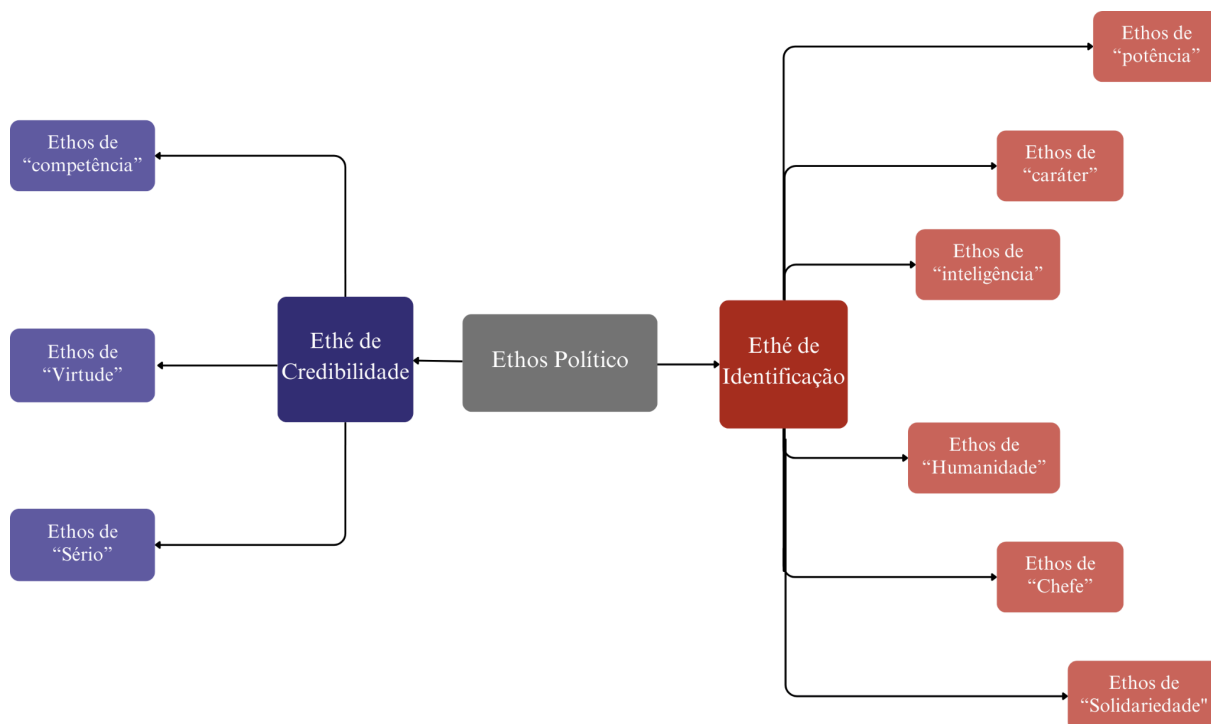
3.4.2 O *Ethos* Político

Charaudeau (2018) considera que a construção da imagem de um político é uma tarefa difícil, porque há contradições e fragilidades nas diferentes tipificações. Por exemplo, a imagem do político “bem nascido” tem a legitimidade hereditária, mas falta a capacidade de entender a realidade econômica da população. O autor também cita que a inteligência e astúcia tanto podem ser características positivas, como podem ser percebidas como hipócritas. Já o paternalismo tem como contradição a infantilização, assim como a moderação e o “controle de si” podem ser vistos como frieza.

Para Charaudeau (2018), o *ethos* construído – ou visado – pelos políticos como grupo se compõe por duas categorias: *ethé* de *credibilidade* e *ethé* de *identificação*. Ambos são o resultado de uma construção. O *ethos* de credibilidade é composto pelos *ethé* de sério, virtuoso e competente, enquanto o *ethos* de identificação pelos *ethé* de potência, caráter, inteligência, humanidade, de chefe e de solidariedade.

Na Figura 1, a seguir, apresentamos as características do *ethos* político proposto por Charaudeau sistematizadas, para uma melhor visualização.

Figura 1: A organização do *Ethos* Político por Charaudeau



Fonte: Organizado pela autora a partir de Charaudeau (2018)

3.4.2.1 *Ethé* de Credibilidade

O autor explica que o discurso político tem o desafio do *desejo de crer*. O cidadão precisa acreditar no político, que deve mostrar “o poder fazer”, ou seja, o poder de realizar as ações que prometeu.

(...) um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de performance), e o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). (Charaudeau, 2018, p. 119).

Charaudeau (2018) ressalta que a credibilidade é imprescindível no discurso político, que precisa satisfazer ao mesmo tempo três das condições: sinceridade, performance e eficácia. O *ethé* de credibilidade possui, então, três *ethos*: sério, virtuoso e competente.

O *ethos* de sério, de acordo com Charaudeau (2018), se constrói com base nas declarações e no comportamento do político. Para o autor, há uma série de índices que auxiliam nessa construção, como a postura do corpo, uma expressão séria, ou seja, ser pouco sorridente e ter autocontrole. Ele tem, entretanto, um limite para que não seja visto de forma negativa, como de austeridade. O *ethos* de virtude evoca imagens como sinceridade, lealdade

e honestidade pessoal. “O *ethos* de ‘virtude’ é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos em uma visão nobre da política” (Charaudeau, 2018, p. 124). Para construir o ***ethos de competência***, é necessário que o político tenha experiência e prove que consegue fazer o que promete, além de ter conhecimento sobre a vida política. “Os políticos devem, portanto, mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabem agir de maneira eficaz” (Charaudeau, 2018, p. 125).

Ao explicar o *ethos* de credibilidade, Charaudeau (2018) também traz outra imagem, a **justificação**. O político, em seu discurso, nunca está sozinho, há a oposição, a instância cidadã e a midiática, então, muitas vezes, sua posição é questionada e afetada, para isso, existe a justificação:

O discurso de justificação equivale a navegar entre a intenção e o resultado. Ele é o contrapeso à crítica que o provocou. Efetivamente, a crítica pode dizer respeito tanto aos motivos que levaram à ação, e então o ataque visa à intenção do sujeito, quanto ao resultado da ação, e então é sua falta de competência que é atacada. (Charaudeau, 2018, p. 126).

O autor lembra que, em casos de ataque, é necessário que haja uma justificativa para que a credibilidade seja mantida, e apresenta três estratégias para isso: a **negação**, a **razão superior** e a **não intencionalidade**. Negação é afirmar que a acusação recebida não é verdadeira; a razão superior é explicar o porquê o ato denunciado foi realizado – em nome do Estado; a não intencionalidade é dizer que, apesar de uma consequência negativa, a intenção do político não foi negativa, “cujo efeito deve ser o de livrar seu autor da posição de acusado” (Charaudeau, 2018, p. 132). Essa justificação pode ser feita com argumentos de “*inocência, ignorância, as circunstâncias ou a responsabilidade coletiva*” (Charaudeau, 2018, p. 132, grifos do autor).

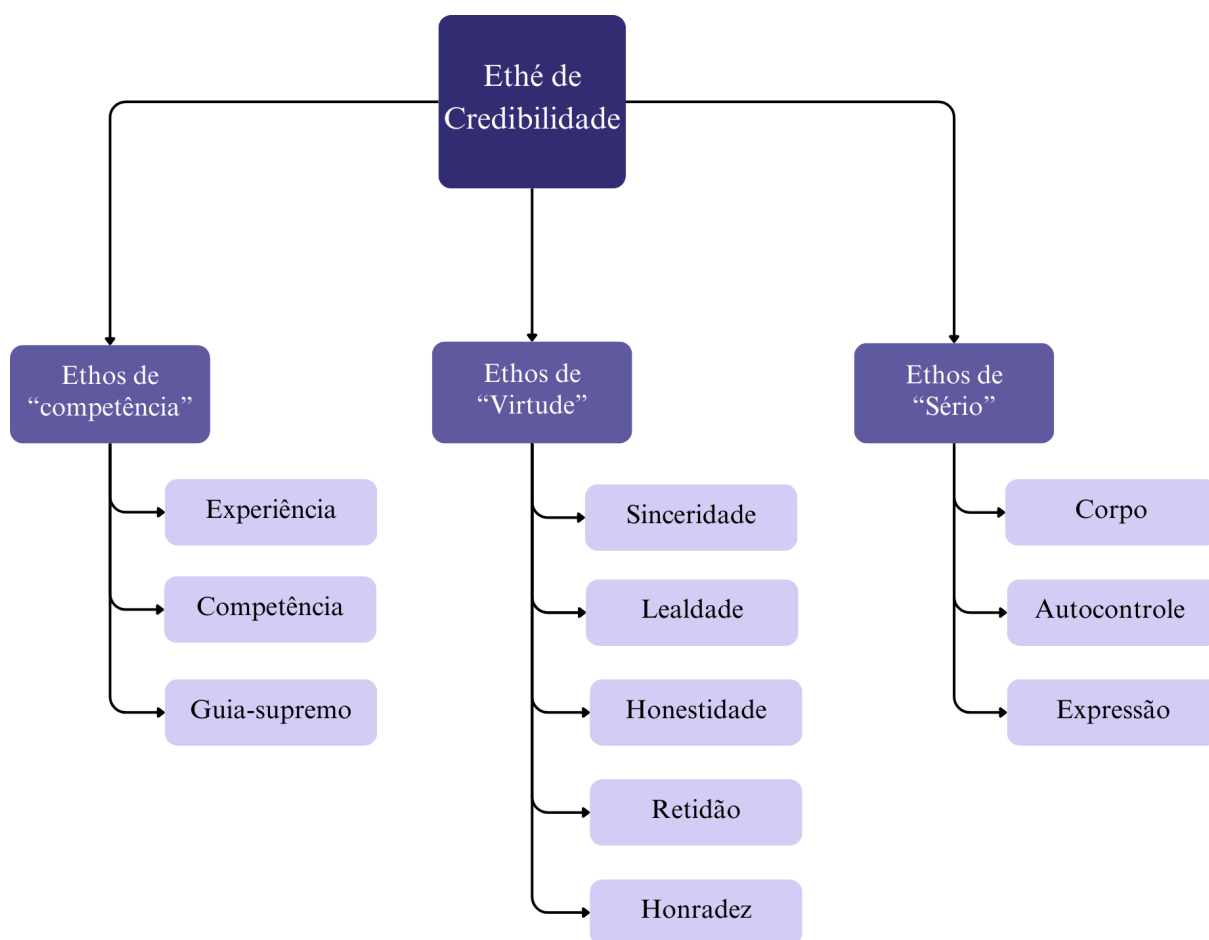
A inocência, para Charaudeau (2018) se dá por dois meios: a obediência às regras e seguir a ordem natural das coisas. A ignorância mostra que o autor desconhecia o ato pelo qual está sendo atacado. Para o autor, ele pode desconhecer o fato ou pode ter uma participação não consciente – aqui podemos trazer como exemplo o caso do Petrolão, durante os governos de Lula e de Dilma Rousseff, em que recursos eram desviados da Petrobras para empreiteiras e, apesar de ser acusado como chefe do esquema, Lula sempre afirmou não ter conhecimento dele. A justificativa pelas circunstâncias indica que algo ocorreu devido “às características próprias da situação social e política de determinada época” (Charaudeau, 2018, p. 134).

Apesar de apresentar estratégias de justificação para restaurar o *ethos* de credibilidade do político, Charaudeau (2018) explica que nem sempre isso é possível.

O *ethos* de credibilidade é, ao mesmo tempo, um construto e um atributo, ou, mais precisamente, uma construção sobre um atributo. É um construto em virtude da maneira pela qual o sujeito encena sua identidade discursiva. É um atributo em virtude da identidade social que o sujeito possui e que depende, ao mesmo tempo, de seu estatuto e da maneira como o público percebe. (Charaudeau, 2018, p. 136).

A seguir, no quadro 2, apresentamos a sintetização das imagens que compõem os *ethé* de credibilidade e o *ethos* de competência, de virtude e de sério.

Figura 2: A organização do *Ethé* de credibilidade por Charaudeau



Fonte: Organizado pela autora a partir de Charaudeau (2018)

A segunda categoria do *ethos* político, para o autor, é a da identificação.

3.4.2.2 *Ethé* de Identificação

Além da credibilidade, Charaudeau (2018) acrescenta que o político também precisa construir uma identificação com o cidadão. O autor explica que a construção do *ethos* se

baseia em um tripé: o *si*, o *outro* e um *terceiro*. O *si* seria o orador, o *outro*, para quem se fala e o *terceiro*, Charaudeau (2018) chama de ausente. Seria a imagem ideal (ou o *ethos* pré-discursivo), uma imagem de referência. Ele apresenta, então, os *ethé* de identificação: “Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos, e viu-se que esse maior número é heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários” (Charaudeau, 2018, p. 137). A construção do *ethos* de identificação é, portanto, uma tarefa difícil e, de acordo com o autor, ele pode ser dividido em seis *ethé*: de potência, caráter, inteligência, humanidade, de chefe e de solidariedade.

O ***ethos* de potência** se caracteriza pela energia e força física. Ele é ligado, por exemplo, aos esportes e demonstrado nas maratonas das campanhas eleitorais. É uma imagem de virilidade, que o autor explica que pode ser explícita ou não. Charaudeau (2018) afirma que a figura de potência pode ser mais branda, mas que a questão da força e da saúde precisa estar sempre presentes. O político que busca construir um *ethos* de potência tem como objetivo mostrar que “ele não é apenas um homem de palavras, mas também de ação” (Charaudeau, 2018, p. 139).

O ***ethos* de caráter** também tem como principal característica “a força”, mas não a física e sim a de espírito. Charaudeau (2018) cita diversas características que fazem o *ethos* de potência aparecer, como a vituperação, ou falar forte. Entretanto, há diferenças entre a vituperação e a vociferação. Os berros vituperados precisam ser calculados e ter uma justificativa, “Percebe-se que para vituperar, para dar berros – calculados – que tenham efeito político, é preciso encontrar-se em uma posição que os justifique” (Charaudeau, 2018, p. 140). A vituperação é calculada e apresenta uma potência planejada⁶⁰, já a vociferação é não controlada e, portanto, negativa.

A segunda figura do *ethos* de caráter é a de “força tranquila”, que tem como principal característica o controle de si. “O político que demonstra esse gênero de atitude constrói para si uma imagem de homem que pensa antes de agir e que toma suas decisões após ter ponderado os prós e contras de uma situação” (Charaudeau, 2018, p. 143).

O autor cita, ainda, figuras de “coragem” e de “orgulho”. Por meio da coragem, o político demonstra a capacidade necessária para agir em diferentes situações; enquanto pelo orgulho, se mostra um político que entende estar apto a ocupar aquele lugar e tem o

⁶⁰ Charaudeau (2018) divide a figura de vituperação no que chama de variantes: a provocação e a polêmica. A provocação tem como objetivo “fazer alguém reagir” (Charaudeau, 2018, p. 141), enquanto a polêmica tem como objetivo também atingir o outro. A polêmica é uma figura utilizada normalmente em debates para tentar atingir o caráter, o comportamento e a moralidade do oponente. Como resposta, Charaudeau (2018) diz que há a figura da advertência, que define o limite do político.

conhecimento e as qualificações necessárias para o cargo. Charaudeau (2018) apresenta, no entanto, o lado negativo do orgulho: “(...) não abrandar seu julgamento nem suas decisões, quaisquer que sejam as circunstâncias...”, citando os conceitos de Maquiavel. A figura do orgulho tem, de acordo com Charaudeau (2018), uma versão atenuada, a de firmeza, que apresenta uma força, mas sem agressividade. “O *ethos* de caráter forte caracteriza-se por uma atitude de reivindicação da ação efetiva, demonstrando energia (que não é nem a irritação nem a agressividade) e mesmo uma determinação inabalável, coisas que seriam próprias dos grandes políticos” (Charaudeau, 2018, p. 144).

A última figura relacionada ao *ethos* de caráter é a de “moderação”, como “atitude de intermediação entre as partes de um conflito” (Charaudeau, 2018, p. 144). O autor diz que essa figura se apresenta com falas que visam amenizar os conflitos e gerar um entendimento.

O terceiro *ethos* que integra os *ethé* de identificação apresentado por Charaudeau (2018, p. 145) é o de ***ethos de inteligência*** e “faz parte dos *ethé* de identificação na medida em que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo e assim os faz aderir a ele”. O autor divide esse *ethos* em duas figuras, a do homem culto e a da astúcia. Entre as características do homem culto, Charaudeau (2018) aponta os títulos universitários, escrita de livros e participação em eventos culturais.

A figura da astúcia ou da malícia demonstra que o político consegue “fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir os fins” (Charaudeau, 2018, p. 146). O autor considera essa ação importante, já que um político fala com diferentes públicos e possui diferentes objetivos, não podendo apresentar todas as suas intenções a cada projeto que desenvolve. O jogo da astúcia, de dissimular, pode ser entendido e percebido de maneira positiva quando for necessário, como em um período de guerra, ao disseminar informações inverídicas para o adversário, ou de forma negativa, quando o político constrói uma falsa moral e é, na verdade, corrupto.

O ***ethos da humanidade*** se refere ao político aparentar, efetivamente, ser um humano. Para Charaudeau (2018, p. 148), “O ‘ser humano’ é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos”. Para o *ethos* de humanidade, o autor apresenta três figuras: do sentimento, da confissão e de intimidade.

A figura de sentimento, de acordo com Charaudeau (2018), seria demonstrar, em diferentes ocasiões, os sentimentos. O exemplo citado por ele é, ao visitar tragédias, demonstrar compaixão. Para o autor, é difícil controlar a figura do sentimento, assim como a

figura da confissão. Esta pode aparentar sinal de fraqueza. O autor explica que ela só é possível – e será útil ao político – se for uma confissão limitada: o político pode reconhecer que não fez o suficiente, e sim o que era possível, e que nenhum outro teria feito melhor do que ele.

Os gostos pessoais do político – relacionados à figura da intimidade – são, para Charaudeau (2018), uma figura que “relaciona-se ao que concerne à vida privada e íntima do político: seus gostos literários e artísticos, em termos de culinária, de vestuário, no campo do lazer etc.” (Charaudeau, 2018, p. 151). A figura de intimidade é construída, por exemplo, entre o político e os jornalistas. Os perfis, forma discursiva que será analisada nesta dissertação, exigem essa relação de intimidade, ultrapassando a superficialidade já conhecida. Essa figura auxilia na humanização e aproximação do político com os cidadãos.

É bom para ele mostrar que pode ter reações de indignação, de cólera ou fazer confidências que supostamente revelam sua verdadeira natureza, com a esperança de que tenham um efeito positivo sobre a opinião. Às vezes são as mídias que tentam provocar essa revelação do íntimo dos políticos. (Charaudeau, 2018, p. 152).

O próximo *ethos* que se enquadra nos *ethé* de identificação é o ***ethos de chefe***, que o autor diz estar ligado à relação entre o político e o cidadão e “requer propriedades que destacam essa relação de dependência, como uma imagem que é explicitamente oferecida ao cidadão” (Charaudeau, 2018, p. 154). Este *ethos* é o que define o poder político demonstrado pelo político para o cidadão. O *ethos* de chefe se manifesta em três formas: como *guia supremo*, *comandante* e *soberano*. O *guia supremo* se assemelha ao herói de Schwartzberg (1977) e divide-se em três: *guia-pastor*, *guia-profeta*, *chefe-soberano*⁶¹.

A segunda figura do *ethos* de chefe é a de *comandante* e seria uma visão militar de comando. “Trata-se aqui da imagem do senhor da guerra, daquele que pode ser levado a declarar guerras em suas fronteiras (ainda que apenas para desviar a atenção do povo de suas próprias misérias), a fazer declarações guerreiras contra inimigos próximos ou distantes” (Charaudeau, 2018, p 159).

A terceira figura, de *soberania*, é aquela que o político utiliza para mostrar arrependimento e pedir desculpas, como porta-voz da nação, por um erro coletivo, “é preciso

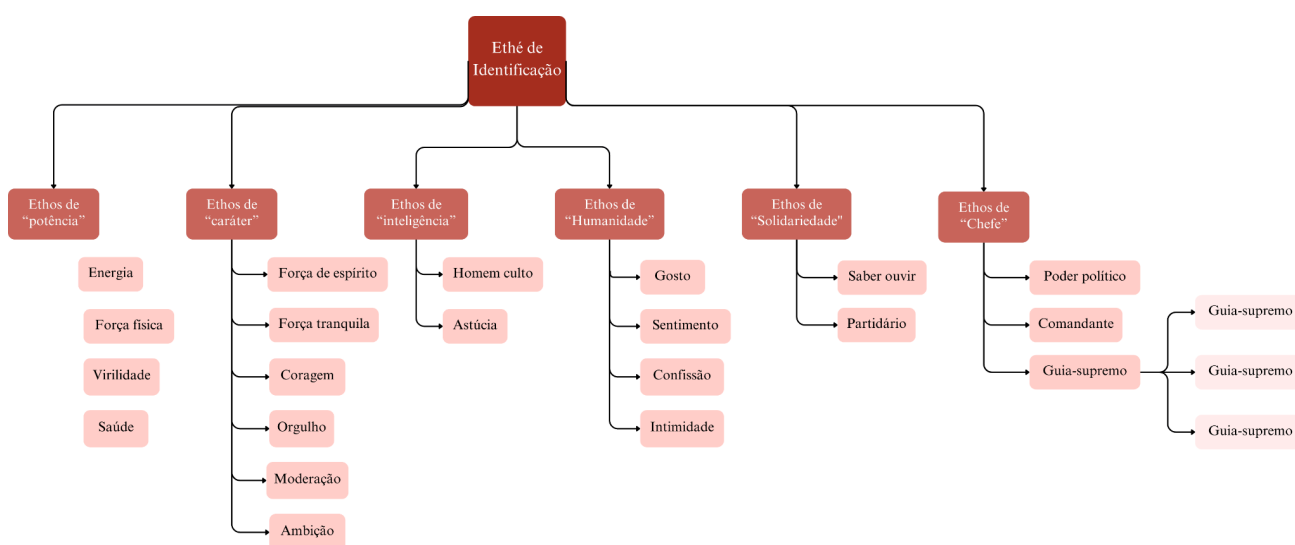
⁶¹ O *guia-pastor* tem como características determinação, sabedoria e capacidade de guiar e unir, sendo, inclusive, um pouco místico. É o “Condutor de homens que sabe se fazer seguir, do sábio que tem uma vida interior e do homem determinado a saber aonde vai” (Charaudeau, 2018, p. 154). O *guia-profeta* tem uma imagem de inspiração, de visionário, e atua no presente. O *chefe-soberano* retoma a questão da soberania como legitimadora do político. O político representa e encarna os valores políticos, como democracia, povo, honestidade, mas também acima das questões políticas pequenas. Os riscos enfrentados pelo *chefe-soberano* são o de distanciar-se muito do povo e aparentar características como presunção, insensibilidade e arrogância (Charaudeau, 2018).

que aquele que profere o arrependimento se confunda com uma potência que recebe sua soberania da própria coletividade (as democracias) ou de um direito divino (as instituições religiosas)” (Charaudeau, 2018, p. 161). Para o autor, ao realizar o ato de arrependimento, o político se coloca em posição de mensageiro de uma entidade, tornando-se, assim, soberano.

A última figura apresentada por Charaudeau (2018) para os *ethé* de identificação é o **ethos de solidariedade**. Para além de ter sentimentos como compaixão, a partir desse *ethos*, o político entende as necessidades dos outros como suas. Segundo Charaudeau (2018, p. 164), “Para o político, ser solidário é mostrar que as opiniões (ou as decisões) dos membros de seu grupo são partilhadas e defendidas por ele”. Nesse *ethos*, o político busca ouvir, compreender e se responsabilizar pelos anseios do povo.

A Figura 3, apresentada a seguir, sistematiza as características do ethos político proposto por Charaudeau, proporcionando uma melhor visualização.

Figura 3: A organização do *Ethé* de identificação por Charaudeau



Fonte: Organizado pela autora a partir de Charaudeau (2018)

Essas figuras apresentadas por Charaudeau (2018) podem ser usadas pelo político para construir sua imagem – o que não significa que o *ethos* efetivo, percebido pelo público, seja o mesmo visado pelo político. Para Schwartzberg (1977), quando um político constrói para si a persona de um desses líderes, ele fica preso a ela. Já Charaudeau (2018) e Amossy (2005) afirmam que é possível mudar o *ethos* efetivo de um político, mas é uma tarefa complexa. A autora cita o caso de Jean-Marie Le Pen, político francês de extrema-direita, durante a crise do Golfo. O *ethos* pré-discursivo do político era de “líder de extrema direita hostil aos valores

dos direitos do homem e das nações, partidário da força, reacionário, xenófobo, demagogo e indigno de confiança”, mas precisava se dirigir para além de seu público, então construiu um texto que visava refutar essa imagem. Amossy (2005) considera que ele conseguiu apresentar sua nova imagem.

3.4.2.3 Procedimentos linguísticos para a construção do *Ethos*

Além de apresentar os *ethé* de **credibilidade** e **identificação**, Charaudeau (2018) fala dos procedimentos linguísticos para a construção do *ethos*, dividindo-os em procedimentos **expressivos** e **enunciativos**. Nos **expressivos**, estariam as formas de falar, como o “bem falar”, “falar forte”, “falar tranquilo”, “falar regional”. O “bem falar” remete a forma culta, com uma dicção lenta, ritmo cadenciado e uma boa articulação. O “falar forte” tem como características porte forte, gestos amplos e “uma voz forte (de trovão)” (Charaudeau, 2018, p. 172). O “falar tranquilo” é caracterizado por uma dicção lenta e uma articulação que não é muito marcada, mas é de fácil compreensão. O autor o compara a uma conversa familiar. O “falar regional” é caracterizado pelo sotaque de cada região e “estabelece uma relação de proximidade com aqueles que participam dessa mesma origem” (Charaudeau, 2018, p. 173).

Os procedimentos **enunciativos** para a construção do *ethos* são divididos pelo autor em **enunciação elocutiva**, **alocutiva** e **delocutiva**. A característica da enunciação elocutiva é o uso dos pronomes em primeira pessoa; a alocutiva, dos pronomes em segunda pessoa, e a delocutiva não tem uma pessoa, mas expressões, e “uma verdade que não depende nem do eu, nem do tu” (Charaudeau, 2018, p. 178 e 179).

Miguel (2011), ao abordar o discurso político, considera que os políticos buscam se distanciar do povo com falas técnicas e termos emprestados de outras áreas, como a economia, para demonstrar que o povo não está na instância de tomada de decisões. Como afirma Charaudeau (2018), a instância cidadã escolhe quem a irá representar na instância política, mas não compreende a totalidade de seu funcionamento. Miguel (2011) diz que o discurso “elaborado” da política produz um efeito legitimado. apresenta essa aproximação e, ao mesmo tempo, distanciamento do discurso político do povo. “Ele pode ser entendido como parte do mecanismo de dominação que contribui para fechar o campo político à intrusão dos leigos” (Miguel, 2011, p. 196).

Nesta pesquisa, não procuramos compreender se um político perfilado pela revista *piauí* conseguiu construir um *ethos* efetivo que se adeque a sua intenção, mas sim compreender como a *piauí* constrói esses “outros políticos”. No entanto, a noção de *ethos* é

importante porque ela nos auxilia a entender quais são os *ethos* pré-discursivos, quais as imagens que se tem acerca dos políticos, para termos uma referência do campo da política e, assim, conseguirmos analisar o discurso do jornalista – ou da revista. E é a relação entre o jornalismo e a política que aprofundaremos no próximo capítulo.

4 O Interdiscurso entre jornalismo e política

Após tratarmos dos discursos jornalístico e político, buscaremos no presente capítulo compreender a relação entre eles. Iniciaremos, então, com a definição de um conceito importante da Análise de Discurso, o de Interdiscurso. Em seguida, abordaremos brevemente a relação histórica entre política e jornalismo, (Traquina, 2020), a relação entre instância midiática e política (Charaudeau, 2018) e a relação entre o jornalismo e a política (Miguel, 2002, 2011, 2019; Miguel; Biroli, 2010; Barreto, 2006; Cook, 2011).

4.1 O INTERDISCURSO

Para que possamos compreender o interdiscurso entre o discurso jornalístico e o político, é necessário, primeiro, entender o conceito de interdiscurso para a AD. Interdiscurso é, resumidamente, a relação entre diferentes discursos; mas é além – e mais profundo – do que isso. Para Pêcheux (2021), não há discurso sem interdiscurso. O interdiscurso seria o “pré-construído”, corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (o “mundo das coisas”),” (Pêcheux, 2021, p. 151).

Um discurso está sempre inserido em um contexto. Ele não tem sentidos por si. Esses sentidos são construídos e atravessados pela historicidade. Só é possível, então, se constituir e compreender um discurso entendendo que há discursos anteriores a ele – o que Maingueneau (2007) chama de primado do interdiscurso.

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é *porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (Pêcheux, 2015, p. 158).

Pêcheux (2021) foi o primeiro autor a abordar o conceito que, para ele, está conectado a outros dois: a memória e o esquecimento. Para Orlandi (2015, p. 29), interdiscurso é a memória discursiva:

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível,

sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa uma situação discursiva dada.

Para que a memória exista, entretanto, é necessário que haja o esquecimento. Segundo Pêcheux (2021), tudo o que pode ser dito, já foi dito e tudo o que pode ser dito é uma construção de acordo com o contexto que está inserido. Os esquecimentos seriam, então, efeitos para possibilitar a construção do discurso. Pêcheux (2021) diz que há dois esquecimentos. O esquecimento chamado de número 2 está relacionado ao fato de que o sujeito, ao falar, tem a ilusão de que aquela seria a única maneira de falar, quando na verdade sempre haveria outras formas, com outras palavras, de falar o mesmo. O esquecimento número 1 se refere à ilusão de que o sujeito imagina ser a origem do que diz, quando, na verdade, o que se fala já foi dito anteriormente – o sujeito apenas retoma sentidos preexistentes que ficam na memória.

Orlandi (2015) define o esquecimento número 2 como enunciativo e o número 1 como ideológico. “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo” (Orlandi, 2015, p. 33). Para que um sujeito consiga, então, construir um discurso, ele precisa esquecer o já-dito – mas sempre entendendo que já foi dito – porque para se falar é preciso esquecer. Orlandi (2015, p. 31) resume a visão de Pêcheux afirmando que “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”.

Courtine (2022) também cita Pêcheux ao afirmar que, na AD, o interdiscurso se manifesta sob duas formas: o pré-construído e o discurso transversal. O pré-construído é algo que fala, anteriormente, em outro lugar. Ele corresponde ao já-dito e é um efeito do interdiscurso como resultado de uma interpelação ideológica. É algo que se diz e que parece evidentemente inquestionável, mas que foi construído em outro lugar. Pêcheux (2021) dá como exemplo a expressão “aquele que morreu na cruz para nos salvar”. Qualquer um identifica que esse sujeito seria Jesus, mesmo que não acredite nessa afirmação, pois esse é um sentido cristalizado antes em outro lugar – no exterior do discurso. Furtado (2013, p. 115) explica que “Apesar de ter um efeito de antecedente, o pré-construído é produzido simultaneamente ao construído”.

Já o discurso transversal funciona como uma sustentação do discurso. É algo que o sujeito insere no seu discurso para que ele faça sentido. A frase que Pêcheux usa como exemplo é a seguinte: “esse triângulo, que é isósceles, tem os dois ângulos de base iguais”. Na qual a expressão “que é isósceles” é uma incisa que produz um efeito de sustentação.

Para Pêcheux (2021), o pré-construído afeta o intradiscurso (nas relações dentro do próprio discurso), fazendo com que o interdiscurso atue como esse discurso transversal. E o efeito do intradiscurso é garantir o “fio do discurso”. Possenti (2003) considera que o aprofundamento sobre interdiscurso se deu na obra de Maingueneau (2007), que define duas terminologias para entender o interdiscurso: o Mesmo (que seria o discurso) e o Outro (que seria o discurso que interpela esse discurso que está sendo analisado, que o autor chama de discurso primeiro). Ele entende que a enunciação é heterogênea – ou seja, nela sempre estão presentes várias vozes – e existem duas formas desse “Outro” – essa outra voz que não a do locutor – estar presente no discurso: a “heterogeneidade mostrada” e “heterogeneidade constitutiva”. Essa divisão também está presente nos estudos de Authier-Revuz (1990), que diz que a heterogeneidade é sempre constitutiva no discurso, mas, quando não é mostrada, não é analisável.

A heterogeneidade mostrada pode ser marcada ou não. A marcada é aquela que aparece no texto, seja por meio de aspas, no discurso direto, ou indireto. A presença da fala de outro sujeito fica clara naquele discurso. A heterogeneidade não-marcada é da ordem do discurso, pois não é visível na materialidade do texto. Exemplos seriam a ironia, a metáfora ou o jogo de palavras.

A heterogeneidade constitutiva vem do interdiscurso, mas não deixa marcas na materialidade do discurso. Um jornalista, por exemplo, pode ficar horas entrevistando uma fonte para escrever uma reportagem. Parte das informações passadas pela fonte podem aparecer no texto sem que fique marcado que quem as falou foi a fonte. Elas passam a fazer parte do texto como se fossem ditas pelo próprio repórter. Nos perfis, isso é comum de acontecer, já que o repórter utiliza a observação, as conversas com o perfilado e outros entrevistados para construir o texto – e assim uma imagem do perfilado.

Maingueneau diz que sempre existe um discurso primeiro e um discurso segundo, que podem ser entendidos de forma cronológica e que se relacionam interdiscursivamente. Para que exista um segundo discurso, há um discurso primeiro do qual ele deriva, em negação ou contradição a ele. O discurso segundo sempre altera, de alguma maneira, o discurso anterior. Entretanto, o discurso segundo será o discurso primeiro em relação ao que vem depois, causando o que é chamado pelo autor de dissimetria. “A dissimetria ligada à ordem da gênese não recobre a totalidade das relações entre discursos primeiro e segundo; este último não faz desaparecer instantaneamente aquele do qual deriva e pode inclusive acontecer que ele não o faça desaparecer absolutamente” (Maingueneau, 2007, p. 42).

Furtado (2013, p. 116) explica que “podemos considerar que um discurso, na verdade, é formado pela relação entre vários discursos, mesmo que um seja naquele momento dominante”. Considerando, então, o conceito de interdiscurso, aprofundaremos a relação entre os dois discursos que interessam a esta pesquisa: o jornalístico e o político.

4.2 O JORNALISMO POLÍTICO

No capítulo anterior, apresentamos definições do que seria política. Ao retomarmos a noção aristotélica da palavra, compreendemos que, em seu princípio, a prática política ocorria em praça pública, na polis, com a participação direta dos cidadãos. Com o desenvolvimento social e as mudanças de organização da sociedade – como o surgimento da democracia representativa e o avanço das mídias –, novas formas de se fazer política surgiram. Charaudeau (2018) define a instância midiática como parte do discurso político, presente em seu contrato de comunicação, e a mídia é vista por Charaudeau (2018), por Cook (2011) e por Miguel (2002) como parte indispensável da ação política. Isso porque a política se adaptou a uma nova era e uma nova organização (Miguel, 2002, 2011; Barreto, 2006).

Devido ao afastamento do cidadão do local em que ocorre a ação política – e aqui Miguel entende política como a política oficial, que ocorre em locais oficiais, como Câmara dos Deputados, Palácio do Planalto e Senado –, o jornalismo passou a ocupar o papel de mediador entre a política e o cidadão, relatando e contextualizando as falas e ações políticas para a sociedade.

Em função de ser a política um acontecimento de interesse do público, o que conseqüentemente interessa ao jornal, este, em sua condição de artefato noticioso, legitimou-se enquanto tal, assumindo situação de locus ao transpor para as suas páginas a praça social onde se deu o fato, seja aquela um gabinete inacessível ao homem comum ou o trombetear dos comícios. Num processo de flexão o jornal empalma o fato relatado, de alguma maneira passa a integrá-lo e passa a ser, para o leitor, a virtual praça social onde este se deu. É a notícia como equivalente da realidade. (Barreto, 2006, p. 12).

Miguel (2002) diz que existe uma ideia de que houve uma perda de características clássicas da política devido ao avanço dos meios de comunicação de massa. Entretanto, o autor discorda dessa visão, apontando que o fazer político não mudou, apenas mais pessoas passaram a participar do debate político.

Segundo Charaudeau (2018, p. 287, grifos do autor), “Os políticos sempre tiveram necessidade de *visibilidade* (devem ter acesso à cena pública), de *imagem* (devem seduzir) e de *legibilidade* de seu projeto político (devem ser compreendidos)”. É interessante destacar,

portanto, que a instância cidadã consegue ver e participar do que está acontecendo na instância política principalmente por meio do jornalismo e não diretamente se inserindo na instância política. Charaudeau (2018) diz que, na democracia representativa, a sociedade precisa de uma mediação social, e a Opinião Pública passa a ser, assim, formada muito por intermédio da mídia (Lippmann, 2008) – e especialmente do jornalismo. No entanto, Charaudeau (2018) considera que a Opinião Pública que é produzida por meio da mídia não constrói uma consciência política.

As mídias são uma máquina sem memória que tende a construir uma consciência cidadã também sem memória. Assim, a opinião pública construída pelas mídias escapa ao político, pois apenas raramente ele corresponde ao que deveria ser o alvo do discurso político: uma consciência política. (Charaudeau, 2018, p. 295).

Independentemente das decorrências, na atualidade, o jornalismo e a comunicação de massa substituíram o espaço das praças, onde ocorriam os debates políticos da Antiguidade (Barreto, 2006). E esse espaço de discussão e visibilidade pública é o que se chama de “esfera pública”. Gomes (2008), com base em obras de Habermas – *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962, e *Direito e Democracia*, de 1992 –, diz que a esfera pública tem três características: 1) participar do jogo argumentativo, ou seja, a discutibilidade; 2) exposição, acessibilidade e visibilidade; e 3) o fato de ser conduzido por cidadãos comuns, não pelo governo ou por alguém em particular. Nessa esfera é que são expostas e discutidas as questões políticas.

O autor considera que a versão mais fácil de ser compreendida de esfera pública é o “face a face”, como ocorre em assembleias, reuniões e, se voltarmos à política clássica grega, nas praças. Mas o avanço dos meios de comunicação de massa aumentou a visibilidade dos políticos, entretanto, Gomes (2008) considera que o espaço de discussão foi perdido. A noção de esfera pública, segundo o autor, começou a se complexificar com a política midiática, aquela organizada com base na lógica dos meios de comunicação, que coloca a persuasão e sedução como pontos centrais para a política. Mas Aristóteles, como vimos, já falava que a emoção (o *pathos*) fazia parte da política. A mídia, no entanto, potencializa essa presença.

Para compreender a nova esfera pública, dominada pelos meios de comunicação de massa, é necessário entender os dois sentidos que ela pode ter: de esfera de visibilidade pública e de esfera de discussão pública. A primeira, como o nome indica, está baseada na visibilidade e “responde a demandas de sociabilidade e de comunicação” (Gomes, 2008, p. 134). Já o sentido de discussão tem como ponto central a argumentação, “não se expõe para provocar um mero conhecimento comum, que se esgote no ato de saber e gerar sociabilidade,

mas para que os concernidos pela matéria em discussão saibam que há uma disputa e possam nela intervir como participantes” (Gomes, 2008, p. 135).

Segundo Gomes (2008), a esfera de discussão depende da esfera de visibilidade para que as questões a serem debatidas sejam conhecidas e para que as propostas de quem está no poder sejam legitimadas. Não há democracia sem debate e não há democracia sem visibilidade. “É a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (Gomes, 2008, p. 162). A associação dessas duas esferas deve ser constante, pois a perda de uma delas causa prejuízo à democracia.

Entendemos que o jornalismo é um dos atores fundamentais da esfera de visibilidade, como aponta Gomes (2008), para manter a democracia. Essa ideia corrobora que uma das finalidades do jornalismo é fortalecer a democracia (Reginato, 2019; Kovach e Rosentiel, 2014). Buscaremos, então, compreender a relação entre jornalismo e política na história.

4.2.1 Jornalismo e política: uma relação histórica

O jornalismo surgiu no século XV e, até o século XIX, havia uma estreita relação entre jornalismo e política, pois os partidos políticos eram responsáveis pelos jornais (Traquina 2020). Cada partido tinha o seu próprio jornal, com o objetivo de divulgar suas ideias. Na segunda metade do século XIX e início do século XX houve uma mudança na percepção do jornalismo. “A opinião começa a perder terreno e ser separada das páginas de informação” (Scherer, 2012, p. 53). O jornalismo passou a se profissionalizar, e a notícia a ser compreendida como um produto. Com isso, a definição do que estaria nas páginas dos jornais precisava ser feita a partir de critérios que garantissem o interesse do público em comprar jornais. Dessa forma, começaram a ser definidos critérios de noticiabilidade.

Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícias que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (“*newsworthiness*”). (Traquina, 2020, posição 769).

Traquina (2020) identifica mais de 20 critérios de noticiabilidade, e explica que o primeiro autor a categorizá-los foi Mauro Wolf. Vários dos critérios se relacionam com a política, como, por exemplo, o de notoriedade: quando o acontecimento envolve alguma celebridade, ele passa a ter interesse dos leitores. Esse é o caso dos políticos. A proximidade e a relevância também podem se relacionar com o campo político. Se algo precisa ser realizado perto de onde o cidadão mora a partir de uma ação política, isso passa a ter relevância para

esse sujeito, que precisa saber se o problema será resolvido. A política também está relacionada com critérios como a novidade, o inesperado, os conflitos e as infrações (Traquina, 2020). São, portanto, os critérios de noticiabilidade que tornam um acontecimento social um acontecimento jornalístico.

É com base nesses critérios que se definem **quais** acontecimentos e **quem** se tornará notícia. Em relação a **quais**, Tuchman (1973) apresenta três tipos de acontecimento: 1) *nonscheduled* – eventos não programados, mas que serão noticiados em uma data definida pelos jornalistas; 2) *prescheduled* – eventos que têm data marcada para ocorrer, e as informações sobre eles serão publicadas no dia que acontecem ou no seguinte; e 3) *unscheduled* – eventos que ocorrem inesperadamente e precisam ser publicados rapidamente. Há um outro tipo de acontecimento que Traquina (2020) define como “mega acontecimento”, Ele é inesperado, envolve muitos critérios de noticiabilidade, ganhando um alto valor-notícia. Por isso, tem prioridade na cobertura. Um exemplo seriam os atentados de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas em Nova Iorque.

Todos esses tipos de acontecimentos podem envolver a política, e isso faz com que os atores políticos sejam um tipo de fonte muito procurada pelos jornalistas. Por isso, se pensamos em **quem** se torna notícia, certamente os políticos se encontram entre os sujeitos que constantemente aparecem nas páginas dos jornais. É por isso também que os políticos são muitas vezes perfilados pelos jornalistas, pois, além de estarem envolvidos em acontecimentos cruciais para a vida de qualquer comunidade, precisam, como vimos, ser visibilizados para que se deixem conhecer e ganhem legitimidade. “A regra é que os fatos a que se dará forma de notícia foram previamente escolhidos e isolados dos processos de alguma “ação em marcha”, pelos interessados em que o fato seja conhecido” (Gomis, 2004, p. 103). Mas se existe interesse dos políticos de se tornarem fonte para terem visibilidade positiva, existe também a responsabilidade dos jornalistas de cobrar e vigiar o poder, o que provoca uma relação complexa entre jornalistas e políticos.

4.2.2 Políticos e repórteres: um jogo de interesses

Na contemporaneidade, chamamos de jornalismo político aquele que é especializado na área. Nos grandes jornais, revistas ou emissoras de televisão, há repórteres especializados em política que costumam frequentar os já citados locais oficiais para fazer a cobertura do dia. Eles passam a ter fontes “de confiança” que consultam sempre que necessário. “Na política (...) a fonte é a notícia. Sem ela, o repórter é vazio como um saco sem a pipoca”

(Pinto, s/d, p. 49). Mas é preciso também ter cuidado, porque o jornalista político está sempre lidando com o poder.

Pinto (s/d) destaca que o repórter político fica com uma sensação ilusória de proximidade com os poderosos. “Ou seja, na maior parte das vezes, a verdade no garimpo do noticiário político é apenas uma eventualidade circunstancial. Palavras quase nunca servem para expor, mas quase sempre são usadas para ocultar a verdadeira natureza dos fatos” (Pinto, s/d, p. 51). No caso da *piauí*, não há especificamente uma editoria de política, embora seja uma temática constante na revista. Os perfis, inclusive, não são feitos necessariamente por repórteres especializados na área, mas a relação do jornalista com esse outro político carrega essas mesmas características de ligação com o poder. É uma relação de interdependência: o político é poderoso enquanto fonte que oferece informações relevantes ao jornalista, e o jornalista é poderoso por poder dar visibilidade ao político.

Tanto para Cook (2011) quanto para Barreto (2006), a notícia é o resultado de negociações ou inferências entre as fontes – no caso aqui estudado, os atores ou “outros políticos” – e os jornalistas. Como Gomis (2004) explica, as fontes interessadas produzem fatos. No caso dos políticos, é necessário que eles tenham aparições públicas para construir uma imagem positiva, tanto em época de eleição, para integrar a instância cidadã e convencê-la a votar em si; quanto para promover uma ação política e gerar simpatia acerca dela (Charaudeau, 2018). “O político espera, deseja e busca sempre a aparição midiática movido pela necessidade de manter-se apto a chegar ou a permanecer em situação de poder, quaisquer que sejam os seus motivos e convicções” (Barreto, 2006, p. 19). Isso faz dos políticos uma fonte com características específicas.

Entende-se assim que as fontes das notícias sejam geralmente interessadas e que a principal fonte interessada sejam os políticos, estejam no governo, estejam na oposição, seja apresentando fatos para mostrar que as coisas andam bem, seja para mostrar que não vão indo como deveriam”. (Gomis, 2004, p. 114).

Por precisarem da instância midiática, os políticos, muitas vezes, fabricam eventos. “Os atores políticos às vezes contornam esse problema encenando um evento que lhes forneça um ‘pretexto’ momentâneo e, portanto, uma oportunidade para falar sobre uma condição subjacente.” (Cook, 2011, p. 239). Pensando nisso, Gomis (2004) desenvolveu o conceito de pseudoevento, um evento construído pela fonte com o objetivo de aparecer nos veículos jornalísticos. “O pseudoevento ajuda uma instituição real a aparecer como o que pretende ser: é uma profecia que se cumpre ao pronunciar-se. E a condição de seu cumprimento é a existência dos meios de comunicação e a penetração neles” (Gomis, 2004, p. 109). Os

políticos, enquanto fontes, sabem – com base nos critérios de noticiabilidade – o que pode se tornar notícia e produzem pseudoeventos a partir disso.

Assim, os atores políticos podem prever (e o fazem) o que provavelmente atrairá os jornalistas enquanto planejam suas palavras e ações; da mesma forma, os jornalistas podem prever (e o fazem) quais serão as reações de suas fontes à história que manufaturaram a partir da informação que obtiveram delas. (Cook, 2011, p. 211).

Ou seja, cria-se um jogo de interesse, em que políticos e jornalistas precisam desenvolver estratégias para alcançar seus objetivos. Cook (2011) cita como exemplos de pseudoeventos criados pelos políticos para serem noticiados as visitas oficiais de outros políticos, paradas e passeatas. Muitas vezes os políticos marcam coletivas de imprensa para também dar mais visibilidade a um pseudoevento.

Entendemos que publicações dos políticos em suas redes sociais se tornaram, também, uma forma de divulgar pseudoeventos, considerando que muitas vezes essas postagens se tornam notícia. Um exemplo do que estamos falando eram as *lives* que o ex-presidente Jair Bolsonaro fazia semanalmente enquanto estava no poder e que se tornavam, na sequência, notícias. Com essa estratégia, Bolsonaro assumia o controle do que queria divulgar e não costumava conceder entrevistas para os jornalistas, que depois repercutiam a sua fala.

Suas falas na “*live de despedida*”, como grande parte da imprensa denominou, por exemplo, serviram para que ele aparecesse e, de certa forma, se defendesse em relação aos atos terroristas realizados em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. A *CNN* publicou notícia intitulada: “Em live de despedida, Bolsonaro diz que ‘nada justifica tentativa de ato terrorista’ em Brasília”⁶²; na *Folha de S.Paulo*, a mesma notícia ganhou o seguinte título: “Bolsonaro faz live de despedida e crítica atos terroristas”⁶³; e na *Carta Capital*, a expressão se repetiu: “Em live de despedida, Bolsonaro diz que “Brasil não acabará dia 1º” e condena atos terroristas”⁶⁴. Esses são apenas alguns exemplos.

As decisões, portanto, acontecem na instância política, mas, os atores políticos precisam dar visibilidade a suas ações na instância midiática.

⁶² Publicada em 30 de dezembro de 2022, disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-live-de-despedida-bolsonaro-diz-que-nada-justifica-tentativa-de-ato-terrorista-em-brasilia/>>. Acesso em 10 de junho de 2023.

⁶³ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/12/bolsonaro-faz-live-de-despedida-critica-ato-terrorista-e-se-diz-perseguido-no-governo.shtml>> Acesso em 10 de junho de 2023.

⁶⁴ Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-live-de-despedida-bolsonaro-diz-que-brasil-nao-acabara-dia-1o-e-condena-atos-terroristas/>> Acesso em: 10 de junho de 2023.

(...) enquanto os políticos ditam as condições e regras de acesso e indicam certos eventos e questões como importantes criando uma arena para eles, os repórteres podem tomar esse material (e o fazem) para decidir se algo é suficientemente interessante para ser coberto e depois construído como narrativa coerente. (Cook, 2011, p. 209).

Nos perfis, e especialmente da revista *piauí*, a lógica muda: quando o político aceita ser perfilado, ele compreende que o repórter irá acompanhar sua rotina, conversar com outras pessoas, observar suas ações, e o controle do que será escrito passa a ser do repórter. Entretanto, ao mesmo tempo, políticos que concorrem a cargos de alto escalão, como os presidenciáveis, possuem treinamento sobre a forma de falar e agir perto de repórteres. E pelo perfil ser um texto inteiro dedicado a descrever e “construir” a imagem da vida de alguém, ele é interessante para os políticos para auxiliar na construção dos *ethé* de credibilidade e de identificação (Charaudeau, 2018). Ao acompanhar o dia a dia do político e apresentá-lo como uma pessoa comum, o jornalista ajuda a construir a identificação. Ao apresentar suas qualificações e suas opiniões políticas, ele ajuda a construir sua credibilidade. Por outro lado, o perfil pode desestabilizar essa construção, teoricamente, prejudicando o político. Há, a todo tempo, uma disputa de interesses e poderes. A política e o jornalismo, portanto, precisam um do outro, mas a relação é bastante complexa.

As fontes e os jornalistas têm interesse na cooperação e colaboração, particularmente na construção de uma relação estável, pela qual os jornalistas recebem informação em troca da publicidade que dão às fontes. Mas essas trocas são frágeis, porque esse interesse é pelo menos em parte contrabalançado pelas tensões entre o que as fontes desejam e o que os jornalistas querem das notícias (Cook, 2011, p. 210 e 211)

Cook (2011) lembra que nem sempre o acontecimento que a fonte quer que vire notícia é do interesse dos repórteres: “Grandes histórias podem surgir, desviando a atenção de eventos cuidadosamente arranjados”. (Cook, 2011, p. 227). Tanto para Cook (2011) quanto para Barreto (2006), os políticos podem até criar e aparecer em determinados eventos, mas é o repórter que tem o poder de produzir o conteúdo que será publicado. Ou seja, é principalmente o valor-notícia do acontecimento que fará com que os jornalistas o escolham para noticiar, deixando outros acontecimentos que não se enquadram nos critérios de noticiabilidade de lado. Além disso, existem os interesses das empresas jornalísticas, como aponta Barreto (2006, p. 20): “ O fato é re-tratado, inscrito e circunscrito a técnicas de produção e redação, interesses internos e externos à redação, de forma a adequar-se à ética e a normas e padrões técnicos que o tornem passível de ser noticiado”. Muitas vezes, inclusive, os interesses da empresa são mercadológicos.

Resumindo, a instância midiática encontra-se no que Charaudeau (2018) chama de “duplo dispositivo”: de exibição – ou busca de credibilidade – e de espetáculo – ou busca por audiência. Isso coloca em choque dois interesses que, em alguns momentos, podem ser até opostos.

O discurso da instância midiática encontra-se, portanto, como já discutimos, entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (Charaudeau, 2018, p. 63).

É nesse complexo jogo de interesses que envolvem diferentes atores tanto na instância midiática quanto na instância política que são construídas as notícias – e os perfis – sobre o outro político.

4.2.3 Os atores políticos para o jornalismo

A questão é: quem é considerado ator político pelo jornalismo? Miguel (2002) faz a crítica de que o jornalismo não busca romper com a ideia formal de política – de seus representantes com cargos oficiais –, dando espaço apenas para os atores dessa política. Existem, no entanto, diferentes formas de se fazer política e diferentes vieses, com atores políticos diversos, como as organizações sindicais, que não costumam ganhar espaço nos noticiários. Miguel e Biroli (2010) destacam que mulheres políticas, por exemplo, quase não têm espaço na imprensa. Os autores afirmam que o discurso jornalístico se apresenta como plural por haver a ideia de que ele é imparcial. Mas eles são críticos também em relação à noção de imparcialidade jornalística.

(...) a imparcialidade reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em posição universal. As diferenças são reduzidas a uma unidade que não é apenas artificialmente forjada como também é socialmente situada. A pluralidade é negada, já que se postula uma moral transcendente capaz de totalizar as perspectivas. Quem permanece fora desta unidade transcendente é transformado em um “outro absoluto”, o que significa eliminar a alteridade como integrante efetiva do espaço público. Por fim, a imparcialidade legitima hierarquias baseadas na divisão entre público e privado, assegurando a opressão de alguns grupos e a despolarização de questões de poder relevantes. (Miguel; Biroli, 2010, p. 66).

Em relação a essa questão, Benetti (2006) diz que o discurso jornalístico é idealmente polifônico, mas nem sempre o é de fato. Ela explica que não basta que uma reportagem tenha mais de uma fonte, e sim diferentes pontos de vista sobre um mesmo acontecimento ou tema. Um texto jornalístico com apenas duas fontes, por exemplo, pode ser polifônico, desde que

elas tenham visões de mundo diferentes. Mas um texto jornalístico com várias fontes, todas com um mesmo ponto de vista, será monofônico. Já Miguel e Biroli (2010) consideram que o jornalismo apresenta uma “pluralidade” pertencente a um mesmo grupo e um mesmo ideal.

Os autores apresentam, então, três hipóteses acerca da imparcialidade e da pluralidade do jornalismo. A primeira é a de que “*o ocultamento da posição de enunciação do jornalismo, que ocorre graças a seu discurso universal/imparcial, funda a legitimidade e a credibilidade de sua intervenção no espaço público.*” (Miguel; Biroli, 2010, p. 68, grifos dos autores). Ou seja, pela aparente neutralidade, entende-se que o jornalismo é um espaço de credibilidade para intervir no espaço público, que é um espaço de visibilidade para as questões políticas.

A segunda hipótese é que “*Ao buscar uma representação objetiva das diferentes vozes, mas fazendo-o a partir de uma perspectiva situada, o jornalismo produz um simulacro da pluralidade*” (Miguel; Biroli, 2010, p. 69, grifos dos autores). A terceira hipótese é a de que “*O jornalismo assume a posição de fiador do pluralismo político, estabelecendo, a partir de sua própria prática, os limites desse pluralismo.*” (Miguel; Biroli, 2010, p. 70, grifos dos autores). Os autores destacam, por exemplo, o fato de que a escolha de quem estará no noticiário nasce das rotinas de produção jornalística. Como dissemos, alguns repórteres têm fontes “de confiança”, que sempre estão à disposição e economizam tempo para o repórter, então voltam a elas – deixando de lado fontes que poderiam apresentar pontos de vista diferentes.

Com essas hipóteses, os autores afirmam que esse discurso tido como universal e plural em relação à política, na verdade, só legitima uma hierarquia e organização política pré-estabelecida, sem realmente debater o que é política ou ser um espaço amplo de debate.

Ao apresentar-se como um discurso fundado em categorias universais, o discurso jornalístico contribui para tornar invisíveis as discordâncias e as diferenças que constituem um público efetivamente plural. Ao apresentar sua posição como não situada socialmente, os jornalistas ocultam o fato de que sua perspectiva incorpora e ativa os pressupostos que naturalizam a ordem social e a política estabelecida. (Miguel; Biroli, 2010, p. 74)

Dessa forma, o espaço do jornalismo é cedido apenas para políticos com cargos oficiais, como presidentes, deputados e senadores.

Salvo em situações excepcionais, a mídia não questiona os limites dados do que é “a política”. As páginas dedicadas ao tema nos jornais estão firmemente ancoradas nas instituições. Tratam do parlamento, das chefias dos poderes executivos, de eleições e de partidos. (Miguel, 2002, p. 173).

Mesmo que concordemos que atores políticos de diferentes instâncias, locais e características devessem ser incluídos no jornalismo, nesta pesquisa, nos interessa examinar justamente os perfis de políticos que fazem parte dessa “política oficial”. É sobre esse discurso que direcionamos nosso olhar. Nossa proposta é compreender como o jornalismo vê esse outro político que representa o poder da política formal no país. Entendemos, também, que o aprofundamento exigido em um perfil qualificado, em uma revista como a *piauí*, pode mostrar sentidos que fogem da imagem que é visada por esses “outros políticos” como grupo. Se isso de fato acontece é o que descobriremos na análise.

4.2.4 Sete teses da relação entre a mídia e a política

Para nos aprofundarmos ainda mais nessa construção do “outro político” pelo jornalismo, apresentamos o pensamento de Lima (2009), que propõe sete teses que relacionam a mídia e a política no Brasil. “Duas características da comunicação midiaticizada são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos” (Lima, 2009, p. 17). Sua definição de política aproxima-se da visão de Bobbio, pois, para Lima, política é o que diz respeito à organização da sociedade. As teses do autor são as seguintes:

A **primeira** seria que “a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera política” (Lima, 2009, p. 19). O autor defende a noção da mídia como construtora da realidade social, por isso considera que ela adquire uma importância na significação política, já que é na mídia que a política é construída e adquire um significado. Para ele, é por meio dos jornais, das rádios, da televisão e, inclusive, do cinema, que se constrói uma imagem da política e do que é político.

A **segunda tese** apresentada por Lima (2009, p. 21) é que “não há política nacional sem mídia”. Lima (2009) tem uma visão crítica acerca da centralidade da mídia, afirmando que, assim, os políticos precisam disputar visibilidade positiva para si e favorável aos seus vieses políticos.

A **terceira** tese é a de que “a mídia está exercendo várias funções tradicionais atribuídas aos partidos políticos” (Lima, 2009, p. 22). Entre essas funções, o autor cita construir uma agenda pública, transmitir informações políticas, fiscalizar o governo, criticar as políticas públicas e canalizar as demandas da população. Entendemos, no entanto, que a maioria dessas ações fazem parte das finalidades do jornalismo definidas por Reginato

(2019). Acerca da agenda pública, uma das teorias do jornalismo é a do agendamento. McCombs e Shaw (2000, p. 131) explicam que

O agendamento é bastante mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem *sobre o que é que devemos pensar*. As notícias dizem-nos também *como devemos pensar sobre o que devemos pensar*. Tanto a seleção de objectos para atrair a atenção como a seleção dos enquadramentos para pensar sobre esses objectos são tarefas do agendamento.

Por meio da seleção de notícias e dos enquadramentos⁶⁵ que se dá a elas, o jornalismo produz os tópicos que estarão visíveis e debatidos na sociedade (McCombs; Shaw, 2000). Entendemos, no entanto, que não é somente o jornalismo que constrói a agenda pública. Com o advento das redes sociais, as “agendas” e pautas passaram a ser construídas ainda mais por outros sujeitos. Mas compreendemos que o jornalismo continua afetando a visibilidade dos debates acerca das questões políticas.

A **quarta tese** é a de que “a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais” (Lima, 2009, p. 24). O autor lembra a eleição de 1989, quando as campanhas começaram a ser transmitidas pela televisão, modificando a forma de fazer marketing político. Antes, as campanhas eram feitas apenas presencialmente, com viagens dos candidatos a diferentes locais do país. Com a força da televisão e com o horário eleitoral gratuito, além do avanço das mídias e dos meios de comunicação de massa, a campanha passou a ser feita principalmente por meio da mídia. “Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc.) passaram a ser planejados como eventos para a TV.” (Lima, 2009, p. 26). Apesar de citar o crescimento do acesso a internet, o autor não diz que as redes sociais viriam a modificar ainda mais as campanhas eleitorais.

⁶⁵ A teoria do enquadramento surge com os estudos de Erving Goffman (1986), em sua obra *Framing Analysis: an essay on the organization of experience*. No jornalismo, o enquadramento pode se referir a seleção de quais acontecimentos se tornarão notícia, assim como o que do acontecimento estará presente nessas notícias. Segundo Gadret (2016, p. 11) “Em relação ao aspecto de seleção e saliência, a construção do enquadramento depende da escolha e do destaque de alguns atributos dos eventos reportados de forma consciente ou inconsciente pelo jornalista. O segundo aspecto de definição centra-se na construção discursiva de um argumento através do estabelecimento de um problema e da apresentação de causas, avaliações e soluções para este. Os enquadramentos determinam o que um agente causal está fazendo e quais são os custos e os benefícios dessas ações, medidos de acordo com valores culturais presumidamente compartilhados. O texto jornalístico aponta um problema e sua origem, apresenta julgamentos morais sobre os agentes envolvidos no acontecimento reportado e pode sugerir formas de solucioná-lo.” De forma resumida e simplificada, o enquadramento pode ser entendido como as escolhas feitas pelos jornalistas acerca de um acontecimento e sua apresentação na notícia, é a seleção do que será ou não notícia, assim como o que terá ênfase e o que será excluído dos textos. Existem diferentes teorias das razões que levam aos enquadramentos feitos pelos jornais, Gaye Tuchman, por exemplo, cita que a rotina organizacional dos jornais interfere nos enquadramentos e nas seleções das notícias, e Gadret (2016) propõe considerar a emoção como um fator de seleção do enquadramento.

A **quinta tese** é a de que a própria mídia é um ator político. Reginato (2019) afirma que dentre as finalidades do jornalismo estão integrar e mobilizar as pessoas e defender o cidadão, sendo assim, a mídia pode ser considerada um ator político.

A tese seguinte, a **sexta**, refere-se ao modelo de negócios da mídia no Brasil: “(...) as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político” (Lima, 2009, p. 28). Para o autor, o modelo de concessão do setor de radiodifusão brasileiro privilegia empresas privadas. Além disso, algumas empresas jornalísticas possuem jornais impressos, canais de televisão e de rádio, fortalecendo, assim, o poder da mídia – e especificamente desses grupos – na relação política.

A **sétima** e última tese refere-se à população brasileira, seu nível de escolaridade e interesse por política. O autor diz que os altos índices de analfabetismo funcional e o fato de parte da população ter a televisão como a única fonte de informação sobre a política aumentam o poder da mídia – é importante ressaltar, entretanto, que esta não é a realidade atual. Lima (2009) evidencia, no entanto, que o acesso ao ensino superior aumentou no decorrer dos anos, assim como o surgimento de novas formas de comunicação – como a internet –, provocando o enfraquecimento da influência da grande mídia – os conglomerados citados anteriormente – na visão política da população.

Na medida em que aumenta acesso a fontes diferentes de informação e também o feixe de relações sociais ao qual o cidadão comum está interligado, diminui o poder de influência que a grande mídia tem de agir diretamente sobre a sua audiência (ouvintes, telespectadores e leitores) e se fortalece a mediação exercida pelas lideranças intermediárias. (Lima, 2009, p. 34)

É importante fazer a ressalva de que Lima desenvolveu essas teses em 2009, quando as redes sociais ainda não influenciavam tanto na política brasileira como agora. Se sua última tese aponta a problemática de a televisão ser uma fonte de informação sobre política, as redes sociais só pioraram essa relação, já que é sabido da quantidade de desinformação política que é compartilhada pelas redes. Miguel (2019) traz como exemplo as eleições de 2018, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, não participou dos debates, foi em poucas entrevistas com jornalistas e sua principal forma de comunicação com os eleitores, a instância cidadã, foram as redes sociais.

Bolsonaro, cuja candidatura foi alicerçada no uso deliberado de mentiras veiculadas por mídias sociais (em especial WhatsApp e Youtube) e que recusou qualquer tipo de debate ao longo da campanha, transformou-se no emblema local de uma nova era, na qual o jornalismo profissional é marginalizado e o líder político se relaciona de forma imediata com uma multidão não mais de cidadãos, mas de “seguidores”, usando um discurso que não é desafiado por qualquer checagem factual, muito

menos por discursos opostos – tal como Donald Trump, que é uma inspiração óbvia para a estratégia política que adotou. (Miguel, 2019, p. 47)

A falta de pluralidade citada por Miguel e Biroli (2009) nos faz refletir acerca dos 75 perfis políticos que foram feitos pela revista *piauí* desde o seu lançamento, em outubro de 2006, até outubro de 2023. Entre os perfilados, há políticos – ou pessoas muito ligadas à política – que seguem diferentes ideologias, em diferentes partidos – mas há apenas 13 mulheres, e esse número pequeno de mulheres reflete a falta de representatividade feminina na política brasileira. Todos os perfis são de atores com espaço oficial na política ou ligados a ela: deputados, vereadores, senadores, governadores, presidentes ou mesmo empresários e economistas relacionados com momentos políticos importantes no país. Há ministros também perfilados, que, conforme Bourdieu (2010), têm o conhecimento técnico (salvo exceções) e a legitimidade de ocupar um cargo público.

Considerando, então, que o jornalismo apresenta a política – e os atores políticos – como sinônimos de cargos oficiais e auxilia na construção da realidade social, na manutenção da democracia representativa, na construção de um espaço e de uma opinião pública e na construção de ideal político, reiteramos a importância de compreender como esses “outros políticos”, são construídos pelo jornalismo. Para isso, apresentaremos a revista que será analisada no próximo capítulo, que será dedicado a explicar a construção da análise.

5 Metodologia: Análise de Discurso

Como vimos, tanto o jornalismo quanto a política são gêneros discursivos com características próprias. Por isso, escolhemos trabalhar com a metodologia da Análise de Discurso de linha francesa para examinar a interdiscursividade entre esses dois gêneros. Benetti (2006, p. 2) explica que “Uma metodologia insere-se, necessariamente, em quadros teóricos capazes de sustentar uma visão particular sobre o objeto de pesquisa”. Neste capítulo, buscaremos conceituar a AD como metodologia, apresentando os passos que serão seguidos para conseguirmos responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos propostos. Começaremos, então, apresentando nosso objeto de pesquisa, a revista *piauí* e, em seguida, partimos para a explicação de como foi construído o nosso corpus de pesquisa.

5.1 A REVISTA *PIAUI*

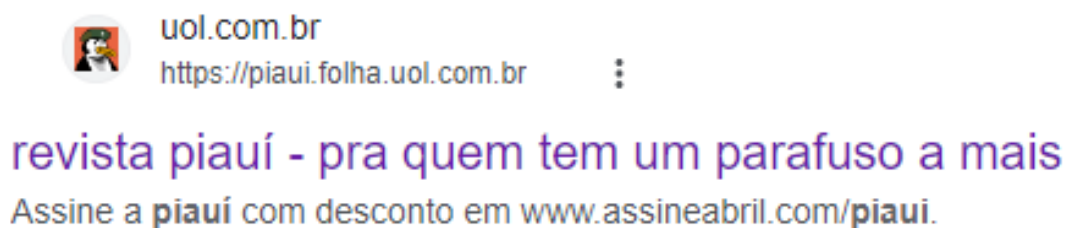
O interdiscurso entre o discurso jornalístico e o político pode ser percebido no objeto da presente dissertação: os perfis de políticos da revista *piauí*. A escolha do objeto se deu, primeiramente, pela decisão de analisarmos a forma discursiva jornalística denominada perfil. Como apresentado no segundo capítulo, entendemos que a alteridade é a base do jornalismo (Freitas, 2017; Benetti; Freitas, 2016), e o perfil é um exercício dessa alteridade (Maia, 2020; Vilas-Boas, 2003; 2014).

Como o objetivo é compreender a construção do outro político em perfis, definimos a revista *piauí* como objeto, considerando que, como apontam Maia (2020) e Vilas-Boas (2003; 2014), a revista se destaca pelos perfis de qualidade – ou, como chamamos, qualificados – que publica. “É reconhecidamente especializada em perfis políticos, tendo já publicado perfis de Alckmin, Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Delfim Neto, entre tantos outros” (Maia, 2020, p. 65).

Como já dissemos, Maia (2020) considera que, devido à ditadura militar, os perfis perderam espaço, voltando a ser valorizados apenas em 2004, com o caderno *Aliás* do *Estado de S. Paulo*. Dois anos depois, em outubro de 2006, a revista *piauí* foi lançada. O slogan da revista, que aparece em seu site⁶⁶, é: “Para quem tem um parafuso a mais”, conforme a Figura 4, a seguir:

⁶⁶ Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/>>. Acesso: 21 de julho de 2023.

Figura 4: Slogan da revista *piauí*



Fonte: site revista *piauí*

De acordo com Ormaneze (2019), o lançamento da revista ocorreu na Festa Literária de Paraty (Flip), em julho de 2006, entretanto, ela só chegou às bancas três meses depois, em outubro daquele ano. No mesmo momento do lançamento da primeira edição, foi publicado, na revista *Veja*, um anúncio com a “Carta de Intenções da *piauí*”, afirmando que seria “uma revista para quem gosta de ler. Para quem gosta de histórias com começo, meio e fim. Como não se inventou nada melhor do que gente (apesar de inúmeras exceções, vide... deixa pra lá), a revista contará histórias de mulheres e homens” (*Veja*, 03 out. 2006). O que já indicava que seriam produzidos perfis na publicação.

A revista foi idealizada e financiada pelo documentarista João Moreira Salles – herdeiro da família proprietária do banco Itaú – e surgiu com o objetivo de ser diferente dos outros veículos em circulação no país. O mesmo texto informava que a matéria prima da revista seria a “bagunça brasileira”. Já na primeira edição, características que acompanhariam a revista nos anos seguintes estavam presentes, como longas reportagens, perfis, dicas culturais e textos com temática política. Na primeira edição já aparece a cartola⁶⁷ “Vultos da República”, utilizada para quase todos os perfis de políticos publicados na revista. Esse é também o título do livro lançado em 2010 pela *piauí*⁶⁸. Na primeira edição da revista, no entanto, a cartola “Vultos da República” foi utilizada para marcar páginas que tinham apenas fotografias de políticos. Há, ainda, um breve perfil do ex-deputado federal Roberto Jefferson,

⁶⁷ Jargão jornalístico utilizado para nomear a palavra ou expressão que define o assunto mais amplo da matéria e que, usualmente, é publicado acima do título.

⁶⁸ O livro, lançado em 2010, é organizado por Humberto Werneck e tem aqueles que foram considerados os melhores perfis de políticos publicados até então. São nove perfis: de Fernando Henrique Cardoso, José Dirceu, Francenildo dos Santos Costa, dois da Dilma Rousseff, Sérgio Rosa, José Serra, Márcio Thomaz Bastos e Marina Silva. Sergio Rosa foi presidente do maior fundo de pensão da América Latina, a Previ, de acordo com seu perfil, não era político de carreira, mas tinha relações com grandes nomes do PT, como Ricardo Berzoini, que foi presidente do partido. Seu perfil está disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/sergio-rosa-e-o-mundo-dos-fundos/>> Acesso em 23 de fevereiro de 2024. Enquanto Francenildo não era político, mas, sim, caseiro. No entanto, teve participação importante em uma momento político do país. Seu perfil está disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caseiro/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

intitulado “Um horror, grande e mudo, um silêncio profundo”, assinado por João Moreira Salles.

Um detalhe que chamou atenção no lançamento da revista foi seu nome, *piauí*, em minúsculo. De acordo com o Manual de Redação⁶⁹ da revista, e o que consta na aba com o título “Sobre Nós”⁷⁰ no site da publicação, seus idealizadores não sabem explicar a razão de seu nome. Segundo Ormaneze (2019), o título surgiu por ser sonoro. De acordo com o “Sobre Nós”, “piauí não tem resposta para nada. Nem para quem pergunta por que ela se chama piauí, porque a esse respeito ainda não chegamos a um consenso”.

O nome curioso e sem uma explicação é incomum, assim como a identidade visual da revista, com diversas ilustrações, um pinguim como símbolo – criado pelo artista e cartunista Angeli (Lahude; Gruszynski, 2015) – e um formato maior do que a maioria das revistas brasileiras – cada página tem 26,5 cm de largura e 34,8 cm de altura, enquanto que nas revistas semanais brasileiras a medida das páginas é de 20,2 cm x 26,6 cm. Esse tamanho é justificado na carta de intenções: “Para que piauí fique bonita, tenha bastante coisa para ler e ver, e dure um mês na mão do leitor, ela terá um formato maior do que o tradicional” (VEJA, 03 de outubro de 2006).

Em seu lançamento, a revista foi bancada por seu idealizador, João Moreira Salles. Desde 2021, entretanto, passou a ser financiada pelo Instituto Artigo 220, que é uma associação civil, fundada em 2018, que tem Moreira Salles como um de seus conselheiros. A entidade surgiu:

Por se acreditar que as circunstâncias econômicas geradas pelo mundo digital impuseram ao jornalismo um difícil desafio de sobrevivência; por se acreditar que sociedades democráticas não se sustentam sem uma imprensa independente; por se acreditar que o jornalismo serve ao interesse público, não precisando se justificar como mercadoria; por essas razões, cria-se aqui o Instituto Artigo 220. (Carta de Princípios)⁷¹

A revista ainda informa que também possui receita própria, por meio de assinaturas, venda em bancas, anúncios e eventos. A assinatura da revista é gerenciada pela Editora Abril e seu site está hospedado no site que pertence ao grupo Folha, entretanto, a *piauí* se apresenta como uma revista independente. “A revista não tem dono ou acionista majoritário, nem depende essencialmente de um anunciante, razão pela qual um de nossos bordões é “piauí, dona do próprio nariz”.”⁷²

⁶⁹ Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2022/04/manual_2022B_0804_2.pdf>, Acesso em 29 de julho de 2023.

⁷⁰ Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/sobre-nos/>> Acesso em: 29 de julho de 2023.

⁷¹ Disponível em <<https://institutoartigo220.com.br/carta-de-principios/>> Acesso em 29 de julho de 2023.

⁷² Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/quem-somos/>> Acesso em 29 de julho de 2023.

Em relação aos leitores, o Mídia Kit (2024)⁷³ afirma que a revista tem “uma audiência qualificada: 92% dos seus assinantes pertencem às classes AB. 83% tem nível superior de ensino. A maioria dos leitores da revista (52%) e do site (57%) tem mais de 35 anos”. Além da revista impressa e do site, a *piauí* produz podcasts, tem uma *newsletter* (com 57,7 mil inscritos), está nas redes sociais e promove eventos. Ainda sobre os números, o Mídia Kit (2024) divulga que a tiragem da revista impressa é de 35 mil exemplares mensais e que ela é lida por mais de 110 mil leitores mensalmente. Afirma também que o site tem mais de 20 milhões de visitas únicas por ano e que as redes sociais têm mais de três milhões de seguidores. São, de acordo com o mesmo material, 1,6 milhões de seguidores no X (antigo Twitter), 434 mil seguidores no Facebook, 456 mil no Instagram e 117 mil inscritos no canal do YouTube – o que soma 2.607.000.

A inspiração para a revista impressa, tanto para o conteúdo, quanto para o projeto gráfico, foi a revista estadunidense *The New Yorker*. Ela foi lançada em 21 de fevereiro de 1925 e é referência no chamado jornalismo literário, com longas reportagens e perfis – conteúdo que a *piauí* trouxe para si⁷⁴. O Mídia Kit (2024) da revista informa que, desde 2006, a condição para publicar na *piauí* é a mesma: “contar bem uma boa história” e traz como características da revista ter “(...) textos narrativos, escritos com zelo pela forma e rigor contra imprecisões. São lidos com vagar pelos seus leitores, que convivem com a revista por todo um mês”. Além disso, confirmando a aproximação com o jornalismo literário, o Mídia Kit (2024) diz que um dos motivos para anunciar *piauí* é ser “(...) a única publicação brasileira de abrangência nacional dedicada ao jornalismo narrativo, um modo de contar histórias reais que toma de empréstimo recursos da ficção”.

No projeto gráfico, a semelhança entre a *piauí* e a *The New Yorker* fica clara desde a capa, como mostram as Figuras 5 e 6, embora os formatos (tamanhos) sejam diferentes.

⁷³ Mídia Kit, neste caso, é um material oficial que traz dados importantes sobre a revista e que é direcionado aos possíveis anunciantes. Tem como objetivo argumentar sobre as vantagens de anunciar na publicação O Mídia Kit 2024 da *piauí* está disponível em: [mídia kit 2024](#) Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

⁷⁴ Entre os nomes que passaram pela revista *The New Yorker* estão Truman Capote, autor do livro *A Sangue Frio*; Art Spiegelman, ilustrador e autor do livro *Maus*; e a jornalista e ensaísta Joan Didion.

Figura 5: Capas das revistas *The New Yorker* (09/2016) e *piauí* (03/2013)



Fonte: sites *The New Yorker* e *piauí*

Figura 6: Capas das revistas *The New Yorker* (06/1996) e *piauí* (06/2012)



Fonte: site *The New Yorker* e *piauí*

Para Rollemberg (2013), além da *The New Yorker*, a *piauí* tem como influência as antigas revistas brasileiras *Senhor* e *Realidade*.

A periodicidade da *piauí* sempre foi mensal, porque, de acordo com sua carta de intenções, “A periodicidade de quatro semanas permitirá que ela aprofunde os assuntos, em

vez de resumi-los.” (Veja, 03 de outubro de 2006). O aprofundamento dos conteúdos e o tempo de produção são dois aspectos importantes e que estão presentes nos objetivos da revista. Na sua carta de intenções, na aba “Quem Somos” do site e em seu Manual de Redação, a revista apresenta como objetivo produzir um jornalismo diferente daquele feito pelos grandes jornais: não publica *hard news*, nem busca o furo jornalístico, mas se propõe a fazer longas reportagens, perfis complexos, textos sobre literatura. O tempo da revista, como apresenta seu Manual de Redação, não é o do presente imediato.

Sem pressa de chegar primeiro às últimas notícias, a publicação acredita que dar tempo para seus profissionais atuarem não significa lentidão, mas apuro. A coleta exaustiva de informações, o contato demorado com os personagens e a observação atenta são procedimentos dos quais os repórteres da *piauí* não abrem mão.

Em relação a essas características, Ormanze (2019, p. 16) diz que:

O mais comum é definir *piauí* como uma revista com reportagens elaboradas com tempo muito superior ao praticado pela imprensa tradicional, com textos mais longos e um projeto gráfico-editorial que tem como característica a pouca presença de imagens fotográficas, substituídas, em geral, por ilustrações e charges, também comum nas capas.

Maia (2020) também considera que a *piauí* se difere do jornalismo convencional. “O repórter possui mais liberdade autoral, pois não se compromete com os padrões de *lead*, pirâmide invertida, e outras normas do chamado jornalismo convencional” (Maia, 2020, p. 65). Entre as diferenças também está o uso do humor, outra característica importante da revista, que conta com diversas cores em sua identidade visual, quadrinhos, texto de ficção e humor até em suas reportagens. “A revista não será ranzinza nem chata. Sisudez não é sinônimo de seriedade. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. *piauí* terá graça. Alegria é a prova dos nove.” (Veja, 03 de outubro de 2006). Essa descontração na forma, no entanto, não acontece nos processos de produção. A revista, por exemplo, diz que prima pela checagem, um elemento essencial do bom jornalismo, segundo Kovach e Rosenstiel (2014), e seu Manual de Redação ressalta a valorização do rigor formal e da apuração.

A *piauí* não possui nenhuma linha editorial definida, tendo apenas o objetivo de contar boas histórias, mas evita, de acordo com o Manual de Redação, todo tipo de ativismo: “Não defende causas, não apoia movimentos político-partidários nem endossa candidatos. Preconiza um jornalismo crítico e equilibrado.” A revista não é organizada por editoriais, colunas ou temáticas pré-definidas. “Aliás, a quantidade de “nãos” do projeto é grande. Não

há colunas, não há editoriais, não há restrições temáticas nem preocupação com as últimas notícias” (Colombo, 2006).

A revista ainda tem outras duas grandes características: a diversidade temática e de formatos textuais. Entre as temáticas apresentadas na aba “Sobre Nós” do site estão política, literatura, economia, televisão, arquitetura, cinema, futebol e até odontologia.

Cobrirá qualquer assunto que uma reportagem possa tornar interessante. Vale tudo: esporte, medicina, odontologia, política, cultura, a picante vida sexual do porco-espinho, religião, numismática, urbanismo, filosofia, as agruras do Palmeiras, do marxismo e do Botafogo, turismo, telemarketing, zoologia. Só não valem reportagens sobre dietas e reforma da previdência, que ninguém aguenta mais. *piauí* procurará com afinco novos assuntos: o Brasil não é feito apenas de corrupção e violência. (Veja, 03 de outubro de 2006).

Em relação aos tipos textuais, a revista conta não apenas com as formas discursivas que vêm do jornalismo, mas também da ficção, publicando “contos, trechos de romances, invenções literárias e histórias em quadrinhos. Publicará também poesia. Sim, com a devida moderação, até poemas, aquelas linhas mais curtas que expressam iluminações” (Veja, 03 de outubro de 2006). Nas narrativas jornalísticas aparecem, com frequência, os perfis. De acordo com Maia (2020), 10% das páginas da *piauí* são perfis.

5.1.1 Os perfis da *piauí*

De outubro de 2006 – quando foi lançada – a outubro de 2023 – ou seja, em 17 anos –, a *piauí* publicou 75 perfis de políticos ou de pessoas muito ligadas à política oficial⁷⁵. Desses, apenas 13 são de mulheres, sendo elas: Dilma Rousseff (com dois textos), Simone Tebet, Marina Silva, Janja, Regina Duarte, Joice Hasselmann, Tereza Cristina, Joênia Wapichan, Janaina Pascoal, Katia Rabello, Eliana Calmon e Soninha Francine. Ou seja, apenas 17,3% dos perfilados políticos – os “outros políticos” – da *piauí* são mulheres. Se analisarmos apenas as mulheres com cargos políticos eleitos, a porcentagem cai para 10,6%.

Em relação à questão partidária, há uma pluralidade maior, são 18 partidos para os 75 textos. O partido com maior número de perfilados é o Partido dos Trabalhadores (PT), com 14 perfis. Já no que se refere à raça e à presença de políticos não heterossexuais, há uma diversidade menor. Acerca da sexualidade, definimos como LGBTQIAP+ apenas os políticos que, em algum momento, declararam sua sexualidade, então, nessa lógica, há apenas os perfis

⁷⁵ A lista completa dos 75 perfis está disponível no Apêndice 2.

de Eduardo Leite⁷⁶ e Jean Willys⁷⁷. Sobre a raça, optamos por verificar a autodeclaração dos políticos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e há apenas dois indígenas entre os perfilados, a deputada Joênia Wapichana⁷⁸ e o senador Hamilton Mourão⁷⁹. Há três políticos que se autodeclaram pardos: Tiririca⁸⁰, ACM Neto⁸¹ e Elizeu Aguiar⁸², e apenas uma declarou-se preta, Marina Silva⁸³. Ou seja, apenas 8% dos perfis são de pessoas não brancas.

Os perfis, como qualquer forma discursiva do jornalismo, deveriam apresentar a pluralidade da sociedade, no entanto, esses números mostram não só a falta de diversidade nos outros políticos da *piuí*, mas também o fato de a política nacional ainda ser dominada por homens, brancos, heterossexuais e, normalmente, não jovens.

É importante distinguir, no entanto, que na *piuí* aparecem duas formas de textos que poderiam ser considerados perfis. A primeira – os aqui analisados – são textos longos, com mais de 30 mil caracteres em média, em que a vida e a rotina do perfilado são contextualizadas em detalhes, há um recorte que pode ser temporal, temático ou cronológico, mas a construção do personagem é aprofundada. Os textos com o segundo formato, que não foi incluído nesta pesquisa, são publicados na seção “Esquina”. Nela, há diferentes tipos textuais, todos mais curtos que o restante da revista, e é possível encontrar alguns cujo foco principal é a história de um sujeito. O primeiro “perfil político” publicado pela *piuí*, entretanto, está nessa seção. É o texto *Um horror, grande e mudo, um silêncio profundo*, escrito por João Moreira Salles sobre o ex-deputado Roberto Jefferson⁸⁴. Não consideramos nem este primeiro, nem os outros publicados na seção “Esquina” na análise por serem muito curtos e não aprofundarem a imagem dos perfilados.

⁷⁶ “Eduardo Leite declara publicamente pela primeira vez que é gay”, por Jornal Nacional, publicado no dia 02 de julho de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/07/02/eduardo-leite-declara-publicamente-pela-primeira-vez-que-e-gay.ghtml>>. Acesso em 23/02/2024.

⁷⁷ O deputado federal assumiu sua sexualidade antes de entrar na política, enquanto participava do reality show Big Brother Brasil. ““BBB5”: Jean assume ser gay em vídeo de inscrição”, publicado por redação UOL no dia 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <<https://televisao.uol.com.br/bbb5/ultnot/ult2692u67.jhtm>>. Acesso em 23/02/2024.

⁷⁸ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/RR/230000615942>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁷⁹ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/RS/210001610438>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸⁰ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/SP/250000619516>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸¹ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BA/50001609248>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸² Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/PI/180000625910>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸³ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000622171>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/um-horror-grande-e-mudo-um-silencio-profundo/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2024.

Mostramos anteriormente que há diferentes formas de se escrever um perfil e diferentes possibilidades de recortes. Os perfis feitos pela *piauí* apresentam uma variedade de estilos. Especialmente nos perfis que serão analisados para esta dissertação, essas diferenças aparecem. No perfil de Fernando Henrique Cardoso (FHC), escrito por João Moreira Salles, por exemplo, o recorte são os dias em que o autor passa com o perfilado, narrando os encontros e conversas que ocorreram nesse período em que o ex-presidente está fora do Brasil. Apesar do perfil ter sido escrito quatro anos após FHC deixar o cargo, sua posição e influência política estão presentes no texto.

Já no perfil de Jair Bolsonaro, de autoria de Consuelo Dieguez, há a narração do encontro do perfilado com a repórter, mas isso não é o principal fio condutor da narrativa. A construção da imagem e das características do político têm como base eventos que ocorreram em diferentes períodos, como a mudança de partido antes das eleições de 2018, seus mandatos e as polêmicas que Bolsonaro sempre esteve envolvido. Além disso, há a inserção de outras fontes, como um dos filhos de Jair Bolsonaro, o atual deputado federal Eduardo Bolsonaro. Diferente de FHC, Bolsonaro ainda não era presidente e nem havia vencido a eleição durante a construção do perfil.

Maia (2020, p. 67) diz que há uma característica forte nesses textos: “(...) a relação entre entrevistador e entrevistado acontece de maneira transparente, já que, em geral, aparecem as circunstâncias do encontro”. Apresentado o objeto, apresentamos no próximo capítulo a metodologia de pesquisa: a Análise de Discurso.

5.2 CORPUS DA PESQUISA: PERFIS DOS OUTROS POLÍTICOS DA REVISTA *PIAUI*

A definição do corpus de pesquisa, para Benetti (2016), é de extrema importância, considerando que ele é a materialidade do discurso que tornará possível a análise.

O corpus é um recorte arbitrário de unidades do objeto empírico, um recorte definido pelo pesquisador a partir destas perguntas: a) de quantas unidades eu preciso para que meus resultados tenham validade?; b) quantas unidades eu posso coletar e analisar no período de tempo de que disponho?; c) quanto tempo deve abranger minha amostra (no caso de o corte temporal ser pertinente. (Benetti, 2016, p. 245).

Com base em Bauer e Aarts, Benetti (2016) explica que o corpus deve conter dois elementos: sincronicidade e homogeneidade. Sincronicidade, para a autora, refere-se ao ciclo de tempo do recorte do corpus. Na presente pesquisa, por ser uma revista mensal, optamos por construir um corpus a partir dos perfis de políticos publicados desde 2006, ano de

lançamento da revista. Homogeneidade aponta que o corpus deve pertencer a um mesmo suporte, no caso desta pesquisa, a revista *piauí*.

A publicação de perfis longos de políticos na *piauí* aparecem com diferentes cartolas: “Vultos da República”; “Vultos da Política”; “Figuras da República”; “Questões Político-Eleitorais”; “Questões Políticos-Culturais”; “Lá vem as eleições”; “Anais da República” e “Poder Passado”.

Para que a homogeneidade fosse ainda maior, selecionamos para compor o corpus desta pesquisa apenas perfis de políticos que já foram presidentes da República publicados pela revista. A escolha se deu, primeiramente, por considerarmos as noções apresentadas por Miguel e Biroli (2009) acerca da universalização do discurso do jornalismo e do discurso político sendo visto pelo jornalismo apenas como o oficial.

O cargo de presidente no Brasil é o posto máximo para um político, considerando que o país tem o regime presidencialista. Esse cargo existe no Brasil desde 1889, mas o país passou por momentos diversos, alguns de muita tensão e violência. Como o Golpe de 1964, que instaurou a Ditadura Militar, colocando por 20 anos ditadores no poder que se autodenominavam presidentes. A redemocratização teve início ainda no governo ditatorial de João Batista Figueiredo – entre 1979 e 1985 – com luta e sofrimento de muitas pessoas. Em 1984, ocorreram as grandes manifestações populares que ficaram conhecidas como “Diretas Já”. No ano seguinte, o governador de Minas Gerais Tancredo Neves foi eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral, com José Sarney como vice-presidente. Tancredo, no entanto, não conseguiu assumir, pois foi internado um dia antes da posse e acabou falecendo. José Sarney assumiu a presidência, mas a redemocratização só se concretizou mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desde que as eleições para presidente foram retomadas, o Brasil teve sete políticos na presidência: 1) Fernando Collor (na época do PRN), que não completou o mandato por sofrer *impeachment* em 1992; 2) Itamar Franco (PMDB), que era vice de Collor e completou o mandato até 1995; 3) Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com dois mandatos seguidos, de 1995 a 2003; 4) Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com dois mandatos seguidos, de 2003 a 2011; 5) Dilma Rousseff (PT), que, em 2016, em seu segundo mandato, sofreu um golpe; 6) Michel Temer (PMDB), que era vice de Dilma e completou o mandato até 2019; 7) Jair Bolsonaro

(que teve dois partidos durante seu mandato, PSL e PL) de 2019 a 2023 – e novamente Lula, eleito em 2023 e ainda no cargo⁸⁵.

Desses sete, a *piauí* nunca publicou perfis de Fernando Collor, Itamar Franco (falecido em 2011), e Luiz Inácio Lula da Silva. Nosso corpus, então, é composto pelo perfil dos outros quatro presidentes, lembrando que, em alguns casos, o perfil foi construído antes ou depois de esses políticos estarem no cargo. São eles: 1) Fernando Henrique Cardoso; 2) Dilma Rousseff – com dois perfis, lançados em sequência e pelo mesmo autor; 3) Michel Temer e 4) Jair Bolsonaro. Para termos apenas um perfil de cada um desses outros políticos, decidimos incluir no corpus apenas o segundo perfil de Dilma, intitulado *Mares Nunca Dantes Navegados*.

A exclusão do primeiro texto se deu por ele, em grande parte, não falar da presidenta e por não ter de fato acontecido um encontro de Dilma com o repórter, como fica claro no texto. A abertura da matéria – que, como ressaltamos, de acordo com Maia (2020), é fundamental para a construção da narrativa de um perfil – sequer cita o nome de Dilma ou uma parte da história da presidenta. Ele começa falando de seu pai:.

“O *pon* está na mesa.” Péter Russév não conseguia dizer “pão”. Falava *pon*. Búlgaro, tinha 1,95 metro de altura, olhos azuis, cabelos quase brancos de tão louros. Era advogado e fora filiado ao Partido Comunista da Bulgária. Quando aportou no Brasil, no final dos anos 30, já era viúvo e deixara um filho em sua terra chamado Luben. Ele desembarcou em Salvador, achou o calor intolerável e logo partiu para Buenos Aires, onde ficou alguns anos. Fez uma segunda incursão no Brasil e se estabeleceu em São Paulo. Veio com algum dinheiro e soube fazê-lo crescer. Era bom de negócios. (Carvalho, 2009).

Ao ler esse primeiro parágrafo, não sabemos sobre quem será o texto. Péter é o pai de Dilma, como se esclarece no segundo parágrafo: “Igor, o primeiro filho, nasceu no primeiro dia de 1947. Dilma Vana, quase no último: 14 de dezembro. E Zana Lúcia, a caçula, em 1951” (Carvalho, 2009). O nome da presidenta volta a aparecer apenas no sétimo parágrafo do texto. Sua vida é sempre contada por terceiros e há muitas informações sobre essas outras fontes. Ao lermos e analisarmos o texto, entendemos, também, que ele não é um perfil qualificado e, por isso, optamos por não incluí-lo no corpus da pesquisa.

O silenciamento de Dilma nesse “perfil” é significativo e poderia nos levar à análise do silenciamento da mulher na política. “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser

⁸⁵ As denominações dos partidos dos presidentes são: PRN – Partido da Reconstrução Nacional; PMDB (hoje MDB) – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; PT – Partido dos Trabalhadores; PSL – Partido Social Liberal; e PL – Partido Liberal.

dito, etc.” (Orlandi, 2015, p.83). No entanto, considerando o problema de pesquisa e os objetivos desta dissertação – que vê ao perfil como uma abertura para a alteridade –, optamos por analisar apenas o segundo perfil, que teve a interação do repórter com Dilma para sua construção e que entendemos ter uma abertura a alteridade e uma escuta ativa do repórter com a perfilada.⁸⁶

Apesar do corpus ser composto de apenas quatro textos, por serem perfis longos – cada um deles ocupa cerca de 7 a 9 mil palavras – e termos como objetivo compreender como a revista *piauí* constrói discursivamente o outro político em seus perfis considerando o *ethos* visado pelos políticos enquanto grupo, entendemos que praticamente todas as frases presentes no texto são ou fazem parte de Sequências Discursivas, pois a maioria se refere de alguma forma ao perfilado. Não consideramos como SDs parágrafos ou trechos contextualizando terceiros e que, apesar de agregarem a narrativa, não estavam diretamente ligados à imagem dos políticos, então não produzem sentidos sobre os perfilados. Consideramos o recorte do corpus representativo para responder aos objetivos da pesquisa.

Além disso, como explica Orlandi (2015, p. 62),

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos de horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isso porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro (...) A exaustividade almejada – que chamamos de vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática.

Consideramos, portanto, que os quatro perfis são suficientes para atingirmos nossos objetivos. O Quadro 1 a seguir, apresenta algumas informações sobre os quatro textos que compõem o corpus da pesquisa.

⁸⁶ Um dos perfis mais conhecidos da história do jornalismo foi escrito por Gay Talese (2004) – nome importante do movimento estadunidense conhecido como *New Journalism* – com o título *Frank Sinatra está resfriado*. Sabemos que, para construir este texto, o jornalista não conseguiu entrevistar o cantor. Como ele mesmo conta, a entrevista estava marcada, ele já havia feito muita pesquisa sobre o perfilado, mas, no dia que o encontro estava marcado, recebeu um telefonema do escritório de Sinatra informando que a entrevista estava cancelada: “O sr Sinatra estava muito perturbado com as últimas manchetes sobre suas supostas relações com a máfia, explicou a pessoa ao telefone, acrescentando que além do mais Sinatra estava resfriado” (Talese, 2004, p. 510). O repórter conta que continuou insistindo pela entrevista nos dias seguintes e, ao mesmo tempo, foi conversando com outras pessoas que tinham de alguma forma contato com o cantor. O autor do perfil conta que entrevistou mais de 100 pessoas e viu que as percepções sobre Sinatra se repetiam entre elas. Todas sabiam que ele estava resfriado. Talese chegou a assistir a uma gravação do cantor em um estúdio e observar seu comportamento, um tanto agressivo, antes de escrever. Por ser bastante inovador, ter um texto exemplar e contar com essas tantas entrevistas, além da observação atenta do perfilado pelo repórter, o perfil ficou “famoso”. Não é o caso do primeiro perfil escrito por Luiz Maklouf Carvalho para a *piauí*.

Quadro 1: Corpus da pesquisa

Título	Autor	Perfilado	Partido	Data
O andarilho	João Moreira Salles	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	08/2007
Mares nunca dantes navegados	Luiz Maklouf Carvalho	Dilma Rousseff	PT	07/2009
A cara do PMDB	Consuelo Dieguez	Michel Temer	MDB	06/2010
Direita, volver	Consuelo Dieguez	Jair Bolsonaro	PL	09/2016

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Como Maia (2020) e Vilas-Boas (2003; 2014) afirmam que em um perfil, além do perfilado, o autor também está presente, consideramos necessário apresentar brevemente quem são os repórteres autores desses textos que compõem o corpus. São eles: Consuelo Dieguez, João Moreira Salles e Luiz Maklouf Carvalho⁸⁷.

Consuelo Dieguez é repórter da revista *piauí* desde 2007 e autora de dois perfis que serão analisados, *Direita, Volver*, sobre Jair Bolsonaro; e *A Cara do PMDB*, de Michel Temer. Ela é formada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e trabalhou em grandes veículos nacionais, como *O Globo*, *TV Globo*, revista *Exame* e revista *Veja*. É autora da coletânea de perfis *Bilhões e Lágrimas* e do livro *O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo, seus bastidores, personagens e a chegada ao poder*, ambos da editora Companhia das Letras. Em 1996, ganhou o Prêmio Esso de jornalismo pela reportagem *Guerrilha no Araguaia*, publicada no jornal *O Globo*.

João Moreira Salles, como já dito, é idealizador e primeiro financiador da *piauí*. É autor do perfil sobre Fernando Henrique Cardoso, *O Andarilho*. É documentarista, roteirista, diretor e produtor de cinema – autor de filmes reconhecidos no meio, entre eles *Entreatos* (2004), um documentário sobre os bastidores da campanha política de Lula em 2002. É também um dos conselheiros administrativos do Instituto Serrapilheira, uma instituição privada que tem como objetivo promover a ciência no Brasil. Moreira Salles pertence a uma das famílias mais ricas do Brasil, de acordo com a Forbes (2021)⁸⁸, sendo acionista do Itaú Unibanco.

⁸⁷ As informações sobre os autores foram retiradas do site da própria *piauí* e de outros veículos, inclusive alguns em que eles já trabalharam.

⁸⁸ Disponível em

<<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/05/dia-internacional-da-familia-os-10-clas-mais-ricos-do-brasil/#foto3>> Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

Já falecido, Luiz Maklouf Carvalho foi jornalista, advogado e escritor brasileiro. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e trabalhou para grandes jornais, como *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além das revistas *Época* e *piauí*. É autor de sete livros-reportagem e venceu o Prêmio Jabuti com dois deles: *Mulheres que foram à Luta Armada* e *Já Vi esse Filme: Reportagens e Polêmicas sobre Lula e o PT (1985-2005)*. Morreu em 2020 de câncer no pulmão.

Tendo apresentado o corpus da pesquisa e falado brevemente dos jornalistas autores dos perfis escolhidos, explicaremos a seguir quais foram os procedimentos metodológicos desta dissertação.

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Benetti (2016, p. 242) afirma que o pesquisador é “um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos analisados”. Como a AD considera que todos os sujeitos são assujeitados e atravessados pela historicidade, o analista, também é atravessado por ela e interpreta os discursos e constrói sentidos a partir de um determinado lugar.

A Análise de Discurso é guiada por esta questão: como um discurso funciona? O texto é percebido como resultado de um processo. O texto é tomado pelo analista de discurso como um objeto opaco, complexo e não evidente, que irá ser questionado em busca de seus sentidos, sujeitos ou relações, o que significa levar em consideração os processos que possibilitaram sua existência. (Benetti, 2016, p. 243).

Como já dito, na presente pesquisa, optamos por analisar os perfis do “outro político” da revista *piauí*. Para Benetti (2016, p. 244), “quando escolhemos estudar um “tipo de objeto” [...] estamos reconhecendo sua importância na ordem discursiva”. De fato, como já foi exposto, consideramos que a importância desse objeto – perfis do “outro político” na revista *piauí* – é clara, já que estaremos tratando de um interdiscurso fundamental na contemporaneidade em uma revista conceituada no jornalismo brasileiro.

Definido o objeto empírico, é preciso entender as abordagens possíveis na AD: “1) análise dos sentidos; 2) análise dos sujeitos; 3) análise do silenciamento e 4) análise da estruturação do discurso” (Benetti, 2016, p. 247). Nesta pesquisa, buscamos fazer uma análise dos sentidos.

Para encontrar sentidos, o primeiro passo a ser dado pelo analista é ler, de forma aprofundada e repetida, os textos definidos como corpus. Orlandi (2015, p. 65) explica que

“Começamos por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise”.

A AD considera que um discurso está sempre inserido em uma Formação Discursiva (FD). Com base em Pêcheux, Orlandi (2015, p. 41) afirma que “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Já Benetti (2007) sintetiza a definição de FDs como regiões de sentido.

Outra forma ainda de compreender as FDs é pensá-las como regionalizações do interdiscurso⁸⁹ (Orlandi, 2015). “Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (Orlandi, 2015, p. 37).

No nosso caso, podemos dizer que tanto o jornalista como o político que está sendo perfilado ocupam posições sujeito em FDs diferentes – pelo menos ao examinarmos suas posições relacionadas às profissões que desempenham. Há aquilo que pode e deve ser dito pelo jornalista e aquilo que pode e deve ser dito pelo político, dependendo da situação em que se encontram. Há também um interdiscurso entre o discurso jornalístico e o discurso político, assim como há em seus discursos relações com outros diferentes discursos ditos anteriormente. É esse interdiscurso e os sentidos que nele aparecem nos perfis do outro político que iremos analisar. Benetti (2010, p. 15) explica que

Não há uma fórmula a ser aplicada, ficando a cargo do analista utilizar sua capacidade interpretativa dentro de parâmetros de rigor. Está proibido, evidentemente, pinçar apenas os sentidos que confirmam a hipótese do pesquisador, desconsiderando as marcas que o invalidam.

Na estruturação e construção da metodologia desta pesquisa, três definições são importantes: **Sequências Discursivas (SDs)**, **Paráfrase** e **Incidências Discursivas**. SDs “(...) são trechos que o pesquisador recorta do texto que está analisando, cujo início e cujo final são delimitados pela identificação de sentidos que respondam à problemática de pesquisa ou ao que esteja sendo particularmente investigado” (Reginato, 2019, p. 120). As SDs são numeradas e identificadas pelo analista.

⁸⁹ Na visão de Courtine (2022), o interdiscurso seriam as fronteiras que atuam dentro de uma formação discursiva (FD), como uma “instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras”. Segundo o autor, o interdiscurso seria a relação de diferentes sentidos e discursos dentro de uma FD.

Para identificar as SDs, “(...) o analista de discurso trabalha buscando as regularidades dentre certo número de enunciados espalhados num sistema de dispersão ao longo do texto” (Reginato, 2019, p. 114). Ou seja, o analista se debruça sobre seu corpus, fazendo inúmeras leituras para identificar os sentidos que se repetem – para AD, denominados de **Paráfrases Discursivas**.

A paráfrase, então, é justamente essa repetição de sentidos – e não de palavras necessariamente. Como define Orlandi (2015, p. 34), é “o retorno aos mesmos espaços de dizer”. Já a polissemia é a diferença, o “deslocamento, ruptura de processos de significação” (Orlandi, 2015, p. 34).

(...) a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos - e os sujeitos - não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico. (Orlandi, 2015, p. 36).

Nesta pesquisa, as paráfrases procuradas serão aquelas cujos sentidos estão relacionados com o *ethos* prévio buscado pelos políticos, a partir das características desse *ethos* definidas por Charaudeau (2018). Ou seja, investigaremos se os repórteres da *piauí* constroem os perfis analisados reafirmando o *ethos* político coletivo ou se distanciando dele. Esses dois movimentos, no nosso entendimento, provocam os efeitos de **Estabilização e Desestabilização do *ethos* político coletivo**, respectivamente. Mesmo que os políticos sejam sujeitos diferentes entre si e tenham ideologias diversas, ainda sim, eles formam um grupo com características comuns.

Na medida em que o *ethos* está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos. Em último caso, os grupos julgam os outros grupos com base em um traço de sua identidade. Em decorrência de sua filiação, os indivíduos do grupo partilham com os outros membros desse mesmo grupo caracteres similares, que, quando vistos de fora, causam a impressão de que esse grupo representa uma entidade homogênea. (Charaudeau, 2018, p. 117).

O autor complementa dizendo que, essa impressão ampla externa reduz o grupo à sua essência, o que produz estereótipos. O *ethos* coletivo, portanto, corresponde a uma visão global apriorística sobre um grupo⁹⁰.

⁹⁰ Ao pensarmos em políticos enquanto grupo, pode-se lembrar da frase popular e muito repetida de que “político é tudo igual”. Ao compreendermos a noção de *ethos* político, entendemos que os políticos têm uma imagem comum que buscam: a de identificação e de credibilidade, mas que modificam a forma que a constroem, ou seja, os sentidos que correspondem a essas imagens.

Para a análise dos perfis, ao identificarmos, então, as diferentes paráfrases relacionadas ao *ethos* político coletivo, destacamos as Sequências Discursivas onde esses sentidos repetitivos aparecem. Cabe explicar, no entanto, que uma SD pode carregar mais de um sentido, pois eles se embaralham dentro de um texto, como é próprio do interdiscurso. Por isso, o analista de discurso encontra uma certa quantidade de SDs nos textos analisados que não corresponde necessariamente à frequência de vezes em que cada um desses sentidos identificados aparece. Convencionamos chamar essas repetições de sentidos dentro das SDs como **Incidências Discursivas**. E o número de incidências normalmente será maior do que o de SDs. É o caso desta pesquisa: encontramos 29 sentidos nos perfis que se relacionam com o *ethos* político coletivo. Esses sentidos estão presentes em 351 Sequências Discursivas que contém 1.015 Incidências Discursivas.

Essas descobertas serão apresentadas em detalhes no capítulo seguinte.

6 Análise: os perfis da *piauí*, o outro político e seu *ethos*

Neste capítulo faremos a análise dos textos que fazem parte do corpus deste estudo para atingirmos o objetivo geral desta pesquisa: **compreender como a revista *piauí* constrói discursivamente o outro político em seus perfis considerando o *ethos* visado pelos políticos enquanto grupo**. Como explicamos no capítulo anterior, verificaremos se essa construção se dá a partir do efeito de estabilização ou de desestabilização do *ethos* político. Assim, por meio da AD, apresentaremos as SDs e a frequência das Incidências Discursivas identificadas que trazem sentidos sobre o *ethos* político coletivo. Para isso, utilizaremos as reflexões de Charaudeau (2018).

Entretanto, julgamos importante fazer um primeiro movimento de análise relativo à própria narrativa do perfil. Para isso, examinaremos os textos selecionados para descobrir se eles são ou não o que definimos como **perfil qualificado**. Nessa primeira etapa, verificaremos se eles cumprem todos os requisitos para serem considerados qualificados. Consideramos essa verificação importante já que estamos propondo a definição de perfil qualificado e pensamos que é significativo comprovarmos se, de fato, os perfis da *piauí* podem ser tratados como perfis exemplares no jornalismo brasileiro. Em seguida, então, passamos para a segunda etapa da análise já anunciada.

6.1 PERFIS: QUALIFICADOS OU NÃO

Como apresentamos no capítulo 2, definimos como um perfil qualificado aquele que: 1) se aprofunda em um recorte da história do personagem central, saindo da superficialidade do que já se conhece sobre ele; 2) busca a humanização do perfilado, apresentando suas complexidades e fugindo das imagens “ideais” e dos dualismos; 3) apresenta a complexidade de um sujeito em várias camadas a partir de pesquisas e de entrevistas com diversas fontes, além de entrevistas com o próprio perfilado; 4) é construído com um texto envolvente que inclui também o que foi observado pelo repórter; 5) cumpre finalidades do jornalismo – mesmo que não necessariamente todas; e 6) tem como base a alteridade.

Para verificarmos, então, se cada um dos perfis do corpus pode ser considerado qualificado, iremos analisar essas seis características que resumimos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Características do perfil qualificado

	Características resumidas
a)	Aprofundamento em um recorte da história do perfilado
b)	Humanização do perfilado
c)	Pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado
d)	Texto envolvente que inclui, também, observações do repórter
e)	Cumprimento de finalidades do jornalismo
f)	Tem como base a alteridade

Fonte: autora (2024)

A seguir, apresentaremos os resultados desta primeira etapa de análise em cada um dos perfis, fazendo, no início de cada tópico, uma breve apresentação de cada perfilado⁹¹.

6.1.1 Fernando Henrique Cardoso: *O andarilho*

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de junho de 1931. Entrou para a política durante a graduação em Ciências Políticas na Universidade de São Paulo (USP). No início de sua carreira política, era filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas trocou de partido, sendo eleito presidente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Entre seus cargos políticos estão o de senador por São Paulo, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda e presidente da República. Foi eleito presidente em 1994, ficando no poder por dois mandatos, entre 1995 e 2003.

Além de político, FHC é cientista político, professor e escritor. É autor de obras como *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969), *O Improvável Presidente do Brasil* (2006) e *Diários da Presidência* (2015). Atualmente, preside o Instituto Fernando Henrique Cardoso, faz palestras e participa ativamente das atividades de seu partido, apesar de não ter nenhum cargo político.

Seu perfil⁹², escrito por João Moreira Salles em 2006 – três anos após FHC deixar a presidência –, não traz as informações acima de forma direta, pois está focado em apresentar um outro lado do ex-presidente, a sua intimidade. Para a construção do texto, João Moreira Salles acompanhou FHC em suas viagens nos Estados Unidos e Espanha durante 10 dias,

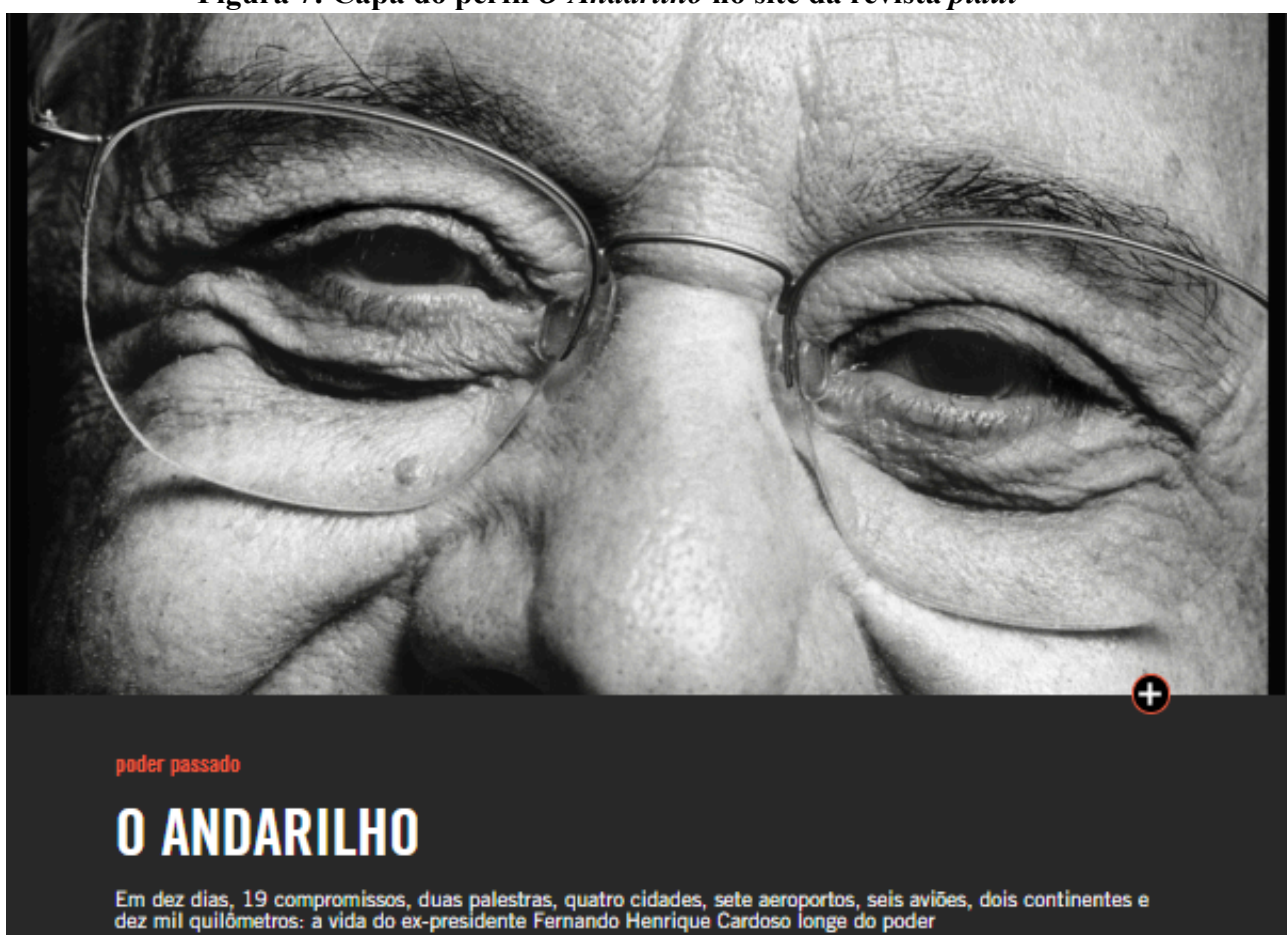
⁹¹ As informações sobre os perfilados foram retiradas do site da Câmara Federal, sites dos próprios políticos e dos perfis da *piauí*.

⁹² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-andarilho/> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

estando com ele em salas de aula, eventos com outros políticos e também em restaurantes com a família. Compreendemos que este primeiro perfil se enquadra no tipo **complexo**, conforme classificação de Maia (2020), por se aprofundar na personalidade de FHC, falando de suas relações profissionais e pessoais, de seus hábitos e gostos, descrevendo suas ações e lembrando de algumas passagens de sua trajetória.

A revista *piauí* normalmente ilustra os perfis apenas com uma foto do perfilado na abertura do texto. No caso de FHC, a foto (Figura 7), de autoria de J.R. Duran, é em preto e branco – o que também é comum na revista – e fechada em seu rosto no momento de um sorriso, passando uma imagem de tranquilidade e felicidade.

Figura 7: Capa do perfil *O Andarilho* no site da revista *piauí*



Fonte: site da revista piauí

Para responder se o perfil de FHC pode ou não ser considerado um perfil qualificado, trataremos de cada uma das seis características que consideramos importantes para assim defini-lo.

a) Aprofundamento em um recorte da história do perfilado:

No perfil, há um aprofundamento em um recorte da história de FHC: a atualidade. Como dissemos, João Moreira Salles descreve a rotina do ex-presidente durante alguns dias em que ele cumpre compromissos nos Estados Unidos e na Espanha, começando pelo final de sua temporada anual como professor na Universidade Brown, no estado de Rhode Island (EUA). A narrativa é cronológica em relação aos dias descritos, algumas vezes lembrando de passagens e diálogos do passado. Mas o recorte é no tempo presente de quando o texto foi escrito. Ao ler o perfil, temos a sensação de estar acompanhando o repórter e o entrevistado na viagem e conhecendo a rotina do ex-presidente nos dias “atuais”, fora de um espaço de poder oficial, mas ainda carregando um poder simbólico. É como se o jornalista quisesse mostrar ao leitor o que faz “hoje” este homem que já foi presidente do Brasil por oito anos. Isso fica claro já na linha de apoio⁹³ do perfil: “Em dez dias, 19 compromissos, duas palestras, quatro cidades, sete aeroportos, seis aviões, dois continentes e dez mil quilômetros: a vida do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso longe do poder”.

b) Humanização do perfilado:

É bastante perceptível que o texto busca humanizar o perfilado e, como dito anteriormente, apresentar mais do que apenas a sua versão como político e presidente. O repórter fala de FHC como professor, descreve reuniões com outros ex-presidentes, jantares com a família, almoços em lanchonetes e andanças em aeroportos. FHC confessa na entrevista que não está acostumado a resolver questões corriqueiras, como comprar passagens de avião, considerando que sempre tem pessoas cuidando dele no Brasil. Diz também que tem dificuldades com a tecnologia, como o uso do celular e do computador (“Estou mal acostumado, as pessoas tomam conta de mim. No Brasil, são praticamente babás”, resignava-se, arrastando sem muita desenvoltura o mouse”).

Vilas-Boas (2003) explica que, para fazer perfil de celebridades que já têm uma imagem muito conhecida pelo público, o repórter precisa ir além do que já se conhece sobre elas, mostrando outras nuances que podem desfazer um estereótipo de sua personalidade – ou confirmá-lo. No caso analisado, a intelectualidade de FHC é reafirmada no perfil, mas mais em relação a sua atuação como pesquisador e ao seu conhecimento de temas variados, e menos como um ex-presidente. Além disso, no perfil, FHC aparece também como avô e

⁹³ Linha de apoio é a frase que vai abaixo do título de uma matéria jornalística e traz informações sobre o texto. Especialmente no jornalismo de revista, a linha de apoio tem um papel importante de capturar o leitor com informações concretas, já que o título nas revistas é mais interpretativo, com um estilo mais livre.

marido. Há citações suas bem humoradas, outras mais ranzinzas, algumas delas reclamando do estilo de vida dos estadunidenses (“Essa coisa de comer com as mãos, eu não sei fazer isso. E eles gostam de conversar enquanto comem sanduíche. Eu digo não: ou eu falo, ou eu como”).

João Moreira Salles intercala frases em que mostra FHC como uma pessoa qualquer e outras em que deixa claro como o ex-presidente tem conhecimento e opiniões sobre os mais diferentes assuntos. O repórter descreve um momento em que FHC dorme em uma poltrona, mas também traz seus comentários sobre a atuação de Lula como presidente do Brasil em 2006 e sobre a política norte-americana.

Podemos perceber que a humanização de FHC no texto é resultado de uma apuração minuciosa num espaço de tempo específico, portanto as duas primeiras características de um perfil qualificado, neste caso, estão interligadas: com o aprofundamento em um recorte temporal, o repórter consegue mostrar a intimidade do perfilado, possibilitando sua humanização. É possível ver o perfilado para além de sua imagem de político.

c) Pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado:

Por ser centrado em descrever um curto período de tempo na vida de FHC, o perfil não traz muitas informações acerca da vida do ex-presidente, embora não possamos afirmar que João Moreira Salles não tenha feito uma pesquisa minuciosa sobre seu entrevistado. De qualquer forma, é notório que Salles é, assim como FHC, também um intelectual com muitas referências. Isso fica claro no título do perfil que Maia fez sobre o jornalista: *João o bilionário ilustrado*. Portanto, podemos até imaginar que o repórter já tivesse um bom conhecimento sobre seu entrevistado e os meandros da política brasileira antes mesmo de fazer o perfil.

Em relação às fontes, João Moreira Salles entrevistou ou acompanhou conversas de FHC com 16 pessoas. Entre elas, estão jornalistas, alunos do político, sua esposa e sua neta. Percebemos que a estratégia de acompanhar o perfilado de perto por alguns dias fez com que o perfil ficasse mais centrado nas falas do próprio político. Entretanto, consideramos que os relatos das interações de pessoas variadas, em diferentes lugares, com FHC ajudam a apresentar a complexidade do ex-presidente enquanto sujeito com várias camadas, como mostra o trecho a seguir:

Ao meio-dia, um rapaz apareceu na porta. De esguelha, FHC deu uma espiada na agenda. Daniel Ferrante, paulista, 30 anos, desde 2 000 nos Estados Unidos, doutor em física por Brown e agora aluno do pós-doutorado. Tinha hora marcada. “Como

posso te ajudar?”, perguntou o ex-presidente, indicando-lhe a mesa redonda. Ferrante se ajeitou na cadeira e, em voz baixa, disse: “Presidente, eu quero voltar. Então a minha pergunta é: existe um projeto de nação no Brasil?”

d) Texto envolvente que inclui, também, observações do repórter:

Logo na abertura, é possível ver qual será o caminho trilhado no texto, que terá uma narrativa envolvente e criativa. Como explica Maia (2020), a abertura é fundamental em um perfil, considerando que é o primeiro contato do leitor com o texto – e com a imagem do perfilado que será ali construída. *O Andarilho* começa com uma onomatopeia reproduzindo o som do computador:

Plim! Fernando Henrique Cardoso girou a cadeira e se aproximou do computador: “Vejam se é algo importante”. Não era. Ao término de sua temporada anual na Universidade Brown, no minúsculo estado de Rhode Island, ao norte de Nova York, as mensagens que chegavam pelo correio eletrônico eram todas meio sem graça: questões administrativas, pedidos de alunos para agendamentos de última hora. O ex-presidente pelejava por mudar o horário de seu voo para Little Rock, a capital do Arkansas, onde teria de estar dentro de dois dias. Fernando Henrique se via às voltas com o mundo bizantino dos e-tickets e suas infinitas alternativas. “Estou mal acostumado, as pessoas tomam conta de mim. No Brasil, são praticamente babás”, resignava-se, arrastando sem muita desenvoltura o mouse.

Utilizar onomatopéias e interjeições era uma forte característica do *New Journalism*, ou Novo Jornalismo, movimento que surgiu entre escritores e jornalistas nos Estados Unidos dos anos 1960 que misturavam técnicas jornalísticas com técnicas literárias. Borges (2013, p. 252) afirma que “As intersecções entre jornalismo e literatura, em um ambiente de domínio da produção da notícia formatada, demandaram naquela época e ainda exigem coragem e talento para ser realizadas na grande imprensa”.

Esse é o caso de João Moreira Salles neste perfil – e poderíamos dizer que isso se repete em outros textos seus. A criatividade aparece do início ao fim do perfil de FHC, possibilitando uma leitura fluída que prende o leitor. Durante o texto, por exemplo, João Moreira Salles compara técnicas e falas que FHC usa com seus interlocutores com movimentos de xadrez, que o repórter denomina de “Abertura FHC”.

Também é importante para a construção de um perfil que o repórter observe tanto o perfilado quanto os locais em que as entrevistas ocorrem e inclua essas observações na narrativa, para que o leitor consiga visualizar melhor a relação que se estabelece entre o jornalista e o entrevistado. É a partir da observação que o repórter pode trazer para o texto informações e detalhes que não estão nas palavras, o que só é possível em uma apuração presencial. No perfil de FHC, João Moreira Salles, por exemplo, descreve a sala do político em detalhes:

Fernando Henrique está instalado na sala 218 da Rhodes Suite, no Thomas J. Watson Jr. Institute for International Studies. É uma sala confortável e impessoal: bancada para o computador, mesa redonda para reuniões, duas fileiras de estantes repletas de *journals* de estudos latino-americanos, dezenas de exemplares do mesmo número. FHC guarda seus livros, não mais de vinte, na prateleira sobre o computador, ao alcance da mão. Uma grande janela dá para a rua. Brown significa honorários. “Quando deixei a presidência, fiquei assustado e me perguntei: como vou sobreviver?”

Há também descrições do comportamento do perfilado, como risadas, o fato dele tremer de frio, se exaltar ou brincar, o que auxilia na humanização do perfilado e demonstra o encontro entre repórter e entrevistado. Isso mostra, inclusive, a abertura à alteridade. Apesar de não escrever em primeira pessoa, o repórter está claramente presente no texto por meio de suas observações.

e) Cumprimento de finalidades do jornalismo:

Para que um perfil seja considerado qualificado é necessário que cumpra finalidades do jornalismo. Entendemos que todos os quatro perfis analisados cumprem com a função de ajudar a entender o mundo contemporâneo (Reginato, 2019), pois trazem informações sobre políticos que tiveram papel fundamental na história do Brasil. Além disso, a investigação também está, de certa forma, presente nos textos, pois os repórteres acabam “(...) buscando apresentar o que não está visível, surpreendendo o leitor” (Reginato, 2019, p. 227) em relação aos perfilados. É difícil identificarmos quais informações são exclusivas, mas, é perceptível que há um esforço de detalhamento e de visibilizar camadas menos expostas desses outros políticos. A partir disso, comentaremos outras finalidades que estão presentes nos textos analisados.

Percebemos que *O Andarilho* cumpre mais cinco finalidades do jornalismo, considerando a proposta de Reginato (2019): informar de modo qualificado, fazer a mediação entre fatos e o leitor, selecionar o que é relevante, registrar história e construir memória e fiscalizar o poder e defender a democracia.

Pelas características que já apontamos, entendemos que o perfil de FHC **informa de modo qualificado**, pois traz informações verificadas, relevantes, contextualizadas, plurais e envolventes, como define Reginato (2019). Ao apresentar FHC com uma imagem pouco conhecida dos leitores, o perfil cumpre a finalidade de fazer a **mediação entre os fatos e o leitor**. A política, como já dissemos, faz parte da vida das pessoas, que, na maioria das vezes, não têm contato direto com o político, muito menos com o presidente da República. Como explicamos, no interdiscurso que estabelece com a política, o jornalismo faz essa mediação entre os políticos e a sociedade. Entendemos, então, que o perfil de FHC cumpre a função de

mediação entre os fatos e o leitor por apresentar esse outro político que já ocupou o posto mais alto no Brasil. O leitor passa, por exemplo, a conhecer um lado brincalhão de FHC, que janta com uma rainha e brinca com a esposa. São detalhes que o repórter apresenta, fazendo, então, essa mediação.

A partir de um perfil qualificado, o leitor pode conhecer melhor o perfilado. No caso do perfil de um político, isso pode auxiliar o leitor na decisão de votar ou não nesse político. Nesse sentido, mesmo que FHC não volte a se candidatar a nenhum cargo político, seu perfil contribui para a **fiscalização do poder e defesa da democracia**, já o repórter entra nos bastidores do poder político que, de alguma forma, FHC ainda faz parte.

Os presidentes participam da construção da história do país. Fontanive e Zanotto (2023) em uma reflexão sobre a vida de Borges de Medeiros, por exemplo, trazem a dificuldade de encontrar a história do político que foi durante 23 anos governador do Rio Grande do Sul. Entendemos, então, que os perfis dos políticos cumprem esse papel de **registrar a história e construir a memória**. Em *O Andarilho*, João Moreira Salles registra a história de FHC – e até de como foi seu governo – e ajuda a construir memória sobre ele e sobre a política brasileira em geral.

f) Tem como base a alteridade;

Entendemos alteridade, assim como Freitas (2017), como uma articulação das diferentes identidades do eu: a ipseidade, a mesmidade e a outridade. A alteridade é, em si, o fenômeno da relação do eu com o outro. Defendemos que o perfil tem, como base, o encontro com a alteridade, já que, como afirma Vilas-Boas (2014), o perfil fala tanto do perfilado (outridade), quanto do repórter (ipseidade) e da relação entre os dois.

Embora seja difícil descobrir se há alteridade por parte do repórter na construção de um perfil, *O Andarilho* mostra claramente, em diversas passagens, que houve de fato um encontro entre o repórter e o perfilado. Além disso, é possível perceber que houve uma escuta ativa do repórter em relação ao perfilado e uma busca de construção complexa de sua imagem, fugindo de estereótipos positivos e negativos. Entendemos, então, que no perfil de FHC, há a abertura à alteridade.

Considerando que todas as seis características que definimos para o perfil qualificado estão presentes, concluímos que **o perfil de Fernando Henrique Cardoso, escrito por João Moreira Salles, é um perfil qualificado.**

6.1.2 Dilma Rousseff: *Mares nunca dantes navegados*

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947. Seu interesse pela política iniciou cedo, na militância dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde cursou Economia durante a ditadura militar. Participou ativamente da luta contra o regime (Carvalho, 2009)⁹⁴, teve que viver na clandestinidade, foi presa e torturada. Em 1973, depois de ser libertada, Dilma mudou-se para Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Apesar de ter apenas um cargo conquistado por eleição em sua trajetória política – o de presidenta – ela já trabalhava diretamente com a política tradicional desde a década de 1980. Seu primeiro partido político foi o PDT, na época de Leonel Brizola, mas, mais tarde, se filiou ao PT. Seu primeiro cargo foi de secretária municipal da Fazenda, entre os anos de 1986 e 1988. Na década de 1990, foi duas vezes secretária estadual de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul (de 1993 a 1995 e de 1999 a 2002).

Em 2003, tornou-se ministra de Minas e Energia no governo Lula e, em 2005, ministra-chefe da Casa Civil, onde permaneceu até chegar à presidência da República em 2011, cargo para o qual foi eleita duas vezes. Entretanto, não concluiu o segundo mandato devido ao Golpe de 2016, em que a presidenta sofreu um processo de *impeachment* pelas chamadas pedaladas fiscais, “Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas” (Agência Senado, s.d.)⁹⁵. Atualmente, preside o Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS), sediado em Xangai, na China.

O perfil de Dilma que será analisado⁹⁶, de autoria de Luiz Maklouf Carvalho, foi publicado em julho de 2009 na *piauí*, antes de ela ser anunciada oficialmente como candidata à presidência – o que só ocorreu em 13 de junho de 2010⁹⁷. O texto fala de todos os cargos

⁹⁴ No perfil *As Armas e os Varões: A educação política e sentimental de Dilma Rousseff*, de Luiz Maklouf Carvalho, o repórter narra a atuação da ex-presidente contra a ditadura militar. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2024.

⁹⁵ Pedalada Fiscal, Agência Senado. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>> Acesso em 20 de novembro de 2023.

⁹⁶ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/mares-nunca-dantes-navegados/> Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

⁹⁷ Ao lado de Lula, Dilma Rousseff é oficializada candidata à disputa presidencial em convenção do PT. Publicada no jornal O Globo, em 13 de junho de 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/ao-lado-de-lula-dilma-rousseff-oficializada-candidata-disputa-presidencial-e-m-convencao-2994890>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

políticos ocupados por ela, explicando como chegou a cada um deles até a sua aproximação com Lula, contando, posteriormente, como surgiu a possibilidade de concorrer à presidência.

Mares nunca dantes navegados narra a história política de Dilma Rousseff em ordem cronológica, começando no momento final de sua atuação como militante na época da ditadura: a saída da cadeia. A foto que ilustra o perfil (Figura 8), inclusive, é de uma imagem de Dilma grafitada em vermelho em uma parede, o que pode ser relacionado com as pichações feitas como forma de manifestação política nas ruas. A foto é creditada como de autoria de *estudioonze_2009*. O perfil, ao pensarmos nos tipos definidos por Maia (2020), se enquadra no tipo **cronológico**.

Figura 8: Capa do perfil *Mares Nunca Dantes Navegados* no site da revista *piauí*



Fonte: site da revista *piauí*

Analisaremos, a seguir, se o perfil de Dilma cumpre as características para ser considerado um perfil qualificado.

a) Aprofundamento em um recorte da história da perfilada:

Como já anunciamos, o perfil de Dilma é centrado em sua carreira política. Os entretítulos⁹⁸, inclusive, referem-se a momentos específicos da vida da ex-presidenta na ordem cronológica, sendo eles: *Depois da cadeia, No governo gaúcho, Nas Minas e Energia, Na Casa Civil e Candidata*⁹⁹. A linha de apoio do perfil também indica esse recorte: “A trajetória de Dilma Rousseff da prisão ao poder – e como ela se tornou a candidata do presidente Lula à sua sucessão.”

Entendemos, portanto, que existe um recorte na vida política de Dilma Rousseff e que há um aprofundamento em cada uma das fases pelas quais ela passou como política. Há entrevistas com pessoas que trabalharam com ela e falam de seu comportamento no ambiente de trabalho. O texto narra, por exemplo, como ela chegou ao cargo de ministra de Minas e Energia e sua atuação na pasta, trazendo informações de funcionários e assistentes. A narrativa inclui também a escolha de Lula para sua nomeação para a Casa Civil.

Por meio do perfil, ficamos sabendo que Dilma verificava o trabalho dos outros ministros e se reunia-se semanalmente com o presidente. São detalhes de aprofundamento em relação a sua personalidade na política e sua performance nos cargos que ocupou.

Como apresentamos durante a pesquisa, o perfil constrói uma imagem do perfilado. Diferentemente de FHC, Dilma não havia sido presidenta e nem oficialmente indicada para concorrer ao cargo quando o perfil foi feito. Logo, a sua imagem política não era ainda tão conhecida quanto a do ex-presidente, embora ela já tivesse passado por outros cargos notórios. Nesse sentido, entendemos que falar sobre sua atuação política era importante no momento em que o perfil foi escrito.

b) Humanização da perfilada:

Entendemos que humanizar o perfilado é uma tentativa de sair dos estereótipos e construir uma imagem mais “real” da pessoa que está no foco no texto, mostrando suas qualidades e seus defeitos. É o que ocorre no perfil de Dilma. Luiz Maklouf Carvalho mostra as qualidades da ex-presidenta – como competência, dedicação e inteligência –, assim como seus defeitos. O repórter constrói a imagem de Dilma como uma pessoa estressada e, de certa forma, sem controle emocional. Em um trecho, ele afirma que os assessores da presidenta já

⁹⁸ Entretítulos são os pequenos títulos que ficam no meio do texto de uma matéria jornalística, indicando alguma mudança na narrativa e anunciando o que será tratado na sequência do texto. A piauí não costuma utilizar intertítulos e sim letras em destaque (capitulares) no início dos parágrafos em que vai haver alguma mudança de abordagem no texto.

⁹⁹ Na versão do perfil disponível no livro *Vultos da República* não há entretítulos.

conhecem esse temperamento da ex-presidenta (“Todos eles sabem que a chefe tem um temperamento áspero – e tomam cuidados para não irritá-la”).

Nesse sentido, poderíamos dizer que o texto carrega estereótipos negativos sobre o ser mulher: ela é descontrolada, emotiva e não tem poder. O perfil nos leva a pensar e refletir certas questões sobre a mulher na política e como ela precisa se comportar de determinada forma – um comportamento mais identificado como masculino – caso contrário, não alcançaria o sucesso profissional. Ao mesmo tempo, o mesmo comportamento em um homem, como o fato de gritar, ficar irritado e não ter moderação como o caso de Jair Bolsonaro, é visto como uma característica própria dele, construindo uma imagem de força, enquanto na mulher é visto como falta de controle e sentimentalismo. Como afirma Lippmann (2008), o estereótipo auxilia o jornalista a explicar o mundo, o que muitas vezes envolve julgamentos.

Por outro lado, no perfil há relatos de colegas dizendo que Dilma é uma pessoa carinhosa, preocupada com os amigos e que costuma estar presente em momentos difíceis das pessoas a sua volta. O repórter narra dois episódios em que ela esteve presente em situações que pessoas próximas estavam doentes. O primeiro com seu ex-marido, Carlos Araújo; e o segundo, com sua amiga Lícia Peres. A relação familiar e afetiva também é explorada. O perfil aborda sua gravidez e a relação com sua filha, assim como o casamento e o divórcio. Mas o fio da narrativa é sempre sua vida política e pública.

A doença da presidenta, que na época fazia tratamento para um câncer no sistema linfático¹⁰⁰, é tratada de uma forma que mostra tanto a vulnerabilidade quanto a força da ex-presidenta, como mostra o trecho a seguir:

A ministra acha que a quimioterapia, que ela pensava que pudesse ser “muito desagradável”, não chegou a tanto. Para ela, o mais difícil foi perder o cabelo. “Mas não foi tanto assim. Perdi cabelo em vários locais, e preferi raspar tudo para não ficar caindo aos poucos”, disse. “E teve um efeito gratificante: é bom sentir a água escorrendo direto na cabeça.” A ministra riu e completou: “Você não pode deixar de procurar as coisas boas. E o cabelo vai crescer, vai voltar”.

Em outro momento do texto, o repórter diz que, após a doença, Dilma passou a ter menos reuniões com o presidente Lula. A condição de saúde da perfilada é um tema recorrente no texto, mas isso também se explica pelo fato de ela estar prestes a ser candidata a presidenta da República. Ou seja, para o leitor importa se o estado de saúde da pessoa que poderá assumir o cargo político mais alto do país está em condições físicas para isso.

¹⁰⁰ *Saiba mais sobre o câncer de Dilma Rousseff*, por G1, publicado em 24 de abril de 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1099166-5601,00-SAIBA+MAIS+SOBRE+O+CANCER+DE+DILMA+ROUSSEFF.html>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

Pelas características apresentadas, entendemos que há humanização no perfil de Dilma. Na leitura, conseguimos conhecer a relação pessoal da presidenta com amigos, familiares e funcionários, compreendendo suas qualidades e suas falhas.

c) pesquisas e entrevistas com várias fontes e com a própria perfilada:

Luiz Maklouf Carvalho conta no próprio texto que levou quatro meses fazendo a apuração para a escrita do perfil de Dilma e entrevistou mais de 70 fontes:

Em quatro meses de apuração desta reportagem, durante os quais foram entrevistadas setenta pessoas, nenhuma disse que Lula discutiu com Dilma, diretamente, a sua candidatura à sucessão. A começar pela ministra. “Nunca conversei sobre essa questão com o presidente”, afirmou. Por isso, ela diz: “Não sou candidata ainda.”

Embora Carvalho afirme ter entrevistado 70 pessoas, 36 seis fontes estão presentes neste texto¹⁰¹, o que já pode ser considerado um número considerável. Ouvir várias fontes é uma das características do perfil qualificado, assim como dedicar tempo para a apuração, o que indica ter havido provavelmente muita pesquisa sobre a perfilada e assuntos que a cercam, como neste trecho:

A literatura médica estabelece que, numa paciente com as condições e o tratamento de Dilma, a possibilidade de a doença voltar é de apenas 10%. Isso significa que, ainda que reduzida, existe a possibilidade de que ela não possa vir a disputar a eleição por motivos de saúde.

Essa passagem do texto confirma o que havíamos falado anteriormente sobre a relação do estado de saúde de Dilma com o seu futuro político.

Cabe destacar que essa quantidade de fontes acaba, às vezes, dificultando um pouco a leitura. Como é preciso justificar a presença de cada entrevistado no perfil e sua relação com Dilma, o texto *Mares nunca dantes navegados* parece confuso em alguns momentos, e a própria voz da perfilada acaba sendo deixada um pouco de lado. Destacamos também, que das 36 fontes presentes no texto – sobre uma mulher –, apenas sete são mulheres. A falta de mulheres no perfil de Dilma também demonstra a falta da presença feminina na política: todas as fontes políticas – secretários, ministros – são homens.

¹⁰¹ É possível que essas 70 fontes anunciadas pelo repórter tenham sido ouvidas para que ele pudesse fazer os dois perfis de Dilma para *piauí*, pois, como explicamos, eles foram publicados de forma que o texto aqui analisado fosse uma continuação cronológica do primeiro.

d) texto envolvente que inclui, também, observações do repórter:

Dos quatro perfis analisados, consideramos o de Dilma o que tem o texto menos envolvente, embora seja bem construído e traga muitas informações. O perfil começa com o entretítulo *Depois da Cadeia*, e o primeiro parágrafo aborda as memórias da ex-presidenta sobre o período em que ficou presa durante a ditadura militar:

Quando Dilma Rousseff era ministra das Minas e Energia, perguntei-lhe em que condições de saúde deixara a prisão. “Ninguém sai disso sem marcas”, respondeu em um gabinete da sede da Presidência da República em São Paulo. Foram três anos de cadeia: de janeiro de 1970, quando foi capturada no centro de São Paulo, ao final de 1972, quando saiu, 10 quilos mais magra, do Presídio Tiradentes. Estava com cerca de 57 quilos, usava manequim 42, tinha 25 anos, e a ditadura que a prendera e torturara, nove.

Maia (2020) afirma que o perfil deve conquistar o leitor logo no “abre”. Trazer informações impactantes e concretas, como o fato de Dilma ter ficado três anos presa, ter sido torturada e perdido 10 quilos, chama a atenção do leitor. Na sequência, como falamos, há a presença de muitos entrevistados, o que faz com que o texto, em alguns momentos, não fique tão claro. O perfil de Dilma é longo, com 8818 palavras, o que também exige um esforço de concentração do leitor.

A revista *piauí*, no entanto, é caracterizada pelos textos longos, portanto seus leitores – que, como mostramos, têm um perfil considerado “qualificado” pela revista, sendo 92% pertencentes as classes AB e 82% com nível superior – já compreenderam o contrato de comunicação estabelecido pela revista, em que o aprofundamento em acontecimentos e, no caso dos perfis, em pessoas, já é esperado. Além disso, a revista é mensal, o que faz com que o leitor possa ir lendo seu conteúdo aos poucos. Assim como o tempo da reportagem (e do perfil) é mais estendido para o jornalista realizá-la, o tempo é também mais amplo para o leitor consumi-la.

Ainda em relação à narrativa, é curioso que, como acontece no perfil de FHC, em um trecho que o repórter cita uma assessora de Dilma, Clara Ant, quando ela ex-presidente era da Casa Civil, a metáfora do xadrez também é utilizada para tratar da política (“Clara Ant queria dizer que, pela sua avaliação do xadrez político, e não por dispor de informações concretas, Dilma tinha condições de ser uma peça no jogo sucessório, talvez a rainha. A ministra era uma descoberta inesperada e com enorme potencial futuro – um pré-sal político”).

Em relação às observações do repórter, não fica claro se Carvalho teve mais de um encontro com Dilma. O texto é em primeira pessoa, e o repórter se inclui na narrativa em diferentes momentos. No entanto, não há observações suas sobre o comportamento da

ex-presidenta ou descrições dos locais em que possam ter se encontrado. O trecho a seguir exemplifica a forma como o repórter se coloca no texto:

O secretário particular do presidente, Gilberto Carvalho, **recebeu-me em seu gabinete** e contou que, no início do governo, Dilma Rousseff via Lula pelo menos uma vez por semana. “Duas coisas colocaram a ministra Dilma no visor do presidente: a coragem de encarar situações difíceis e a capacidade técnica”, disse.

Em algumas passagens, Carvalho faz descrições de locais onde realizou entrevistas com outras fontes, como Carlos Araújo, ex-marido de Dilma: “No meio da tarde, a empregada veio perguntar se ele queria algo especial para o jantar. Não queria. O freezer estava abastecido com cervejas e, de quando em quando, ele pegava uma garrafa”. Por ele utilizar essa estratégia narrativa com outros entrevistados, não fica claro se houve interação entre ele e a perfilada durante a construção do perfil. A primeira frase do texto indica um encontro de Carvalho com Dilma, mas num período anterior (“Quando Dilma Rousseff era ministra das Minas e Energia, perguntei-lhe em que condições de saúde deixara a prisão”). Entendemos, mesmo assim, que o texto é bem construído e denso, pois traz muitas informações e descrições sobre a perfilada, mesmo sem deixar claro se houve ou não o encontro e quantos – ao contrário do perfil de Frank Sinatra, que explica que o encontro não ocorreu.

e) cumprimento de finalidades do jornalismo:

Mares nunca dantes navegados, além da finalidade de ajudar a entender o mundo contemporâneo, cumpre as seguintes finalidades: informar de modo qualificado, fazer a mediação entre fatos e o leitor, verificar a veracidade das informações, selecionar o que é relevante, registrar história e construir memória e fiscalizar o poder e defender a democracia.

Reginato (2019, p. 244) explica que “Para ser qualificada, a informação deve ser: verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente”. Consideramos que as informações do texto são verificadas, inclusive apresentando checagem, como mostra o trecho a seguir:

O site oficial da Casa Civil informa que a ministra é “mestre em teoria econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutoranda em economia monetária e financeira pela mesma universidade”. Na Plataforma Lattes, a base de dados de currículos e instituições das áreas de ciência e tecnologia, o currículo de Dilma Vana Rousseff registra um mestrado em ciência econômica, na Unicamp, em 1978-1979, com a dissertação “Modelo energético do estado do Rio Grande do Sul”, sob a orientação do professor João Manoel Cardoso de Mello. Informa também que ela começou, em 1998, um doutorado em ciências sociais aplicadas – mas não dá o nome do orientador nem o da tese de doutorado. “Dilma Vana Rousseff nunca se matriculou em nenhum curso de mestrado na Unicamp”, informou o diretor de registro acadêmico Antônio Faggiani. Pedi que, além de consultar no sistema informatizado, ele verificasse também o arquivo morto, que abriga os documentos em papel da Unicamp. Isso feito, Faggiani confirmou a informação: “O que existe,

oficialmente, é a matrícula no curso de doutorado, em 1998, abandonado em 2004, quando acabou o prazo para a integralização dos créditos.”

Consideramos as informações políticas presentes no texto relevantes, contextualizadas e com variedade de fontes, portanto o **perfil informa de modo qualificado**, assim como **verifica a veracidade das informações**. O texto busca construir a imagem da política Dilma, trazendo informações sobre sua vida e sobre momentos da política brasileira, fazendo, assim, a **mediação entre os fatos e o leitor**. Essa aproximação entre a vida de um político e os bastidores da política caracteriza o interdiscurso entre jornalismo e política. Por essa razão, o perfil cumpre também a finalidade de **fiscalizar o poder e defender a democracia**.

Entendemos, ainda, que **o perfil seleciona o que é relevante** para os leitores exatamente por apresentar informações importantes sobre a política do país. Pelo fato do perfil ter sido publicado antes da candidatura de Dilma à presidência, apresentando-a como uma possível candidata e por ela ter sido eleita presidenta, consideramos também que o perfil cumpre a finalidade de **registrar história e construir memória**.

f) **tem como base a alteridade**

Dentre os quatro perfis analisados, *Mares nunca dantes navegados* é o que deixa menos claro se houve alteridade por parte do repórter em relação à perfilada. Entendemos, ainda, que essa é a característica mais difícil de ser analisada. Como definimos no capítulo 2, alteridade é o fenômeno do encontro do eu com o outro, não necessariamente um encontro físico, mas de estar aberto a conhecer, ouvir e entender o outro. Pela leitura do texto, nos apegamos a detalhes para tentar entender se houve uma abertura por parte do repórter para a compreensão da perfilada.

No perfil de Dilma, o repórter se coloca como personagem em mais de um momento, até mesmo explicando para o leitor, de forma bem humorada, o processo de apuração e os encontros com as fontes:

O ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, que trabalha no mesmo andar de Gilberto Carvalho, é um dos três ex-guerrilheiros do primeiro escalão, junto com Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Dilma Rousseff. **Brinquei** com Martins dizendo que o governo Lula era o que tinha o maior número de ex-guerrilheiros no mundo. “Um dos maiores”, ele devolveu, sorrindo.

Mas não fica claro como foi sua relação com a perfilada, nem se ocorreu uma abertura para sua escuta. O texto traz 81 citações de outros entrevistados e 25 da ex-presidenta, sendo que, das falas de Dilma, 12 são sobre sua doença. Ou seja, o perfil, cujo norte é a política, não traz muitas visões da própria perfilada sobre o tema. Em relação a sua saída do PDT, a cargos

alcançados e, inclusive, desavenças com outros políticos, a imagem de Dilma é construída muito mais a partir da visão de outros entrevistados do que pelo ponto de vista dela. Como citado anteriormente, isso não é um problema, considerando que um perfil clássico não entrevista o perfilado, entretanto, no caso do perfil de Dilma ao ler o texto se sente falta da presença e de sentir que a perfilada foi compreendida e construída no texto. Ainda sim, entendemos que há uma certa abertura à alteridade no texto pelo próprio fato de ser um perfil bastante denso e aprofundado. Por isso, **o perfil de Dilma Rousseff, escrito por Luiz Maklouf Carvalho, pode ser considerado como um perfil qualificado.**

6.1.3 Michel Temer: *A cara do PMDB*

Michel Miguel Elias Temer Lulia nasceu em 23 de setembro de 1940 em Tietê, São Paulo. Dentre os políticos cujo perfil pertence ao corpus da presente pesquisa, é o que possui a vida política mais longa. Ingressou na política durante a faculdade de Direito, na Universidade de São Paulo (USP), integrando o MDB ainda durante a ditadura. Em 1974, concluiu doutorado em Direito Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Seu primeiro cargo foi de procurador-geral de São Paulo, entre 1983 e 1984, função que ocupou também de 1991 a 1992. Em 1984, foi secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo, cargo no qual ficou até 1986 e que voltou a ocupar de 1992 a 1993. Em 1987, foi eleito, pela primeira vez, como Deputado Federal por São Paulo. Foram quatro mandatos em dois períodos, de 1987 a 1991 e de 1994 a 2010, e, por duas vezes, foi presidente da Câmara dos Deputados. Em 2010, tornou-se vice-presidente e, em 2016, devido ao golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, tornou-se presidente do Brasil.

Em 2020, Temer anunciou que encerraria sua carreira política¹⁰², mas segue acompanhando e comentando a política nacional em jornais brasileiros, como na CNN. Um exemplo de seus comentários políticos recentes é a avaliação de que não há razão para prisão de Bolsonaro na *Operação Tempus Veritatis*, que investiga a atuação do governo Bolsonaro nas ações e na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023¹⁰³.

¹⁰² Temer encerra carreira política e não será mais candidato: "Já fui tudo". Publicada em Uol em 15 de fevereiro de 2020. Disponível em

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/15/temer-abadona-carreira-politica-e-nao-sera-mais-candidato-ja-fui-tudo.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

¹⁰³ Publicada por CNN em 8 de fevereiro de 2024. Disponível

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/penso-que-nao-ha-razao-para-prisao-de-bolsonaro-com-fatos-que-vieram-a-luz-ate-agora-diz-temer-a-cnn/>> Acesso em: 13 de janeiro de 2023.

Assim como o perfil de Dilma, o perfil de Michel Temer¹⁰⁴ foi escrito antes da eleição mas, diferentemente do anterior, seu nome já havia sido anunciado como candidato a vice-presidente¹⁰⁵, o que ocorreu em maio de 2010. Seu perfil, escrito por Consuelo Dieguez, foi publicado na revista *piauí* logo depois disso, em junho do mesmo ano. Em relação aos tipos definidos por Maia (2020), consideramos o perfil de Temer como **complexo** pelo aprofundamento na história do perfilado. A foto que ilustra o texto, de autoria de Orlando Brito, é colorida, mas com tons escuros e com um “objeto” dourado ao fundo à direita. O enquadramento mostra apenas o rosto do político, sério, bem na parte inferior, sentado em uma cadeira imponente (Figura 9).

Figura 9: Capa do perfil *A Cara do PMDB* no site da revista *piauí*



Fonte: site da revista *piauí*

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cara-do-pmdb/>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

¹⁰⁵ PMDB indica Michel Temer para vice de Dilma Rousseff. Publicado no site da Câmara dos Deputados, em 18 de maio de 2010. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/tv/202484-pmdb-indica-michel-temer-para-vice-de-dilma-rousseff/>>.

A imagem construída na foto é semelhante à que a repórter vai mostrar no texto: de um homem circunspeto, formal, como esse parágrafo exemplifica:

Temer tem 69 anos, é magro e mede 1,70 metro. Ele tem o hábito de engatar a ponta dos dedos e puxar as mãos como se quisesse separá-las. Sua postura é sempre ereta, e parece não relaxar nem quando se senta numa poltrona. Quando o entrevistei, vestia terno preto e gravata de seda azul. A camisa não tinha uma ruga, apesar de ele ter passado a manhã em reuniões no Congresso. “Você sabe, sou uma pessoa formal”, avisou sem que eu perguntasse. “Disseram que eu preciso mudar meu jeito, que sou muito cerimonioso. Mas como? Tenho inveja de quem faz blague. Eu não sei fazer isso. Se fizer, vai ser um desastre. Não sou eu.”

O título já indica que o perfil será “costurado” a partir da relação que Temer tem com seu partido: *A cara do PMDB*. A seguir, verificaremos se esse perfil pode ser considerado qualificado.

a) Aprofundamento em um recorte da história do perfilado:

Assim como o perfil de Dilma, *A cara do PMDB* tem como recorte a vida política de Michel Temer, entretanto não há o fio cronológico dos cargos que ocupou. A temática principal do texto é a sua indicação para ser vice-presidente na chapa do PT. O recorte político foi escolhido, então, para apresentar para os leitores quem era aquele que poderia ser o futuro vice-presidente do Brasil. E é isso que a linha de apoio do perfil anuncia: “Quem é, de onde veio e o que quer o chefe do maior partido brasileiro e candidato a vice-presidente de Dilma Rousseff”.

O texto se aprofunda muito em diversas camadas da história de vida de Temer. Conta como ele entrou para a política, os cargos ocupados, seus feitos e alcances políticos, seus sonhos e cargos almejados. A repórter leva o político a revisitar e lembrar momentos significativos de sua vida e da história política do Brasil, como seu primeiro cargo como secretário, os períodos em que se tornou presidente da Câmara de Deputados e do partido.

O perfil conta ainda a história de sua família, onde nasceu, seu período de faculdade, sempre os relacionando à temática principal que é a vida política do ex-presidente e sua ligação com o PMDB. O período da faculdade, por exemplo, é importante porque foi quando Temer se interessou por política e conheceu colegas que o acompanham até hoje. O fato de ser professor de direito e ter escrito livros na área, assim como a influência de amigos, são pontos lembrados no texto por terem como consequência sua indicação para o primeiro cargo que ocupou – de secretário de Segurança de São Paulo.

Entendemos que há um aprofundamento do recorte de sua vida política e que também traz detalhes de sua personalidade e informações sobre sua vida pessoal.

b) Humanização do perfilado:

Apesar da temática principal do perfil ser a vida política de Michel Temer, há uma humanização do personagem construída por Consuelo Dieguez, pois ela ouve, observa e descreve o perfilado. A relação com seu irmão, Adib, sua filha, Clarissa e a preocupação com seu filho mais novo, Michelzinho, estão presentes no texto. O trecho a seguir conta como conheceu sua atual esposa:

Está casado há nove anos com Marcela, mais jovem que ele 42 anos, com quem tem um filho de 1 ano. “O Michelzinho é a minha paixão”, admitiu. Conheceu Marcela, uma jovem loura e esguia, quando ela estava com 18 anos e, ele, 60. Disse que a viu no restaurante do tio dela, durante uma campanha eleitoral, e a achou muito bonita. Recebeu um e-mail dela, cumprimentando-o pela vitória. Temer ligou para a moça e a convidou para sair. “Ela foi com a mãe”, contou o deputado. Quatro meses depois estavam casados.

O político é apresentado como uma pessoa séria, formal, de certa forma até rígida, mas ao mesmo tempo carinhoso e preocupado com o filho. Detalhes de sua personalidade, como o trejeito que tem com as mãos, suas relações amorosas, seus gostos por música e poesia, suas memórias da faculdade auxiliam na construção de sua imagem no texto. O perfil ainda traz brincadeiras feitas por Temer, como o fato de imitar o ex-governador de São Paulo Franco Montoro, ou de jogar bexigas de água na Seleção Brasileira em sua época de universitário.

Características familiares de Temer também auxiliam em sua humanização no perfil. Sua filha Clarissa, por exemplo, diz em entrevista para Consuelo Dieguez que o pai gostava de contar histórias e recitar poesias para as filhas¹⁰⁶. Ele mesmo é autor de poemas. Mas a repórter não deixa de trazer o lado mais fechado e rígido do perfilado.

Indaguei se fora educado para se comportar dessa forma. Disse que não. Enganchou as mãos novamente, puxou-as e arriscou uma explicação: “Você sabe, eu tinha um irmão que era muito formal e elegante no trato com as pessoas. Ele serviu um pouco de modelo. As pessoas gostavam dele. Eu acho que não se pode confundir cerimônia com antipatia.”

Todas essas informações auxiliam na composição da imagem do político. Como citamos anteriormente, Vilas-Boas (2003) afirma que um perfil precisa sair da ideia de vilão e herói e *A cara do PMDB* mostra o perfilado de forma complexa, assim como trata de seu partido a partir de diferentes situações que exemplificam lealdade, traição, reconciliação e

¹⁰⁶ Michel Temer tem três filhas: Luciana de Toledo Temer, Maristela de Toledo Temer e Clarissa de Toledo Temer, entrevistada para o perfil.

fisiologismo. Portanto, Consuelo Dieguez constrói uma imagem humanizada de Michel Temer no perfil.

c) pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado:

O perfil traz uma grande variedade de fontes que auxiliam na construção da imagem da vida pessoal e política de Michel Temer. No total, 18 fontes aparecem no texto. Seu irmão Adib e seu amigo Homar Cais são alguns dos entrevistados. Políticos como o deputado Geddel Vieira Lima, também do PMDB, e o historiador Luiz Felipe de Alencastro, que comenta sobre a coligação entre PT e PMDB para as eleições, são outros exemplos de fontes entrevistadas pela repórter, abordando a vida de Temer e a situação política que o Brasil vivia naquele momento.

O historiador Luiz Felipe de Alencastro chamou a atenção para um problema em potencial do consórcio PT-PMDB. “Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista”, disse Alencastro. “É uma chapa de alguém que sabe tudo e tem sob seu comando a maior bancada do Congresso, com alguém que vai começar a aprender.”

O sociólogo Bolívar Lamounier também é uma das fontes do perfil, e traz uma análise do partido de Temer:

O PMDB não lança candidato próprio à Presidência desde a derrota de Orestes Quércia, em 1994*. O sociólogo Bolívar Lamounier acha que isso aconteceu porque o partido “perdeu todos os seus líderes de envergadura como Tancredo, Ulysses e também Montoro e Mario Covas, que foram para o PSDB” e não conseguiu se renovar na passagem de uma geração para outra. “Sem uma liderança nacional, o partido ficou na mão dos feudos regionais e dos clientelistas”, disse Lamounier em sua casa, no Alto de Pinheiros, em São Paulo. “O PMDB não tem um projeto nacional e não sei se quer ter. Sua briga é por cargos.”

A escolha de Lamounier e Alencastro – de acordo com o texto, titular da cátedra de história do Brasil na Universidade Sorbonne – como fontes confirma o recorte e o aprofundamento do texto.

d) texto envolvente que inclui, também, observações do repórter:

A Cara do PMDB é o menor dos quatro textos analisados, com 7099 palavras, com narrativa criativa e envolvente. O abre do texto já indica que ele não seguirá uma ordem cronológica na narrativa e reitera o que anuncia no título: que a figura de Michel Temer e de seu partido se confundem e as características – e sentidos – evocados por um também podem ser vistos no outro.

O deputado Michel Temer, do PMDB, recebeu, em meados de abril de 1998, um jovem advogado, cuja família conhecia de longa data, para um almoço tête-à-tête na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados. Mal haviam começado a comer quando o rapaz criticou a nomeação do senador Renan Calheiros para o Ministério da Justiça. “Não sei como o presidente Fernando Henrique pôde fazer uma escolha tão desastrosa”, disse. Temer olhou com um pouco mais de interesse o interlocutor e, sem alterar a expressão e a voz, respondeu: “O Renan foi escolhido pelo PMDB; portanto, é uma escolha minha.” E levantou-se logo em seguida, alegando que precisava dar um telefonema. Não voltou. Um mordomo pediu ao moço que se retirasse, dizendo que Temer estava ocupado e não poderia continuar o almoço. O PMDB é isso: lealdade.

Os três parágrafos seguintes repetem a mesma estratégia narrativa do parágrafo de abertura: se encerram com uma frase que traz uma característica que a repórter identifica no PMDB a partir de situações que envolveram Temer – “PMDB é isso: traição”, “PMDB é isso: reconciliação” e “PMDB é isso: fisiologismo”. A leitura do perfil é fácil e prende a atenção, com muitas informações interessantes sobre o perfilado e suas relações de poder.

No texto, estão presentes, por exemplo, trechos de poemas escritos por Temer, demonstrando originalidade na narrativa. Os encontros entre perfilado e repórter ficam claros no texto e há observações feitas por Consuelo Dieguez acerca do comportamento de Temer, como no trecho a seguir: “Michel Temer me recebeu pouco antes do almoço, na residência oficial da presidência da Câmara. Cumprimentou-me com o sorriso metálico que é seu traço de expressão mais eloquente. Não parecia à vontade, suas mãos tremiam um pouco”.

As observações da repórter são importantes porque é por meio delas que o leitor conhece detalhes do comportamento e da personalidade do perfilado. Como já comentamos, Vilas-Boas (2014, p. 274) explica que para fazer um bom perfil, o repórter deve “(...) pesquisar os contextos socioculturais da pessoa; conversar com ela e com as pessoas de seu círculo de relacionamentos; movimentar-se com ela por locais diversos; tem de observar linguagens verbais e não-verbais”. É exatamente isso que Dieguez demonstra ter feito para escrever o perfil de Michel Temer.

e) cumpre as finalidades do jornalismo:

O perfil de Temer cumpre as seguintes finalidades do jornalismo: ajudar a entender o mundo contemporâneo (da mesma forma que os perfis apresentados anteriormente), informar de modo qualificado, interpretar e analisar a realidade, fazer a mediação entre fatos e o leitor, selecionar o que é relevante, registrar história e construir memória e fiscalizar o poder e defender a democracia.

Entendemos que o perfil **informa de modo qualificado** por se aprofundar na vida pessoal e política de Michel Temer, mostrando que a repórter verificou os fatos e as informações com as diversas fontes que aparecem no texto. Para construir o texto, ela também **selecionou o que é relevante**. Primeiramente, por escolher um perfilado que de fato acabou sendo vice-presidente da República e teve papel fundamental na história do país. Depois, pela seleção das informações, que são importantes para apresentar não somente o político Michel Temer, mas os meandros da política nacional.

O perfil cumpre, assim, a **finalidade de fiscalizar o poder e defender a democracia**, pois conhecer quem é o político e saber seu histórico é de suma importância para os eleitores escolherem em quem irão votar e, assim, exercerem a democracia. Temer, ainda, tem a característica de ser um político de carreira, com quatro mandatos de deputado, então conhecer e fiscalizar as ações dele enquanto político – e que estão presentes no texto – também auxiliam no cumprimento dessa finalidade.

A finalidade de **fazer a mediação entre os fatos e o leitor** se cumpre como nos outros perfis aqui analisados, por trazer uma imagem do político que não é acessível ao público. Entrevistar um historiador para analisar a coligação entre PT e PMDB, é uma das formas que Consuelo Dieguez utiliza para cumprir a finalidade de **interpretar e analisar a realidade**.

Entendemos, ainda, que o perfil cumpre a finalidade de **registrar história e construir memória** por, assim como no perfil dos outros ex-presidentes, narrar e contextualizar um período político brasileiro. Ao ler o perfil de Temer após o período em que ele esteve na presidência, especificamente após ao golpe de 2016, é interessante perceber que, ainda em 2010, a possibilidade de Temer assumir o poder era avaliada pelo historiador entrevistado:

Autor de O Trato dos Videntes, Alencastro não acha que Temer possa ser um perigo, numa eventual Presidência de Dilma Rousseff, apenas no caso de ela ter de se afastar do cargo. A ambição do PMDB, avaliou Alencastro, poderia levar Temer a lançar mão de uma proposta tentada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso: a instauração do regime parlamentarista. “Não digo que o Temer vá fazer isso, mas, num contexto de crise, com o controle que ele tem do Congresso, é possível uma manobra de votação de uma emenda constitucional, instaurando o parlamentarismo”, comentou. “No final dos anos 90, Temer defendeu a tese de que o Congresso tinha poderes para isso.” Nesse cenário, o vice poderia vir a ser nomeado primeiro-ministro.

Confirmamos, então, que o perfil cumpre finalidades do jornalismo.

f) tem como base a alteridade

Consuelo Dieguez e Michel Temer, de acordo com o perfil, se encontraram presencialmente em mais de um momento. O fato da repórter ter se encontrado com o

perfilado e descrito suas conversas e observações, por si só, não demonstra uma abertura a alteridade, entretanto, por meio do texto, percebe-se que Consuelo Dieguez buscou compreender a personalidade e quem Michel Temer era, demonstrando assim uma abertura a alteridade. Por meio do perfil, percebemos que houve por parte da repórter para ouvir, conhecer e, assim, poder construir a imagem do perfilado. Um exemplo dessa abertura ocorre em um momento do texto em que ela faz questão de ouvir a versão de Temer sobre um artigo de Luiz Felipe Alencastro:

Perguntei-lhe o que achava do artigo de Luiz Felipe de Alencastro. “Ele faz uma pregação de que é um risco eu ser vice”, disse. “Eu, claro, não vejo dessa maneira. A minha presença só fará aumentar a interlocução do governo com o Congresso.” Afirmou que não será “um vice que atrapalha”. E rechaçou a tese de que sua influência no Congresso deixaria Dilma Rousseff vulnerável: “A ex-ministra conhece muito bem o país e os seus problemas por força dos cargos que ocupou.” O PMDB no governo, sustentou, dará maior tranquilidade ao Planalto. “Nós garantimos a estabilidade do real e, no governo Lula, apoiamos os programas sociais”, completou. “Cito isso para me opor à tese dos que dizem que o PMDB é fisiológico.”

A abertura à alteridade por parte da repórter, portanto, se mostra de forma clara: há interesse por conhecer e ouvir a história de Temer, tanto por ele próprio quanto por outras fontes. Entendemos, então, pelas características que apresentamos sobre o texto, que **o perfil de Michel Temer, escrito por Consuelo Dieguez, é um perfil qualificado.**

6.1.4 Jair Bolsonaro: *Direita, Volver*

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, na cidade de Glicério, em São Paulo, mas sua carreira política se deu no Rio de Janeiro. Bolsonaro entrou na política após ser transferido para a reserva do Exército, em 1986. Naquele ano, escreveu um artigo para a revista *Veja* com o título *O salário está baixo*, criticando os baixos salários dos militares. Por conta desse texto, foi preso por 15 dias. Depois disso, foi vereador da cidade do Rio entre 1989 e 1990. No ano seguinte, foi eleito para o primeiro dos 26 anos e 7 mandatos como deputado federal do Rio de Janeiro. Chegou à presidência da República em 2019 eleito pelo Partido Social Liberal (PSL).

O governo Bolsonaro foi marcado por polêmicas, e ele sempre se posicionou como um político de extrema direita. Sem cargo político e considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por oito anos¹⁰⁷, em julho de 2023, está sendo investigado pela

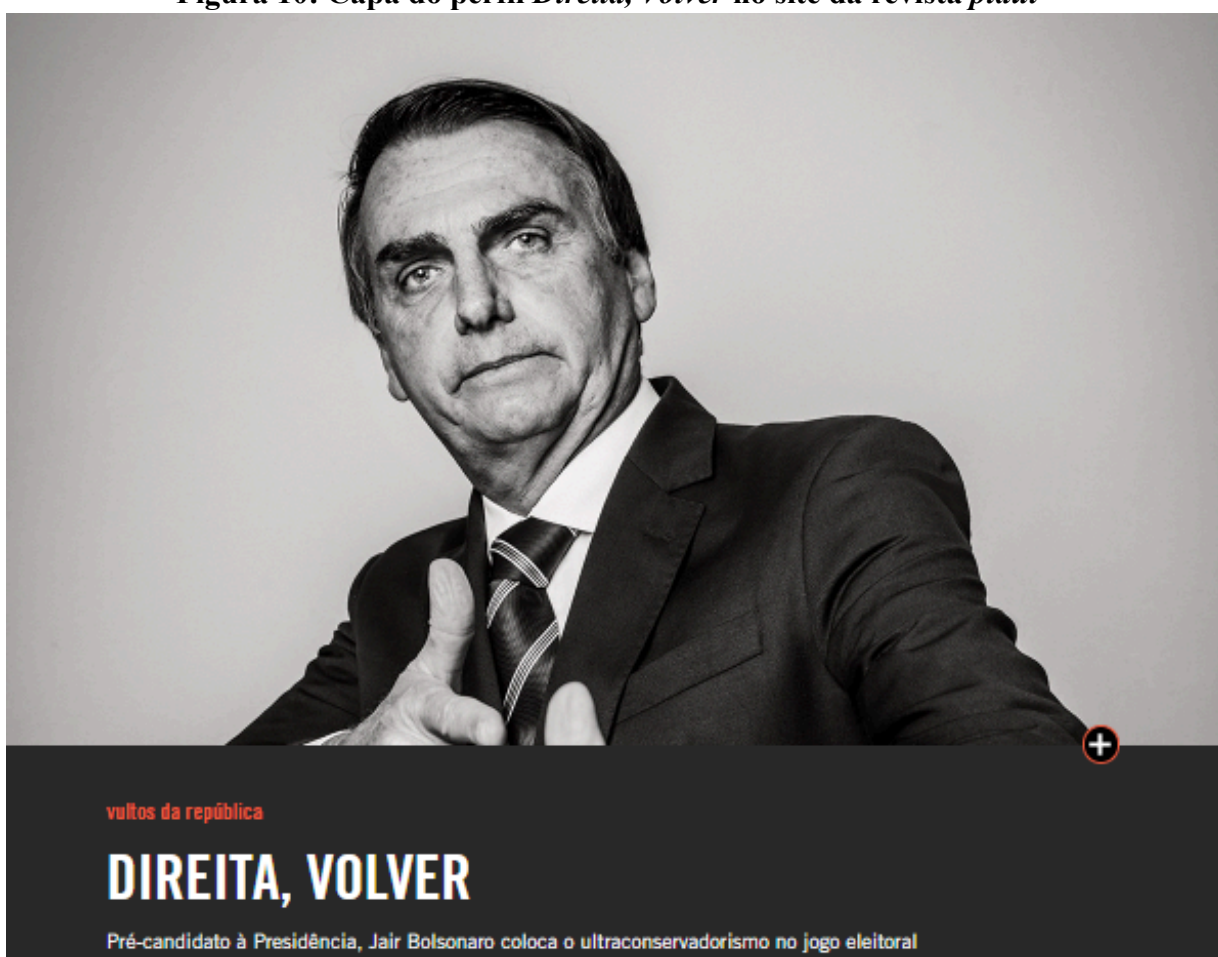
¹⁰⁷ Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos> Acesso em: 8 de julho de 2023.

Polícia Federal na operação *Tempus Veritatis*, por tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito¹⁰⁸. Como os ex-presidentes Dilma e Temer, o perfil de Jair Bolsonaro¹⁰⁹, escrito também por Consuelo Dieguez, foi publicado na *piauí* dois anos antes dele chegar a chefe do Executivo, mas quando seu nome já era cotado e o cargo era um sonho – o sentido de ambição é encontrado com frequência no texto.

A foto que ilustra o perfil é em preto e branco e é de autoria do fotógrafo Daryan Dornelles. Nela, Bolsonaro aparece fazendo com as mãos o gesto que caracterizou toda a sua campanha para presidente, como se estivesse empunhando uma arma. Ele está sério, mas não com uma expressão sisuda (Figura 10).

Figura 10: Capa do perfil *Direita, Volver* no site da revista *piauí*



Fonte: site da revista *piauí*

¹⁰⁸ Disponível em <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/policia-federal-apura-tentativa-de-golpe-de-estado-e-abo-licao-do-estado-democratico-de-direito>> Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-volver/> Acesso em 20 de maio de 2023.

O título, *Direita, volver*, complementa a foto por trazer, nessa curta expressão, sua ligação tanto com o Exército – e também por defender uma política armamentista –, quanto com sua posição ideológica identificada com a Direita. Em relação aos tipos propostos por Maia (2020), enquadramos o perfil de Bolsonaro como **complexo**, por trazer várias camadas do político, mas também carrega características do perfil de **ironia**, pois a repórter traz críticas ao entrevistado, sem fazer julgamentos excessivos. Para Maia (2020, p. 96) esse tipo de perfil “pode conter severas críticas ao próprio entrevistado ao deixar implícito (mas perceptível) certos questionamentos ao jeito de ser do perfilado”.

Um exemplo de crítica pode ser visto no trecho a seguir:

Não é preciso muito esforço para arrancar respostas do deputado. Elas costumam ser incisivas e não raro se confundem com um ataque ao interlocutor. Suas posições, e a maneira como as exprime, já lhe renderam acusações de ser racista, misógino, xenófobo, homofóbico e fascista. “Se bobear, sou até gordofóbico”, ele riu novamente. Bolsonaro rejeita as imputações. Acusa “a imprensa imbecil” – *imbecil* é um termo que ele emprega com frequência – de interpretar mal suas palavras, isso quando não age de maneira desonesta.

A seguir, veremos se esse perfil pode ser também classificado como qualificado.

a) **Aprofundamento em um recorte da história do perfilado:**

O perfil de Jair Bolsonaro foi publicado dois anos antes das eleições presidenciais em que o político concorreu – e venceu – mas foi no ano em que seu nome ganhou destaque por ele afirmar que iria concorrer. Em março de 2016, meses antes de *Direita, Volver* ser publicado, ele filiou-se ao PSC e se lançou como pré-candidato¹¹⁰. O recorte que guia o perfil é temático: a ambição de Jair Bolsonaro em concorrer à presidência. Além desse desejo, o texto explora seus posicionamentos conservadores e até preconceituosos como uma bandeira que o perfilado carrega para chegar ao poder: “A plataforma ultraconservadora garantiu ao deputado índices de aceitação surpreendentes, sobretudo para um candidato que nunca concorreu a cargo majoritário e não tem espaço cativo nos meios de comunicação”.

Durante o texto, Consuelo Dieguez aprofunda a vida de Bolsonaro, narra sua história relacionada ao Exército, conta como entrou na política e se manteve nela. Traz também constantemente suas opiniões, visões e seus planos para o Brasil, bem como suas posições políticas em relação ao PT, que, de acordo com Bolsonaro, é seu grande inimigo. Fala de seu saudosismo em relação à época da ditadura militar no país, e sobre sua relação com os filhos e

¹¹⁰ “Bolsonaro se filia ao PSC e é lançado como pré-candidato à Presidência”, por Isabel Braga, publicada no jornal O Globo, em 2 de março de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>. Acesso em 25/02/2024.

com seus apoiadores. Portanto, é um texto aprofundado que tem como fio da narrativa sua ambição de chegar ao posto máximo do país com suas ideias conservadoras.

b) Humanização do perfilado:

Na narrativa do perfil, é perceptível que a repórter humaniza Bolsonaro. Apesar do recorte principal ser em sua vida política, o perfil também fala de sua intimidade, tratando, por exemplo, da relação do político com seus filhos. O perfil dá espaço para seus familiares revelarem suas visões sobre ele, como o filho, Flávio Bolsonaro:

Ele define o pai como uma pessoa tranquila, engraçada, amorosa na intimidade familiar, ao contrário do avô Geraldo, pai de Jair Bolsonaro, que, segundo Zero Um, era uma pessoa rígida com os filhos e tinha problemas de alcoolismo. “Meu pai sempre nos defendia quando fazíamos alguma arte. Minha mãe é que era mais durona.”

Relembramos que a humanização de um perfilado consiste em buscar sair de estereótipos – sejam negativos ou positivos – e construir uma imagem mais completa sobre o perfilado, nem tratando-o como herói, nem como vilão. No perfil de Bolsonaro, conhecemos seus defeitos, como a falta de controle, de moderação, o fato de se estressar facilmente, assim como suas opiniões radicais sobre questões como a Lei de Cotas¹¹¹, a lei do desarmamento e a educação sexual nas escolas.

Bolsonaro odeia. Abomina Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda. Jamais tergiversa: é contra a lei do desarmamento (“Deixou os proprietários de terra vulneráveis aos ataques do MST”) e as cotas raciais nas universidades (“Uma boa educação pública no ensino básico faria com que todos competissem em pé de igualdade”); é crítico de políticas de transferência de renda como o Bolsa Família (“Deveria ser distribuída em casos extremos para não estimular a indolência”) e acaloradamente refratário a qualquer educação sexual nas escolas que aborde questões de gênero e homossexualidade (“Querem deformar a cabeça de nossas criancinhas”).

Ao mesmo tempo, Dieguez conta que ele é adorado pelos filhos e por apoiadores, mostrando que ele tem energia, tem sonhos, é um pai presente e que se preocupa – ou parece se preocupar – com o país. O lado mais agressivo de Bolsonaro, no entanto, predomina no texto. Mesmo quando a repórter se despede do perfilado, sua fala – que encerra o perfil – pode ser interpretada como a de uma pessoa com sonhos, ou como alguém que ameaça: “Veja o que você vai escrever sobre mim. Por favor, não destrua um sonho de 25 anos”.

¹¹¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

c) pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado:

O perfil traz 16 diferentes fontes para compor a imagem de Bolsonaro. Entre eles, estão familiares, como seus filhos Eduardo e Flávio e outros políticos, como o deputado pastor Everaldo, que na época era presidente do PSC. De acordo com o perfil, o pastor foi o responsável por Bolsonaro se filiar ao partido e por lançar o nome dele como presidenciável. Há também uma entrevista com um especialista, que comenta sobre a razão de Bolsonaro ter tantos apoiadores apesar de suas falas exaltadas e preconceituosas.

O economista e cientista político Eduardo Giannetti, autor do livro *Trópicos Utópicos*, chama a atenção para o discurso do medo, típico da direita em todo o mundo, e aqui encampado por Bolsonaro. Ele elencou quais, em sua opinião, seriam os medos que acometem os cidadãos mundo afora. Na sua lista entram o colapso financeiro, a inflação, o desemprego, o terrorismo, a imigração, a mudança climática e a destruição dos valores familiares. Esses temores tenderiam a ser atizados pelos candidatos da direita, que então se apresentam como garantia do conforto e da segurança de que as pessoas necessitam.

Outro especialista também é incluído no perfil para comentar as chances de Bolsonaro se eleger como presidente. André Singer, cientista político, é apresentado no perfil como o primeiro a perceber o crescimento da popularidade de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto.

André Singer não acredita que Bolsonaro tenha chances de vitória em 2018, longe disso. Mas chama atenção para a novidade da última pesquisa Datafolha: a faixa de renda familiar em que o candidato mais se destaca não corresponde à elite econômica nem à alta classe média. “Estamos falando de famílias que ganham algo entre 4,5 mil reais e 9 mil reais. Uma família padrão, com quatro pessoas, que vive com 5 mil reais por mês pertence à classe média baixa. Ou seja, Bolsonaro parece ter começado a despertar a simpatia em um público que não é exatamente aquele que protestou na avenida Paulista. A questão é saber como isso vai evoluir, já que a maioria das pessoas ainda desconhece o candidato”, disse Singer.

Alessandro Janoni, diretor do instituto Datafolha também é entrevistado sobre as pesquisas. A escolha da repórter por entrevistar especialistas demonstra seu interesse em investigar e compreender os fatos que envolviam o perfilado naquele momento. Ela traz dados de pesquisas eleitorais e conversa também com eleitores de Bolsonaro – o que não acontece nos outros três perfis – trazendo suas razões para votarem nele.

d) texto envolvente que inclui, também, observações do repórter:

Como o outro texto escrito por Consuelo Dieguez, o perfil de Bolsonaro tem uma escrita que prende o leitor. Também como no perfil de Temer, a repórter também usa a estratégia da repetição. O quarto, quinto e sexto parágrafos do texto – ainda na primeira página – começam com a mesma construção, com uma frase curta relacionada à

personalidade de Bolsonaro. São elas: “Bolsonaro odeia”, “Bolsonaro é odiado” e “Bolsonaro é amado”. Depois de cada uma das frases, a jornalista traz informações que comprovam suas afirmações, como pode ser visto neste parágrafo:

Bolsonaro é amado. Uma parcela da população se encanta com a ira do deputado. Seus modos e a apologia do regime militar – que ele transforma em sinônimo de ordem e autoridade, em contraponto à baderna que vê por toda parte – acabaram canalizando as frustrações de parte do eleitorado num momento marcado pela desmoralização dos políticos e pelo antipetismo exacerbado. É nesse ambiente e a partir dessa base social que o deputado fluminense espera fazer decolar sua campanha a presidente da República.

Aquilo e quem é odiado por Bolsonaro também fica claro: “Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda”. Esses personagens e temas acabam voltando algumas vezes no texto, construindo sua imagem como alguém firme e exaltado. O pano de fundo, no entanto, é sempre sua futura eleição.

Logo no primeiro parágrafo, fica claro que ocorreram encontros presenciais entre Consuelo Dieguez e Jair Bolsonaro, e, durante o texto, a repórter traz suas observações sobre o próprio perfilado e os locais em que ocorreram as entrevistas.

Jair Bolsonaro estava acomodado atrás de uma mesa de madeira escura, repleta de papéis, quando o encontrei em seu gabinete, na Câmara dos Deputados, num final de tarde de julho. Resfriado, aparentava cansaço. Antes mesmo que me sentasse, perguntou se eu havia gostado dos quadros na parede. Eram fotos emolduradas dos generais que ocuparam a Presidência da República durante a ditadura militar: Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. “Você queria que eu colocasse a foto de quem aí? Da Dilma?”, e riu alto. Em seguida, já com o cenho franzido, determinou: “Pergunta. Pode perguntar o que você quiser que eu respondo.”

Na construção da narrativa ainda é possível perceber, como apontamos, a ironia. Maia (2020) define o perfil de ironia como o mais difícil de ser produzido. Consuelo Dieguez cita, por exemplo, que Bolsonaro gosta de usar o adjetivo imbecil (“*imbecil* é um termo que ele emprega com frequência). Ao falar das crenças do político, a repórter as caracteriza como “ladainha”.

A pesquisa do Datafolha ratifica a percepção do deputado sobre a importância das redes sociais, haja vista a atração que ele exerce sobre o eleitorado mais jovem. “Os jovens, de um modo geral, descredita mais dos canais tradicionais de participação política”, disse-me Alessandro Janoni, diretor do instituto. Ao mesmo tempo, explicou, eles são mais vulneráveis a temas como direito à posse de arma e ações intempestivas contra a criminalidade, **a ladainha de Bolsonaro**. “Eles acabam se agregando por meio de afinidades temáticas e as redes sociais potencializam isso.”

Dieguez também define as falas de Bolsonaro como “discurso de fundo paranoico” (“O discurso de fundo paranoico com frequência se volta contra o Partido dos Trabalhadores”). O texto, portanto, é original e consegue construir uma imagem do perfilado com uma escrita que prende o leitor.

e) cumpre as finalidades do jornalismo:

Entendemos que *Direita, Volver* cumpre as seguintes finalidades do jornalismo: ajudar a entender o mundo contemporâneo, informar de modo qualificado, interpretar e analisar a realidade, fazer a mediação entre fatos e o leitor, selecionar o que é relevante, registrar história e construir memória, e fiscalizar o poder e defender a democracia.

As informações sobre as ações do deputado durante os mais de 20 anos que passou no cargo são citadas (“Em seus 26 anos na Casa, ele propôs e aprovou raros projetos, a maioria de pouca ou nenhuma relevância”). Sua história de vida e de seus apoiadores contextualizam os dados apresentados. O texto é envolvente e bem escrito, prendendo a atenção do leitor, e é relevante por tratar de um possível candidato à presidência. Assim, vemos que o perfil **informa de modo qualificado**.

Direita, Volver, cumpre a finalidade de **selecionar o que é relevante** também pela escolha do perfilado, um político radical que estava começando a ganhar destaque e afirmava que seria candidato à presidência. As informações presentes no texto também têm relevância já que o perfil traz falas polêmicas e preconceituosas do perfilado, como a ameaça feita à deputada Maria do Rosário: “Jamais ia estuprar você porque você não merece”.

O perfil também **faz a mediação entre fatos e o leitor**, pois, no caso deste perfil, além de se aprofundar na personalidade de Bolsonaro – que já era conhecida por sua forte presença nas redes sociais –, também contextualiza suas ideias e opiniões e polêmicas.

Por trazer os dados sobre seus eleitores e interpretações de especialistas, percebe-se que há **interpretação e análise da realidade**. E por se tratar de um perfil político com personalidade polêmica, que enfrenta processos desde o período que estava no Exército, por mostrar sua fraca atuação na Câmara dos Deputados e ideias retrógradas, com base no discurso do medo, entendemos que o perfil cumpre a função de **fiscalizar o poder e defender a democracia**. Relembramos a definição de Lippmann de que política é feita por pessoas, assim como a de Charaudeau (2018) de que política é emoção e razão. Ao se deparar com um político como Bolsonaro, é necessário que o repórter construa sua imagem de forma que suas atitudes antidemocráticas e contra os direitos humanos fiquem claras.

Da mesma forma e pelos mesmos motivos dos perfis políticos de FHC, Dilma Rousseff e Michel Temer, o de Jair Bolsonaro **também registra a história e constrói a memória.**

f) tem como base a alteridade

Apesar do uso da ironia, da contextualização das falas de Bolsonaro, de mostrar seu temperamento agressivo, é perceptível que houve uma abertura para a escuta ativa do político e abertura à alteridade por parte da repórter. Não existe exagero nas ironias, Consuelo Dieguez traz os argumentos do perfilado em relação a todos os assuntos que são tratados. Há, ainda, a presença de diferentes fontes para construir sua imagem, tanto pessoal quanto política, como seus filhos, outros políticos e seus apoiadores.

Consuelo Dieguez se coloca no texto, trazendo algumas opiniões, mas busca compreender Bolsonaro, mostrando que ele consegue arrastar uma multidão de apoiadores que gritam “mito”, como a repórter narra em um dos eventos que acompanhou.

Entendemos que existem limites que o eu tem para compreender o outro, pois, como explica Freitas (2017), nunca conseguimos acessar o outro em sua completude. No caso do jornalismo, o outro sempre será construído por meio da outridade relativa. Mas fica evidente que houve uma busca por parte da repórter em compreender seu perfilado. Por todas as características aqui apresentadas, entendemos, portanto, que **o perfil de Jair Bolsonaro, escrito por Consuelo Dieguez, é um perfil qualificado.**

Dessa forma, fechamos a primeira etapa da análise mostrando que **os quatro perfis da revista *piauí* se enquadram no que definimos como perfil qualificado**, confirmando que a revista – ao menos no que se refere aos textos aqui analisados – é uma referência na construção dessa forma discursiva. Destacamos também que os quatro textos apresentam as quatro partes definidas por Vilas-Boas (2003, 2014) como necessárias para compor um bom perfil: lembrança, espaço, circunstância e interação.

A seguir, passaremos para a segunda parte da análise, utilizando a metodologia de Análise do Discurso para verificar se há o efeito de estabilização ou de desestabilização do *ethos* coletivo dos políticos nesses quatro perfis.

6.2 ETHOS POLÍTICO

Nesta etapa da análise, pretendemos compreender como a revista *piauí* constrói discursivamente o outro político em seus perfis considerando o *ethos* coletivo visado pelos

políticos enquanto grupo, objetivo geral desta pesquisa. Para isso, nossa primeira tarefa foi ler exaustivamente os quatro perfis do corpus para identificar Sequências Discursivas (SDs) que se relacionavam com o *ethos* político, ou seja, com os sentidos que os jornalistas atribuíam aos perfilados – causando o efeito de estabilização ou desestabilização do *ethos* coletivo dos políticos. Lembrando que o *ethos* coletivo “é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo” (Charaudeau, 2018, p. 117).

Portanto, foi por meio de paráfrases, ou seja, pela repetição de sentidos, que buscamos compreender se havia estabilização ou desestabilização do *ethos* político – ou da imagem coletiva que os políticos enquanto grupo visam – nos perfis analisados. Em relação ao efeito de estabilização, verificamos se, no texto, havia elementos que corroboravam com determinada imagem coletiva pretendida, enquanto que, em relação ao efeito de desestabilização, verificamos se havia uma ruptura desses sentidos visados pelos políticos enquanto grupo.

É importante lembrar que Charaudeau (2018) divide o *ethos* político em dois grupos amplos: os *ethé* de credibilidade e os *ethé* de identificação. Considerando que a política é um jogo entre razão e emoção, o político, para chegar ou se manter no poder, precisa se mostrar capacitado (sendo crível) e, ao mesmo tempo, gerar uma identificação, construindo uma relação com os cidadãos.

No caso dos textos aqui analisados, a construção discursiva é dos jornalistas, e não dos políticos. Entretanto, como já afirmamos, esses quatro perfis carregam um interdiscurso entre o discurso político – dito pelos perfilados ao serem entrevistados – e o discurso jornalístico, construído pelos repórteres. O discurso final, no entanto, que chega ao leitor, é de responsabilidade do jornalista. É ele que irá construir discursivamente esse outro político em seu texto utilizando todas as entrevistas, pesquisas e apurações que fez até redigir o texto.

Tendo seguido esses movimentos de análise nesta etapa, encontramos 341 Sequências Discursivas que evocam 29 sentidos que pertencem aos *ethé* de identificação e de credibilidade, que compõem o *ethos* político, segundo Charaudeau (2018). Reforçando, todos esses 29 sentidos se relacionam aos *ethé* que o autor define ou como pertencentes ou ao *ethos* de identificação, ou ao *ethos* de credibilidade apresentados no capítulo 4. Nessas SDs, identificamos 1015 Incidências Discursivas, ou seja, repetições desses 29 sentidos dentro das SDs.

Relembrando a classificação de Charaudeau (2018), em relação à **credibilidade**, há os sentidos de 1) seriedade, 2) virtuosidade e 3) competência. Fazem parte da imagem de 1)

seriedade os sentidos de corpo, autocontrole e expressão; a 2) virtuosidade compreende os sentidos de sinceridade, lealdade, honestidade, retidão e honradez; a de 3) competência traz os sentidos de experiência, conhecimento e saber agir.

Em relação à **identificação**, há as imagens de 1) potência, 2) caráter, 3) inteligência, 4) humanidade, 5) chefe e 6) solidariedade. A imagem de 1) potência contém os sentidos de energia, força física, virilidade e saúde; a de 2) caráter traz os sentidos de força de espírito, força tranquila, coragem, orgulho, moderação e ambição; a de 3) inteligência assimila os sentidos de homem culto e astúcia; 4) humanidade traz gosto, sentimento, confissão e intimidade; 5) chefe traz a imagem de poder político e contém os sentidos de guia-supremo, (que divide-se em guia-pastor, guia-profeta e guia-soberano), assim como o sentido de comandante; e a imagem de 6) solidariedade possui dois sentidos, o de saber ouvir, compreender e se preocupar com o outro e o de relações partidárias.

A seguir, o Quadro 3, mostra os sentidos encontrados nos *ethé* de credibilidade, enquanto o Quadro 4, os sentidos encontrados nos *ethé* de identificação.

Quadro 3: Sentidos encontrados nos *ethé* de credibilidade

			FHC	DILMA	TEMER	BOLSONARO	TOTAL
<i>Ethé</i> de Credibilidade	<i>Ethos</i> de Sério	1. Expressão	3	0	15	2	20
		2. Autocontrole	0	7	0	7	14
	<i>Ethos</i> de Virtude	3. Sinceridade	14	3	0	37	54
		4. Honestidade	3	4	4	4	15
		5. Lealdade	0	6	2	5	13
		6. Honradez	1	3	0	5	9
		7. Retidão	0	4	0	0	4
	<i>Ethos</i> de Competência	8. Experiência	14	28	15	2	59
		9. Conhecimento	13	18	4	2	37
		10. Saber agir	0	0	0	1	1
TOTAIS:			48	73	40	65	226

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Quadro 4: Sentidos encontrados nos *ethé* de identificação

			FHC	DILMA	TEMER	BOLSONARO	TOTAL
<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Potência	1. Energia	11	10	2	47	70
		2. Saúde	0	12	0	1	13
		3. Virilidade	0	0	2	0	2

	<i>Ethos de Caráter</i>	4. Força de espírito	2	67	11	0	80	
		5. Moderação	4	10	8	42	64	
		6. Orgulho	27	1	5	8	41	
		7. Força tranquila	10	7	1	17	35	
		8. Ambição	3	4	16	11	34	
		9. Coragem	0	1	1	0	2	
	<i>Ethos de Inteligência</i>	10. Homem Culto	57	23	13	2	95	
		11. Astúcia	0	0	8	17	25	
	<i>Ethos de Humanidade</i>	12. Intimidade	58	48	32	18	156	
		13. Sentimento	8	13	2	4	27	
		14. Confissão	8	4	2	2	16	
		15. Gosto	3	4	4	3	14	
	<i>Ethos de chefe</i>	16. Poder político	24	25	11	0	60	
		17. Comandante	0	0	0	24	24	
	<i>Ethos de solidariedade</i>	18. Saber ouvir	2	8	0	5	15	
		19. Partido	10	0	6	0	16	
	TOTAIS:			227	237	124	201	789

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Ressaltamos, entretanto, que **nem todos** os sentidos definidos por Charaudeau (2018) nos *ethé* de identificação e de credibilidade foram encontrados nos quatro perfis analisados. Nesta pesquisa identificamos apenas os sentidos de: 1) intimidade, 2) gosto, 3) confissão, 4) sentimento, 5) homem culto, 6) astúcia, 7) energia, 8) saúde, 9) virilidade, 10) poder político, 11) comandante, 12) ambição, 13) moderação, 14) força de espírito, 15) força tranquila, 16) coragem, 17) orgulho, 18) saber ouvir, 19) relações partidárias, 20) expressão, 21) autocontrole, 22) sinceridade, 23) honestidade, 24) lealdade, 25) retidão, 26) honradez, 27) saber agir, 28) conhecimento e 29) expressão. Todos eles serão exemplificados com SDs nas análises de cada um dos perfis. No Quadro 5, é possível verificar a relação entre esses 29 sentidos e suas incidências nos quatro perfis, na ordem do sentido que mais aparece, ao que menos aparece.

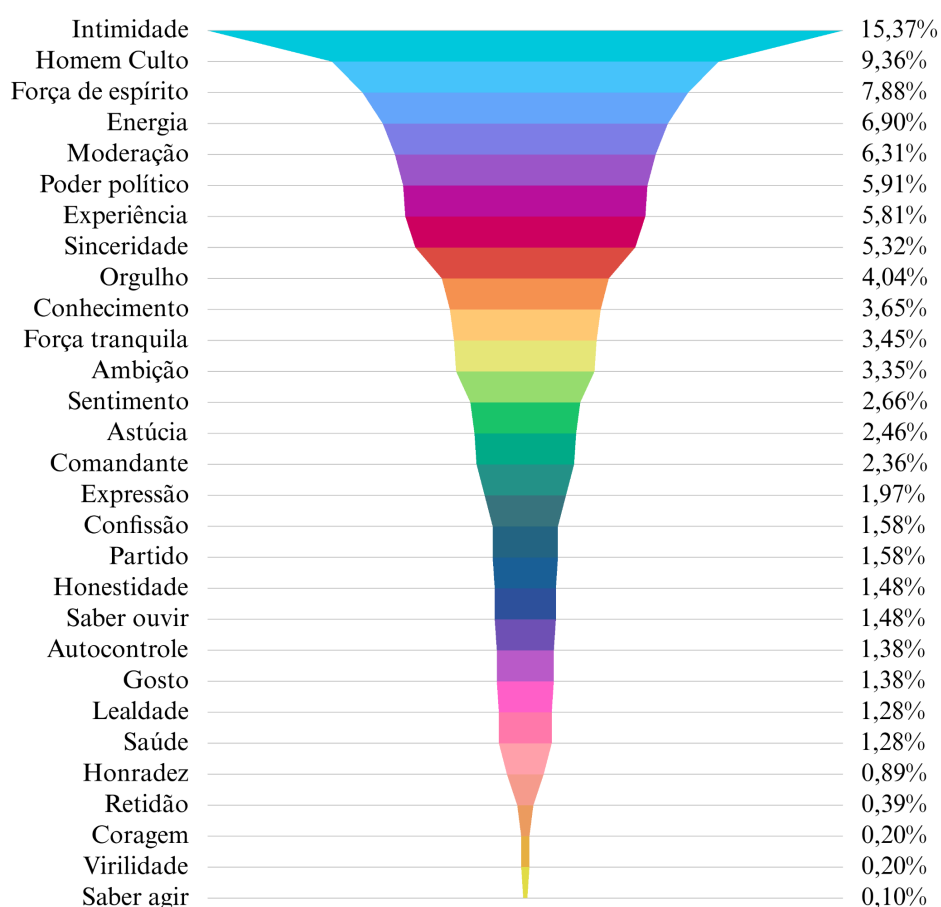
Quadro 5: Relação entre Sentidos do *ethos* político e Incidências Discursivas

	FHC	DILMA	TEMER	BOLSONARO	TOTAL
1. Intimidade	58	48	32	18	156
2. Homem Culto	57	23	13	2	95

3. Força de espírito	2	67	11	0	80
4. Energia	11	10	2	47	70
5. Moderação	4	10	8	42	64
6. Poder político	24	25	11	0	60
7. Experiência	14	28	15	2	59
8. Sinceridade	14	3	0	37	54
9. Orgulho	27	1	5	8	41
10. Conhecimento	13	18	4	2	37
11. Força tranquila	10	7	1	17	35
12. Ambição	3	4	16	11	34
13. Sentimento	8	13	2	4	27
14. Astúcia	0	0	8	17	25
15. Comandante	0	0	0	24	24
16. Expressão	3	0	15	2	20
17. Confissão	8	4	2	2	16
18. Partido	10	0	6	0	16
19. Honestidade	3	4	4	4	15
20. Saber ouvir	2	8	0	5	15
21. Autocontrole	0	7	0	7	14
22. Gosto	3	4	4	3	14
23. Lealdade	0	6	2	5	13
24. Saúde	0	12	0	1	13
25. Honradez	1	3	0	5	9
26. Retidão	0	4	0	0	4
27. Coragem	0	1	1	0	2
28. Virilidade	0	0	2	0	2
29. Saber agir	0	0	0	1	1
	275	310	164	266	1015

Fonte: dados de pesquisa (2024)

Na Figura 11, é possível verificar a porcentagem das Incidências Discursivas de cada um dos sentidos encontrados na pesquisa.

Figura 11: Incidências Discursivas dos sentidos

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A numeração das SDs se deu em ordem cronológica de publicação dos textos, começando com o de Fernando Henrique Cardoso, em seguida Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Apresentaremos, a seguir, os resultados da análise de cada perfil.

6.2.1 Fernando Henrique Cardoso, por João Moreira Salles

No perfil de Fernando Henrique Cardoso foram encontradas 77 Sequências Discursivas, 20 Sentidos e 275 Incidências Discursivas, que trazem tanto o efeito de estabilização quanto de desestabilização dos Sentidos acerca do *ethé de identificação* e de *credibilidade*.

As Incidências Discursivas identificadas que correspondem ao *ethé de identificação* são: *ethos de inteligência*, com o sentido de homem culto; *ethos de humanidade*, com sentidos de intimidade, confissão, gosto e sentimento; *ethos de caráter*, com sentidos de força tranquila, força de espírito, orgulho, moderação e ambição; *ethos de chefe*, com o

sentido de poder político; **ethos de solidariedade**, com o sentido de saber ouvir e de relações partidárias; e **ethos de potência**, com o sentido de energia.

No *ethé* de credibilidade, encontramos o **ethos de competência**, com os sentidos de experiência e conhecimento; **ethos de virtude**, com os sentidos de sinceridade, honestidade e honradez; e **ethos de sério**, com sentido de autocontrole. No Quadro 6, apresentado a seguir, é possível visualizar as incidências de cada um dos sentidos.

Quadro 6: Sentidos encontrados no perfil de FHC

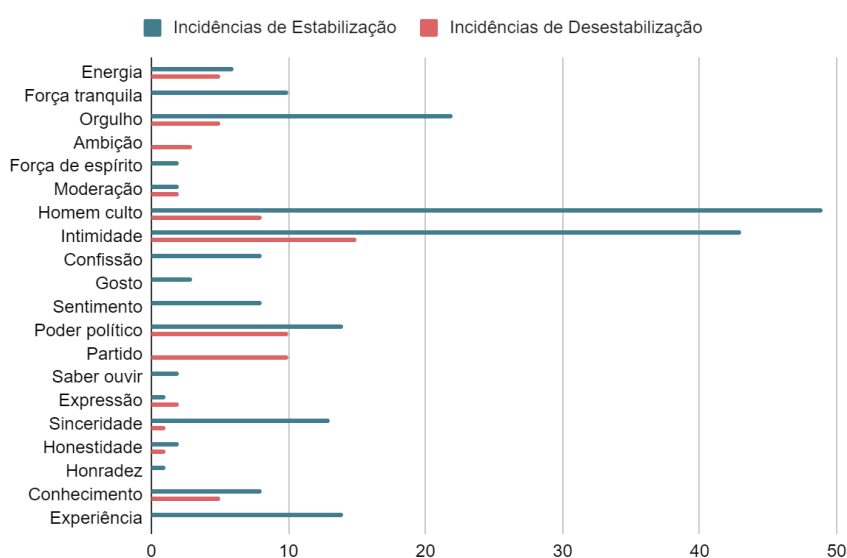
Sentidos			Incidências de Estabilização	Incidências de Desestabilização
<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Potência	Energia	6	5
	<i>Ethos</i> de Caráter	Força tranquila	10	0
		Orgulho	22	5
		Ambição	0	3
		Força de espírito	2	0
		Moderação	2	2
	<i>Ethos</i> de Inteligência	Homem culto	49	8
	<i>Ethos</i> de Humanidade	Intimidade	43	15
		Confissão	8	0
		Gosto	3	0
		Sentimento	8	0
	<i>Ethos</i> de Chefe	Poder político	14	10
	<i>Ethos</i> de Solidariedade	Partido	0	10
		Saber ouvir	2	0
<i>Ethé</i> de Credibilidade	<i>Ethos</i> de Sério	Expressão	1	2
	<i>Ethos</i> de Virtude	Sinceridade	13	1
		Honestidade	2	1
		Honradez	1	0
	<i>Ethos</i> de Competência	Conhecimento	8	5
		Experiência	14	0
TOTAIS:			208	67

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Nas 77 SDs encontradas, os sentidos dos *ethé* de identificação predominam, estão em 76 SDs; enquanto os dos *ethé* de credibilidade estão presentes em 30 SDs. Em relação às Incidências Discursivas, das 275 encontradas, 227 são de identificação e 48 de credibilidade.

Nos *ethé* de identificação, 169 das Incidências buscam estabilizar algum sentido, enquanto 58, desestabilizar. Já nos *ethé* de credibilidade, 39 visam o efeito de estabilização e nove de desestabilização. No total, são 208 efeitos de estabilização e 67 de desestabilização. Na Figura 12, é possível visualizar o comparativo entre os efeitos de estabilização e desestabilização dos sentidos encontrados no perfil de FHC.

Figura 12: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de FHC



Fonte: dados da pesquisa (2024)

É importante ressaltar que há, concomitantemente, o efeito de estabilização e desestabilização de sentidos em uma mesma SD, além de que um sentido pode gerar um efeito de estabilização em uma SD e de desestabilização em outra. Apresentaremos, a seguir, exemplos de SDs com os sentidos encontrados.

6.2.1.1 A intimidade do homem culto

O sentido que aparece mais vezes no perfil de FHC é o de **homem culto**. Para Charaudeau (2018, p. 146)

Essa figura depende do capital cultural que o político herdou de sua origem social e de sua formação, mas deve ser confirmada pelos comportamentos atuais. Isso explica por que os políticos escrevem livros, respondem a solicitações da mídia para participar de programas culturais, frequentam exposições e outras manifestações artísticas.

Fernando Henrique Cardoso escreveu mais de 30 livros e é professor em diferentes universidades, sendo, inclusive, convidado para dar aulas em Harvard e outras instituições renomadas. Além disso, de acordo com seu perfil, gosta de frequentar museus e viajar:

SD03 Às 11 em ponto, três pessoas entraram na sala. Não que soubesse do que se tratava. Seu modus operandi é simples: as pessoas ligam, ele marca e seja o que Deus quiser. Atende a todos com inegável paciência. **“Sou professor at large, o que significa que posso fazer o que eu quiser”**. Ele se levantou abotoando o paletó azul-marinho. Havia trazido dois ternos para a temporada americana – o outro, de risca de giz –, comprados por 400 dólares cada na liquidação da loja de departamentos Sacks Fifth Avenue (“Ótimo negócio”, congratulou-se). “É uma entrevista?”, perguntou ao ver um gravador. A jornalista se apresentou: Jane Bussey, do Miami Herald. “Ela já ganhou um Pulitzer”, acrescentou a moça que a acompanhava, meio a troco de nada. “Ah”, FHC sorriu educadamente.

SD23 Abertura FHC II, a estratégia da auto-escolhambação: “Quero corrigir o professor de vocês. **Não é verdade que estudo a questão do desenvolvimento há quarenta anos. Estudo há cinqüenta**”. Funciona, em parte. Ouvem-se risadinhas.

SD62 Depois do almoço, novo encontro, agora com alunos escolhidos por mérito e excelência. FHC chega às 16h em ponto e troca palavras com quem já está ali. **Quando chega finalmente a professora, traz um exemplar de Dependência e Desenvolvimento. Para espanto de todos, Fernando Henrique estica o braço e, fulminante, furta-lhe o livro. “Vejamos que edição é esta”, diz. “É que eles nunca me informam qual a edição e não me pagam”** – abertura FHC III, a do homem comum. Os vinte e tanto alunos estão ganhos. Diante de seu realismo cético, um rapaz quer saber: “Quem explica o mundo de hoje?” “O maior erro dos pensadores sociais clássicos foi o sonho de produzir um mundo homogêneo. Isso jamais acontecerá. Hoje, o que falta é uma síntese, uma atualização de Marx e os outros. Quem sabe você não a faz?”, devolve ao rapaz. “Se fizer, por favor me cite.” E encerra com o velho sorriso do sedutor em tempo integral.

A SD03 traz, ainda, outro sentido identificado no texto, o de **orgulho**. No texto, FHC mostra uma vaidade acerca de si e de suas conquistas. É possível perceber que o texto destaca que ele gosta de falar de si, assim como de seus livros e de suas pesquisas. Ao ser convidado para contar sobre sua experiência política, parece sempre aceitar, assim como para entrevistas e conversas com alunos.

SD20 FHC volta a pé pelas alamedas do campus. Cruza com Richard Snyder, professor de sociologia. Snyder pergunta se no dia seguinte ele poderia conversar com seus alunos. “Qual o assunto?”, quis saber o ex-presidente. “Liderança na América Latina. A sua experiência”, responde o professor. **“Ah! Se é pra falar de mim mesmo, então é fácil.” E com um sorriso: “É uma das coisas que mais gosto de fazer”**.

SD21 Uma aluna o aguardava na porta da sala 218. FHC, como de hábito, não sabia do que se tratava. A garota, estudante de relações internacionais, havia marcado uma entrevista para o jornalzinho da faculdade e trazia um exemplar de The Accidental President of Brazil, as memórias de FHC, cheia de post-its espetados. O autor sorriu, garboso. As perguntas, quase colegiais – Por que o senhor publicou este livro? Qual foi a reação do público? O senhor escreve como ex-presidente ou como sociólogo? –, novamente receberam respostas elaboradas. A cada uma delas, a garota

exclamava “Oh, thank you!” Ao explicar a recepção do público à obra, FHC não resistiu: “Na Amazon, os leitores avaliam os livros por um sistema de estrelinhas. My book is full of stars“. “Oh, thank you!”

Ao mesmo tempo que aparece como vaidoso e culto, há um efeito de **desestabilização da sua imagem de inteligência** quando demonstra não deter conhecimento sobre determinados detalhes, como mexer no mouse ou no celular, ou não conhecer certas iguarias e não conseguir se expressar muito bem em inglês:

SD34 Na melhor das hipóteses, ele chegará para a palestra com folga de apenas uma hora e meia. Saca um celular da pasta – é a primeira e última vez que será visto com o aparelho nas próximas duas semanas – e tenta falar com Brown, para que o ajudem a avisar seus anfitriões sobre a conexão perdida. O telefone não funciona (**ou ele não sabe operá-lo**). Desiste, mas consegue remanejar a passagem. Como Inês é morta, decide investigar o cardápio de um restaurante italiano que descobre entre dois portões. Escolhe, e come sem pestanejar, um duvidoso fettuccine Alfredo, acompanhado de Coca light.

SD63 De banho tomado e terno repassado, FHC assumia na noite seguinte o pódio do auditório de Chapel Hill. Era o seu quarto compromisso do dia, uma palestra para 500 pessoas. Numa sala adjacente, outra centena o acompanharia por um telão. Falou durante uma hora, lendo vinte páginas de texto. Estava cansado, as palavras em inglês se atropelavam. **Para adiantar o expediente, foi comendo etapas do raciocínio, acrescentando and so on and so forth, “e assim por diante”, às opiniões sobre Hugo Chávez, Evo Morales, globalização, fracasso da democracia. Aplaudiram-no de pé, talvez mais como reconhecimento ao esforço evidente e à simpatia que à clareza das idéias.** Depois de uma longa sessão de fotografias – a invenção dos celulares que fotografam foi um mau momento para as celebridades, mesmo as acadêmicas –, terminou a noite numa lanchonete de estudantes especializada em pizza em fatias. O jantar custou 6 dólares.

O sentido de homem culto em FHC leva, também, ao sentido que Charaudeau (2018) chama de **gostos**. Por meio do texto, é possível saber que ele gosta de jantar cedo, de que tipo de comida gosta, que têm relações familiares próximas e é brincalhão com as pessoas próximas. Não gosta de inverno e aprecia Picasso.

SD18 Providence, uma cidade pequena, ostenta como sua maior façanha gastronômica o recorde de lojas de donuts dos Estados Unidos. **Fernando Henrique costuma almoçar nas ruas adjacentes ao campus. Ao sair do Watson Institute, caminha dois quarteirões e entra no restaurante Spice, tailandês.** O cardápio traz fotografias dos pratos, todos a menos de 10 dólares. **“Aqui pelo menos eu como um arrozinho com frango que lembra um pouco a comida do Brasil”, disse ao pedir.**

SD74 O presidente admira um Picasso neoclássico – **Olga na Cadeira, de 1924, à moda de Ingres** –, o que lhe dará ocasião de **praticar um de seus divertimentos prediletos: implicar com as idéias progressistas de dona Ruth.** “Mas isso é absolutamente acadêmico”, ela se choca. “Ele só pintou porque ela estava cansada de ser retratada com dois olhos do mesmo lado. Deve ter pedido: ‘Faz um retrato bonito, vai’. Aí, ele fez.” FHC rebate: “Não é isso, não. É que Picasso é

absolutamente genial. Dá cambalhota. É Deus”. Dona Ruth: “Gênio, mas não por isso. Pelo que pintou antes”. Ele: “É gênio, Ruth. Faz de tudo”. **E, antecipando o gostinho, encerra o sparring: “Aliás, eu me identifico muito com Picasso”**. Dona Ruth se vira para a neta e aconselha: “Não ouve isso, Julia”.

Na **SD74** identificamos, ainda, outros sentidos: o de **intimidade**, ao mostrar sua relação com a família, além do efeito de **desestabilização da imagem de expressão do *ethos* de sério**, devido a brincadeiras que faz com a esposa e a neta. O sentido de intimidade pertence ao *ethos* de humanidade para Charaudeau (2018), ou seja, João Moreira Salles, ao trazer comportamentos íntimos de FHC, o humaniza no perfil, como já havíamos verificado na primeira etapa da análise desta pesquisa. No texto, conhecemos FHC além de seu lado político: acompanhamos viagens, dormindo em poltronas e comendo comida de lanchonetes.

SD27 Descobrimo que o vôo seria operado pela Delta Airlines, cruzou o saguão até o balcão da companhia. Não havia filas. Entregou o passaporte e a passagem e pôs a mala na balança: 28 quilos, oito a mais do que lhe dava direito a classe econômica. Vem a conta: 50 dólares. “Expensive, no?” Abre a carteira. Na esperança de um desconto, tenta passar uma conversa: “Estou aqui há um mês, sou professor, são meus livros...” Nada. Paga resmungando e, a pedido da funcionária, arrasta a mala até a esteira dos raios X. Na fila da segurança, tira os sapatos, põe o casaco na bandeja, os sapatos, a pasta. “Não, não tenho laptop”, responde ao agente. **Passou pelo detector de metais, recuperou os sapatos, sentou-se para calçá-los. Não há porte presidencial que resista.**

SD42 Das 17 horas e 45 minutos às 18 horas, descanso. FHC é levado a um quartinho com duas poltronas e um sofá curto. Tira a almofada da poltrona, ajeita-a na cabeceira do sofá, deita-se. **Vira de lado e encolhe as pernas – a posição fetal é a única viável.** Pede que apaguem a luz.

As SDs apresentadas acima constroem o efeito de estabilização do sentido de intimidade ao mesmo tempo que criam o efeito de **desestabilizar o sentido de poder político**. Há uma quebra no que se espera de um político e, mais precisamente, de um presidente: cenas como tirar o sapato no aeroporto, dormir em uma poltrona e comer em lanchonetes de aeroporto mostram FHC como um homem comum.

No perfil, entretanto, há outra dualidade, o sentido de **poder político** também possui efeito de estabilização, quando o texto mostra Fernando Henrique Cardoso como um político respeitado, experiente e influente, neste momento, criando o efeito de **desestabilização da identificação**. Como chefe, FHC participa e convive com políticos e ex-presidentes de outros países, que o buscam para pedir conselhos e conversar sobre a política internacional. Além disso, ele tem o tratamento de ex-chefe de Estado. Quando essas situações são narradas, a identificação – e a própria humanidade e semelhança – se torna difícil, causando o efeito de desestabilização.

SD45 Sapatos, casaco, pasta, raio-X: às 8 horas e 45 minutos, estava a postos para o vôo Delta com destino a Atlanta, com conexão às 15 horas para Raleigh Durham, na Carolina do Norte. Desta vez, bilhete de executiva. O avião pousou às 11 horas em Atlanta, sem atrasos, o que significaria quatro horas de espera. Fernando Henrique buscou uma área tranqüila para rever seus papéis e fazer emendas na conferência programada para dali a dois dias, na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Sentou-se ao lado de uma senhora que folheava a revista People e chupava um picolé. **Meia hora depois atinou que, se era executiva, então dava direito a sala VIP. “E eu sofrendo no meio do povo à toa”, deduz, recolhendo seus papéis à pasta.**

SD65 Fernando Henrique é Cavaleiro da Ordem de Bath: **“Minhas filhas podem se casar na catedral de Westminster, eu posso ser enterrado lá e tenho direito a tomar banho com a rainha”.** Não pretende exercer o terceiro privilégio e tentou em vão convencer a filha Bia a fazer uso do primeiro. Quanto ao segundo, “já disse à Ruth: junto o meu dinheirinho e quando morrer vou pra lá de avião, direto pra Westminster”. Ele brinca, mas gosta das liturgias do Velho Mundo. No Brasil, seria difícil manter qualquer sonho hierático. “Parada militar no Brasil é pobre pra burro”, observa o homem que teve de presidir a oito festejos de 7 de Setembro. “Brasileiro não sabe marchar, eles sambam. Somos o povo menos marcial do planeta.” Chateação sem tamanho: “A cada bandeira de regimento, a gente tinha de levantar, era um senta-levanta infundável”, lembra-se com um esgar de pavor. Sem falar dos cabelos: “Em setembro venta muito em Brasília, então o cabelo fica ao contrário”.

SD66 Fernando Henrique termina o café e segue para o aeroporto. Seu destino é Madri, com escala em Nova York, em classe executiva na travessia do Atlântico. Depois do jantar a bordo, alterna a leitura de A Marcha da Insensatez, da historiadora americana Barbara Tuchman (em tradução), com um thriller estrelado por Nicolas Cage. **No Aeroporto de Barajas, de manhã, pela primeira vez recebe tratamento de ex-chefe de Estado. Um carro e dois funcionários do Itamaraty o aguardam na pista. É levado a uma sala onde alguém se encarrega dos trâmites de imigração e alfândega.**

O sentido de chefe remete, ainda, aos sentidos de **conhecimento e experiência**. No perfil, por FHC ser um intelectual e cientista político e já ter sido presidente, estão presentes sentidos sobre seus feitos políticos e o que não conseguiu fazer.

SD15 “Não precisa morrer na praia, não. Mas repito: falta centro.” Fernando Henrique se aproxima de um dos temas que mais o têm ocupado, o da desintegração nacional: “Quais são as instituições que dão coesão a uma sociedade? Família, religião, partidos, escola. No Brasil, tudo isso fracassou. Na América Latina, em certos lugares, 50% das crianças não têm pai, a família se dissolveu. A religião preponderante é a católica, que vive uma crise danada depois que decidiu se lançar na política. As igrejas pentecostais são a própria expressão da fragmentação. Os partidos fracassaram. O último deles foi o PT, que cumpria um papel importante como aglutinador de entusiasmo. **No meu governo, universalizamos o acesso à escola**, mas pra quê? O que se ensina ali é um desastre. A única coisa que organiza o Brasil hoje é o mercado, e isso é dramático. O neoliberalismo venceu. Ao contrário do que pensam, contra a minha vontade”.

SD35 Serão quase duas horas de Chicago a Little Rock. Apertado num avião regional fabricado por canadenses – “canadenses miudinhos”, segundo a comissária de bordo –, Fernando Henrique retoma a narrativa de seu trajeto político e intelectual. Ele pertence a uma geração que teve a ambição de mudar a história. Ao

chegar ao poder, **constatou que as possibilidades de transformação eram limitadas**; acertadamente ou não, julgou que inexistiam alternativas. Levou adiante seu projeto de governo com convicção pragmática, mas sem adesão ideológica – é o que se infere. **“Fiz o que fiz faute de mieux”, afirma. “Lamento não ter podido contar com melhores instrumentos. Imagine, eu ser confundido com a idéia de Estado mínimo...”**

Há, na SD35, também o sentido de **confissão**, por FHC lembrar o que não conseguiu fazer durante seu governo. Remete, também, ao sentido de **sinceridade**, sentido que tem 13 Incidências Discursivas no perfil. A sinceridade de FHC aparece quando ele comenta sobre suas ações de governo e opina sobre colegas na política.

Esse sentido faz parte do **ethos de virtude**, que traz ainda os sentidos de **honestidade** e **honradez**. FHC é discursivamente construído por Salles como honesto e sincero, mas é chamado de mentiroso por Delfim Netto. Ou seja, há, ao mesmo tempo, o efeito de estabilização e de desestabilização dos sentidos que constroem o *ethos* de virtude.

SD53 Delfim Netto nega a história com veemência. Afirma que não se faziam atas de processos de cassação e que chegou a ajudar Covas a arrumar emprego depois da cassação. “Que o Fernando apareça com a ata”, desafia, **“ou vai passar por mentiroso.”**

SD19 Fernando Collor fizera dias antes seu primeiro discurso no Senado. Durante mais de três horas, comparara seu calvário ao de D. Pedro I, D. Pedro II, Getúlio Vargas e João Goulart, classificando de “grande farsa” o processo que o tirara da Presidência. Os parlamentares, quase sem exceção, se solidarizaram com o senador, Tasso Jereissati entre eles. A reação impressionou Fernando Henrique. **“Li que o Collor sequer pagou os impostos sobre as sobras de campanha. Embolsou e pronto. Como pode? O pessoal do meu partido diz que o que ele fez é menos grave que os escândalos do PT. E isso lá é desculpa?** O problema do Brasil não é nem o esfacelamento do Estado. É algo anterior: é a falta de cultura cívica. De respeito à lei. Sem isso, como fazer uma nação?”, pergunta, acabrunhado.

SD28 “Eu podia pedir o acompanhamento do Secret Service” – privilégio pessoal, não necessariamente extensivo a todos os ex-chefes de Estado –, “o que evita essas filas, isso de tirar o sapato, mas aí os americanos sabem que estou aqui e vira uma chatice. Sou obrigado a ir a recepção, a jantar. Prefiro sozinho. **Além do mais, não acho que minha honra ou a do Brasil caiam por terra abaixo quando tiro os sapatos...**” Como não havia tido tempo de tomar café e o painel avisava que o vôo atrasaria, FHC entra numa lanchonete T.G.I Friday’s. Corre os olhos pelo cardápio gorduroso e, desanimado, encomenda um misto quente. Entre goles de um café hediondo, relembra alguns dos homens que conheceu no poder.

Os sentidos do *ethos* de caráter encontrados no texto são de **força tranquila, orgulho, moderação e força de espírito**. No texto, percebe-se FHC como um político com autocontrole, que possui boas relações com aliados e com a oposição, além de ter orgulho de suas conquistas acadêmicas, políticas e pessoais. O ex-presidente também é mostrado como alguém que tem força de espírito, que Charaudeau (2018) define como “alguém que tem

caráter”, uma força de caráter, de “alma” e não física. O sentido de força tranquila tem 10 Incidências Discursivas, e todas constroem o efeito de estabilização do sentido. Esse sentido mostra o político como uma personalidade calma, tranquila independentemente da situação.

SD38 O avião estava prestes a aterrissar em Little Rock. FHC espiou pela janela “Parece o Mato Grosso...”, disse, com um muxoxo. No desembarque, esperavam-no dois funcionários da Biblioteca e a argelina Danielle Ardaillon, sua assistente por anos, uma mulher bonita, de rosto anguloso, que viera a Little Rock apenas para a ocasião. Há um outro brasileiro na chegada. **Também estava viajando há mais de dez horas. Reparava agora, aflito, que às 5 da manhã, zozzo de sono, vestira paletó e calça de ternos diferentes e que não daria tempo de passar no hotel para trocar de roupa. “Sem problema”, tranqüilizou-o Fernando Henrique, “do Brasil eles esperam tudo.”**

A **moderação**, ou seja, a boa relação com outros políticos tem duas incidências com efeito de estabilização e duas de desestabilização do sentido.

SD60 Fernando Henrique atravessa o campus em direção ao clube, onde descansará até o próximo compromisso. Gosta de conversar enquanto caminha a passos lentos, as mãos trançadas nas costas: “Sou cartesiano com um pouco de candomblé. Porque, no Brasil, sendo só cartesiano não se vai longe. **Já o Lula é o Macunaíma, o brasileiro sem caráter, que se acomoda**”. **A frase não soa pejorativa nem parece comportar um juízo moral. Para ele, Lula é aquele que se amolda, que nunca bate pé ou explicita suas posições. Um camaleão.**

SD61 FHC é capaz de elogiar adversários históricos e criticar aliados. **“Os militares fizeram coisas bem-feitas. De certa maneira, construíram um Estado. Telecomunicações é coisa deles.** Collor, este sim, seguiu uma receita neoliberal burra e destruiu o Estado. Mas, antes dele, quem realmente desmanchou a máquina do Estado fomos nós da oposição, o PMDB, no governo Sarney. Foi quando começou o loteamento dos cargos, todo mundo querendo uma fatia, uma sede tremenda e o Sarney entregando. Tudo foi trocado contra favores, uma vergonha. O regime militar tinha ocupado as empresas estatais, militares reformados em diretorias, essas coisas. Com o PMDB, o que se loteou foi a máquina do Estado: ministérios, hospitais, todo tipo de órgão, até o mais insignificante, tudo. O Estado desapareceu, virou patrimônio dos políticos.” O próprio Fernando Henrique, no entanto, ao chegar à Presidência, parece ter concluído que política no Brasil era assim mesmo. Protegeu os três ministérios que considerava essenciais – Saúde, Educação e Fazenda – e entregou o resto aos de sempre, sob o argumento de que era isso ou a paralisia. Acomodou-se, a seu modo. Renan Calheiros foi seu ministro da Justiça.

SD51 Se há um político brasileiro de quem Fernando Henrique não gosta é Delfim Netto. Em seu cauteloso livro de memórias, *A Arte da Política*, trata praticamente todos os personagens com luvas de pelica. Delfim é a exceção. **“Não gosto mesmo”, reitera. “Ele atrapalhou muito o real, mas isso não é o mais importante. Um brigadeiro me trouxe um documento, nem sei se isso mais tarde se tornou público.** Era uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, Costa e Silva presidente. A questão era cassar ou não o Covas. O ministro da Marinha, Rademaker, era um duro, defendia a cassação. Costa e Silva, que no fundo era um bonachão, temporizava: ‘Por que não cassamos sem tirar os direitos políticos?’ Rademaker argumentava que não ia adiantar, ele se reelegeria. Havia um impasse. Foi quando se manifestou o ministro da Fazenda, o Delfim: ‘Esse eu conheço, é de Santos, um comunista’. Aí acabou: cassaram. Delfim mentiu. Covas

nunca foi comunista, não era sequer ligado à esquerda. Era um janista, um conservador. **Tenho horror ao Delfim.**”

Na SD51, apresentada acima, percebemos o efeito de desestabilização da **moderação**, demonstrada pela difícil relação com Delfim Netto. Mostra, ainda, o sentido de **força de espírito**: há posicionamentos, há ação e força nas falas e comportamentos descritos sobre o político. Não uma força física ou energética, mas mental e espiritual.

Encontramos no texto outro sentido de caráter, o da **ambição**, mas apenas com efeito de desestabilização, mostrando FHC como alguém que não é ambicioso. Para Charaudeau (2018), a ambição é importante para o político, porque o leva a querer e desejar os cargos. FHC, por já ter sido presidente, não tem mais outras ambições políticas:

SD11 Fernando Henrique está à vontade no mundo. Itamar Franco não se deu bem em Roma e voltou para Juiz de Fora. José Sarney foi até o Amapá para poder retornar ao Senado. Collor passou anos em Miami, voltou a Maceió e agora está de novo em Brasília. Com FHC, há sempre a suspeita de que suas afinidades eletivas estejam mais ligadas a Paris ou Madri que a São Paulo ou Goiânia. Fora do país, ele tem prestígio em círculos acadêmicos e entre ex-governantes. No Brasil, tem influência, mas não poder. **Segundo ele, o poder se mede pela quantidade de votos futuros e, por essa conta, seu cacife é nenhum. “Meu tempo passou. Queriam que eu concorresse ao governo de São Paulo. Eu disse: aí eu ganho e no dia seguinte tem rebelião em presídio e prefeito querendo encontro. O Senado é igual. Aquela convivência é muito desinteressante. Chega.”** Fala com convicção, parece sincero: depois de trocar idéias com Chirac e Clinton, deve ser meio desanimadora a perspectiva de puxar conversa com Epitácio Cafeteira.

A SD11 apresenta o efeito de desestabilização da **ambição** pelo fato de FHC não desejar mais cargos políticos – e esse sentido, para Charaudeau (2018), é ligado à ambição política –, mas provoca também o efeito de estabilização do sentido de **orgulho e sinceridade**.

O sentido de potência aparece 11 vezes no texto pela **energia**, com seis vezes sendo estabilizada e cinco desestabilizada: o efeito de estabilização ocorre pela quantidade de eventos e situações enfrentadas pelo político. No caso de Fernando Henrique, em 10 dias ele passa por mais de três cidades, inúmeros aeroportos e três continentes, além de fazer palestras, reuniões e dar aulas. Ao mesmo tempo que ele está presente em todos os eventos, ele também demonstra cansaço. Ou seja, há o efeito de estabilização da imagem de potência e também sua desestabilização.

SD40 A agenda de FHC lembra as excursões que fazem doze países em sete dias. Cada hora é minuciosamente ocupada. Das 16 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, levam-no a uma recepção no amplo apartamento pessoal de Clinton, no último andar da biblioteca, com vista infinita para a cidade, o rio e a planície. Clinton não está presente. Há políticos e empresários locais, gente da

sociedade. Um piano com cem pessoas se espalham pelos cômodos. Todas sorriem institucionalmente. Um pianista negro tocando Garota de Ipanema. Em estantes repletas de livros meticulosamente arrumados, nota-se um ecletismo incapaz de refletir os interesses de um só leitor: mãe Teresa de Calcutá ao lado de Naipaul, Edna O'Brien junto a tratados sobre protestantismo americano. A idéia de vigor e juventude, tão cara à imagem rock'n'roll que Clinton fez questão de projetar, se traduz em quadros de inspiração expressionista cujo tema quase invariável é o ex-presidente e seu sax; certos traços, elétricos, parecem ter sido feitos por um gato que, sem sucesso, tentou se agarrar à tela. Fernando Henrique é levado ao quarto dos Clinton: visita o guarda-roupa deles, o banheiro. Com rigor prussiano, o apartamento se esvazia às 17 horas e 25 minutos.

SD43 Às 18 horas e 10 minutos, McLarty apresenta “o mais bem-sucedido presidente da história do Brasil”. Da soleira do grande salão, o homenageado ouve as palavras que costumam acompanhar discursos sobre o país: “Amazônia”, “Garota de Ipanema” e, novidade recente, “ethanol”. Na platéia, aguardam-no cerca de 300 pessoas, entre as quais o prefeito, o vice-governador, empresários e senhoras da sociedade local, além dos 21 alunos da Clinton School. **O convidado está cansado, pede desculpas – gostaria de falar de improviso, mas estava viajando havia quase treze horas.** Começa a ler sua palestra, “Desafio à democracia na América Latina”. Falta ao Brasil “a convicção profunda de que a lei conta”, dirá. Uma hora depois, encerra a conferência com um floreio retórico: “Hoje, só o mercado produz coesão. Mas o mercado é bom para produzir lucros, não valores”.

É interessante perceber essa dualidade do efeito de estabilização e desestabilização nos casos em que a quantidade de incidências é próxima, como no sentido de **energia**. Isso demonstra a complexidade dos sentidos que são encontrados no texto. Na SD43, por exemplo, há o efeito de estabilização e desestabilização na mesma SD: “o convidado está cansado”, demonstra falta de energia, ao mesmo tempo que “gostaria de falar de improviso, mas estava viajando havia quase treze horas”, mostra a agenda lotada e sua energia ao estar ali, apesar do cansaço.

No perfil de FHC, há mais sentidos dos *ethé* de identificação. Sua intimidade é mostrada a partir de diferentes situações em que ele é “o homem comum”. Mas ele também aparece como ex-chefe de Estado. Além disso, em *O Andarilho*, há mais Incidências Discursivas com o efeito de estabilização (208) do que de desestabilização (67) do ethos político. Os sentidos que provocam o efeito de estabilização são de homem culto (com 49 Incidências Discursivas), intimidade (42), orgulho (22), poder político (14) e experiência (14). Entendemos, então, que **a imagem política construída por Moreira Salles de FHC é a de um homem culto, orgulhoso, que tem experiência política e poder, mas que é, também, um “homem comum”**.

6.2.2 Dilma Rousseff, por Luiz Maklouf Carvalho

No perfil de Dilma Rousseff encontramos 116 Sequências Discursivas, 23 Sentidos e 310 Incidências Discursivas, trazendo, assim como no perfil de FHC, tanto o efeito de

estabilização quanto de desestabilização dos sentidos acerca dos **ethé de identificação e de credibilidade**.

No **ethé** de identificação encontramos o **ethos de potência**, com os sentidos de energia e saúde; o **ethos de caráter**, com os sentidos de força de espírito, força tranquila, moderação, ambição, orgulho e coragem; o **ethos de inteligência**, com o sentido de homem culto; o **ethos de humanidade**, com os sentidos de intimidade, sentimento, confissão e gosto; o **ethos de chefe**, com o sentido de poder político; e **ethos de solidariedade**, com o sentido de saber ouvir.

No **ethé** de credibilidade, observaram-se os **ethos de competência**, com os sentidos de experiência e competência; **ethos de virtude**, com os sentidos de sinceridade, lealdade, honestidade, retidão e honradez; e **ethos de sério**, com o sentido de autocontrole. No Quadro 7, é possível visualizar as Incidências de cada um dos sentidos.

Quadro 7: Sentidos encontrados no perfil de Dilma Rousseff

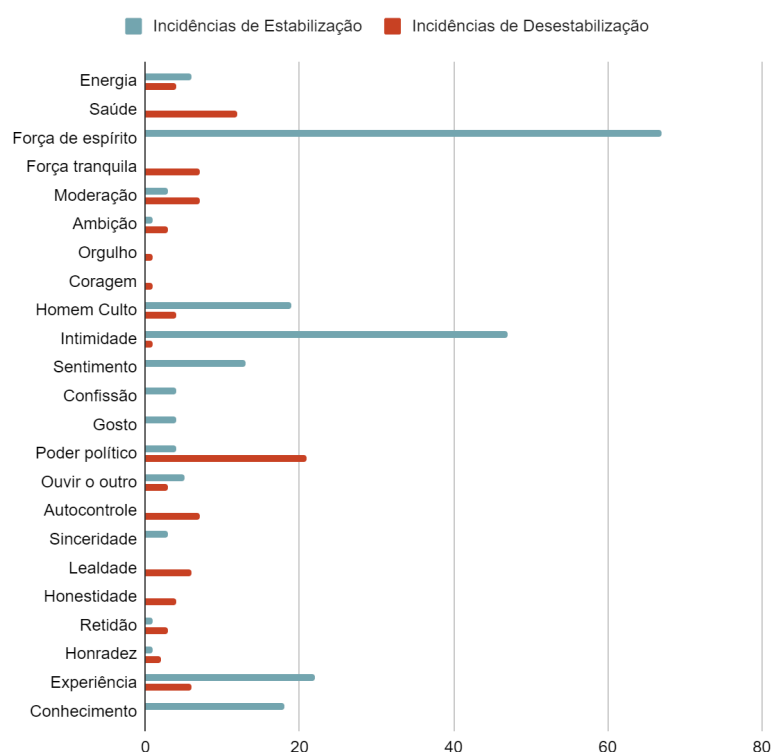
Sentidos		Incidências de Estabilização	Incidências de Desestabilização	
<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Potência	Energia	6	4
		Saúde	0	12
	<i>Ethos</i> de Caráter	Força de espírito	67	1
		Força tranquila	0	7
		Moderação	3	7
		Ambição	1	3
		Orgulho	0	1
		Coragem	0	1
	<i>Ethos</i> de Inteligência	Homem Culto	19	4
	<i>Ethos</i> de Humanidade	Intimidade	47	1
		Sentimento	13	0
		Confissão	4	0
		Gosto	4	0
	<i>Ethos</i> de Chefe	Poder político	4	21
	<i>Ethos</i> de Solidariedade	Saber ouvir	5	3
	<i>Ethos</i> de sério	Autocontrole	0	7
<i>Ethos</i> de virtude		Sinceridade	3	0
		Lealdade	0	6
		Honestidade	0	4

<i>Ethé</i> de Credibilidade		Retidão	1	3
		Honradez	1	2
	<i>Ethos</i> de Competência	Experiência	22	6
		Conhecimento	18	0
TOTAIS:			218	92

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dos sentidos presentes, os dos *ethé* de identificação prevalecem, sendo encontrados em 107 das 116 SDs, com 237 Incidências Discursivas. Os sentidos compreendidos pelos *ethé* de credibilidade foram encontrados em 55 SDs com 73 Incidências Discursivas. Assim como no perfil de FHC, a identificação está mais presente que a credibilidade. Na Figura 13, é possível visualizar o comparativo entre os efeitos de estabilização e desestabilização dos sentidos encontrados no perfil de Dilma.

Figura 13: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Dilma Rousseff



Fonte: dados da pesquisa (2024)

6.2.2.1 Força de espírito, competência e a falta de poder

O sentido com maior Incidência Discursiva no perfil de Dilma é o de **força de espírito**. Charaudeau (2018) o define como uma potência, uma força, que não é física e sim

mental. No texto, diferentes adjetivos são utilizados pelo repórter para caracterizar Dilma Rousseff, como firme, dedicada e organizada. Percebemos que no texto há o efeito de estabilização desse sentido, por descrever essa força de Dilma, assim como seu destaque tanto no ambiente de trabalho, quanto na vida pessoal.

SD81 A ministra acha que a quimioterapia, que ela pensava que pudesse ser “muito desagradável”, não chegou a tanto. **Para ela, o mais difícil foi perder o cabelo. “Mas não foi tanto assim.** Perdi cabelo em vários locais, e preferi raspar tudo para não ficar caindo aos poucos”, disse. **“E teve um efeito gratificante: é bom sentir a água escorrendo direto na cabeça.”** A ministra riu e completou: **“Você não pode deixar de procurar as coisas boas. E o cabelo vai crescer, vai voltar.”**

SD110 Seu segundo emprego, na primeira metade dos anos 80, foi de assessora da bancada do PDT na Assembléia Legislativa gaúcha. Uma de suas amigas, também pedetista, e até hoje por lá, foi a advogada Maria Regina Barnasque, a “Buluga”, como Dilma a apelidou. **“Ela tinha uma personalidade forte e mostrava uma grande habilidade política”,** disse Buluga. Ela jurou que, naquele período, Dilma jogava no time de vôlei feminino do PDT.

SD119 A tarde ia se pondo sobre o Guaíba e Araújo levantou-se, foi a uma estante e pegou um porta-retrato onde aparecem seus filhos Rodrigo, de 14 anos, e Paula, ao lado do marido. A gravidez da mãe de Rodrigo, entre 1994 e 1995, pôs fim aos 26 anos de casamento entre Dilma e Carlos Araújo. **Ao saber, Dilma botou as coisas dele em malas e ele saiu da própria casa.** “Aconteceu”, contou Araújo. “Havia um desgaste na nossa relação afetiva.”

SD131 O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contou a **piauí**, em uma entrevista no fim do ano, como conheceu Dilma Rousseff:

*Eu sabia que ela era secretária do Olívio Dutra, mas não tinha muito contato, até porque ela era do PDT. Quem cuidava do meu grupo de energia era o Pinguelli Rosa. Então, a gente tinha, a cada ano, três, quatro reuniões com vários engenheiros do setor energético. Já próximo de 2002, **aparece por lá uma companheira com um computadorzinho na mão. Começamos a discutir e percebi que ela tinha um diferencial dos demais que estavam ali porque ela vinha com a praticidade do exercício da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Ai eu fiquei pensando: acho que já encontrei a minha ministra aqui. Ela se sobressaiu em uma reunião que tinha quinze pessoas. Pela objetividade e pelo alto grau de conhecimento do setor. Foi assim que ela apareceu no meu governo.***

SD138 Olívio Dutra disse que, “depois da eleição, o Lula me consultou. Eu falei pra ela: ‘Olha, Dilma, o Lula vai te convocar para a transição na área de Minas e Energia e eu te digo que tem mais coisas para tu assumir’”. O que o Lula viu nela?, perguntei, e ele respondeu: “Um certo comedimento, o fato de ela ter uma visão articulada da área, uma discrição, uma modéstia sem falsidade. Ela com o laptop dela. Está tudo organizado ali. Tem números, elementos, quadros. Ela é sempre afirmativa. Posso ter pesado um pouco na balança naquele momento, mas, da transição para frente, o mérito é todo da Dilma.”

Há apenas um efeito de desestabilização do sentido de força de espírito, quando o texto aborda seu divórcio. O repórter afirma que ela não aguentou a situação que se criara, ou seja, não teve forças:

SD120 Vera Stringuini, a amiga do curso de teatro, consolou Dilma. Para comentar a separação, ela recorreu a uma frase do filme *Frida Kahlo*, a pintora mexicana que teve um caso com Leon Trotsky quando era casada com o muralista Diego Rivera: “Tu podes ser infiel, mas não podes ser desleal.” Vera disse: “A deslealdade cria uma rachadura, e **Dilma não aguentou.**”

Na SD120 encontramos, também, o segundo sentido com maior número de Incidências Discursivas, o da **intimidade**, que pertence ao *ethos* de humanidade. Um perfil qualificado busca construir a imagem de seu perfilado trazendo episódios de sua vida pessoal, mostrando não apenas o seu lado conhecido pelo público, mas também sua intimidade, sua personalidade. O lado pessoal também faz parte da construção da imagem do político, considerando que é necessário a identificação de seus eleitores.

No perfil de Dilma, são contados diferentes episódios de sua vida pessoal. O texto fala muito da saúde da ex-presidenta, conta também que ela já fez uma cirurgia plástica, que gosta de caminhar e passear com seu cachorro – e que não vive sem ele –, que tem relações amigáveis com diferentes políticos, inclusive de diferentes ideologias. O repórter mostra também que ela tem uma ótima relação com sua família e está presente nos momentos difíceis de seus conhecidos – o que traz também, o efeito de estabilização do sentido de solidariedade.

SD82 Além da quimioterapia, a ministra fez acupuntura, melhorou a alimentação e manteve as caminhadas, apesar de, nos dias em que esteve mais frágil, “andar a passo de elefantinho”, conforme disse. “Eu caminhava uma hora, e agora depende. Se é logo depois da quimio, ando 40 minutos, e depois vou para 45; o máximo a que chego são 50 minutos. Isso foi bom porque mantive uma pressão ótima.” De bom-humor, ela reclamou dos fotógrafos: “De manhã cedo, você há de convir, você não está caminhando do jeito mais bonito. Você está com aquela cara de horror. E os fotógrafos fazendo *téc* para lá e para cá. O meu cachorro, o Nego, está traumatizado. **Eu não vivo sem cachorro.**”

SD93 Com Araújo, que não gosta de viajar, Dilma foi à Europa uma vez. Com Lícia Peres, foi três, fora uma outra viagem aos Estados Unidos. Lícia se lembra de ter ido com a amiga a óperas, museus e de terem visitado a casa onde Marcel Proust passava férias, em Illiers-Combray. Ela disse que **nos momentos muito difíceis, como a morte de Glênio e, anos depois, um câncer no seio, Dilma foi “absolutamente solidária”**.

SD163 Na intimidade, Dilma chama Carvalho de Gilbertinho, e ele a chama de Tia. Ela deu-lhe de presente as obras completas de Adélia Prado, e ganhou do ex-seminarista uma imagem de São Francisco de Assis. Num café da manhã, a ministra contou ao secretário que ser indicada para a Casa Civil foi um susto muito maior do que a indicação para Minas e Energia. Disse-lhe que realmente não esperava, e estava com medo de não dar conta do recado.

SD94 No apartamento de Lícia há na sala uma estante abarrotada de livros. Alguns deles lhe foram dados de presente por Dilma, como *O Mar*, do irlandês John Banville. “Lícia, há muito eu quero lhe mandar este livro. Feliz Natal. Um abraço”, escreveu ela na dedicatória em dezembro de 2007. Um dos momentos mais tocantes do romance, vencedor do prestigiado Booker Prize, é a constatação de um diagnóstico de câncer. A mulher do narrador, Anne, pergunta ao médico: “E

então, doutor – disse ela, um pouco alto demais, dando à voz o tom forte e agudo daquelas atrizes de cinema dos anos 40, é a sentença de morte ou tenho esperanças?” Ele respondeu: “Ah, não vamos deixar que a senhora se vá assim, senhora Morden. Pode ter certeza de que não vamos, não.”

Ao abrir a intimidade de Dilma, o texto provoca o efeito de desestabilização do sentido de potência em relação a sua **saúde**, como na SD81 e SD82. Charaudeau (2018) explica que a saúde é um dos pontos que reforçam a potência do político, porque este precisa permanecer no poder durante os anos de mandato e ter forças para lidar com a pressão e as demandas.

SD168 O levantamento permite ver que **a doença da ministra diminuiu o número de reuniões dela com o presidente**: foram nove encontros entre janeiro e 17 de junho deste ano, sendo que nenhum em maio e em junho. No primeiro semestre do ano passado, foram 25 despachos.

Apesar da desestabilização da saúde, durante o texto encontramos também o efeito de estabilização do *ethos* **de potência**, com o sentido de **energia**, quando o repórter narra, por exemplo, quantas reuniões Dilma teve com o presidente Lula.

SD167 Um levantamento feito pelo gabinete pessoal do presidente mostra que, desde que assumiu a Casa Civil, em junho de 2005, até o dia 17 do mês passado – somando-se os despachos entre ela e o presidente, reuniões com outros ministros, audiências com gente de fora, cerimônias, viagens, cafés da manhã, almoços e jantares –, **a ministra e o presidente estiveram juntos 1 093 vezes. Em 49 meses, é uma média de mais que um encontro por dia útil. As reuniões entre o presidente e a ministra, sozinhos, foram 144 – três por mês.**

Em relação à humanidade há, ainda, o sentido do **gosto**, que Charaudeau (2018) explica ser relativo ao que os políticos gostam de ler, assistir e consumir. No perfil de Dilma, consegue-se perceber que, além de cachorros, ela gosta de literatura e artes plásticas. A ex-presidente diz que sua maior tristeza é não saber pintar – evocando o sentido do **sentimento**. Ao falar sobre seus gostos, o efeito de estabilização de outro sentido é percebido, o de **homem culto**¹¹²:

SD 96 Além da literatura, **Dilma adora artes plásticas**. A ponto de dizer: “Só tenho uma tristeza na vida: não tenho o menor talento. Já tentei pintar, mas talento você tem ou não. E eu não tenho.” Ela armazena no laptop reproduções das suas obras

¹¹² Aqui cabe a explicação de que Charaudeau (2018) cunhou esse sentido como de homem culto e os exemplos que traz em sua obra são de homens, por isso adotamos a expressão. Entretanto, cabe o questionamento de por quê não utilizar uma expressão mais inclusiva. Lembrando que apenas 10% dos perfis da *piauí* são de mulheres políticas, podemos considerar essa nomenclatura como mais um sintoma do pouco espaço das mulheres na política.

preferidas. É uma galeria eclética. Lá estão Katsushika Hokusai (“aquele da onda, de mil setecentos e pouco, período Edo”), Lucas Cranach, Bosch, Luca della Robbia (“por suposto”), Caravaggio, Matisse (“gosto muito do Matisse. Ele trabalhou em uma manufatura de tecido e era tecelão”), Remedios Varo (“é uma pintora mexicana, tem um quadro dela que eu amo: *Natureza Morta Ressuscitando*, que é um barato, e tem outro que também é muito bonito, *Bordando o Manto Terrestre*”), Iberê Camargo, Renoir.

O único efeito de **desestabilização do sentido de intimidade** se dá pela ex-presidente não comentar – e, assim, não abrir sua intimidade – sobre um relacionamento amoroso.

SD133 “Ela era uma menina tímida no meio de grandes professores”, disse Ildo Sauer. “Mas toda hora ela puxava aquele computador, que parecia ter tudo, até análise sobre o aço da palheta da turbina.” Algumas vezes Dilma levou, como convidado, o engenheiro Luiz Oscar Becker, seu subordinado na secretaria gaúcha. **Já separada de Araújo, Dilma e Becker eram namorados. (A ministra não quis comentar sua ligação com Becker.)**

Na SD133 há, ainda, outro sentido encontrado: o de **ethos de competência**. Durante o texto, há 40 Incidências Discursivas deste sentido, aparecendo 22 vezes na forma de **experiência** e 18 na de **conhecimento**. No perfil, é reiterada a ideia de que Dilma é competente, que mudou a organização do Ministério de Minas e Energia, assim como era dedicada na Casa Civil.

SD170 Gilberto Carvalho explicou o que a ministra da Casa Civil faz: “Ela chama ministro por ministro, **vê os projetos de cada um, o que é que está entravando as ações do governo, e sai destravando.**”

SD159 Por que Lula escolheu Dilma para a Casa Civil? Franklin Martins respondeu: “Naquele momento, ela tinha conquistado uma confiança muito grande do presidente. O Ministério das Minas e Energia não era periférico. Lula sabia que outro apagão seria desastroso. E **ela executava, trazia resultados. Lula percebeu que ela fazia as coisas andarem.**”

SD162 “Foi uma sacada solitária do presidente, como algumas que ele costuma ter”, disse Carvalho. Ao ser informado da escolha de Dilma, o secretário demonstrou surpresa e apreensão. Lula captou a preocupação e tranquilizou seu secretário: “A parte política a gente toca.” Lula também não consultou José Dirceu sobre quem o sucederia na Casa Civil. “Fui informado pelo presidente e a apoiei, de forma enfática, desde o primeiro momento”, disse ele. “E não errei: **a ministra tem estado à altura do cargo e das responsabilidades.**”

A **SD162** nos leva ao último grande número de Incidências Discursivas do perfil de Dilma, o efeito de **desestabilização da imagem dela como chefe, com poder político**. Durante o texto, os cargos alcançados por Dilma sempre foram indicações – de homens. Ao mesmo tempo que sua credibilidade e competência técnica é reafirmada (com 22 Incidências

Discursivas), há a visão de que ela só chegou ao poder por conta de outras pessoas e não pela sua competência.

SD114 Alceu Collares disse que, **por influência de Carlos Araújo, “mas também pela competência dela”**, nomeou Dilma para o seu primeiro cargo executivo, o de secretária municipal da Fazenda.

SD180 **Lula surpreendeu todos não apenas por ter escolhido Dilma**, e sim porque se adiantou a todas as articulações e botou a sucessão na rua, impedindo que os pré-candidatos organizassem suas forças. A preferência do presidente se manifestou, junto ao seu círculo mais próximo, quando o PAC começou a ser pensado, no primeiro semestre de 2007.

SD182 Carvalho não escondeu a surpresa. Considerava a ministra um quadro técnico, de perfil gerencial. **“Temos que prepará-la politicamente”, sugeriu ele a Lula. “Essas coisas a gente vai ajeitando”**, respondeu o presidente. “Dilma é inteligente, ela vai aprendendo.”

Em relação à candidatura, há uma fala de Maria do Rosário que resume o efeito de desestabilização desse sentido de poder político. O entendimento é de que ela não foi escolhida pelo PT, ou candidata por ambição própria, ela é candidata de Lula:

SD185 A ministra esteve duas vezes em Porto Alegre para participar da campanha. Numa delas, esqueceu um batom vermelho-acobreado no estúdio de gravação. “Foi uma confusão”, contou Rosário. “A assessoria dela deixou a minha equipe maluca. Ela queria porque queria o batom. Graças a Deus um assessor meu achou, e mandamos para Brasília.” **A deputada diz que a ministra, como candidata, “tem uma qualidade que todos os outros petistas não têm: o apoio do presidente Lula”**.

É interessante lembrar que, durante a disputa eleitoral de 2010, Dilma foi chamada mais de uma vez de “fantoche do Lula” por seus opositores. O próprio site do PSDB, de acordo com notícia do jornal *Tribuna do Norte*, definiu a política como fantoche¹¹³. José Serra, seu adversário nas eleições, a chamou de fantoche durante a propaganda eleitoral gratuita na televisão e “Acusou-a de se esconder atrás de ministros e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de não ter personalidade própria e de inventar uma biografia de realizações”, conforme notícia do *Correio Braziliense*¹¹⁴. A comparação também foi feita por

¹¹³ Site do PSDB acusa Dilma de ser “fantoche” de Lula, *Tribuna do Norte*. Publicada em 18 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://tribunadonorte.com.br/politica/site-do-psdb-acusa-dilma-de-ser-fantoche-de-lula/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2024.

¹¹⁴ “Serra intensifica bombardeio contra Dilma e a acusa de ser fantoche de Lula”, por *Correio Braziliense*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/09/10/capa_diversao_arte_old2_018.212299/serra-intensifica-bombardeio-contradilma-e-a-acusa-de-ser-fantoche-de-lula.shtml> Acesso em 23 de fevereiro de 2024. Acesso em 28 de janeiro de 2024.

Fernando Henrique Cardoso, como mostra a notícia “FHC compara Dilma a um fantoche sem liderança política própria”, publicada na revista Exame¹¹⁵.

O efeito de desestabilização dessa imagem de chefe também gera o efeito de **desestabilização do sentido de ambição**.

SD150 O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, tem uma crítica semelhante: “O setor ficou dois anos sem investimento.” Pires acha que a ministra “**vendeu a imagem de que não é ambiciosa, de que está ali para servir. Ela é o garçom do presidente**”.

Outros sentidos encontrados com Incidências Discursivas no texto são o de **força tranquila** (sete vezes), **moderação** (sete) e **autocontrole** (oito) – a maioria tendo o efeito de desestabilização. O texto, apesar de mostrar a boa relação de Dilma com parte dos políticos, também fala da dificuldade de relação com outros. De acordo com o perfil, Dilma grita, perde o controle e tem oscilações de humor.

SD138 Dilma se aborreceu com idéias que Silveira expusera em um encontro com acionistas da Eletrobrás. Numa reunião com os presidentes e diretores de todas as estatais de energia – umas cinquenta pessoas –, no 9º andar do Ministério, **ela se exaltou e o atacou com dureza. Ele ouviu o destempero**, engoliu em seco e não respondeu. Pinguelli tomou as dores do amigo e subordinado: se disse também desrespeitado e colocou o cargo à disposição. Enquanto Silveira abandonava a sala, a ministra reconsiderou e pediu que Pinguelli continuasse no posto.

SD146 Ele continuou à frente da Eletrobrás, mas **passou a ironizar as oscilações do humor da ministra: “Essa moça formata o disquete a cada semana”**, comentava. Silveira ficou mais alguns meses no cargo, não conseguiu a modernização com a qual sonhara e anunciou que deixaria a empresa. O anúncio provocou uma queda das ações da Eletrobrás. A ministra o chamou e empenhou-se em que ele continuasse no posto. Silveira não aceitou. Meses depois, Pinguelli Rosa também saiu, criticando o modelo que foi implantado.

SD164 Dilma levou para a Casa Civil alguns gaúchos de confiança. Deixou outros nas Minas e Energia, onde ainda manda bastante, e em estatais do setor elétrico. É o caso de Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás. Levou também Erenice Guerra, seu braço direito, e o advogado Beto Vasconcelos, seu chefe do setor jurídico, que despacha com Lula quase que diariamente. É ele quem leva a papelada que move o governo para o presidente assinar. Beto é filho de um ex-companheiro de militância, cadeia e tortura da ministra, o advogado Gilberto Vasconcelos. Pelo menos duas outras companheiras das mesmas agruras são suas assessoras: Celeste Martins e Sônia Maria Lacerda. **Todos eles sabem que a chefe tem um temperamento áspero – e tomam cuidados para não irritá-la**.

Lembrando do conceito de estereótipo como esquemas e imagens cristalizadas na sociedade que reduzem sua complexidade e possibilitam sua compreensão para tornar a vida possível, podemos relacioná-lo com a construção discursiva que o repórter faz de Dilma. Ao

¹¹⁵ Disponível em: <<https://exame.com/brasil/fhc-compara-dilma-fantoche-lideranca-politica-propria-601596/>> Acesso em 28 de janeiro de 2024.

observarmos as Incidências Discursivas do efeito de desestabilização no sentido de moderação em relação à Dilma, percebemos que há o estereótipo negativo (Alsina, 2009) de que a mulher não controla suas emoções.

Sinceridade, lealdade, honestidade, retidão e honradez também são sentidos que com Incidências Discursivas identificadas no perfil. Todos eles, de acordo com Charaudeau (2018), fazem parte do **ethos de virtude**. A sua sinceridade, inclusive, é um dos pontos que auxilia no efeito de desestabilização do sentido de moderação:

SD151 Ildo Sauer passou a antipatizar com sua companheira do Instituto de Cidadania quando foi visitá-la no Ministério para lhe entregar o livro *A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro*. Fruto das antigas discussões, o livro defende a visão estatizante. **Dilma o abriu, deu uma folheada e logo disse que discordava de muita coisa**. Sauer aceitou, tempos depois, o cargo de diretor de Gás e Energia da Petrobras.

Ainda acerca da virtude, no texto, Dilma aparece como **leal** a Lula, mas ao mesmo tempo há um efeito de desestabilização da imagem de lealdade dela pela troca de partido, ao sair do Partido Democrático Trabalhista (PDT) para o PT, com críticas de Leonel Brizola.

SD127 Brizola chamou de traidores os que saíram do PDT. “Venderam-se por um prato de lentilhas”, disse à imprensa. “Eu afirmei e reafirmo que **naquele momento eles foram traidores**”, ecoou Alceu Collares. Olívio Dutra analisou assim a situação: “Eu sempre disse que seria uma honra enorme se a Dilma viesse para o PT. É claro que eu tive um protagonismo, mas não houve cooptação. Sair do PDT não foi fácil para ela. Mas, naquele momento, eu acho que ela foi visionária.”

SD171 O ministro Franklin Martins, que esteve presente em reuniões entre a ministra e o presidente, fez a seguinte avaliação da química entre ambos: “Eles têm uma relação de pai e filha. Ele, de um pai com um orgulho imenso da filha, por saber que ela tem qualidades, capacidade de ir ao essencial e produzir resultados. **E ela o admira profundamente e tem uma absoluta lealdade a ele.**”

Em relação à honestidade, retidão e honradez, o texto conta que Dilma foi demitida da Câmara Municipal de Porto Alegre por chegar tarde – apesar de seu ex-chefe atualmente dizer que ocorreu um problema no ponto – e aceitar coligações com políticos que fizeram parte da ditadura militar.

SD117 A eleição de Olívio Dutra inaugurou os dezesseis anos em que o PT gaúcho ficou no poder. Com o PDT em baixa, Dilma Rousseff foi nomeada, em 1989, diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre. Joaquim Felizardo foi funcionário da Câmara no mesmo período. **Ele contou que Dilma foi demitida pelo presidente da Casa, o vereador Valdir Fraga, porque chegava tarde ao trabalho**. “Eu hoje brinco com o Fraga: ‘Tu conseguiu exonerar a mulher que vai mandar no país, tchê!’” O ex-vereador Valdir Fraga tem uma versão mais benigna para a demissão: “Eu a exonerei porque houve um problema com o relógio de ponto.”

SD112 Na eleição para o governo estadual, contudo, o PDT tomou uma lavada do candidato peemedebista Pedro Simon. “Foi quase um milhão de votos na frente deles”, comemora ainda hoje o senador. Entre outros motivos, porque a chapa pedetista **juntava o brizolista Aldo Pinto com um dos quadros civis da ditadura, Nelson Marchezan (seu vice)**. “A Dilma foi uma grande assessora da nossa campanha”, disse o ex-deputado Aldo Pinto. “Ela acreditava muito no PDT”, explicou Vera Stringuini. “Empolgada com Brizola, ela me tirou na marra do PT e me levou para o PDT. **A exigência da aliança com o Marchezan foi do Brizola. Tivemos que engolir aquele sapo.**”

SD113 Ainda hoje, Dilma **faz um raciocínio tortuoso para dizer que a aliança “pode ter sido” um equívoco**: “Marchezan foi líder da ditadura, mas nunca foi um enragé. A ala Marchezan era a ala da pequena propriedade radicalizada. E ele era um cara ético.”

Entre os sentidos que mais possuem Incidências Discursivas estão a força de espírito (67 vezes), a intimidade (47), a experiência (22) e o efeito de desestabilização da imagem de chefe (21). Compreendemos, assim, que **a imagem política construída sobre Dilma é de uma política forte, competente, mas sem visão e poder político**. O sentido de intimidade, é fundamental para a construção de sua imagem, mostrando não apenas o lado político de Dilma, mas sua vida, seus gostos, relações e vontades. Em relação ao poder político, a construção do perfil faz com que, durante a leitura, entenda-se que todos os cargos políticos de Dilma foram dados a ela por homens, e não por mérito, então ela por si não tem poder, mas sim por terceiros.

6.2.3 Michel Temer, por Consuelo Dieguez

No perfil de Michel Temer, encontramos 64 Sequências Discursivas, 21 sentidos e 164 Incidências Discursivas, que, assim como os perfis anteriores, trazem tanto o efeito de estabilização quanto de desestabilização dos sentidos acerca dos **ethé de identificação** e de **credibilidade**.

Dentre os 21 sentidos encontrados no texto, os que correspondem ao *ethé* de identificação são: **ethos de caráter**, com os sentidos de ambição, força de espírito, moderação, orgulho, coragem e força tranquila; **ethos de potência**, com sentidos de energia e virilidade; **ethos de inteligência**, com os sentidos de homem culto e astúcia; **ethos de humanidade**, com os sentidos de intimidade, gosto, confissão e sentimento; **ethos de chefe**, com sentido de poder político, e **ethos** de solidariedade, com sentido de relações partidárias.

Em relação aos **ethé de credibilidade**, identificamos o **ethos de sério**, com o sentido de expressão; **ethos de virtude**, com os sentidos de lealdade e honestidade; e **ethos de**

competência, com os sentidos de experiência e conhecimento. No Quadro 8, apresentado a seguir, é possível visualizar as incidências de cada um dos sentidos.

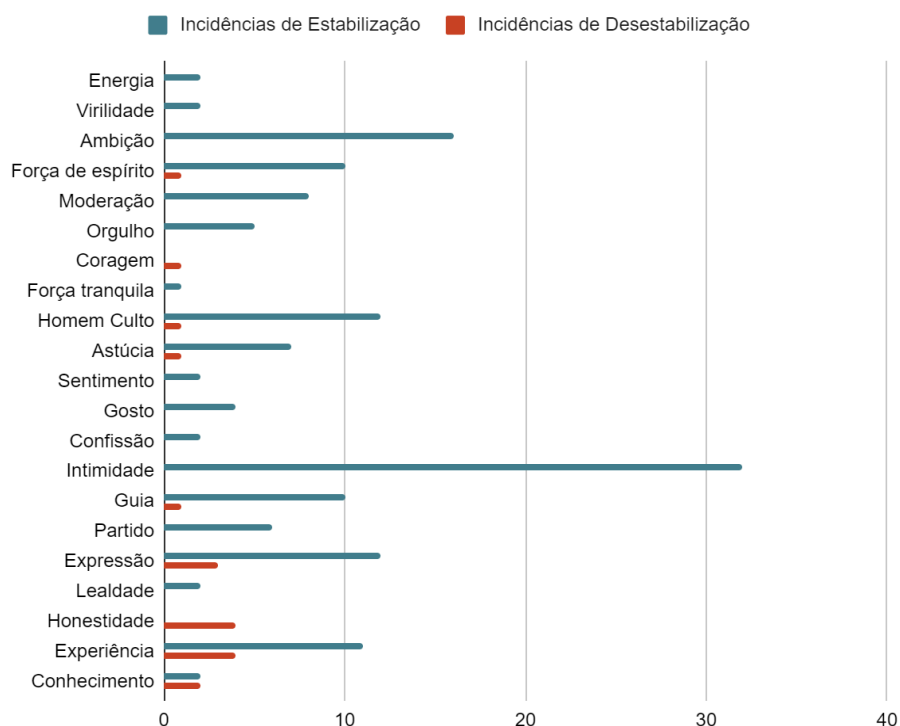
Quadro 8: Sentidos encontrados no perfil de Michel Temer

Sentidos		Incidências de Estabilização	Incidências de Desestabilização	
<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Potência	Energia	2	0
		Virilidade	2	0
	<i>Ethos</i> de Caráter	Ambição	16	0
		Força de espírito	10	1
		Moderação	8	0
		Orgulho	5	0
		Coragem	0	1
		Força tranquila	1	0
		<i>Ethos</i> de Inteligência	Homem Culto	12
	Astúcia		7	1
	<i>Ethos</i> de Humanidade	Sentimento	2	0
		Gosto	4	0
		Confissão	2	0
		Intimidade	32	0
	<i>Ethos</i> de Chefe	Poder político	10	1
	<i>Ethos</i> de Solidariedade	Partido	6	0
<i>Ethé</i> de Credibilidade	<i>Ethos</i> de Sêrio	Expressão	12	3
		Lealdade	2	0
	<i>Ethos</i> de Virtude	Honestidade	0	4
		Experiência	11	4
<i>Ethos</i> de Competência	Conhecimento	2	2	
TOTAIS:		146	18	

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dos sentidos presentes, a identificação, assim como nos perfis de FHC e de Dilma, prevalece, presente em 62 das 64 SDs, contendo 124 Incidências Discursivas. A credibilidade está presente em 38 SDs e foram identificadas 40 Incidências Discursivas. Na Figura 14, é possível visualizar o comparativo entre os efeitos de estabilização e desestabilização dos sentidos encontrados no perfil de Temer.

Figura 14: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Michel Temer



Fonte: dados da pesquisa (2024)

6.2.3.1 Sério e ambicioso

No perfil *A cara do PMDB*, o sentido com mais Incidências Discursivas é o de **intimidade** (32 vezes). Como explicamos anteriormente, entendemos que o perfil qualificado traz a intimidade do perfilado por buscar construir um personagem complexo e, para isso, é importante conhecer suas relações e gostos.

No texto, observamos que Michel Temer é uma pessoa “de família”, sendo acompanhado dos filhos e com boa relação com os irmãos. Sua vida pessoal e política se confundem. Ele tem amigos e sonhos. Conhecemos seu restaurante favorito além de seu gosto por literatura e música clássica.

SD210 O deputado é o caçula de oito irmãos. Seus pais, os libaneses March e Miguel Elias migraram para o Brasil em 1930. O casal, com três filhos nascidos no Líbano, **foi morar numa chácara, em Tietê, no interior de São Paulo, onde beneficiavam arroz e café.** A diferença de idade de Temer e os irmãos mais velhos era de mais de vinte anos. Quatro deles foram estudar em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

SD211 Sozinho na chácara, que ficava a certa distância da cidade, ele lia para passar o tempo. **“Pegava os livros na biblioteca da cidade e lia de tudo, romances e poesias”, disse. Também adorava cinema. Aos 9 anos, viu um filme sobre a vida de Chopin que permaneceu para sempre em sua memória: À Noite Sonhamos.**

“Fiquei tão impressionado quando uma gota de sangue pingou no teclado enquanto Chopin tocava uma Polonaise, que pedi para o meu pai me deixar ter aulas de piano.” O pai, no entanto, o matriculou num curso de datilografia. “Eu dedilhava as teclas da máquina de escrever como se fossem de piano”, disse, rindo. “Com isso, aprendi a datilografar usando os dez dedos.”

SD246 Temer deixou o escritório para almoçar no restaurante Senzala, vizinho ao casarão, onde o maître veio cumprimentá-lo. **“Há anos frequento esse lugar,** aqui todo mundo vota em mim”, disse. Enquanto comia, falou da amizade com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto. **Durante o almoço, o deputado atendeu a um telefonema da mulher. Tapou o bocal e perguntou, abaixando a voz: “O Michelzinho melhorou da tosse?”**

SD253 Numa folha havia um **poema maior, que ele escrevera para um irmão morto.** “Recordo-me agora, toda vez que o violino toca...”, **começou Temer, mas a voz lhe faltou e os olhos se encheram de lágrimas.** Passou para outro:

Na **SD253** identificamos seu gosto por poemas, que remete ao efeito de estabilização de outro sentido, o de **homem culto**, que possui 12 Incidências Discursivas no texto, mesma quantidade do efeito de estabilização da imagem de seriedade. O sentido de homem culto é reiterado no texto por mostrar que Temer foi professor e escreveu importantes livros de direito, como ainda é autor de poemas:

SD218 Formado, Temer montou um escritório de advocacia com Celso Bandeira de Mello, Dalmo Dallari e Geraldo Nogueira. Não apoiou nem resistiu ao golpe de 1964. **Passou a dar aulas de direito constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC, em 1968. Lançou um livro de direito constitucional que é até hoje um dos mais usados em cursos universitários.** E se aproximou de Franco Montoro, um professor da PUC ligado ao MDB. Quando Montoro foi eleito governador, em 1982, nomeou-o procurador-geral do estado. “Eu tinha 41 anos e achava o máximo para a minha carreira ter mil procuradores sob o meu comando”, disse. “Estava feliz naquela posição.”

Na **SD118** há o **efeito de estabilização** de outro sentido, que também faz parte da imagem de caráter, o **orgulho**: “achava o máximo para minha carreira ter mil procuradores ao meu comando”. Esse sentido possui cinco Incidências Discursivas.

Intimidade, gosto, confissão e sentimento constroem a imagem de humanidade, importante parte da identificação do político com os leitores do perfil e seus eleitores, mas há outros sentidos de identificação que se voltam mais para a política do que para a vida pessoal, como é o caso da imagem de caráter e o efeito de estabilização do sentido de **ambição**, segundo com maior número de Incidências Discursivas (16). No texto, percebe-se que, assim como seu partido, Temer tem ambição de poder. Ele, como líder do PMDB, não aceita que outra pessoa a não ser ele mesmo ocupe o cargo de vice-presidente. Para apoiar o PT, é ele quem conversa e consegue mais cargos para o partido. Como vice, afirma que não seria um vice decorativo.

SD225 Michel Temer gostou da política e se candidatou a deputado em 1986, pelo PMDB de Franco Montoro. Não se elegeu, mas entrou na vaga de suplente e, dois anos depois, participou da Constituinte. Ao final do mandato, voltou para a Secretaria de Segurança, dessa vez a convite de um quercista, o governador Luiz Antônio Fleury Filho, logo após o massacre no Carandiru, onde 111 presos foram assassinados pela Polícia Militar. No final dos anos 80, José Serra, Fernando Henrique e Mario Covas romperam com Orestes Quércia e o PMDB, ao qual acusaram de leniência com a corrupção e o fisiologismo – e fundaram o Partido da Social Democracia Brasileira. Temer ficou com os quercistas. **Concluiu que teria mais chance de se destacar permanecendo onde estava. “O PSDB tinha muito cacique”, justificou.**

SD240 Durante o jantar, Temer disse à ex-ministra que seria referendado como candidato a vice na convenção do partido, marcada para o dia 12 de junho. **Deixou claro que o PMDB queria ser protagonista e não apenas coadjuvante do governo.** Informou que o partido elaborava um programa econômico com ajuda do ex-ministro Mangabeira Unger, do ex-deputado Moreira Franco e do deputado Henrique Alves. Dilma, segundo Temer, não se opôs a ouvir as propostas do PMDB. “Ficou acertado que nós discutiremos tudo na campanha”, contou-me. “Teremos liberdade para dizer um ao outro o que queremos e o que não queremos, do que gostamos e do que não gostamos.”

Ao afirmar que o PMDB quer ser protagonista do governo, podemos identificar no texto o efeito de estabilização do sentido de **astúcia** que, assim como o de homem culto, remete ao *ethos* de inteligência. No texto, nota-se o poder de Temer e sua inteligência nas relações políticas e em ações que o levam ao poder, o que Charaudeau (2018) define como astúcia.

SD205 Autor de O Trato dos Viventes, Alencastro não acha que Temer possa ser um perigo, numa eventual Presidência de Dilma Rousseff, apenas no caso de ela ter de se afastar do cargo. A ambição do PMDB, avaliou Alencastro, poderia levar Temer a lançar mão de uma proposta tentada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso: a instauração do regime parlamentarista. **“Não digo que o Temer vá fazer isso, mas, num contexto de crise, com o controle que ele tem do Congresso, é possível uma manobra de votação de uma emenda constitucional, instaurando o parlamentarismo”, comentou. “No final dos anos 90, Temer defendeu a tese de que o Congresso tinha poderes para isso.”** Nesse cenário, o vice poderia vir a ser nomeado primeiro-ministro.

SD244 No PMDB, não existe constrangimento com a investigação da PF. E menos ainda com o pouco entrosamento entre Temer e Dilma. O deputado Moreira Franco ironizou quando eu lhe disse que os dois protagonizavam um **casamento arranjado**. “Se na Índia dá certo, por que não poderia dar certo entre eles?”, perguntou-me. **“Às vezes, é melhor um casamento arranjado, quando o casal vai se conhecendo e aprendendo a se gostar, do que aquele nascido da paixão que depois acaba.”**

O sentido de ambição está presente no *ethos de caráter*, assim como os sentidos de **força de espírito e moderação**. O efeito de estabilização do sentido de força de espírito de Temer, que possui 10 Incidências Discursivas, é encontrado por conquistar o que deseja.

Assim como FHC e Dilma, ele não aparece com uma força física, mas com uma energia que conquista tanto outros políticos e possíveis eleitores.

SD220 “Eu não conhecia nada, não tinha contatos”, contou. “O clima estava pesado, com crise entre as polícias civil e militar.” Pensava em desistir quando, num fim de semana, viu na televisão uma entrevista de Gianfrancesco Guarnieri, secretário municipal de Cultura. O ator explicava como se adaptara ao terno e à gravata. “Guarnieri falou: ‘A vida é uma representação e você tem que representar o papel que a vida te entrega’”, contou Temer. “**Aí eu pensei: a vida me deu o papel de secretário de Segurança. Se renunciar agora, o governo Montoro pode cair e eu me destruo.**”

O efeito de estabilização do sentido de **moderação** tem oito Incidências Discursivas e corrobora com a astúcia e a ambição: Temer consegue conversar com aliados e opositores para conseguir os cargos e o poder desejado. No texto, ele é identificado como quem lida e resolve os conflitos, seja na Câmara, quando era presidente, seja em relação a suas ambições – como a de ser vice-presidente.

SD229 Eram 13h30 quando Michel Temer me convidou para a mesa de almoço. O cardápio era salada, bife com purê, moqueca de peixe e pirão. Enquanto se servia, contou como se deu a aproximação com Lula. “Logo após a minha eleição para a presidência do partido, o ministro Tarso Genro me chamou para uma conversa com o presidente.” Temer chegou ao Palácio do Planalto acompanhado de mais três integrantes da executiva do partido. Na antessala da Presidência, pediu que o deixassem a sós com Lula por cinco minutos. “**Assim que entrei, eu falei: ‘Presidente, quis entrar antes para furar um tumor. Acho que nós vamos acabar fazendo uma grande coalizão, mas não podem ficar mágoas pessoais. Sei que dizem que o senhor não vai com a minha cara e sei que lhe dizem que eu tenho despreço pelo senhor.’**” A reação do presidente teria sido positiva. “Ele foi gentil e me agradeceu por ter esclarecido aquela questão”, disse-me.

SD234 Uma das resistências do governo ao nome de Temer é a sua forte ligação com o deputado Eduardo Cunha, do Rio – conhecido no Congresso por sua voracidade por cargos e pelas artimanhas que usa para consegui-los. Evangélico, surgiu na política pelas mãos de Paulo César Farias, o tesoureiro de Fernando Collor. Depois, ligou-se ao ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Foi um dos principais artífices para a eleição de Temer a presidente da Câmara. “O Eduardo Cunha tem lá o jeito dele”, disse-me Temer. “Mas ele é competente, trabalhador, dedicado e tem uma inteligência privilegiada. Só recentemente descobri que ele não é advogado, e conhece o direito tanto quanto eu. Toda medida provisória, todo projeto importante o Eduardo Cunha conhece em detalhes.” Admitiu que o colega é malfalado e relativizou a má fama: “**Não vou me impressionar com as críticas a ele porque teria que me impressionar com as feitas a todos os outros. Eu administro os conflitos.**”

A força de espírito e a moderação de Temer estão ligadas, ainda, ao efeito de estabilização do sentido de **expressão** de seriedade, que possui 12 Incidências Discursivas com efeito de estabilização. Por meio do texto, conhecemos o ex-presidente como uma pessoa formal em seu jeito de falar, de se portar e de se vestir. O próprio político se considera formal. Esse sentido aparece por meio de suas falas e em observações da repórter durante os

encontros com o perfilado – reiterando a importância da observação para a construção de um perfil qualificado.

SD206 Michel Temer me recebeu pouco antes do almoço, na residência oficial da presidência da Câmara. **Cumprimentou-me com o sorriso metálico que é seu traço de expressão mais eloquente.** Não parecia à vontade, suas mãos tremiam um pouco. Sentamo-nos na sala, cuja enorme porta de vidro se abre para o jardim e a piscina. **Temer fala baixo, nunca usa gíria e se expressa num português que parece escrito previamente.** Antes de iniciar uma frase, costuma acrescentar um “Você sabe?”, e levanta o dedo indicador.

SD208 Temer tem 69 anos, é magro e mede 1,70 metro. **Ele tem o hábito de engatar a ponta dos dedos e puxar as mãos como se quisesse separá-las. Sua postura é sempre ereta, e parece não relaxar nem quando se senta numa poltrona.** Quando o entrevistei, vestia terno preto e gravata de seda azul. A camisa não tinha uma ruga, apesar de ele ter passado a manhã em reuniões no Congresso. **“Você sabe, sou uma pessoa formal”, avisou sem que eu perguntasse. “Disseram que eu preciso mudar meu jeito, que sou muito cerimonioso. Mas como? Tenho inveja de quem faz blague. Eu não sei fazer isso. Se fizer, vai ser um desastre. Não sou eu.”**

A **seriedade** e a **moderação**, assim como a **ambição** e a **astúcia**, levam ao efeito de estabilização, de outro sentido presente em seu perfil: o de **chefe**. Como explicamos anteriormente, essa imagem remete ao poder político e à imagem de poder que o político busca construir para seus eleitores. Temer, como a cara do PMDB, tem esse poder. Ele é o líder do partido, assim como é presidente da Câmara dos Deputados. Ele, apesar de não ser tão conhecido, tem poder.

SD197 Na maior crise do governo Lula, a do mensalão – o esquema de compra de votos de parlamentares em benefício do Planalto, que veio a se tornar público em 2005 – o PMDB negociou o apoio ao presidente e mais que dobrou o seu plantel de ministros, que passaram a ser cinco. **Em 2007, numa reunião de cinquenta minutos entre Michel Temer e Lula, o partido passou a integrar oficialmente o governo. Em troca, levou mais dois ministérios e dezenas de cargos de direção em empresas estatais. O PMDB é isso: fisiologismo.**

SD202 Nem Lula nem Dilma queriam Temer. Consideram-no artilheiro e voraz em demasia quando reivindica posições para o partido, e uma nulidade em termos eleitorais. Para agradar o patronato, Lula convenceu Henrique Meirelles, que é filiado ao PMDB, a continuar presidente do Banco Central, até que a possibilidade de ser vice se tornasse palatável ao partido. O PMDB não se entusiasmou. O presidente tentou também que o PMDB lhe oferecesse uma lista de três nomes, dos quais ele selecionaria um para vice. **Temer não topou.**

No texto ainda identificamos o efeito de estabilização dos sentidos de **conhecimento** (com duas Incidências Discursivas) e **experiência** (com 11 Incidências Discursivas), sentidos do *ethos* de competente. A competência para Charaudeau (2018) é a comprovação de que o político consegue de fato fazer o que diz que consegue. O ex-presidente acumula cargos

políticos: secretário de justiça, procurador-geral, deputado e presidente da Câmara, e o texto apresenta esses cargos, como ainda a experiência dentro da Câmara, assim como em diferentes cargos.

SD223 Quando Temer era secretário de Segurança, 400 estudantes da Universidade de São Paulo ocuparam o prédio da reitoria, no centro da cidade. Temer conversou com o comandante da Polícia Militar, que lhe disse que a única maneira de invadir o prédio seria entrando pelo telhado. Era uma operação arriscada, com consequências imprevisíveis. Ele decidiu ir falar com os estudantes. **“Bati à porta, eles abriram e me olharam com espanto”, lembrou. Argumentou com eles que a Justiça havia expedido mandado de reintegração de posse. Como estavam num estado de direito, eles teriam que cumprir a lei. Os estudantes fizeram uma assembleia que durou mais de seis horas. Temer ficou esperando.** Ao final, concordaram em desocupar o prédio, desde que o governador recebesse uma comissão. **“Liguei para o Montoro e ele concordou”, contou. “Saímos todos juntos cantando o hino nacional.”**

SD247 De volta ao escritório, sua filha Clarissa chegou de carro. “Como não nos vemos tanto quanto eu gostaria, tenho que aproveitar essas oportunidades”, explicou-me ela. Enquanto o deputado recebia um grupo de prefeitos, ela disse que sua preocupação com o pai aumentou com a possibilidade de ele se tornar vice-Presidente: “Sei que ele se preparou a vida toda para isso, mas é um cargo em que ele vai ficar muito exposto. Como filha, acho péssimo, mas **como brasileira acho ótimo ter uma pessoa como ele no governo.**”

SD228 Em março de 2007, na eleição para a presidência do PMDB, o governo petista apoiou a candidatura de Nelson Jobim, o nome lançado pela bancada do partido no Senado, capitaneada por José Sarney e Renan Calheiros. **Ganhou Michel Temer, da Câmara.** Numa conversa num café em Brasília, pedi ao ex-deputado Wellington Moreira Franco, peemedebista de longa data e vice-presidente da Caixa Econômica Federal, que explicasse a diferença entre o PMDB-Senado e o PMDB-Câmara. Enquanto saboreava um sorvete de chocolate, Moreira Franco disse que “o Lula compreendeu, depois da tentativa fracassada da eleição do Jobim, que o pessoal do Senado estava vendendo terreno na lua. O Sarney não é PMDB, nem o Renan”, disse. “O Sarney faz um esforço grande, mas toda instituição tem sua cultura. Ele foi obrigado a ser PMDB para ser vice do Tancredo. Mas a relação forte dele era com a Arena.” Inclinou-se sobre a mesa e me falou em tom de confidência: **“O Sarney é hábil, é astuto, mas não conhece as bases do partido como nós, da Câmara, conhecemos.”**

Como chefe, Temer é responsável pelo seu partido, e isso gera o efeito de estabilização do sentido de **solidariedade**, que para Charaudeau (2018) pode ter o sentido de ouvir o outro, ou ter solidariedade partidária, seguindo os preceitos, concordando e auxiliando os colegas de partido. Temer defende aliados, como Eduardo Cunha, e protege colegas de partido.

SD196 Michel Temer chegou à presidência do partido no início de 2007. Pouco depois, a jornalista Mônica Veloso trombeteou que tivera um affaire e uma filha com Renan. Também revelou que quem pagava a pensão da criança, em dinheiro vivo, em nome do senador, era a empreiteira Mendes Júnior. Parlamentares de vários partidos entraram com um pedido de cassação de Renan, então presidente do

Senado. Temer marcou um jantar na casa do senador e, assim que entrou, apertou a mão que o apunhalara e disse: **“O PMDB não vai te abandonar.” Renan teve que sair da presidência do Senado, mas o partido garantiu os votos que lhe impediram a cassação. O PMDB é isso: reconciliação.**

Na **SD196** percebe-se também o efeito de estabilização do sentido de **lealdade**. A lealdade é o único sentido de virtude estabilizado neste perfil. No início do texto, a palavra é, inclusive, utilizada pela repórter: “O PMDB é isso: lealdade”. O perfil constrói a imagem de Temer em volta de seu partido, então entendemos que, assim como o partido é leal, Temer também é. Mas há um sentido que possui o efeito de desestabilização, o de **honestidade**. No texto, Temer aparece protegendo aliados e colegas de partido que se envolveram em escândalos de corrupção – o que provoca o efeito de desestabilizar a honestidade – assim como ele próprio se envolveu em um.

SD243 Márcio Thomaz Bastos é advogado da empreiteira Camargo Corrêa, acusada de financiar campanhas políticas com dinheiro de caixa dois. O nome de Temer está na lista dos beneficiados. Uma operação da Polícia Federal levantou que, entre 1995 e 1998, os pagamentos a políticos chegaram a 178 milhões de reais, em valores da época. **Segundo o levantamento da PF, Temer recebeu mais de meio milhão de reais da construtora.** “O governo está preocupado que, durante a campanha, surjam mais denúncias contra Temer, o que poderia prejudicar o desempenho de Dilma”, me disse um parlamentar do PT.

O sentido com menos Incidências Discursivas para o efeito de estabilização é o de **virilidade**, que pertence ao *ethos* de potência, assim como o sentido de **energia**. A virilidade, para Charaudeau (2018), remete a conquistas românticas do político, enquanto a energia é a potência e a capacidade de movimentar-se. Temer, no texto, é descrito como “ousado” nas conquistas amorosas.

SD226 Sua ascensão no PMDB foi rápida. Foi eleito duas vezes líder do partido. Na primeira, em 1995, disputou o cargo com o deputado baiano João Almeida, hoje no PSDB. **“Nós começamos a fazer a campanha do Michel, mas ele estava de férias com a namorada, em Trancoso”**, contou o deputado federal Geddel Vieira Lima. “Eu liguei e ele **me disse para fazer a campanha porque ele estava namorando.**” Ou seja, Temer era candidato, mas não queria comprar briga com seu oponente. Depois de eleito, disse a João Almeida que só saía candidato por insistência da bancada paulista. **“O Michel só é ousado nas conquistas amorosas.** Na política ele é muito ponderado”, me disse Vieira Lima.

SD227 Temer está no seu terceiro casamento. Do primeiro, com Maria Célia, teve três filhas: Maristela, de 40 anos, Luciana, 37, e Clarissa, 35. Casou-se a seguir com Neuza, mas não teve filhos. Depois, teve um “relacionamento estável”, como ele diz, mas não chegou a casar. Na mesma época, namorou uma jornalista, em Brasília, com quem teve um filho, hoje com 10 anos. Dá uma pensão ao menino, mas o vê pouco. Está casado há nove anos com Marcela, mais jovem que ele 42 anos, com quem tem um filho de 1 ano. “O Michelzinho é a minha paixão”, admitiu. **Conheceu Marcela, uma jovem loura e esguia, quando ela estava com 18 anos e,**

ele, 60. Disse que a viu no restaurante do tio dela, durante uma campanha eleitoral, e a achou muito bonita. **Recebeu um e-mail dela, cumprimentando-o pela vitória. Temer ligou para a moça e a convidou para sair.** “Ela foi com a mãe”, contou o deputado. **Quatro meses depois estavam casados.**

A imagem política construída para Michel Temer é de uma pessoa ambiciosa, séria e, ao mesmo tempo, competente. **Percebe-se Temer como um político que busca – e consegue – o poder tanto para si quanto para seus aliados partidários, ao mesmo tempo que sério e formal e sabe o funcionamento do mundo político.** Ele aparece como competente pela experiência e por conhecimento do mundo político, que reitera sua imagem de chefe do partido. A intimidade, novamente, destaca-se e, assim como nos perfis anteriores, é importante para criar um elo de identificação com o leitor e de, certa forma, equilibrar a seriedade do político. Ao mesmo tempo que Michel Temer está sempre ereto, ele se preocupa com a gripe do filho. O perfil apresenta um político em sua complexidade.

6.2.4 Jair Bolsonaro, por Consuelo Dieguez

No perfil *Direita, Volver*, encontramos 84 Sequências Discursivas, 23 Sentidos e 266 Incidências Discursivas. O texto traz, assim como nas análises anteriores, tanto o efeito de estabilização quanto de desestabilização dos sentidos acerca dos **ethé de identificação** e de **credibilidade**.

Dentre os *ethé* de identificação encontrados na análise, estão o **ethos de potência** e os sentidos de energia e saúde; o **ethos de caráter** com os sentidos de força tranquila, orgulho, moderação e ambição; **ethos de inteligência** e os sentidos de homem culto e astúcia; **ethos de humanidade** com os sentidos de intimidade, sentimento, gosto e confissão; **ethos de chefe** e o sentido de comandante; e **ethos de solidariedade**, com o sentido de saber ouvir.

Nos *ethé* de credibilidade, observamos o **ethos de competência**, com os sentidos de experiência, competência e saber agir; o **ethos de virtude**, com os sentidos de sinceridade, lealdade, honestidade e honradez; e **ethos de sério**, com os sentidos de autocontrole e expressão. No Quadro 9, é possível visualizar as incidências de cada um dos sentidos.

Quadro 9: Sentidos encontrados no perfil de Jair Bolsonaro

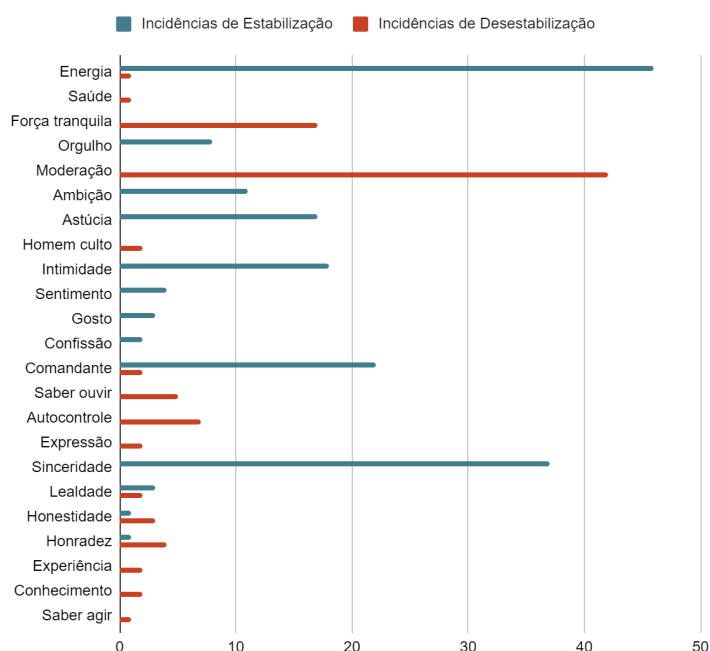
Sentidos			Incidências de Estabilização	Incidências de Desestabilização
<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Potência	Energia	46	0
		Saúde	0	1
	<i>Ethos</i> de Caráter	Força tranquila	0	17

		Orgulho	8	0
		Moderação	0	42
		Ambição	11	0
	<i>Ethos</i> de Inteligência	Astúcia	17	0
		Homem culto	0	2
	<i>Ethos</i> de Humanidade	Intimidade	18	0
		Sentimento	4	0
		Gosto	3	0
		Confissão	2	0
	<i>Ethos</i> de Chefe	Comandante	22	2
<i>Ethos</i> de Solidariedade	Saber ouvir	0	5	
<i>Ethé</i> de Credibilidade	<i>Ethos</i> de Seriedade	Autocontrole	0	7
		Expressão	0	2
	<i>Ethos</i> de Virtuosidade	Sinceridade	37	0
		Lealdade	3	2
		Honestidade	1	3
		Honradez	1	4
	<i>Ethos</i> de Competência	Experiência	0	2
		Conhecimento	0	2
Saber agir		0	1	
TOTAIS			173	93

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Dos sentidos presentes, a identificação é o que prevalece, sendo encontrada em 80 das 84 SDs, em comparação à credibilidade, que é encontrada em 49 SDs. São 266 Incidências Discursivas, com 201 incidências que constroem o efeito de estabilização ou desestabilização em sentidos dos *ethé* de identificação e 65 Incidências Discursivas que fazem o mesmo nos *ethé* de credibilidade. Na Figura 15, é possível observar a comparação entre estabilização e desestabilização dos sentidos apresentados anteriormente.

Figura 15: Efeitos de estabilização e desestabilização no perfil de Jair Bolsonaro



Fonte: dados da pesquisa (2024)

6.2.4.1 Potência, sinceridade e falta de moderação

O sentido com maior número de Incidências Discursivas no perfil de Bolsonaro é o de **energia**, que se relaciona com ao *ethos* de potência. Esse sentido possui 46 incidências. Identificamos o efeito de estabilização do sentido considerando que, no texto, vemos sempre Bolsonaro frequentando diversas situações, estando no meio de políticos e apoiadores, mas sempre em movimento, sempre com força. Ele grita, ele briga, ele xinga, mas ele produz uma ação.

SD273 O militar reformado fala mais à imaginação dos homens: três de cada quatro eleitores seus são do sexo masculino. Além disso, ainda segundo o Datafolha, ele se sai bem entre os jovens – 65% dos que o apoiam têm entre 16 e 34 anos. **Ciente disso, o deputado faz uso ostensivo das redes sociais. Grava diariamente um ou dois vídeos de poucos minutos e coloca para circular na internet.** Embora conte com a ajuda de um auxiliar na parte técnica da produção, **é ele quem controla tudo.** “Imagina se vou deixar fazer qualquer coisa sem a minha aprovação. Uma coisa errada pode me arrebrantar”, comentou, com a ênfase costumeira. Os números que ele alcança, de fato, arrebrantam. Alguns vídeos chegam a superar 1 milhão de visualizações.

SD305 **Jair Bolsonaro fala ininterruptamente e emenda um assunto no outro sem pausa para um gole de água.** Na manhã em que o encontrei no gabinete de Zero Três, em Brasília, tratou também de explicar sua posição em relação aos homossexuais, que lhe valeram a pecha de homofóbico. Do seu ponto de vista, a esquerda passou a acusá-lo depois que ele se posicionou contra o que ficou conhecido como “kit gay” das escolas. O enfrentamento começou em 2011, quando a secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, então comandado pelo ministro Fernando Haddad,

preparou um kit anti-homofobia para ser distribuído em 6 mil escolas de ensino médio da rede pública. Além de três vídeos, o kit incluía um caderno, uma série de seis boletins e uma carta de apresentação aos educadores. Os vídeos, que custaram 3 milhões de reais aos cofres do ministério, foram elaborados com o apoio de ONGs ligadas à causa LGBT. Um deles, “Torpedo”, mostrava a relação afetiva entre duas adolescentes; outro, “Encontrando Bianca”, narrava a história de uma transexual; o terceiro, “Probabilidade”, comentava as vantagens de se experimentar um relacionamento bissexual.

SD312 No entanto, **quando circula pelos corredores do Congresso, o deputado ganha status de pop star junto aos visitantes. Qualquer que seja o trajeto, ele é interrompido inúmeras vezes para fotos ou vídeos.** Homens e mulheres, sobretudo jovens, logo se aproximam e não se acanham em declarar sua admiração. Bolsonaro sorri, faz o sinal de positivo ou então o gesto que virou sua marca registrada, simulando empunhar um fuzil. Os jovens adoram a performance e a imitam nas fotos. Em suas caminhadas pela Casa, quase sempre tem a companhia de Eduardo, ou Bolsonarinho, como Zero Três é chamado pelos pares.

Há apenas um efeito de desestabilização de potência no texto, com o sentido de **saúde**, devido a um resfriado do político (**SD258**).

SD258 Jair Bolsonaro estava acomodado atrás de uma mesa de madeira escura, repleta de papéis, quando o encontrei em seu gabinete, na Câmara dos Deputados, num final de tarde de julho. **Resfriado, aparentava cansaço.** Antes mesmo que me sentasse, perguntou se eu havia gostado dos quadros na parede. Eram fotos emolduradas dos generais que ocuparam a Presidência da República durante a ditadura militar: Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. “Você queria que eu colocasse a foto de quem aí? Da Dilma?”, e riu alto. Em seguida, já com o cenho franzido, determinou: “Pergunta. Pode perguntar o que você quiser que eu respondo.”

O perfil cita, em mais de um momento, a presença de Bolsonaro no Exército e como, apesar de estar na política há mais de 20 anos, mantêm posturas e comportamentos militares. Esse ponto reitera o efeito de estabilização do sentido de energia, assim como traz o efeito de estabilização do sentido de **comandante** (com 22 Incidências Discursivas). Para Charaudeau (2018), o chefe comandante é o que traz o militar para o jogo político, pode ser por realmente se ter uma guerra ou por comportar-se como se estivesse em uma, constantemente atacando adversários e lidando com opositores políticos como inimigos. Bolsonaro aparece no texto reiterando seu ódio pelo PT e pelo comunismo, tratando-os como inimigos – tanto políticos quanto pessoais. O ódio e a criação de um inimigo ocorre, também, em relação à mídia, O ex-presidente age como se estivesse sempre sendo atacado – como se estivesse em uma batalha.

SD335 Voltou-se para o caso brasileiro. “Quem me garante que esses cubanos que estão aí são todos médicos? E se tiver terroristas entre eles? Qual o controle que nós temos? Nenhum, nem no que se refere à competência profissional, porque eles

sequer passam pelo exame de revalidação do MEC.” Quando me contrapus a essa suspeita, alegando ser um exagero falar em terrorismo, Bolsonaro olhou para o motorista no canto da sala e, sorrindo e apontando o queixo para mim, recitou: **“Se queres a paz, prepara-te para a guerra”, provérbio latino que serviu de mote ao fabricante da pistola Luger. “Temos que estar preparados para o pior.”** Continuou desafiando suas preocupações com a imigração, dessa vez citando o caso dos haitianos que entraram em massa no Brasil. “Nós não temos condições de absorver todas essas pessoas, não temos emprego, não temos estrutura. Isso vai ser um problema.” Comentou que, ao tentar explicar seu ponto de vista durante uma coletiva, um jornalista o provocou dizendo que se os imigrantes fossem suecos ele não protestaria. “E algum sueco vai querer vir pra esse fim de mundo, idiota?”, foi a sua resposta. “Agora, se eu critico essas políticas, me chamam de xenófobo. Atenção, eu não sou contra imigrante, sou contra a entrada sem controle deles no país”, ressaltou.

SD302 Zero Um é formado em direito (embora não tenha a carteira da OAB), fez uma pós-graduação *lato sensu* em políticas públicas e concorre à eleição para prefeito do Rio, em outubro. Durante o primeiro debate entre os candidatos à prefeitura, promovido pela Rede Bandeirantes, Zero Um passou mal e quase desmaiou no ar. O mediador chamou às pressas o intervalo. Nos bastidores, Jandira Feghali, formada em medicina e também candidata, se prontificou a ajudar o rapaz. **Bolsonaro impediu que ela tocasse em Zero Um: “Ela vai dar estricnina para meu filho”,** gritou. Feghali reagiu, chamando Bolsonaro de “fascista, réu por estupro”. “Você não vai ser estuprada, não”, ele replicou. Zero Um teve que sair do debate. **O pai o consolou à moda da caserna: “Tranquilo, Zero Um. Paga umas flexões aí”,** disse ao filho que se recuperava sentado na plateia. O rapaz depois agradeceu a Jandira.

O comportamento de comandante e os ataques a outros políticos fazem com que o perfil de Bolsonaro seja o único dos quatro analisados que um efeito de desestabilização se sobressai e fica em segundo lugar no número de Incidências Discursivas. Identificamos 42 Incidências Discursivas do **efeito de desestabilização do sentido de moderação** no perfil do político. Como citado anteriormente, devido aos ataques de Bolsonaro a colegas, o texto constrói esse efeito de desestabilizar o sentido de moderador de conflitos e de político que consegue se comunicar tanto com aliados quanto com a oposição. Para ele, não há diálogo com o “inimigo”, que, no caso, é a oposição, Como defende Charaudeau (2018), o diálogo é indispensável para a política. O texto cria esse efeito de desestabilização quando Bolsonaro, ao ser perguntado se não precisa ter diálogo para conseguir governar, caso eleito, afirma que é para os eleitores votarem em pessoas que concordam com as suas opiniões.

SD323 Sobre as dificuldades que teria, vindo de um partido pequeno, sem muita expressão no Congresso, em conduzir mudanças da magnitude de uma reforma tributária ou de um programa de privatização, **Bolsonaro foi mais uma vez direto: “O povo que votar em mim vai ter que votar em candidato a deputado e senador com perfil semelhante para que as mudanças possam ser feitas.”**

SD326 A sede do PSC ocupa um andar de um prédio antigo no Centro do Rio. No começo de agosto, Bolsonaro me recebeu na sala de reuniões de decoração espartana. Parecendo animado, chegou acompanhado de seu motorista e segurança, um ex-soldado paraquedista. Brincou que aceitara uma nova entrevista por ordem do

pastor Everaldo. “Ele é pior que militar. Quase me obrigou a fazer quinze agachamentos.” Interrompeu a conversa para atender o celular. Cabeça, um de seus assessores (todos têm apelidos), enviava um vídeo sobre a participação do deputado numa cerimônia de entrega de espadas aos novos generais, no Clube do Exército, em Brasília, naquela manhã. **Ao mostrar o vídeo recém-editado, ele apontou para o deputado pelo PT de São Paulo, Carlos Zarattini, ao lado dele, disparando mensagens pelo WhatsApp na hora da cerimônia. “Olha aí esse cara do PT, um imbecil.”** Ligou para o assessor. **“Não gostei, Cabeça. Bota aí mais imagens minhas com o [Raul] Jungmann e com o general Enzo [Peri] e tira um pouco as da cerimônia.”**

SD340 Bolsonaro parecia feliz com o evento daquela noite. Falou das suas chances de se eleger presidente. “O Lula vai ser preso, o Aécio está levando tiro político. Não que eu queira denunciar alguém. Já basta ter que votar pela cassação de Eduardo Cunha. **Mas, com esse quadro, minhas chances aumentam.**” Explicou por que se sentia preparado para governar o país. “Bota eu, o Lula e a Dilma numa sala e aplica a prova do Enem. Se eu não tiver uma nota mais alta que os dois juntos, não estou preparado.” E gargalhou.

A desestabilização da moderação também provoca os efeitos de **desestabilização dos sentidos de força tranquila, autocontrole, expressão de seriedade e saber agir**. A potência e a energia de Bolsonaro não permitem que ele aja tranquilamente. Ele não demonstra a seriedade de um político e há mais de um momento em que o descontrole de suas emoções e comportamento são citados: ele grita, ataca adversários, e mesmo no momento da entrevista, em um momento, perde o controle.

SD288 A fama se retroalimenta em razão do posicionamento do deputado contra cotas para negros. “Escuta”, **disse, novamente alterando o tom de voz:** “Eu quero saber se você gostaria de ser operada por um médico que entrou na universidade pelo sistema de cotas.” O sistema de cotas, para o deputado, não é o caminho a ser trilhado: “O que vai garantir trabalho é uma boa educação que permita aos negros competir com os brancos.”

SD231 E o que o candidato pensava fazer sobre essa questão? Seria preciso conversar com a sociedade e não impor certas reformas, “como Temer quer fazer agora”, disse. **Quando questionei se o ajuste nas contas não seria imperioso, irritou-se. “Você está numa linha de me colocar na parede, mas eu não vou entrar na tua linha.”** Expliquei que minha intenção era saber como ele pretendia conduzir a economia caso assumisse a Presidência. O pastor Everaldo, que acompanhava a cena à distância, aproximou-se, **preocupado com a alteração de humor do correligionário.**

SD307 Bolsonaro ficou tão alterado ao falar do assunto que o filho precisou lhe pedir calma. Ele fez uma breve pausa e continuou. “Tô me lixando se é gay ou não. Eu não tenho um comando de caça aos gays. O que um pai não quer é ver o filho de 6 anos brincando de boneca por influência da escola.” E **manteve o mesmo tom exaltado ao referir-se novamente ao objeto de seu maior ódio: “O PT se agarrou na teta da vaca feito berne.”**

Sua exaltação e falta de moderação, entretanto, tem um contraponto: o efeito de estabilização do sentido de **sinceridade**. Em suas falas, Bolsonaro sempre busca aparentar

sinceridade. A falta de moderação, os ataques aos companheiros, são baseados na sinceridade: tudo o que ele pensa, ele diz.

SD261 Bolsonaro odeia. Abomina Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda. Jamais tergiversa: é contra a lei do desarmamento (“Deixou os proprietários de terra vulneráveis aos ataques do MST”) e as cotas raciais nas universidades (“Uma boa educação pública no ensino básico faria com que todos competissem em pé de igualdade”); é crítico de políticas de transferência de renda como o Bolsa Família (“Deveria ser distribuída em casos extremos para não estimular a indolência”) e acaloradamente refratário a qualquer educação sexual nas escolas que aborde questões de gênero e homossexualidade (“Querem deformar a cabeça de nossas criancinhas”).

SD308 O assunto migrou para o MST, outro inimigo de Bolsonaro: “Se depender de mim, proprietário rural vai ter fuzil em sua propriedade para combater o MST.” Em suas viagens pelo interior do país, principalmente Goiás e Mato Grosso, onde o agronegócio – uma de suas bases – é mais expressivo, a plateia vai ao delírio quando o deputado grita outro de seus bordões: “Cartão de visita para marginal do MST é cartucho 762.” Ele não se preocupa em ser acusado de incitar a violência. “Me processem por apologia ao crime. Crime comete quem invade propriedade privada e não quem a protege.”

O sentido de sinceridade pertence ao *ethos de virtude*, a imagem ideal de um político íntegro (Charaudeau, 2018). Fazem parte dessa imagem os sentidos de honestidade, lealdade e honradez, presentes no perfil de Bolsonaro. A **honestidade** é um sentido que tem o efeito estabilizado e desestabilizado no texto. Ao mesmo tempo que no texto aparece que Jair Bolsonaro não tem nenhuma acusação por corrupção, o político não se importa em fazer coligações e estar próximo de quem tem: uma dualidade que causa tanto o efeito de estabilização quanto de desestabilização.

SD264 Em março deste ano, Bolsonaro se filiou ao Partido Social Cristão. Desde que entrou na política, em 1988, como vereador pelo Rio, já circulou por muitas legendas: PDC, PPR, PRB, PTB, PFL e, por fim, PP, do qual ele diz ter se apartado em razão do envolvimento de seus integrantes na Lava Jato. Quem lhe franqueou o acesso ao PSC foi o pastor Everaldo Dias Pereira, presidente do partido. “Nos reunimos e firmamos um acordo de que, se ele chegar em 2018 com 10% das intenções de voto, será oficializado candidato”, disse Everaldo. **O que animou o PSC a aceitá-lo, de acordo com o pastor, foi o fato de Bolsonaro nunca ter sido envolvido em denúncias de corrupção.** “Ele vai dar trabalho aos oponentes”, previu. O PSC foi um dos suportes do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mesmo quando sobre sua cabeça já pesavam sérias denúncias de corrupção. O presidente da legenda se esquivou: “Não digo nada sobre o Eduardo Cunha. Tenho que esperar pela Justiça.”

SD335 Durante o trajeto, ele alertou o sargento, um homem negro, alto, forte e de jeito simples, sentado ao seu lado: **“Se chegarmos lá e só tiver bandido, não temos que nos meter. Isso é problema deles.** Meu objetivo é falar para as 3 mil pessoas que devem comparecer ao local. Vou falar ‘O Brasil tem jeito, tem cura’, e vou embora”, disse. Nelson Bornier é próximo ao deputado Eduardo Cunha e é investigado na Lava Jato.

A **lealdade** também apresenta essa ambiguidade de efeito de estabilização e desestabilização. Ele não é leal a partidos, tendo trocado mais de uma vez no decorrer de sua trajetória política, conforme a SD264 mostra, mas é leal ao Exército – reiterando o sentido de comandante.

SD293 O entendimento, para frustração de muitos grupos ligados aos direitos humanos, foi de que a Lei da Anistia, de 1979, perdoara todos os crimes, tanto os do regime como os praticados por seus opositores. **Bolsonaro me disse que, durante os três anos em que os relatórios da comissão foram discutidos no Congresso, ele foi o único a agir, ferozmente, em defesa dos militares. “Eu mostrei o que a esquerda fez. Eles mataram gente nossa. Eles eram terroristas.** Eles foram os primeiros a atacar quando colocaram uma bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife, em 1966”, argumentou. E, agitado, completou: “O objetivo final da Comissão da Verdade era colocar no currículo das escolas que esses grupos de guerrilha, além de José Dirceu, Dilma Rousseff, Carlos Marighella, eram os heróis da pátria. Que eles eram os certos e nós, militares, os errados.”

SD295 O deputado saiu uma vez mais em defesa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Morto no ano passado, o militar chefou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, no II Exército, em São Paulo, transformado sob sua gestão num dos principais templos da tortura no país. Ustra, que usava o codinome Doutor Tibiriçá, foi acusado por presos políticos de comandar sessões de choque elétrico, pau de arara, afogamento, surras e tortura psicológica. Por seus atos, foi julgado e reconhecido como torturador pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O sentido de **honradez** aparece, assim como o **saber agir**, com efeito de desestabilização durante a narração do encontro de Bolsonaro com a deputada Maria do Rosário. A honradez compreende um comportamento íntegro e pautado nos deveres da moralidade e da ética e citar um crime dessa forma, desestabiliza sua imagem.

SD280 Rosário, que esperava o deputado concluir sua participação para falar à mesma emissora, não se conteve com o que ouviu e reagiu à entrevista, dizendo que pessoas como Bolsonaro, pela agressividade de seu discurso, acabavam promovendo violências, como o estupro. Olhando para a câmara, **Bolsonaro revidou: “Grava, grava aí. Ela está dizendo que eu sou estuprador.”** Dirigindo-se então para a deputada, soltou a frase: “Jamais ia estuprar você porque você não merece.” Indignada, Maria do Rosário respondeu que lhe daria uma bofetada se ele tentasse algo parecido. Ele revidou dizendo que lhe daria outra, e a empurrou duas vezes, com o braço esticado. Rosário o chamou de desequilibrado, ele a xingou de vagabunda. Nervosa, ela repetia: “Mas o que é isso, o que é isso?” E retirou-se do ambiente aos prantos. Em 2014, Bolsonaro lembrou o caso no plenário da Câmara. Foi depois disso que Maria do Rosário entrou com processo contra ele no Supremo.

Outro sentido que envolve relações sociais de Bolsonaro é o de **solidariedade**, que tem o efeito de desestabilização no texto. Bolsonaro ataca os diferentes, sem ouvir o outro e buscar compreendê-lo.

SD296 Para Bolsonaro, se a prática existiu, não teria sido uma política de Estado, e sim uma decisão particular de alguns indivíduos ligados aos órgãos de repressão. O deputado cita com frequência o livro *A Verdade Sufocada: A História que a Esquerda Não Quer que o Brasil Conheça*, de Brilhante Ustra, no qual o autor justifica como autodefesa a repressão aos opositores do regime. Ustra não nega a tortura, embora não a cite abertamente. E não admite que a Convenção de Genebra – que estabeleceu que inimigos capturados em combate não poderiam ser torturados – se aplicasse a presos políticos brasileiros. **Para ele, os guerrilheiros eram “terroristas” e “em nenhum lugar do mundo terrorismo se combate com flores”**. Bolsonaro concorda: “Você acha que, se o Bin Laden fosse preso e a vida de milhares de pessoas estivesse ameaçada pela eventualidade de um atentado terrorista, os americanos não iriam usar a tortura para coagi-lo a falar? Ou iriam esperar que as pessoas morressem?”

Na **SD296** identificamos ainda o sentido de **confissão** (com duas Incidências Discursivas), em que ele admite o que disse ao mesmo tempo que afirma não se arrepender. Também aparece o efeito de estabilização do sentido de **sentimento** (com quatro Incidências Discursivas), em que ele demonstra o que está sentindo com a situação (“em tom choroso”). Tanto a confissão quanto o sentimento pertencem ao *ethos* de humanidade, que conta ainda com os sentidos de intimidade e gosto.

Na intimidade, conhecemos suas relações familiares, como chama os filhos (Zero Um, Zero Dois e Zero Três, que também estão na política), onde nasceu, além de lugares que morou e sua história de vida, como o fato de que auxiliava o pai que era dentista.

SD285 Eduardo, de 32 anos, é o caçula dos três filhos do primeiro casamento de Bolsonaro. (O deputado tem uma filha do segundo casamento e mais um filho de uma relação entre as duas uniões.) O pai o apelidou de Zero Três. Dos outros dois, Flávio, o mais velho, deputado estadual no Rio de Janeiro e candidato a prefeito da capital, é o Zero Um; Carlos, também vereador na cidade, o Zero Dois. Os três comungam das mesmas ideias do pai: abominam Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda.

SD300 Sua aproximação com o Exército se deu na adolescência, em Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira, para onde sua família havia se mudado depois de deixar a pequena Glicério. **Quando menino, ele ajudava o pai, dentista prático, a fazer dentaduras e próteses – “eu era muito bom em esculpir dentadura”**. Aos 12 anos, já era independente financeiramente: ganhava dinheiro com pesca e extração de palmito.

SD304 Ele define o pai como **uma pessoa tranquila, engraçada, amorosa na intimidade familiar**, ao contrário do avô Geraldo, pai de Jair Bolsonaro, que, segundo Zero Um, era uma pessoa rígida com os filhos e tinha problemas de alcoolismo. **“Meu pai sempre nos defendia quando fazíamos alguma arte. Minha mãe é que era mais durona.”**

Bolsonaro, ao falar dos filhos, revela ainda outro sentido, o de **orgulho**, que tem o efeito de estabilização durante o perfil. Ele tem orgulho das conquistas políticas alcançadas por seus filhos como também pelas suas próprias.

SD274 Com mais de 3 milhões de seguidores no Facebook, Bolsonaro está convencido de que foi graças à rede social que conseguiu ser tão votado no Rio de Janeiro. Também atribui à internet a vitória do filho Eduardo, eleito deputado federal em São Paulo pelo mesmo PSC: “**A campanha do Eduardo foi toda pela internet**”, falou, acrescentando ter feito apenas um rápido giro por algumas cidades do estado para promover a candidatura do filho, escrivão da polícia federal licenciado, cuja plataforma também se amparou em temas caros aos conservadores, como segurança, direito à propriedade e valores familiares. “Gastamos 52 mil reais e ele se elegeu com 82 mil votos”, gabou-se o pai.

Em seus **gostos**, percebemos o efeito da estabilização do sentido de **comandante**, considerando que as fotos que ocupam suas paredes e quem ele admira são ditadores brasileiros. Conhecemos, ainda, seu gosto musical:

SD330 Bolsonaro não abre um livro há muito tempo. Diz ler apenas os jornais. Também alega falta de tempo para ir ao cinema ou a eventos culturais. **Sua preferência musical recai sobre Agnaldo Timóteo. “Gosto dele.”**

A SD330 apresenta o gosto de Bolsonaro, mas é possível identificar o efeito de **desestabilização do sentido de homem culto**. Esse sentido faz parte da imagem de inteligência, assim como o sentido de **astúcia**. O sentido de homem culto é apenas desestabilizado, enquanto, no texto, percebemos que o sentido de astúcia é estabilizado. No perfil, o sentido de astúcia é reiterado devido a repórter dizer que o discurso Bolsonaro é baseado no medo: ele assusta o eleitorado e coloca-se como salvador.

SD310 O economista e cientista político Eduardo Giannetti, autor do livro *Trópicos Utópicos*, chama a atenção para o discurso do medo, típico da direita em todo o mundo, e aqui encampado por Bolsonaro. Ele elencou quais, em sua opinião, seriam os medos que acometem os cidadãos mundo afora. Na sua lista entram o colapso financeiro, a inflação, o desemprego, o terrorismo, a imigração, a mudança climática e a destruição dos valores familiares. Esses temores tenderiam a ser atizados pelos candidatos da direita, que então se apresentam como garantia do conforto e da segurança de que as pessoas necessitam. É um discurso que mexe com o sentimento mais fundo do ser humano. “**Quanto mais ameaçador o candidato pinta o futuro**”, diz Giannetti, “**mais fácil fica vender a ideia da ordem, da rigidez, da segurança, da polícia.**” Ao estimular o medo de que os valores familiares estão por um fio, a segurança está ameaçada, a propriedade está em risco, esses políticos se apresentam como a salvação da pátria, o líder que evitará o esfacelamento do mundo ao redor. É o caso de Donald Trump nos Estados Unidos.

SD328 Ao retomar a pauta de seus projetos para a nação, Bolsonaro deixou claro que sustenta posições muito próximas às defendidas pelo regime militar. É favorável, por exemplo, à construção de hidrelétricas e à exploração dos minerais no subsolo brasileiro, alertando que reservas indígenas são um entrave às medidas: “Não se pode fazer uma hidrelétrica para beneficiar o estado de Roraima porque o rio está em área de reserva. Também, pelo mesmo motivo, não se pode explorar riquezas minerais no subsolo.” **E empregou o discurso do medo. “Sabe o que vai acontecer? Como aquilo é território dos índios, daqui a pouco eles vão querer se separar do Brasil. E já tem um monte de estrangeiros mapeando nossas riquezas, travestidos de ONG”** Fez uma ligeira pausa, como se refletisse. “Garanto que já vão me acusar de querer matar índio por causa das minhas ideias.”

A astúcia de Bolsonaro e o uso do discurso do medo mostram o efeito de estabilização de outro sentido, o de **ambição**: ele quer ser presidente.

SD341 O carro entrou na avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, àquela altura já cercada devido à programação dos Jogos Olímpicos. A cena o fez rememorar seus tempos de atleta, no Exército. Perguntei se sentia saudade. “Era gostoso, tinha companheirismo, amizade. Na política só tem crocodilo do teu lado.” Depois externou um pensamento que parecia preocupá-lo. “Se pegarem o Bornier na Lava Jato, a mídia vai cair de pau em cima de mim.” Bolsonaro parou o carro na guarita do condomínio de casas onde mora, à beira-mar, para que eu descesse. Despediu-se e fez um apelo. **“Veja o que você vai escrever sobre mim. Por favor, não destrua um sonho de 25 anos.”**

No texto há ainda o efeito de desestabilização do sentido de **experiência** e **conhecimento**, que pertencem ao *ethos* de competência. Ele, apesar de passar mais de 20 anos como deputado, não tem projetos aprovados. Ao mesmo tempo, com suas lives e sua relação com a mídia, segue sendo eleito e tem a experiência na relação com o eleitorado.

SD311 A atuação parlamentar de Bolsonaro no que se refere à aprovação de emendas é pífia. Em seus 26 anos na Casa, ele propôs e aprovou raros projetos, a maioria de pouca ou nenhuma relevância. O de maior repercussão e que lhe garantiu certa notoriedade foi o que determina a impressão em papel do voto da urna eletrônica. “É a única forma de os partidos controlarem a fraude eleitoral”, afirmou.

A imagem de Bolsonaro, com base nos sentidos identificados no texto, é de um homem enérgico, sincero, mas sem moderação. A desestabilização da moderação, presente no texto, é parte constituinte da imagem construída pelo político e entendemos que isso é feito de forma proposital. Essa falta de moderação, apoiada nos sentidos de comandante e de potência do texto, corrobora os sentidos de sinceridade. Ele ataca outros políticos, ele fala o que vem a mente e o que quer, então ele é sincero. Por isso, percebemos que há uma grande desestabilização da imagem do político sério, controlado e moderado, que controla suas emoções, e uma estabilidade do sentido de sinceridade e do sentimento. No perfil de Bolsonaro, percebemos que a emoção domina a razão.

O perfil traz, ainda, uma particularidade. Ao entrevistar apoiadores, a repórter provoca o sentido de identificação, porque as pessoas se veem em Bolsonaro, ao mesmo tempo que sentem que são vistas e ouvidas por ele:

SD317 Agora ela e seu grupo divulgam na internet as viagens do deputado pelo Brasil, o que ajuda a lotar o saguão dos aeroportos onde ele aterrissa. Perguntei por que ela apoiava o deputado. Ele era a voz da direita, disse, e tinha um discurso em defesa do trabalho, da família, do empreendedorismo, tudo o que ela supunha que a esquerda renegaria. “A esquerda nos olha com preconceito. Nos rotula de conservadores e despreza os nossos valores, como se só eles tivessem razão em tudo”, reclamou. Além disso, ela, assim como Bolsonaro, era contra a vitimização dos pobres. “Eles sempre acham que pobre é coitado.” E acusou o programa Bolsa Família de sustentar vagabundos.

No texto, a intimidade acaba aparecendo menos do que nos perfis dos outros políticos, mas ainda está presente para contribuir com o aprofundamento e a complexidade do personagem. Ele grita, ele briga com políticos, mas é um pai amoroso e responsável. **Sua personalidade política é construída como enérgica, militar, sincera e sem moderação.**

Encerrada essa segunda etapa da análise, apresentamos as considerações sobre os resultados.

6.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE

Durante a análise, determinados pontos nos chamaram a atenção, como a prevalência do efeito de estabilização em detrimento da desestabilização, assim como a semelhança das finalidades do jornalismo (2019) cumpridas pelo texto, além da compreensão das matérias como perfis qualificados.

Ao apresentarmos o panorama dos quatro perfis, é possível perceber como há um esforço da revista piauí pela produção de perfis de fôlego, que buscam construir de forma aprofundada a imagem das personagens e, assim, os compreendemos como perfis qualificados. Percebemos que os quatro textos, O Andarilho (FHC), Mares Nunca Dantes Navegados (Dilma), A Cara do PMDB (Michel Temer) e Direita, Volver (Jair Bolsonaro), são perfis qualificados, entretanto todos cumprem plenamente três das seis características do perfil qualificado, sendo elas: aprofundamento em um recorte da história do perfilado, pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado e o cumprimento das finalidades do jornalismo. No quadro 10, é possível visualizar de forma sintetizada o cumprimento das características.

Quadro 10: O objeto de pesquisa como perfil qualificado

Características do perfil qualificado	FHC	Dilma Rousseff	Michel Temer	Jair Bolsonaro
a) Aprofundamento em um recorte da história do perfilado	X	X	X	X
b) Humanização do perfilado	X	+-	X	X
c) Pesquisas e entrevistas com várias fontes e com o próprio perfilado	X	X	X	X
d) Texto envolvente que inclui, também, observações do repórter	X	+-	X	X
e) Cumprimento de finalidades do jornalismo	X	X	X	X
f) Tem como base a alteridade	X	+-	X	X

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Durante a primeira etapa da análise, a característica da verificação se os perfis cumpriam as finalidades do jornalismo também trouxe importantes reflexões. Percebeu-se que todos os perfis cumprem as seguintes finalidades: ajudar a entender o mundo contemporâneo, informar de modo qualificado, fazer mediação entre fatos e leitor, selecionar o que é relevante, registrar história e construir memória e, ainda, fiscalizar o poder e defender a democracia. No quadro 11, é possível ver o mapeamento das características apresentadas:

Quadro 11: Os perfis e as finalidades do jornalismo

Finalidade	FHC	Dilma Rousseff	Michel Temer	Jair Bolsonaro
Ajudar a entender o mundo contemporâneo	X	X	X	X
Informar de modo qualificado	X	X	X	X
Fazer mediação entre fatos e leitor	X	X	X	X
Interpretar e analisar a realidade			X	X
Verificar a veracidade das informações		X		
Selecionar o que é relevante	X	X	X	X

Registrar história e construir memória	X	X	X	X
Fiscalizar o poder e defender a democracia	X	X	X	X

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Um ponto importante de se trazer é o desafio e dificuldade em se analisar a abertura à alteridade por parte do repórter. Medir a presença de alteridade em um texto é uma tarefa complexa, pois envolve a percepção subjetiva de compreensão do outro. Como definimos no capítulo 2, alteridade não é apenas o encontro físico e o ouvir, mas o fenômeno do encontro entre o eu e o outro e a abertura para se conhecer e entender esse outro. Na pesquisa, percebemos a alteridade quando sentimos que conseguimos entender o outro, ou ao menos uma imagem desse outro, dado que o jornalismo só alcança uma outridade relativa, não plena. Se o leitor consegue captar essa compreensão, isso indica que houve uma tentativa genuína do repórter de transmitir a perspectiva do perfilado e uma construção cuidadosa desse perfil. Assim, a alteridade no texto é mais uma sensação de conexão e entendimento, resultante do esforço jornalístico em construir o outro. Na análise, em apenas um perfil, de Dilma Rousseff, não conseguimos perceber de forma plena essa busca no texto pela compreensão da perfilada.

Ao finalizarmos a análise dos textos para defini-los ou não como perfis qualificados, partimos para a construção do *ethos* político. Para esta parte da análise, como explicado nos procedimentos metodológicos, iniciamos pela busca das sequências discursivas (SD's), os sentidos e as incidências discursivas (ID) – que são as repetições dos sentidos dentro das SD's. Retomamos, por meio da síntese do Quadro 12, os números encontrados no perfil.

Quadro 12: Análise das Sequências e Incidências Discursivas

Perfil	Sequências Discursivas	Sentidos	Incidências Discursivas
Fernando Henrique	77	20	275
Dilma Rousseff	116	23	310
Michel Temer	64	21	164
Jair Bolsonaro	84	23	266

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Percebe-se que, apesar de uma variação no número de SD's e ID's, principalmente pelo tamanho dos perfis, o número de sentidos, ou seja, das imagens utilizadas para a construção do ethos dos políticos pela revista *piauí*, foi semelhante.

Ao finalizarmos a análise da pesquisa, podemos observar que o **efeito de estabilização prevaleceu** sobre o de desestabilização, o que nos faz compreender que o *ethos* do político nos perfis da revista *piauí* está adequado à imagem que eles buscam construir de si. No quadro 12, apresentamos a porcentagem da prevalência do efeito de estabilização sobre o de desestabilização nas ID's encontradas pela pesquisa.

Quadro 13: Incidência dos efeitos de estabilização e desestabilização

Perfil	Estabiliza	Desestabiliza
Fernando Henrique	75,60%	24,80%
Dilma Rousseff	70,30%	29,60%
Michel Temer	89%	10,90%
Jair Bolsonaro	65%	34,90%
Total	73,40%	26,60%

Fonte: dados da pesquisa (2024)

No início da construção da pesquisa, supomos que o efeito de desestabilização iria predominar, uma vez que a finalidade de um texto de perfil é aprofundar a imagem do perfilado, especialmente no caso de personalidades conhecidas, onde busca-se revelar facetas desconhecidas ou inéditas. Contudo, nos perfis analisados, embora haja um esforço para a construção das imagens a partir de sua intimidade e revelando diferentes facetas, como a de Michel Temer como um pai preocupado, Dilma cuidando de seus cachorros e Fernando Henrique dormindo no aeroporto, com o objetivo de humanizar e aprofundar suas histórias, prevaleceram os sentidos com efeito de estabilização. Mesmo ao explorar dimensões pessoais, o resultado final tende a reforçar uma imagem estável e coerente com os padrões políticos dominantes, evitando rupturas significativas que poderiam desestabilizar a percepção pública do indivíduo.

Na análise da construção da imagem também percebeu-se que o *ethé* de identificação teve um maior número de incidências do que o de credibilidade. Entendemos que isso ocorre pela busca do perfil em aprofundar e humanizar a imagem do perfilado. No caso dos perfis políticos, traz-se o lado da família e o pessoal para se construir e se mostrar uma faceta que não é tão conhecida.

A diferença entre a incidência dos *ethé* de identificação e de credibilidade é alta. No perfil de FHC, das 275 ID's, 227 são de identificação e 48 de credibilidade. De Dilma Rousseff, são 237 de identificação e 73 de credibilidade, de Michel Temer a proporção é 124 e 40, enquanto com Bolsonaro são 201 de identificação e 65 de credibilidade. No quadro 14 é possível ver a sintetização e a prevalência desses dados.

Quadro 14: Incidência dos *Ethé* de Identificação e Credibilidade

Perfis	<i>Ethé</i> de Identificação	<i>Ethé</i> de Credibilidade
FHC	82,55%	17,45%
Dilma	76,45%	23,55%
Temer	75,61%	24,39%
Bolsonaro	75,56%	24,44%

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Encerradas as considerações sobre a análise, partimos para as considerações finais da presente pesquisa.

7 Considerações finais

Meu interesse em fazer o mestrado surgiu por querer me aprofundar nos conceitos de alteridade e outridade e compreender quem é e como é construído o outro no jornalismo, tema que já pesquisei em trabalhos anteriores. Com isso em mente, percebi que a forma discursiva que tem o outro como foco central é o perfil. Em um perfil, o objetivo principal do jornalista é a construção discursiva do outro.

Nesse caminhar, conheci diferentes autores que estudam os perfis e, a partir de suas reflexões, pude sistematizar seus ensinamentos e propor o conceito de “perfil qualificado”, cumprindo um dos objetivos específicos desta dissertação. Entendo que o perfil tem como objetivo a construção de uma “personalidade no papel”. O texto deve apresentar, por meio de um recorte que pode ser temporal ou temático, características do perfilado, contando sua história, seus gostos, seu trabalho e fazendo com que o leitor sinta que, de alguma forma, passou a conhecer mais aquela pessoa. Percebi, pelas diversas leituras de perfis que fiz nos últimos dois anos, que nem todos eles tinham como base a alteridade. E esse foi um dos motivos que me levaram a construir o conceito de perfil qualificado, pois entendi que era importante valorizar o esforço dos jornalistas que realmente ouvem seus perfilados.

O objeto de pesquisa, a revista *piauí*, foi escolhido por ser referência em perfis jornalísticos na atualidade. Entretanto, vi a necessidade de descobrir se os perfis da revista eram, de fato, qualificados. Na primeira etapa da análise, isso se confirmou, pois comprovei que todos os requisitos do perfil qualificado foram atendidos pelos perfis analisados. Escolhi estudar perfis de políticos por diferentes razões, como interesse pessoal no tema, por compreender que existe um *ethos* coletivo político que se atravessa nas construções dos textos jornalísticos e pela curiosidade de compreender como o outro político é construído pelo jornalismo.

Durante a construção da dissertação, refleti sobre o que acredito serem dois pontos importantes para o jornalismo: a presença do outro – e a forma de apresentar esse outro – e a relação entre jornalismo e política. A princípio, pode parecer estranho relacionar alteridade com personalidades públicas, mas é válido ressaltar que, ao estudar alteridade e outridade no jornalismo, compreendo “todos” como “outros”, incluindo os políticos. Entendo também que é importante analisar e pesquisar como as construções discursivas dos políticos são feitas pelos jornalistas. Tive, então, dois pontos de partida, o entendimento de que o jornalismo tem como base a alteridade e o de que a política e o jornalismo têm uma relação muito próxima.

Os políticos precisam do jornalismo, assim como faz parte das funções do jornalismo fazer a cobertura política.

Nos quatro capítulos teóricos, busquei refletir sobre os pontos apresentados acima antes de responder ao problema de pesquisa: como se dá a construção discursiva do outro político nos perfis da revista piauí? Retomo, aqui, os cinco objetivos específicos traçados para alcançar a resposta do problema de pesquisa e que guiaram a construção teórica deste estudo: 1) compreender o discurso jornalístico e sua finalidade como defensor da democracia; 2) refletir sobre quem são os outros no jornalismo e especialmente o outro político; 3) apresentar as características do perfil como forma discursiva do jornalismo, definindo o que é um perfil qualificado; 4) conhecer as características do discurso político, de seu *ethos* discursivo e de seu *ethos* pré-discursivo; e 5) compreender como se dá o interdiscurso entre o discurso jornalístico e o discurso político.

No segundo capítulo da dissertação, busquei definir o que é discurso, segundo a Análise de Discurso de Linha francesa, com base em Pêcheux (2021), Orlandi (2015) e Charaudeau (2013), além de defender o jornalismo como gênero discursivo. Concordando com Benetti (2008; 2016), entendo que o jornalismo é, sim, um gênero discursivo com características próprias, com relações intersubjetivas e de poder específicas.

Reginato (2019), como mostrado no segundo capítulo, elenca 12 finalidades do jornalismo, sendo uma delas a fiscalização do poder e a defesa da democracia. Para a autora, o jornalismo é fundamental na manutenção do Estado Democrático e precisa se posicionar e trabalhar para isso. O jornalismo tem, ainda, uma linguagem própria, e os leitores que o consomem precisam compreender suas diferentes formas discursivas e a que cada uma delas se propõe.

Levando em consideração as finalidades definidas por Reginato (2019), percebi também como os perfis cumprem a finalidade de registrar história e construir memória. Dilma, Temer e Bolsonaro não haviam sido presidentes quando seus perfis foram publicados, então suas imagens políticas ainda estavam sendo construídas para alcançar o posto político máximo no Brasil – diferentemente de FHC, que já tinha a imagem nacional do político intelectual. No caso de Dilma, fica clara a desestabilização do sentido de autocontrole, algo que, durante seu governo, foi pauta de diferentes reportagens.

Ao término da pesquisa, entendo que registrar a história e construir memória seja a finalidade jornalística mais importante que os perfis de políticos cumprem. No início do mestrado, tive o prazer de produzir, como jornalista do Estado, o podcast "Palácio Piratini: 100 anos de memória política". O objetivo do podcast era apresentar a história de todos os

governadores gaúchos, contando um pouco de suas vidas, as ações realizadas durante seus mandatos e a relação que tinham com a imprensa da época. Para isso, utilizei principalmente dois meios de pesquisa: os estudos acadêmicos e o arquivo do jornal *A Federação*. O trabalho realizado pelos jornalistas d'*A Federação*, portanto, foi fundamental para que eu pudesse ter acesso às informações sobre esses outros políticos. Essa experiência me fez perceber que os perfis de políticos são essenciais para registrar a história e construir a memória do país. Quando são qualificados, ganham ainda mais importância, por trazerem informações mais completas sobre os perfilados. Da mesma forma, esta pesquisa também ajudará a construir memória sobre os presidentes da República e sobre a política brasileira.

Notamos, também, a importância da alteridade e da escuta ativa do perfilado, mesmo que se discorde politicamente dele, como parece ser o caso do perfil de Bolsonaro. Ele é ouvido, há espaço para suas explicações e, assim, a repórter constrói uma imagem complexa de quem ele é. Entendemos, então, que o perfil necessita da alteridade. Por meio do estudo da alteridade e outridade no jornalismo, pude compreender como os outros são construídos discursivamente pelo jornalismo.

Nesta pesquisa, trabalhei com o que chamei de o outro político, que faz parte da política tradicional, especificamente políticos que já foram presidentes. Entendi que são esses políticos que lideram o país e definem questões que afetam o cotidiano de todos, por isso é necessário conhecê-los. Charaudeau (2018) explica que a imagem que o político transmite para o público sempre é construída e limitada, mas ele precisa se mostrar para gerar identificação e para que os cidadãos – e eleitores – confiem nele.

A definição de política, do discurso político e as características da imagem do político foram tratadas no terceiro capítulo, em que busquei entender a imagem do político. Para isso, conceituamos o que é *ethos* discursivo e pré-discursivo e definimos o *ethos* político de acordo com Charaudeau (2018). O autor apresenta dois grandes grupos de *ethé*, o de **credibilidade** e o de **identificação**.

Após a definição de jornalismo e de política como discurso, trago, na dissertação, a relação entre eles com base no conceito de Interdiscurso. O jornalismo tem a política como um de seus temas caros: há editoriais especializadas no assunto e os discursos e ações políticas se tornam pautas diárias. Ao mesmo tempo, os políticos contam com os jornalistas para construir uma relação com o público.

Nos capítulos teóricos, considero ter alcançado os cinco objetivos específicos definidos. A partir da análise, alcancei o objetivo geral. Retomo então, o objetivo da pesquisa

de compreender como a revista piauí constrói discursivamente o outro político em seus perfis considerando o *ethos* coletivo visado pelos políticos enquanto grupo.

Entendo que os sentidos de credibilidade e identificação aparecem fortemente nessa construção interdiscursiva. **A construção da imagem de FHC é a da intimidade de um homem culto.** Os sentidos com maior incidência são o de homem culto, de intimidade e de orgulho. Durante a análise, percebo que a intimidade do político é apresentada, desestabilizando o *ethos* político coletivo. Mas FHC aparece também como autor de diversos livros, professor renomado, que tem orgulho de suas conquistas e de suas pesquisas. Os sentidos que mais se repetem no texto de FHC mostram que sua imagem é construída por meio do *ethos* de inteligência, do *ethos* de humanidade e do *ethos* de caráter.

O perfil de Dilma Rousseff constrói sua imagem com os sentidos de força, competência, intimidade e, ao mesmo tempo, falta de poder político. Os sentidos que mais se repetem são de força de espírito, intimidade e experiência, ao mesmo tempo que há a desestabilização da imagem de chefe. Na análise do texto, compreendo que ela é apresentada como alguém que se destaca, que tem uma força espiritual – e não física –, que chama a atenção e que se mantém firme nos seus posicionamentos e crenças. Ao mesmo tempo, o repórter mostra sua competência profissional e sua vida pessoal, falando muito do seu estado de saúde. No texto, os sentidos que mais se repetem são os do *ethos* de caráter, do *ethos* de humanidade e do *ethos* de competência.

A imagem de Michel Temer é construída como uma pessoa séria, ambiciosa e ligada à família. Os sentidos que mais se repetem são de intimidade, ambição e expressão. O texto mostra Temer como um homem ambicioso em relação à política, que conquistou vários cargos desde o início de sua trajetória. Ao mesmo tempo, ele aparece como uma pessoa com expressões sérias, sempre sentando de forma ereta, usando um português impecável, mas que é preocupado com o filho, tem uma boa relação com as filhas e com o irmão. Identifico, então, que as paráfrases discursivas trazem principalmente os sentidos dos *ethé* de humanidade, caráter e sério.

O texto de Jair Bolsonaro constrói sua imagem como um homem enérgico, sincero, sem moderação e com comportamentos de comandante. Durante a análise, foi possível perceber que Jair Bolsonaro aparece no perfil como alguém que defende fortemente seus ideais, consegue falar por horas sobre um mesmo assunto e com vitalidade. Ele conquista fãs com essa força e não tem moderação, considerando que ele se nega a debater, discutir ou trabalhar com políticos da oposição – ou, ao menos, respeitá-los – o que auxilia na construção da imagem de sincero. Ele fala o que pensa e não se importa com a opinião alheia. Além

disso, percebo também sua lealdade ao Exército e comportamentos que fazem com que o sentido de comandante seja reiterado, como lidar com a oposição sempre em modo de ataque, como se estivesse em uma guerra. Os sentidos mais presentes no texto de Bolsonaro são os dos *ethé de potente, virtuoso e de chefe*.

Respondendo, então, ao problema de pesquisa – **como se dá a construção discursiva do outro político nos perfis da revista piauí?** – considero que a revista, mesmo que apresente diferenças nos quatro textos analisados – constrói discursivamente o outro político principalmente a partir do *ethos* de identificação. Entendo que isso ocorra para tornar o texto mais envolvente, trazendo informações desconhecidas dos leitores, que mostram o lado “humano” dos políticos. Percebi também que esse outro político é apresentado na revista a partir da alteridade do repórter, pois verificamos que, nos quatro textos, ocorreu uma abertura para compreensão do perfilado e uma escuta atenta.

Além disso, penso que a busca pela credibilidade política é muito mais um objetivo do discurso político do que do discurso jornalístico. Não é finalidade do jornalismo apresentar o político como alguém que tenha credibilidade. O que o jornalista almeja é que o seu discurso seja crível. Por isso, quanto mais informações detalhadas e verificadas ele apresentar do outro político, mais credibilidade terá o seu perfil. Por fim, também verifiquei que os perfis da piauí mobilizam mais os efeitos de sentidos de estabilização do *ethos* coletivo visado pelos políticos enquanto grupo do que a desestabilização: são 745 efeitos de estabilização e 270 de desestabilização.

Ao finalizar a análise e perceber a imagem de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro construída pela revista *piauí*, descrita acima, foi reiterada durante os seus governos.

A imagem de Dilma de uma pessoa forte, mas sem força política, é constantemente permeada pelo machismo que vemos na sociedade e na política. Como mulher e feminista, a análise de *Mares Nunca Dantes Navegados* foi o mais difícil: foi necessária muita atenção, reflexão e tempo para conseguir realizar a análise. Ao mesmo tempo, durante seu governo esse machismo também esteve muito presente: a presidenta mais de uma vez foi chamada de fantoche do Lula, como uma mulher sentimental e sem poder político, além de ter sofrido um golpe de Estado em que as justificativas, em sua maioria, estavam permeadas por um recorte de gênero.

Enquanto ainda no perfil de Michel Temer há um especialista questionado se havia a possibilidade de Temer tentar, de alguma forma, tomar o poder. Em *A Cara do PMDB* é possível ver um homem ambicioso, poderoso, que sabe o que faz e onde está. Ao ler o texto e fazer a análise, detalhes de seu governo, desde a carta enviada à presidenta Dilma em 2015

que mostrava a ruptura do governo, como em todo o golpe. Dentre os trechos da carta, um se destaca: “Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.” (Temer, 2015)¹¹⁶. Temer sabe seu poder, sabe quem é e sabe como alcançar seus objetivos – e isso ficou claro durante o texto e seu governo.

Enquanto Jair Bolsonaro, desde seu surgimento político, é construído com essa imagem de sinceridade, força, energia e falta de moderação. Em seu governo, não faltaram momentos que corroboram essa imagem. Ainda durante o período eleitoral, quando ocorreu o incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, ao ser questionado sobre o que faria e planos para a preservação do patrimônio histórico, ele respondeu “Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?”¹¹⁷. Durante a pandemia de coronavírus, em abril de 2020, ao ser questionado sobre o número de mortes pela doença respondeu que não era coveiro¹¹⁸. Seu governo foi marcado por falas polêmicas, ataques à oposição e a minorias. No perfil, já havia a insinuação de um possível golpe, que foi visto quando Bolsonaro perdeu as eleições e nos atos antidemocráticos que ocorreram em 8 de janeiro de 2023 em Brasília¹¹⁹, assim como sua falta de moderação e o fanatismo de seus eleitores.

Durante a análise, compreendo, com base nos dados quantitativos, que a maioria dos sentidos encontrados nos textos evocam o *ethos* de identificação, ou seja, o que tem como objetivo criar uma conexão entre cidadão (e eleitor) e o político. O *ethos* de credibilidade fica

¹¹⁶ A carta completa está disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>, acessada em 5 de julho de 2024.

¹¹⁷ Trecho disponível na notícia: “Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional”, por Fernanda Calgaro, publicado no G1 em 04 de setembro de 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/04/ja-esta-feito-ja-pegou-fogo-quer-que-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-incendio-no-museu-nacional.ghtml>>. Acesso em 5 de julho de 2024.

¹¹⁸ “Não sou coveiro, tá?”, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus”, por Pedro Henrique Gomes, publicado no G1, em 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em 5 de julho de 2024.

¹¹⁹ Em 8 de janeiro de 2023, o Brasil presenciou a invasão violenta do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto por um grupo que não aceitava o resultado das eleições de 2022, causando destruição significativa e prejuízos milionários ao patrimônio da união. O ataque, considerado uma tentativa de abolição do Estado de Direito, resultou na prisão de mais de mil pessoas e na criação de um Grupo Estratégico pelo Ministério Público Federal para coordenar as investigações. Foram abertas mais de 1,4 mil denúncias ao Supremo Tribunal Federal contra executores, incitadores, financiadores e agentes públicos suspeitos de omissão. As primeiras condenações variaram de 3 a 17 anos de prisão, com multas coletivas de R\$30 milhões, e medidas alternativas para casos menos graves, como prestação de serviços à comunidade e cursos sobre democracia. Mais informações em: Atos Antidemocráticos: entenda o Caso, publicada pelo Ministério Público Federal. Disponível em <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/atos-antidemocraticos/entenda-o-caso>>. Acesso em 5 de julho de 2024.

em segundo plano nos textos. Percebo que os textos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro têm como objetivo narrar suas vidas e ações na política. No de Fernando Henrique Cardoso, o foco é sua intimidade e a parte política aparece naturalmente, em perguntas de terceiros e reflexões sobre seu governo. Entendo que essa escolha se deu porque FHC já havia deixado a presidência, enquanto Dilma, Temer e Bolsonaro estavam buscando concorrer a cargos.

Percebi os limites da pesquisa, como a impossibilidade de analisar mais perfis, ou perfis de políticos que ocupam diferentes cargos. Outra possibilidade de investigação futura seria o aprofundamento em relação às questões de gênero, pois vimos que, no perfil de Dilma, são utilizados estereótipos negativos da mulher que foge do controle emocional. Seria interessante descobrir se isso se repete nos perfis de outras mulheres políticas.

Ao finalizar a análise – mesmo percebendo suas limitações – e vislumbrar novas possibilidades de investigações, compreendo a relevância desta dissertação para o campo do jornalismo. No âmbito pessoal, pude pesquisar conceitos que são caros para mim, assim como relacionar o que estudei com a prática do meu trabalho como jornalista. Considero também que os achados desta pesquisa podem auxiliar tanto para se conhecer quem são os políticos dos perfis analisados quanto para mostrar como os jornalistas podem construir perfis qualificados, tendo como base a alteridade, além da importância de se terem perfis qualificados de políticos e como estes cumprem as finalidades do jornalismo e são registros da história.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.

_____. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, p. 119-144, 2005.

AMOSSY, Ruth & PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos e Clichês**. São Paulo: Contexto, 2022.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018 (ebook).

ARISTÓTELES. A Retórica. 1ª edição. São Paulo: **Edipro**, 2019 (ebook).

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. **Estudos em jornalismo e Mídia**, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2006.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso: estudos de vozes e de sentidos. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENETTI, Márcia; FREITAS, Camila. Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, DF. Vol. 13, n. 2 (ago. 2017), p. 10-29, 2017.

BENETTI, Márcia; GADRET, Débora Thayane de Oliveira Lapa. O *ethos* do repórter de TV da Rede Globo. **Intexto**. N. 39 (maio/ago. 2017), p. 60-79, 2017.

BENETTI, Márcia; HAGEN, Sean. (2009). Jornalismo e vida cotidiana: o comer e o cozinhar contemporâneos nas revistas semanais. **E-Compós**, 11(2).

BENETTI, Márcia; REGINATO, Gisele Dotto (2015). O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: Estudo da revista Veja no Facebook. **Revista Famecos**, v. 21, n. 3, p. 878-896.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia P. e LOPES, Maria Immacolata V.. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

_____. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS**. Vol. 1, n. 14 (jan./jun. 2006), p. 1-11, 2006.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, núm. 15, junho, 2008, p. 13-28. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

_____. Os leitores como comunidade discursiva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 17, n. 1, p. 182-193, 2020.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. Pluralismo e **Crise de Sentido**: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004b.

BOBBIO, Norberto et al. Política. **Dicionário de política**, v. 11, p. 319-329, 2010.

BOFF, Felipe. Reportagem. In: ZAMIN, Angela. SCHWAAB, Reges (Org.). **Tópicos em jornalismo: Redação e reportagem**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

BORGES, Rogério. Jornalismo literário: teoria e análise. **Florianópolis: Insular**, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. In: FIGARO, Roseli (org.) **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRUM, Eliane. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Discurso Político**. 2. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

COLOMBO, Sylvia. Revista “Piauí” chega ao mercado. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 de outubro de 2006. Folha Ilustrada. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0910200610.htm>>

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 203-247, 2011.

CORREIA, João Carlos. **O Admirável Mundo das Notícias** - Teorias e Métodos. Covilha: LabCom Books, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. 1ª ed. Reimpressão. São Paulo: EDUFSCar, 2022.

COUTINHO, Iluska. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, ano, v. 1, 2004.

D'AMORIM, Maria Alice et al. A imagem do político brasileiro:: Três anos depois. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 7, n. 1, p. 13-24, 1991.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornalismo**: uma releitura. 6. ed. São Paulo: Sumus, 1996.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Sonho de um Homem Ridículo**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.

EGGS, Ekkehard. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, p. 29-56, 2005.

FONTANIVE, Stéfani. **Outridade no jornalismo**: uma análise da construção do outro na narrativa das Hard News da Editoria Cotidiano da Folha de S. Paulo. 2021. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229855>>

FONTANIVE, Stéfani; ZANOTTO, Ana Julia. Borges de Medeiros, a Revolução de 23 e o Palácio Piratini: uma análise do podcast Palácio Piratini como mantenedor da história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 165, 2023.

FREITAS, Camila. **Alteridade e Jornalismo**: A outridade na editoria Mundo da Folha de São Paulo. 124 páginas. Comunicação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017.

FURTADO, Thaís Helena. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 149-160.

_____. **O jornalismo infantil e o desejo de consumo**: o discurso da revista Recreio. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. UFRGS. 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em <www.Adelmo.com.br »sumário«>

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. GOMES, W; MAIA, **RCM Comunicação e democracia: Problemas & Perspectiva**. São Paulo: Paulus, p. 117-162, 2008.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 1, n. 1, p. 102-117, 2004.

LAHUDE, Katherine Both; GRUSZYNSKI, Ana. Revista Piauí: design editorial para um público com um parafuso a mais. Alcar 2010: **V Encontro Nacional de História da Mídia**, Porto Alegre, 2015.

JABLONSKI, Bernardo; RODRIGUES, Aroldo. A imagem do político brasileiro piorando o que já era ruim. **Revista de Ciência Política**, v. 32, n. 3, p. 42-51, 1989.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism**: what newspeople should know and the public should expect. 3. ed. New York: Three Rivers Press, 2014.

LAGO, Claudia. Ensinamentos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do “outro” no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília: SBPJor, V. 2, N. 2, 2014.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós**: Ensaios sobre a Alteridade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Venício. A de. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, v. 30, n. 51, p. 13-37, 2009. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/853>>

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. A Preface to politics. Salt Lake City: Project Gutenberg, 2006 (ebook). Disponível em <<https://www.gutenberg.org/ebooks/20125>>.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian journalism research**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.

MAIA, Marta. **Perfis no jornalismo**: Narrativas em composição. Florianópolis, SC: Insular, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana. Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). Ethos discursivo. São Paulo: **Contexto**, 2008. p. 11 – 29

_____. **Cenas da enunciação**: organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, p. 69-92, 2005.

_____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

_____. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de hoje**, v. 53, p. 321-330, 2018.

_____. **Variações sobre o Ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2006.

MAQUIAVEL, Nicoló di Bernardo Dei. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

MARQUES, Ester. Estruturas do Discurso Jornalístico. 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0528-1.pdf>>.

MARTINEZ, Monica. Narrativas Biográficas. In: MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário**: tradição e inovação. Florianópolis: Insular, 2016. p. 85-108.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Comunicação e empatia: explorações na trilha de Husserl e Stein. **Questões Transversais**, v. 7, n. 14, 2020.

_____. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. **Parágrafo**, v. 4, n. 1, p. 40-49, 2016a.

_____. Epistemologia da alteridade: entre a erklären (explicar) e a verstehen (compreender) de outrem. **Líbero**, n. 37-A, p. 101-108, 2016b.

_____.; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 42, n. 3, p. 21-40, 2019.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aproximações e ambivalências epistemológicas da pesquisa que se constitui entre a comunicação e o comunicar. **Lumina**, v. 8, n. 1, 2014.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A comunicação, o comum e a alteridade: para uma epistemologia da experiência estética. **Logos**, v. 22, n. 2, 2015.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro & COELHO, Tamires Ferreira. Alteridade, sofrimento social e potência política em relatos de si no projeto “SP Invisível” no Facebook. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 3, p. 55-78, 2016.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento**, p. 125-134, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. O Jornalismo Como Forma de Conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**. p. 25-38 São Paulo, volume XXI, nº 1, jan/jun, 1998.

_____. O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento? In: **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã: Universidade da Beira Interior. 1997

MIGUEL, Luis Felipe. Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 183-202, 2011.

_____. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 59-76, 2010.

MIRANDA, Lin Manuel. **The Room Where It Happens**. Nova York: Atlantic Records. 5’18”.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Editora Revan, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MUNHOZ, Lysiane Hargreaves. Jornalismo humanizado e a construção de sentidos da adoção em série de reportagens do Jornal Nacional. 2017. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/177683>>

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORMANEZE, Fabiano. **O sujeito de palavra: a representação do político e da república em narrativas biográficas da revista piauí**. 2019. Tese de Doutorado. [sn].

PARK, Robert. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A Era Glacial do Jornalismo**: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas. Tradução de Jonas de A. Romualdo. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp, v. 1983, 1997.

_____. Metáfora e interdiscurso. **PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi**, 4ª ed, p. 151-161. Campinas: Pontes Editores, 2015.

_____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ª ed. Reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

PIAUI. **Manual de Redação**, 2022. Disponível em

< https://piaui.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2022/04/manual_2022B_0804_2.pdf>

PIAUI. Sobre nós. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/sobre-nos/>>

PINTO, José Nêmanne In: Nogueira, Nemércio (org.) Jornalismo é... **Xenon**: s/d.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre interdiscurso. **Revista letras**, v. 61, 2003.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

REGINATO, Gisele Dotto; DIAS, Marlon. Perfil jornalístico: histórias de vida e a busca da alteridade. **Jornalismo Literário: itinerários possíveis**. Santa Maria: FACOS-UFSM, p. 45-72, 2020.

CARRARO, Isabela Ribeiro. A escrita da vida na produção de biografias familiares: estudo de caso da editora Livros de Família. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Bacharelado em Jornalismo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

RODRIGUES, A. et al. Imagem do político brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília 4(1): 2-11, 1988.

ROLLEMBERG, Marcello. Uma questão de estilo: a gênese de piauí. **Revista USP**, n. 96, p. 124-135, 2013.

SCHERER, Marta. **Imprensa e belle époque: o jornalismo e suas histórias**. Editora Unisul, 2012.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado do Espetáculo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

SODRÉ, Olga. Percurso filosófico para a concepção de alteridade. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 34, n. 109, 2007.

TALESE, Gay. Fama e anonimato. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2004.

THOREAU, Henry David. **A Desobediência Civil**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2022.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. V.1. Florianópolis: Insular, 2020, ebook.

TREANOR, Brian. **Aspects of Alterity: Lévinas, Marcel, and the contemporary debate**. New York: Fordham University Press, 2006.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, v. 2, p. 74-90, 1993.

_____. **Making News by Doing Work:** Routinizing the Unexpected. *American Journal of Sociology*, Vol. 79, No. 1, pg. 110-131, julho, 1973.

VILAS-BOAS, Sergio. **Perfis:** o mundo dos outros, 22 personagens e 1 ensaio. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

_____. **Perfis e como escrevê-los.** São Paulo: Summus, 2003.

APÊNDICE A

Estado da Arte da pesquisa

Para entender o panorama do que está sendo estudado em relação ao tema da presente dissertação, construímos o Estado da Arte, que contou com duas fases e vinte formas de pesquisas. Os bancos de pesquisa mapeados foram o Banco de Teses e dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses (BDBT) e Dissertações, os bancos universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade do Vale do Rio dos Sinos, também os anais de eventos, como do Intercom.

A primeira fase da pesquisa foi feita a partir dos termos sozinhos. As palavras chaves pesquisadas foram: Revista Piauí; Perfil; Perfil Jornalístico; Alteridade; Outridade; Jornalismo e o outro e Análise de Discurso. Na segunda, ocorreu a união dos termos da pesquisa: como alteridade e jornalismo; alteridade, jornalismo e análise do discurso; e assim por diante. O período utilizado para a pesquisa deste Estado da Arte foi de 2000 a 2022, ou seja, 22 anos. O método usado para a pesquisa variou conforme o banco: nos que possuíam a aba “pesquisa avançada”, como os de universidades e a BDBTD, foram utilizados os termos em “assunto” com o objeto “contém”. Nos que não possuíam pesquisa avançada, como os anais do Intercom e o Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram utilizadas as aspas, para definir o termo, e o sinal “&” para sua união, ambos os termos entre aspas.

Nessa primeira fase, ao pesquisar “revista Piauí” no Banco de Teses da Capes, obtivemos como resultado 20 pesquisas, sendo 18 dissertações e 2 teses. Destes, duas dissertações se destacam pela possibilidade de auxiliar na construção da presente pesquisa, a primeira, de Mayara Evangelista Alegre Negrão, de 2017, é intitulada *Esquina – a construção das cenas de enunciação, da responsabilidade enunciativa e do ethos feminino*; a segunda tem como título *A construção da personagem na revista Piauí: uma perspectiva ética da transformação de uma fonte em personagem por meio da tessitura da identidade narrativa de Francenildo nas textualidades biográficas do jornalismo*, de Joyce Athie da Costa, do ano de 2015.

O termo “perfil” obteve 42659 resultados, 29437 dissertações e 10123 teses, de diferentes áreas, como ciências da saúde, ciências agrárias e ciências humanas. Ao incluirmos “jornalístico”, houve uma drástica redução nos resultados, apenas sete pesquisas, quatro dissertações, duas teses e um trabalho final de curso profissionalizante. Destes, dois trabalhos podem auxiliar na construção e definição do gênero, ou forma discursiva, perfil. A dissertação

Mídia, Cotidiano e Personagens: Uma análise da construção de perfis jornalísticos na revista Veja, de Amanda Tenório Pontes da Silva, de 2012, e a tese *Narrar é preciso, uma viagem pela teoria e prática do perfil jornalístico*, de 2019, da autora Renata Carraro.

Já ao pesquisarmos “alteridade”, obtivemos 3.525 resultados, das áreas de letras, educação, psicologia e linguística, sendo 2.507 dissertações e 948 teses. “Outridade” apresentou 23 resultados: 19 dissertações e quatro teses, das áreas de linguística, letras e arte, ciências humanas e ciências sociais aplicadas. O termo “jornalismo e o outro” nos levou a dissertação de Cleber Femina da Silva, *A Dimensão Ideológica do Jornalismo e o Outro Generalizado: Formação acadêmica e mercado de trabalho na construção profissional do estudante de Jornalismo da UFRN*, de 2015. Apesar de citar o jornalismo e o outro, a pesquisa não é similar a presente dissertação.

O termo “Análise do discurso” foi o termo com mais resultados: 5.813 pesquisas, sendo 4.182 dissertações e 1.405 teses, das áreas de linguística, letras e arte, ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Segue o quadro com o resultado desta etapa da busca.

Resultado do Estado da Arte no Banco de Teses e Dissertações da Capes

Banco de Teses e Dissertações da Capes						
Revista Piauí	Perfil	Perfil Jornalístico	Alteridade	Outridade	Jornalismo e o Outro	Análise de Discurso
20 pesquisas – 18 dissertações e 2 teses	42659 resultados – 29437 dissertações e 10123 teses	7 resultados – 4 dissertações, 2 teses e 1 trabalho final de curso profissionalizante	3.525 resultados – 2.507 dissertações e 948 teses	23 resultados – 19 dissertações e 4 teses	1 resultado – dissertação	5.813 resultados – 4.182 dissertações e 1.405 teses

Fonte: dados da pesquisa

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, “revista Piauí” obteve 186 resultados, sendo 141 dissertações e 45 teses, de diferentes áreas, como comunicação, educação agrícola e ciências ambientais e florestais. “Perfil” apresentou 45.792 pesquisas, 32.180 delas eram dissertações e 13.618 teses, de áreas como epidemiologia, educação e enfermagem. Já “perfil jornalístico” resultou em 176 trabalhos, sendo 127 dissertações e 51 teses, nas áreas de comunicação, análise de discurso e jornalismo literário.

Com o termo alteridade, o resultado foi de 35.092 pesquisas, sendo 23.104 dissertações e 12.099 teses. As áreas de pesquisa com o termo foram ciências humanas – educação, ciências biológicas – bioquímica, ciências da saúde – medicina, fisiologia,

agronomia, direito, ecologia, linguística, engenharia mecânica e ciências sociais aplicadas – comunicação. Na área de comunicação, são 126 pesquisas, sendo 83 dissertações e 43 teses.

Ao pesquisar o termo “Outridade”, 34 pesquisas foram encontradas, sendo 26 dissertações e 8 teses, das áreas de linguística, teologia, educação e comunicação. Dos trabalhos que continham o termo, três se relacionam com a presente pesquisa, a dissertação *Alteridade e jornalismo: a outridade na editoria Mundo da Folha de S. Paulo*, de Camila Freitas, de 2017, a dissertação *Outridade, conflito e governo: controvérsias públicas acerca da prática sacrificial afro-religiosa*, de Jorge Helius Scola Gomes, de 2016; e a tese *A alteridade na política pública de saúde e os migrantes: pontes de diálogo ou muros?*, de Daniela da Rosa Molinari, do ano 2020.

Com os termos “Jornalismo e o Outro”, foram 3.036 pesquisas, sendo 2.141 dissertações e 895 teses, nas áreas de comunicação, educação, história, letras, teologia, ciência política e psicologia. Na área da comunicação, foram 242 pesquisas, sendo 174 dissertações e 68 teses. Já o termo Análise do Discurso teve 39.023 resultados, 27.104 dissertações e 11.919 teses, sendo das áreas de educação, linguística e comunicação. Da comunicação, eram 776 pesquisas, sendo 539 dissertações e 237 teses. Os resultado desta etapa são apresentados na tabela a seguir:

Resultado do Estado da Arte na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações						
Revista Piauí	Perfil	Perfil Jornalístico	Alteridade	Outridade	Jornalismo e o Outro	Análise de Discurso
186 resultados – 141 dissertações e 45 teses	45.792 resultados – 32180 dissertações e 13618 teses	176 resultados – 127 dissertações e 51 teses	35.092 resultados – 23.104 dissertações e 12.099 teses	34 resultados – 26 dissertações e 8 teses	3.036 resultados – 2.141 dissertações e 895 teses	39.023 resultados – 27.104 dissertações e 11.919 teses

Fonte: dados da pesquisa

No Lume, o banco de pesquisas da UFRGS, “revista Piauí” encontrou 2095 resultados, sendo 794 teses, 875 dissertações, 592 trabalhos de conclusão de curso. “Perfis” gerou 18774 resultados, sendo 2829 teses, 3839 dissertações e 4895 trabalhos de conclusão de curso, já “perfis jornalísticos” trouxeram 1212 pesquisas, sendo 324 teses, 338 dissertações e 366 TCC’s.

“Outridade” traz 205 resultados: 61 dissertações, 54 teses, 43 trabalhos de conclusão de curso, e 47 outras publicações, nas áreas de literatura, literatura brasileira, literatura

comparada e comunicação. “Jornalismo e o outro” teve 5.465 resultados, sendo 1.315 dissertações, 896 teses e 1.815 trabalhos de conclusão de curso, nas áreas de cultura e comunicação. O termo “Análise do discurso” resultou em 3.1016 pesquisas, sendo 8.187 dissertações, 4.545 teses e 8.513 TCC 's, nas áreas de políticas públicas, ciências humanas e comunicação. Segue o quadro com os resultados da busca no Lume:

Resultado do Estado da Arte no Lume

Lume						
Revista Piauí	Perfil	Perfil Jornalístico	Alteridade	Outridade	Jornalismo e o Outro	Análise de Discurso
2.095 resultados – 794 teses, 875 dissertações, 592 TCC's	8.774 resultados – 2.829 teses, 3.839 dissertações e 4.895 TCC's	1.212 resultados – 338 dissertações, 324 teses e 366 TCC's	6.614 resultados – 2.063 dissertações, 1.522 teses, 1.224 TCC's	205 resultados – 61 dissertações, 54 teses e 43 TCC's	5.465 resultados – 1.315 dissertações, 896 teses e 1.815 TCC's	31.016 resultados – 8.187 dissertações, 4.545 teses e 8.513 TCC's

Fonte: dados da pesquisa

No banco de pesquisas da PUC/RS, “revista Piauí” resultou em 29 pesquisas, já “perfil” obteve um grande número de resultados, 6621. Ao incluirmos “jornalístico”, ocorreu uma diminuição considerável, obtendo-se apenas cinco resultados. No presente banco, não é possível ver a distinção de números entre teses e dissertações. “Alteridade” apareceu em 19 pesquisas. Já “Outridade” e “Jornalismo e o Outro” não tiveram nenhum resultado. A busca pelo termo “Análise do Discurso” apresentou um número grande de pesquisas, 1.717.

No RBDU, Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos, ao pesquisarmos “Revista Piauí” obtivemos apenas dois resultados, um trabalho de conclusão de curso, *O editorial da Piauí na capa da revista*, de Laura Hahner Nienow, de 2020, e o projeto de especialização, MBA, de Isabel Schneider Ramires, intitulado *Revista Piauí: “pra quem quer um projeto gráfico a mais”*, de 2015. Enquanto “perfil” resultou em 346 pesquisas, mas ao incluirmos o termo “jornalístico” não obtivemos resultados. “Alteridade” gerou 30 resultados, entre resumos, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. “Outridade”, “Jornalismo e o outro” também não indicaram nenhuma pesquisa. Já “Análise do Discurso” resultou em 9.655 pesquisas.

No portal “Manancial” da Universidade Federal de Santa Maria, os termos foram pesquisados entre trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Com “Revista Piauí”, obtivemos 11 resultados, entretanto, nenhum que se assemelha a presente pesquisa. “Perfil”

gerou 11461 resultados, enquanto “perfil jornalístico” apenas quatro, uma dissertação e três trabalhos de conclusão de curso. Assim como os resultados para “revista Piauí”, os desta pesquisa não se assemelham com o tema proposto na presente dissertação.

Já “Alteridade” resultou em 1.403 pesquisas; “Outridade”, em 40; “Jornalismo e o outro”, apenas uma – *Culturas de classe em Porto Alegre (1905-1911): os mundos do trabalho na imprensa anarquista e socialista*, de Eduardo da Silva Soares, de 2016. “Análise do Discurso” resultou em 6.788 trabalhos. A tabela a seguir traz esses resultados:

Resultado Estado da Arte em repositórios universitários

Repositório	Revista Piauí	Perfil	Perfil Jornalístico	Alteridade	Outridade	Jornalismo e o Outro	Análise de Discurso
PUC/RS	29 resultados	6.621 resultados	5 resultados	19 resultados	Sem resultados	Sem resultados	1.717 resultados
RBDU	2 resultados	346 resultados	Sem resultados	30 resultados	Sem resultados	Sem resultados	9.655 resultados
Manancial	11 resultados	11.461 resultados	4 resultados	1.403 resultados	40 resultados	1 resultado	6788 resultados

Fonte: dados da pesquisa

Ao pesquisarmos no portal dos Anais do Intercom, o termo “revista Piauí”, não apresentou resultados. Já “perfil” trouxe 122 trabalhos, enquanto “perfil jornalístico” apenas sete, entre esses, dois artigos podem auxiliar na definição das características de “perfil” propostas no presente trabalho. São eles *Aqui Imperatriz!: perfis de pessoas comuns no jornal Correio Popular*, de Alexandre Zarate Maciel (2011) e *O perfil jornalístico como uma leitura do cotidiano*, de Amanda Tenório Pontes da Silva, de 2010. “Alteridade” resultou em 77 pesquisas. “Jornalismo e o outro”, em 305; “Análise do Discurso”, em 338, e “Outridade” também não trouxe resultados. segue o quadro com os resultados da pesquisa nos anais da Intercom:

Resultado Estado da Arte nos Anais Intercom

Anais Intercom						
Revista Piauí	Perfil	Perfil Jornalístico	Alteridade	Outridade	Jornalismo e o Outro	Análise de Discurso
Sem resultado	122 resultados	7 resultados	77 resultados	Sem resultados	305 resultados	338 resultados

Fonte: dados da pesquisa

Nesta primeira fase do mapeamento, com as palavras-chaves pesquisadas sozinhas, fica perceptível que os temas gerais, como “alteridade”, “perfil” e a questão do outro são bastante pesquisados na área da comunicação, entretanto, ao unirmos os termos, os resultados se tornam mais escassos.

Ao unirmos “perfil” e “outro” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, obtivemos 3312 resultados, sendo 2234 dissertações e 921 teses. “Perfil” e “revista Piauí” resultou na dissertação *Sentidos revolvidos na revista Piauí (a intersecção da linguagem literária e jornalística)*, de Marina Lee Colbachini Sathler Duarte (2011).

A união de “Alteridade” e “Jornalismo” trouxe como resultado três pesquisas, sendo duas dissertações, *Jornalista, mediador-autor em culturas híbridas: aproximações com a temática do refúgio*, de Luiza da Silva Bodenmuller, de 2019; *Entre mundos: o encontro com o outro na tessitura da narrativa jornalística*, de Priscila Martins Dionízio, de 2011, e uma tese: *Educação, alteridade e jornalismo em perspectiva etnográfica*, de Guilherme Augusto Caruso Profeta, de 2021. Já a união de “alteridade” e “perfil” obteve 33 resultados, sendo 26 dissertações e seis teses, entre elas, uma dissertação que pode auxiliar na construção do presente trabalho, *O outro na narrativa de perfil: como o perfilado se sente representado no texto jornalístico*, de Luís Eduardo Tebaldi Gomes (2020).

Ao unirmos “perfil” e “análise de discurso” resultou em 63 pesquisas, 42 dissertações e 18 teses. Na área de Ciências Sociais aplicadas – onde o jornalismo é enquadrado pela Capes – aparecem 14 pesquisas, nenhuma semelhante ao projeto do presente trabalho. A união de mais ou diferentes termos não gerou resultados.

Já na Biblioteca Digital, os termos “Outro”, “Jornalismo” e “Alteridade”, resultaram em 202 pesquisas, sendo 151 dissertações e 51 teses. Ao incluirmos “Análise do Discurso” na pesquisa, obtivemos 57 pesquisas como resultado, sendo 40 dissertações e 17 teses. Dessas, oito podem auxiliar na construção da nossa pesquisa: a dissertação *O mesmo e o outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo*, de Rachel Pereira de Mello, de 2012, a dissertação *O outro na narrativa de perfil: como o perfilado se sente representado no texto jornalístico*, de Luís Eduardo Tebaldi, de 2020; a dissertação *A Construção discursiva dos eventos pela mídia: o processo de nomeação e a representação do discurso outro*, de 2011, de Rafaela Queiroz Ferreira Cordeiro, a dissertação *O discurso sobre a improdutividade do trabalhador brasileiro em textos jornalísticos: análise dialógica*, de Erike Luiz Vieira Feitosa, de 2016; a tese *A alteridade na ficção seriada e na grande reportagem. Um estudo sobre as estratégias de representação do outro na narrativa televisual brasileira*, de José Augusto Mendes Lobato, de 2017, a dissertação *Alteridade, racismo e representações sociais:*

o caso do ebola no Brasil, de Lassana Danfã, de 2016; a tese *Alteridade e resistência a estereótipos culturais: pelo direito de ser exceção*, de Luiza Machado da Silva, do ano de 2017; e a tese *Olhares sobre o Outro: Estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo*, de 2012, de Ingrid Gomes.

A união do termo “Outridade” com “Jornalismo” teve apenas um resultado, a dissertação de Freitas (2017), que também apareceu no Banco de Teses da Capes. Ao incluirmos “Análise do Discurso” na pesquisa, não obtivemos resultado.

A união do termo “perfil” com outras palavras-chave obteve diferentes resultados. Ao unirmos com o termo “outro”, encontramos 15308 pesquisas, sendo 10522 dissertações e 4786 teses, em diferentes áreas, como educação, engenharia de produção e comunicação. O trabalho de Tebaldi (2020) foi um dos resultados. A união de “perfil” com “outridade” não obteve resultados, enquanto “perfil” e “alteridade” gerou 3598 resultados, deste sendo 2208 dissertações e 1390 teses, das áreas de zootecnia, ciência e tecnologia de alimentos, educação agrícola e comunicação.

“Perfil” e “revista Piauí” rendeu 65 resultados, 52 dissertações e 13 teses, de diferentes áreas, como tecnologia de alimentos, biologia animal e comunicação. Nenhuma pesquisa se assemelha a que se planeja realizar no presente trabalho, mas há uma que evoca os sentidos presentes na Revista Piauí, a dissertação *Sentidos resolvidos na Revista Piauí : a intersecção da linguagem literária e jornalística*, de 2011, de Marina Lee Colbachinni.

A união com “análise de discurso” rendeu 483 resultados, 317 dissertações e 166 teses. Entretanto, ao unirmos o termo “revista Piauí” os resultados caem para apenas uma pesquisa, a dissertação de Duarte (2011) citada anteriormente. “Revista Piauí” com o termo “outro” rendeu seis pesquisas, quatro dissertações e duas teses. Apesar de nenhum trabalho assemelhar-se com o projeto da presente pesquisa, a dissertação *Qualidade jornalística: uma avaliação dos indicadores pluralidade e confiabilidade no jornalismo literário da revista Piauí*, de Egicyane Lisboa Farias Santos, de 2017, pode auxiliar na construção da explicação do objeto.

No Lume, a união dos termos “Alteridade” e “Jornalismo” resultou em nove pesquisas e, dentre essas, quatro podem contribuir com a presente dissertação: a tese *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*, de Marcia Veiga da Silva, publicada em 2015, a dissertação já citada de de Camila Freitas (2017); a dissertação de Tebaldi (2020); e a dissertação *A práxis no jornal Boca de Rua : de "gente invisível" a questionamentos do mundo*, de Guilherme Dornelas Camara, de 2008.

As palavras chave “Outridade” e “Jornalismo” tiveram como resultado três pesquisas, novamente a dissertação de Freitas (2017), o artigo *Alteridade, outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência*, de Camila Freitas e Marcia Benetti, e o trabalho de conclusão de curso *Outridade no jornalismo: uma análise da construção do outro na narrativa das Hard News da Editoria Cotidiano da Folha de S. Paulo*, de autoria desta pesquisadora.

Os demais cruzamentos de termos não obtiveram resultados.

No Banco de Teses da PUC e no portal Manancial, a união de nenhum dos termos trouxe resultados. No RDBU, apenas a união entre “perfil” e “análise de discurso” gerou resultados, 29 pesquisas, entretanto, nenhuma pertence a área de comunicação ou aborda perfis jornalísticos.

No portal dos anais do Intercom, o cruzamento entre as palavras-chave, “Jornalismo” e “Alteridade” obteve oito resultados, os artigos *A Construção da Alteridade na TV: Estratégias e Procedimentos de Enunciação do Outro no Telejornalismo e na Ficção*, de José Augusto Mendes Lobato; *Eis a mulher contemporânea: a Revista Claudia e a representação do feminino* de Vinicius Ferreira Ribeiro Cordão e Ana Regina Rêgo Barros Leal; *A antropologia urbana como ferramenta para construção de um relato jornalístico sobre os jovens homossexuais que frequentam o Coreto Circular na Praça da República, em Belém do Pará*, de Elias do Carmo Santos; *A mídia na contramão dos princípios da alteridade Análise qualitativa dos cadernos Mundo da Folha de S. Paulo e Internacional do Estado de S. Paulo*, de Ingrid Gomes; e o ensaio teórico *Fronteiras jornalísticas: do silêncio à alteridade*, de Jacqueline Deolindo. Ao incluirmos “Análise do Discurso”, não obtivemos nenhum resultado.

“Outro”, “Jornalismo” e “Alteridade” unidos resultaram em duas pesquisas, *A Construção da Alteridade na TV: Estratégias e Procedimentos de Enunciação do Outro no Telejornalismo e na Ficção* e *Eis a mulher contemporânea: a Revista Claudia e a representação do feminino*, ambos já apresentados acima. “Outro”, “Jornalismo” e “Análise do Discurso” também resultaram no artigo de Mendes Lobato. A união dos outros termos não trouxe resultados.

“Alteridade” e “perfil” gerou dois resultados, os artigos de Vinicius Ferreira e Ana Regina Rêgo, apresentado anteriormente, e *Os Amoris: Representações do “Jovem Delinqüente de Classe Média” no Cinema Brasileiro Contemporâneo*, de João Batista de Macedo Freire Filho, publicada em 2008.

Ao pesquisarmos os termos “perfil” e “revista Piauí”, encontramos dois resultados, o artigo *Do encontro ao texto: a transparências nos perfis da Revista Piauí*, de Mariana Borba

e Marta Regina Maia, publicado em 2013, e *Jornalismo literário no Brasil: uma análise dos perfis da Revista Piauí*, de Leonardo Lucena Trevas (2011). A união dos termos “Revista Piauí” e “Outro” apresentou o artigo *Uma pitada de literatura no jornalismo: o perfil na revista Piauí*, de Vagner Adílio Espeiorin (2012). Apesar de não se assemelharem ao projeto que se pretende desenvolver na presente pesquisa, os artigos citados podem auxiliar na construção da definição do gênero perfil no jornalismo e apresentarem essa seção na revista Piauí.

Ao colocarmos o termo “Análise de Discurso” em conjunto com “perfil”, obtivemos dois resultados: *A Dona sem Voz: Uma análise da reportagem “Furacão Dilma” feita pela Revista Poder Joyce Pascowitch*, de Claudia Bardal Sória, de 2012, e *O rádio e a publicidade no cotidiano de Macabéa: Clarice Lispector e algumas observações sobre a recepção de mensagens radiofônicas e publicitárias*, de Antonio Teixeira Barros, de 2000.

“Outro”, “Jornalismo” e “Alteridade” unidos resultaram em duas pesquisas, *A Construção da Alteridade na TV: Estratégias e Procedimentos de Enunciação do Outro no Telejornalismo e na Ficção* e *Eis a mulher contemporânea: a Revista Claudia e a representação do feminino*, ambos já apresentados acima. “Outro”, “Jornalismo” e “Análise do Discurso” também resultaram no artigo de Mendes Lobato. A união dos outros termos não trouxe resultados.

Ao finalizarmos o mapeamento do Estado da Arte da dissertação proposta, é possível verificar que o estudo da revista *piuí* é constante em diferentes universidades do Brasil e apresentado em congressos – o que indica sua importância enquanto veículo jornalístico. Pesquisas sobre perfil também são comuns. Entretanto, a vertente teórica da outridade relacionada com a análise de perfis, ainda é incipiente. E a união dos temas aqui propostos – incluindo o discurso político – com a Análise do Discurso também não é usual. Unir, portanto, essas abordagens teóricas, tendo como objeto os perfis de políticos da revista *piuí* demonstra a originalidade da dissertação.

APÊNDICE B

Mapeamento dos perfis de políticos da revista *piauí*

Título	Autor	Perfilado	Cargo/função	Partido	Data	Edição
Simone Tebet, a loba solitária do governo Lula	Consuelo Dieguez	Simone Tebet	Ministra	MDB	10/23	205
Fernando Haddad, a ascensão	Ana Clara Costa	Fernando Haddad	Ministro	PT	08/23	203
No meio, o luto	João Batista Junior	Raquel Lyra	Prefeita	PSDB	12/22	195
Com vocês, a leoa	Thais Bilenky	Janja	Política	PT	10/22	193
O Antifênomeno	Ana Clara Costa	Sergio Moro	Ministro	União Brasil	03/22	186
Arthur, o miúdo	Angélica Santa Cruz	Arthur Lira	Deputado	Progressistas	12/21	183
Estou no páreo	Consuelo Dieguez	Eduardo Leite	Governador	PSDB	07/21	178
Chega de pá, pá, pá	Karla Monteiro	Alexandre Kalil	Prefeito	PSD	06/21	177
O Herdeiro	Consuelo Dieguez	João Campos	Prefeito	PSB	04/21	175
O Fabulador Oculto	Bernardo Esteves	Evaristo de Miranda	Pesquisador		03/21	174
O Patriota	Roberto Kaz	Luciano Hang	Empresário		09/20	168
A Solidão de Rambo	Allan de Abreu	Wilson Witzel	Governador	Partido da Mulher Brasileira	07/20	166
Regina Duarte no país dos olavistas	João Gabriel de Lima	Regina Duarte	Ministra		06/20	165
A Viagem do Vagão	Thais Bilenky	Eduardo Bolsonaro	Deputado	União Brasil	03/20	162
Fala Grossa e Salto Fino	Thais Bilenky	Joice Hasselmann	Deputada	PSDB	10/19	157
A agrobombeira	Consuelo Dieguez	Tereza Cristina	Ministra	Progressistas	09/19	156

O pit bull do papai	Malu Gaspar	Carlos Bolsonaro	Vereador	Republi canos	07/19	154
Peixe Grande	Rafael Cariello	Paulo Hartung	Governador	MDB	05/19	152
O Chanceler do Regresso	Consuelo Dieguez	Ernesto Araújo	Ministro		04/19	151
Exército de uma mulher só	Adriana Negreiros	Joênia Wapichana	Deputada	Rede	01/19	148
O vice a cavalo	Fabio Victor	Hamilton Mourão	Vice-presidente	Republi canos	12/18	147
O Fiador	Malu Gaspar	Paulo Guedes	Ministro		09/18	144
O Brizolista de Cátedra	Fabio Victor	Ciro Gomes	Governador	PDT	09/18	144
Estranhos no Ninho	Consuelo Dieguez	Geraldo Alckimin	Governador	PSB	06/18	141
O Herdeiro	Fabio Victor	Guilherme Boulos	Político	PSL	05/18	140
O neófito	Roberto Kaz e Elvira Lobato	Luciano Huck	Apresentador		04/18	139
Um liberal à brasileira	Malu Gaspar	Henrique Meirelles	Ministro	União Brasil	11/17	137
O Improvável	Julia Duailibi e Malu Gaspar	Rodrigo Maia	Deputado	PSDB	08/17	131
O Rei do Gado	Malu Gaspar	Jorge Picciani	Deputado	MDB	03/17	126
A Acusadora	Julia Duailibi	Janaina Pascoal	Deputada	PRTB	11/16	122
Direita, volver	Consuelo Dieguez	Jair Bolsonaro	Presidente	PL	09/16	120
O Delator	Malu Gaspar	Delcídio do Amaral	Senador	PTB	06/16	117
O samba do prefeito	Malu Gaspar	Eduardo Paes	Prefeito	PSD	03/16	114
A bancada de um homem só	Adriana Abujamra	Jean Wyllys	Deputado	PT	11/15	110
O paulista Ge-ral-do	Julia Duailibi	Geraldo Alckimin	Governador	PSB	12/14	99
O Chefe	Rafael Cariello	Antonio Delfim Netto	Deputado	Progress istas	09/14	96
O candidato S	Consuelo Dieguez	Paulo Skaf	Empresário	Republi canos	08/14	95

O candidato Anfíbio	Daniela Pinheiro	Eduardo Campos	Governador	PSB	07/14	94
O público e o privado	Malu Delgado	Aécio Neves	Governador	PSDB	06/14	93
O tribuno da Imprensa	Otávio Frias Filho	Carlos Lacerda	Jornalista	UDN	04/14	91
Na Boca do Povo	Daniela Pinheiro	Sergio Cabral	Governador	MDB	10/13	85
O Comissário	Daniela Pinheiro	Rui Falcão	Deputado	PT	08/13	83
A Banqueira	Karla Monteiro	Katia Rabello	Empresária		06/13	81
Padilha no laboratório	Clara Becker	Alexandre Padilha	Ministro	PT	05/13	80
O liberal contra a miséria	Rafael Cariello	Ricardo Paes de Barros	Economista		11/12	74
O engenheiro e a irmandade	Daniela Pinheiro	Paulo Vieira de Souza	Empresário		10/12	73
O soldado do PT	Daniela Pinheiro	Delúbio Soares	Político	PT	06/12	69
Tiririca no Salão	Clara Becker	Tiririca	Deputado	PL	05/12	68
O estranho do ninho	Dorrit Harazim	Marcelo Freixo	Deputado	PSB	04/12	67
Não gosto de firula	Daniela Pinheiro	Eliana Calmon	Corregedora		03/12	66
O protetor dos poderosos	Daniela Pinheiro	Antônio Carlos de Almeida Castro	Advogado		11/11	62
O candidato da esquerda	Clara Becker	Fernando Haddad	Prefeito	PT	10/11	61
Os ouvidos do Planalto	Plínio Fraga	Gilberto Carvalho	Ministro	PT	09/11	60
Para toda obra	Consuelo Dieguez	Nelson Jobim	Ministro	MDB	08/11	59
Político apolítico	Plínio Fraga	Gilberto Kassab	Ministro	PSD	07/11	58
A oratória do poder	Dorrit Harazim	Marco Aurélio Garcia	Político	PT	12/10	51
O desenvolvimentista	Consuelo Dieguez	Luciano Coutinho	Economista		10/10	49
Ego nas alturas	Consuelo Dieguez	Indio da Costa	Deputado	PSD	08/10	47

A Cara do PMDB	Consuelo Dieguez	Michel Temer	Presidente	MDB	06/10	45
A Verde	Daniela Pinheiro	Marina Silva	Senadora	Rede	01/10	40
Pão e Glória	Luiz Maklouf Carvalho	Márcio Thomaz Bastos	Ministro		12/09	39
Serra na hora da decisão	Daniela Pinheiro	José Serra	Governador	PSDB	10/09	37
Sergio Rosa e o Mundo dos Fundos	Consuelo Dieguez	Sergio Rosa	Pesquisador		08/09	
Mares Nunca Dantes Navegados	Luiz Maklouf Carvalho	Dilma Rousseff	Presidente	PT	07/09	34
O Aprendiz	Dorrit Harazim	Elizeu Aguiar	Deputado	Progressistas	05/09	32
As armas e os varões	Luiz Maklouf Carvalho	Dilma Rousseff	Presidente	PT	04/09	31
O formulador emotivo	Consuelo Dieguez	Marco Aurélio Garcia	Político	PT	03/09	30
O Caseiro	João Moreira Salles	Francenildo dos Santos Costa	Caseiro		10/08	25
ACM de adereços fluorescentes	Daniela Pinheiro	ACM Neto	Prefeito	União Brasil	08/08	23
Soninha, a dispersiva	Luiz Maklouf Carvalho	Soninha Francine	Vereadora	Cidadania	07/08	22
O Consultor	Daniela Pinheiro	José Dirceu	Político	PT	01/08	16
O Andarilho	João Moreira Salles	FHC	Presidente	PSDB	08/07	11
Oligarquia irritada	Daniela Pinheiro	Ciro Gomes	Governador	PDT	03/07	6
O Achador geral da república	Marcos Sá Corrêa	Luiz Cláudio Pereira Leivas	Procurador		01/07	4
O Ortodoxo	Luiz Maklouf Carvalho	Emir Sader	Filiado ao PT	PT	11/06	2

ANEXO A

Perfil *O Andarilho*, de João Moreira Salles, publicado originalmente na revista *plauí* em 11 de agosto de 2007.



Plim! Fernando Henrique Cardoso girou a cadeira e se aproximou do computador: “Vejam se é algo importante”. Não era. Ao término de sua temporada anual na Universidade Brown, no minúsculo estado de Rhode Island, ao norte de Nova York, as mensagens que chegavam pelo correio eletrônico eram todas meio sem graça: questões administrativas, pedidos de alunos para agendamentos de última hora. O ex-presidente pelejava por mudar o horário de seu voo para Little Rock, a capital do Arkansas, onde teria de estar dentro de dois dias. Fernando Henrique se via às voltas com o mundo bizantino dos *e-tickets* e suas infinitas alternativas. “Estou mal acostumado, as pessoas tomam conta de mim. No Brasil, são praticamente babás”, resignava-se, arrastando sem muita desenvoltura o mouse.

Era um tedioso dia de inverno, com largos intervalos de inatividade. Ainda assim, sua agenda indicava quatro compromissos: entrevista a um jornal da Flórida, duas conversas com alunos e jantar com o embaixador chinês nos Estados Unidos. FHC e os EUA não formam uma parceria ideal. A América, para ele, é como a madrinha excêntrica, que provê – convive-se com ela mais por necessidade que por gosto. Naquele dia, o ex-presidente se queixava dos hábitos alimentares de seus anfitriões: “Essa coisa de comer com as mãos, eu não sei fazer isso. E eles gostam de conversar enquanto comem sanduíche. Eu digo não: ou eu falo, ou eu como”.

Às 11 em ponto, três pessoas entraram na sala. Não que soubesse do que se tratava. Seu *modus operandi* é simples: as pessoas ligam, ele marca e seja o que Deus quiser. Atende a todos com inegável paciência. “Sou *professor at large*, o que significa que posso fazer o que eu quiser”. Ele se levantou abotoando o paletó azul-marinho. Havia trazido dois ternos para a temporada americana – o outro, de risca de giz –, comprados por 400 dólares cada na liquidação da loja de departamentos Sacks Fifth Avenue (“Ótimo negócio”, congratulou-se). “É uma entrevista?”, perguntou ao ver um gravador. A jornalista se apresentou: Jane Bussey, do *Miami Herald*. “Ela já ganhou um Pulitzer”, acrescentou a moça que a acompanhava, meio a troco de nada. “Ah”, FHC sorriu educadamente.

Durante a próxima meia hora, respondeu com entusiasmo a perguntas triviais, dando à jornalista a impressão de que suas perguntas eram melhores do que pareciam. Comunica-se com facilidade, apesar dos esbarrões no idioma. Ainda segue – e não abdicou de influenciar – a política no Brasil, mas longe do país suas preocupações são outras. América Latina, poder do sistema financeiro internacional e destino da democracia estão entre elas. Quando a jornalista chegou ao tema Hugo Chávez, FHC reagiu: “Vocês perguntam sobre a democracia na América Latina, mas a questão maior é o que acontecerá com a democracia americana. Marx e Tocqueville eram fascinados pela democracia de vocês, pela participação das pessoas na vida pública. Hoje estranhariam muito. Há uma grande mudança em curso. A força do sistema financeiro é tão grande, que acaba por transformar a essência do sistema. Como as corporações se integrarão a essa democracia?” Ele havia lido no *Wall Street Journal* daquele dia uma notícia que o impressionara: a tentativa de um grupo de investidores de tomar o controle acionário do *New York Times* das mãos da família Sulzberger, proprietária do jornal

há mais de setenta anos. “É um perigo”, reclamou com a jornalista, que já guardava o gravador e agradecia.

Em tempos de rebuliço político na América Latina, pedem-lhe cada vez mais que opine sobre Chávez. Lula deixou de ter graça nas universidades americanas. “Ele perdeu pontos quando decidiu ser sensato. A sensatez não apaixona. Lula não quebra, Chávez quebra. Esse pessoal de esquerda gosta dos nietzschianos. Lula é cartesiano – a seu modo, pelo menos. Está sempre do lado do senso comum.”

Plim! “Vejamos”, disse, virando-se de novo na cadeira. Era a confirmação de que o vôo para Little Rock havia sido remarcado. Percebeu que teria de acordar às 5 e meia da manhã, o que de imediato o fez voltar aos desencontros com os Estados Unidos. “Ainda bem que aqui eu durmo cedo”, disse. “No clube em que fico hospedado, o jantar é servido das 17 às 20 horas. Mas me disseram que, se for muito necessário, podem fazer uma concessão.” Permitem-lhe jantar depois das 8? “Não”, esclarece com desalento. “Antes das 5.”

Ao meio-dia, um rapaz apareceu na porta. De esguelha, FHC deu uma espiada na agenda. Daniel Ferrante, paulista, 30 anos, desde 2 000 nos Estados Unidos, doutor em física por Brown e agora aluno do pós-doutorado. Tinha hora marcada. “Como posso te ajudar?”, perguntou o ex-presidente, indicando-lhe a mesa redonda. Ferrante se ajeitou na cadeira e, em voz baixa, disse: “Presidente, eu quero voltar. Então a minha pergunta é: existe um projeto de nação no Brasil?”

Fernando Henrique está instalado na sala 218 da Rhodes Suite, no Thomas J. Watson Jr. Institute for International Studies. É uma sala confortável e impessoal: bancada para o computador, mesa redonda para reuniões, duas fileiras de estantes repletas de *journals* de estudos latino-americanos, dezenas de exemplares do mesmo número. FHC guarda seus livros, não mais de vinte, na prateleira sobre o computador, ao alcance da mão. Uma grande janela dá para a rua. Brown significa honorários. “Quando deixei a presidência, fiquei assustado e me perguntei: como vou sobreviver?”

Alguns meses antes de terminar o segundo mandato, Fernando Henrique convidou um grupo de empresários para jantar no Alvorada, explicou-lhes que pensava criar uma fundação nos

moldes das bibliotecas presidenciais americanas – conservaria ali toda a sua documentação presidencial e promoveria palestras e debates sobre o futuro do país – e pediu contribuições. Do encontro nasceu o Instituto Fernando Henrique Cardoso, com dotação inicial de 7 milhões de reais, sua base de operações no Brasil.

Fora do país, o ex-presidente firmou um contrato de cinco anos com a Universidade Brown. “Eles me pagam um dinheirão, 70 mil dólares por ano, com a obrigação de eu passar no mínimo quatro semanas aqui. Tirando os impostos, dá uns 5 mil por mês. Faz as contas, é muito bom. Antes recebi um convite de Harvard, não aceitei. Brown me pagava o dobro. A Ruth ficou indignada: ‘Mas é Harvard!’ Eu disse: ‘Ruth, a essa altura do campeonato, eu não preciso de glórias. Preciso é de dinheiro’. Nem sabia que dava pra ganhar esse dinheirão todo com uma palestra só. Fiquei cliente do Harry Walker, o mesmo agente do Clinton. Em média, me oferecem 40 mil dólares; ele fica com 20%. Minha vantagem é que eu me viro em quatro línguas, três delas muito bem. Em Praga, uma vez, como nós éramos um grupo de palestrantes, não cheguei a falar nem vinte minutos – pagaram 60 mil dólares. O Clinton chega a ganhar 150 mil.”

Fernando Henrique está à vontade no mundo. Itamar Franco não se deu bem em Roma e voltou para Juiz de Fora. José Sarney foi até o Amapá para poder retornar ao Senado. Collor passou anos em Miami, voltou a Maceió e agora está de novo em Brasília. Com FHC, há sempre a suspeita de que suas afinidades eletivas estejam mais ligadas a Paris ou Madri que a São Paulo ou Goiânia. Fora do país, ele tem prestígio em círculos acadêmicos e entre ex-governantes. No Brasil, tem influência, mas não poder. Segundo ele, o poder se mede pela quantidade de votos futuros e, por essa conta, seu cacife é nenhum. “Meu tempo passou. Queriam que eu concorresse ao governo de São Paulo. Eu disse: aí eu ganho e no dia seguinte tem rebelião em presídio e prefeito querendo encontro. O Senado é igual. Aquela convivência é muito desinteressante. Chega.” Fala com convicção, parece sincero: depois de trocar idéias com Chirac e Clinton, deve ser meio desanimadora a perspectiva de puxar conversa com Epitácio Cafeteira.

Por que, então, não se estabelecer no exterior? “Ainda me interessa pelo Brasil. É uma espécie de disciplina intelectual. Vivo bem em qualquer lugar, mas essa coisa de ser brasileiro é quase uma obrigação.” A palavra é forte. Significa, na lógica de FHC, comprometer-se com

um país que continuará a ser medíocre: “Que ninguém se engane: o Brasil é isso mesmo que está aí. A saúde melhorou, a educação também e aos poucos a infra-estrutura se acertará. Mas não vai haver espetáculo do crescimento algum, nada que se compare à Índia ou à China. Continuaremos nessa falta de entusiasmo, nesse desânimo”.

“Qual é a tua área?”, pergunta a Daniel Ferrante. “Física teórica, partículas elementares, altas energias...” “Mas isso está muito fora de moda!”, interrompe-o o ex-presidente: “Houve um avanço tremendo no campo da física de partículas, mas faz tempo”. Imediatamente dá meia-volta: “Eu entendo nada de física, mas fui vizinho do Mario Schenberg”. Se a conversa fosse um jogo de xadrez, esse primeiro lance levaria o nome de *abertura FHC*: primeiro movimento, impressionar o interlocutor; segundo movimento, desarmar-se em seguida, quando a primeira impressão já está sedimentada. Ferrante sorriu: “É verdade, no momento a minha área não é a mais popular”. O ex-presidente se acomodou na cadeira e passou a responder. Falou sem nenhuma pompa. (Ferrante descreveria o encontro como uma “conversa de cozinha” que lhe trouxe “a sensação de paz interior”.)

“Um projeto de nação...”, FHC começou. “A pergunta pressupõe que exista um centro decisório, alguém que planeja. Não há mais. O Brasil é um dos últimos países a ter Ministério do Planejamento; na América Latina, acabaram todos. É um dos efeitos do neoliberalismo. Dito isso, acho que tem lugar para você lá. Agora, você vai ganhar pouco...”

Não é o que inquieta Ferrante: “Emprego eu consigo”, diz o rapaz. “O senhor me perdoa, mas existe o projeto da UniLula, em São Bernardo, eu podia ir pra lá. E sei que vou ganhar pouco. Minha pergunta é outra: existe curiosidade no Brasil? Existe desejo de ciência?” Ele hesita antes de completar: “É que eu sinto essa obrigação de devolver. Minha idéia é criar um fórum de discussão na internet, uma rede de divulgação científica para a comunidade lusófona. Quero tornar o conhecimento acessível a mais gente. É possível, ou eu vou morrer na praia?”

“Não precisa morrer na praia, não. Mas repito: falta centro.” Fernando Henrique se aproxima de um dos temas que mais o têm ocupado, o da desintegração nacional: “Quais são as instituições que dão coesão a uma sociedade? Família, religião, partidos, escola. No Brasil, tudo isso fracassou. Na América Latina, em certos lugares, 50% das crianças não têm pai, a

família se dissolveu. A religião preponderante é a católica, que vive uma crise danada depois que decidiu se lançar na política. As igrejas pentecostais são a própria expressão da fragmentação. Os partidos fracassaram. O último deles foi o PT, que cumpria um papel importante como aglutinador de entusiasmo. No meu governo, universalizamos o acesso à escola, mas pra quê? O que se ensina ali é um desastre. A única coisa que organiza o Brasil hoje é o mercado, e isso é dramático. O neoliberalismo venceu. Ao contrário do que pensam, contra a minha vontade”.

O ex-presidente já abordara o tema: “Em que momento nos sentimos uma coisa só, uma nação? Talvez só no futebol. O Carnaval é uma celebração. A parada de 7 de Setembro é uma palhaçada. Quem se sente irmanado no Brasil? O Exército, e talvez só ele. Os americanos têm os seus *founding fathers*. Pode ser uma bobagem, mas organiza a sociedade. A França tem os ideais da Revolução. O Brasil não tem nada. Eu disse para os homens de imaginação, para o Nizan Guanaes: olha, a imaginação do povo é igual à estrutura do mito do Lévi-Strauss, ou seja, é binária: existem o bem e o mal. Eu fui eleito presidente da República porque fiz o bem – no caso, o real. O real já está aí, eu disse. Chega uma hora em que a força dele acaba. O que vamos oferecer no lugar? Ninguém soube me dar essa resposta. Eu também não soube encontrá-la”. E, oscilando entre Lévi-Strauss e Nizan Guanaes, Fernando Henrique encerrou o assunto.

Daniel Ferrante agradeceu a conversa, embora tivesse saído da sala sem uma resposta clara. Meses depois, cumprindo seu plano original, estendeu a temporada nos Estados Unidos por mais um ano. Ainda não sabe quando volta para o Brasil e o que o espera aqui.

Providence, uma cidade pequena, ostenta como sua maior façanha gastronômica o recorde de lojas de *donuts* dos Estados Unidos. Fernando Henrique costuma almoçar nas ruas adjacentes ao campus. Ao sair do Watson Institute, caminha dois quarteirões e entra no restaurante Spice, tailandês. O cardápio traz fotografias dos pratos, todos a menos de 10 dólares. “Aqui pelo menos eu como um arrozinho com frango que lembra um pouco a comida do Brasil”, disse ao pedir.

Fernando Collor fizera dias antes seu primeiro discurso no Senado. Durante mais de três horas, comparara seu calvário ao de D. Pedro I, D. Pedro II, Getúlio Vargas e João Goulart,

classificando de “grande farsa” o processo que o tirara da Presidência. Os parlamentares, quase sem exceção, se solidarizaram com o senador, Tasso Jereissati entre eles. A reação impressionou Fernando Henrique. “Li que o Collor sequer pagou os impostos sobre as sobras de campanha. Embolsou e pronto. Como pode? O pessoal do meu partido diz que o que ele fez é menos grave que os escândalos do PT. E isso lá é desculpa? O problema do Brasil não é nem o esfacelamento do Estado. É algo anterior: é a falta de cultura cívica. De respeito à lei. Sem isso, como fazer uma nação?”, pergunta, acabrunhado.

FHC volta a pé pelas alamedas do campus. Cruza com Richard Snyder, professor de sociologia. Snyder pergunta se no dia seguinte ele poderia conversar com seus alunos. “Qual o assunto?”, quis saber o ex-presidente. “Liderança na América Latina. A sua experiência”, responde o professor. “Ah! Se é pra falar de mim mesmo, então é fácil.” E com um sorriso: “É uma das coisas que mais gosto de fazer”.

Uma aluna o aguardava na porta da sala 218. FHC, como de hábito, não sabia do que se tratava. A garota, estudante de relações internacionais, havia marcado uma entrevista para o jornalzinho da faculdade e trazia um exemplar de *The Accidental President of Brazil*, as memórias de FHC, cheia de post-its espetados. O autor sorriu, garboso. As perguntas, quase colegiais – Por que o senhor publicou este livro? Qual foi a reação do público? O senhor escreve como ex-presidente ou como sociólogo? –, novamente receberam respostas elaboradas. A cada uma delas, a garota exclamava “*Oh, thank you!*” Ao explicar a recepção do público à obra, FHC não resistiu: “Na Amazon, os leitores avaliam os livros por um sistema de estrelinhas. *My book is full of stars*“. “*Oh, thank you!*”

Presidencial, de terno escuro e sobretudo azul-marinho pesado, às 2 da tarde do dia seguinte Fernando Henrique atravessa o campus ao lado do professor Snyder. Tem as mãos enfiadas nos bolsos. “Odeio frio”, murmura. Faz 4 graus. Logo antes de alcançarem o prédio, Snyder informa: “O curso se chama *Desenvolvimento, Mercados e Estados*“. Lutando com os cabelos que uma rajada de vento tornara selvagens, FHC comenta: “*Mercados e estados?* É um diálogo de surdos”. Na sala de aula, apertada, há cerca de cem estudantes. Um deles veio cochichar no ouvido do professor: “A gente vai ter que sair mais cedo pra protestar contra a presença do embaixador chinês”. Snyder suspira. Leva o convidado até uma cadeira espremida entre a primeira fila e o quadro-negro, pede

silêncio e faz uma breve apresentação do palestrante, “um dos grandes teóricos do desenvolvimento”. FHC se levanta.

Abertura FHC II, a estratégia da auto-esculhambação: “Quero corrigir o professor de vocês. Não é verdade que estudo a questão do desenvolvimento há quarenta anos. Estudo há cinqüenta”. Funciona, em parte. Ouvem-se risadinhas.

Toca um celular, alguém boceja, uma menina abre o caderno e, de caneta em punho, se prepara para anotar. FHC fará uma recapitulação do conceito de desenvolvimento, da década de 60 até o presente. “Nosso trabalho era uma crítica ao capitalismo. Falávamos em dependência, em subdesenvolvimento, nunca em países *em desenvolvimento*, porque os países centrais não desejavam o desenvolvimento dos periféricos.” Didaticamente, explicita a pergunta que dominou sua carreira de sociólogo: “Como se desenvolver nesse quadro?” Os modelos da época vislumbravam uma só alternativa: ruptura e revolução. Explica que sua contribuição foi “introduzir complexidade” na teoria. Países de economia mais diversificada, como o Brasil, seriam capazes de se desenvolver com capitais externos. A posição teórica de Fernando Henrique afastou-o da opção revolucionária. O livro que escreveu com o sociólogo chileno Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, até hoje sua obra mais importante, abriu caminho para uma reforma do sistema, dentro do sistema. Sessenta minutos depois, usará na conclusão o que lhe restou do marxismo: “É preciso ter consciência de que todos os processos são históricos e, portanto, passíveis de mudanças. Ao mesmo tempo, é preciso saber que as estruturas são resistentes e limitam as alternativas. Quando mudei da academia para a política, sabia o que podia ou não fazer. Não sei se isso é bom. Conhecer de antemão as conseqüências e as limitações pode ser frustrante”. Certamente, não permite pensar o impensável, ou, para usar um termo dele, não permite “quebrar”. “A lucidez é um estorvo”, declarou.

O grupo de alunos que vai protestar deixa a sala. Os que ficam fazem perguntas. Uma menina levanta a mão: “Qual a diferença entre ser ministro da Fazenda e presidente?” Ele não hesita: “O Brasil não tem guerras, não tem inimigos. É uma beleza ser chanceler. Nosso adversário era a inflação, e foi onde me jogaram, na Fazenda: é o pior emprego do mundo”.

No final da aula, já fora do prédio, cinco alunos o rodeiam. Apesar do frio, um rapaz ruivo e sardento está de sandália de dedo, camisa havaiana e uma toalha molhada em torno do pescoço. FHC, tentando domar os cabelos, se vira à esquerda e à direita para atender à diminuta platéia. Não podia estar mais feliz. “Eles gostam muito disso”, comenta minutos depois, a caminho da palestra do embaixador chinês. Para entrar no auditório, é preciso atravessar um corredor polonês de jovens que protestam. Entregam-lhe um panfleto que proclama: “Genocídio em Darfur – A China é cúmplice”. Ele sorri: “Como eu ia dizendo, é bom ser brasileiro: ninguém dá bola”.

No pequeno e tumultuado aeroporto de Providence, a fila no balcão da US Air se espichava em ziguezague até o meio do saguão. Passava um pouco das 7 da manhã. De terno, carregando na mão uma pasta e o sobretudo, o ex-presidente ia empurrando uma mala espantosamente vermelha. “As malas têm de ser berrantes, senão levam a sua sem querer.” Seu bilhete para Little Rock, com escala em Chicago, estava marcado para as 8 horas e 24 minutos. Quinze minutos depois, a fila não avançara um passo. FHC decide assuntar.

Descobrimo que o vôo seria operado pela Delta Airlines, cruzou o saguão até o balcão da companhia. Não havia filas. Entregou o passaporte e a passagem e pôs a mala na balança: 28 quilos, oito a mais do que lhe dava direito a classe econômica. Vem a conta: 50 dólares. “*Expensive, no?*” Abre a carteira. Na esperança de um desconto, tenta passar uma conversa: “Estou aqui há um mês, sou professor, são meus livros...” Nada. Paga resmungando e, a pedido da funcionária, arrasta a mala até a esteira dos raios X. Na fila da segurança, tira os sapatos, põe o casaco na bandeja, os sapatos, a pasta. “Não, não tenho laptop”, responde ao agente. Passou pelo detector de metais, recuperou os sapatos, sentou-se para calçá-los. Não há porte presidencial que resista.

“Eu podia pedir o acompanhamento do Secret Service” – privilégio pessoal, não necessariamente extensivo a todos os ex-chefes de Estado –, “o que evita essas filas, isso de tirar o sapato, mas aí os americanos sabem que estou aqui e vira uma chatice. Sou obrigado a ir a recepção, a jantar. Prefiro sozinho. Além do mais, não acho que minha honra ou a do Brasil caiam por terra abaixo quando tiro os sapatos...” Como não havia tido tempo de tomar café e o painel avisava que o vôo atrasaria, FHC entra numa lanchonete T.G.I Friday’s. Corre

os olhos pelo cardápio gorduroso e, desanimado, encomenda um misto quente. Entre goles de um café hediondo, relembra alguns dos homens que conheceu no poder.

“Tenho horror ao Bush, horror pessoal.” Tiveram o primeiro encontro na Casa Branca. “O Bush se gabou de que seria conhecido como o maior poluidor do planeta. ‘Vou abrir o Alasca para o petróleo. Podem reclamar, mas o mundo precisa que os Estados Unidos sejam fortes.’ O incrível é que ainda assim consegue ser um homem simpático, desses que dão soquinho no ombro da gente. Mas não sabe nada. Uma hora, falei da nossa diversidade racial, os espanhóis, portugueses, japoneses... Ele perguntou: ‘*And do you have blacks?*’ A Condoleezza deu um pulo: ‘Senhor presidente, o Brasil tem a maior população de negros fora da África!’ Ele não sabe nada”, recorda com despreço.

Bill Clinton, Nelson Mandela e Felipe González são os três líderes que FHC mais admira. “O González e o Clinton são assim: quando entram na sala, todos se viram. São naturalmente maiores. Agora, o Mandela é a força moral. Até o Clinton se sente humilde quando se aproxima dele.” Com Chirac, se dá muito bem. São ambos hedonistas, antipuritanos. Putin é outra coisa, um obcecado pela força: “Vai reconstruir a Rússia. É um autocrata que foi subestimado no início. Eu teria medo do Putin”.

O avião decola com uma hora de atraso. FHC tenta cochilar, mas está num assento de corredor e é acordado duas vezes – a primeira, pelo passageiro da janela; a segunda, pelo do meio.

Com 76 milhões de passageiros por ano, o Aeroporto O’Hare, em Chicago, é o mais movimentado dos Estados Unidos. Ao desembarcar no terminal A, Fernando Henrique é informado de que a conexão para Little Rock partirá do terminal C, dali a dezoito minutos. Para ir de um a outro, cruza-se por salões e corredores abarrotados. Tomam-se passagens subterrâneas. Escadas rolantes. Esteiras. Alças de conexão. Há gente por todo lado – dormindo, comendo, comprando, correndo, bocejando, gritando, espirrando, digitando. “Que venha a depressão”, murmura Fernando Henrique, olhando o relógio e apertando o passo.

A placa indica que é por ali. Depois, que é por ali. Logo adiante, aparecem duas setas – em desacordo. Entra-se por um corredor, volta-se atrás. Às 11 horas e 27 minutos, o ex-presidente alcança enfim o portão C-18. Aproxima-se num quase trote, braço esticado, passagem e passaporte à mão. A funcionária balança a cabeça. O vôo das 11 horas e 25 minutos fora encerrado havia alguns minutos. Fernando Henrique olha pelo vidro. O avião está ali, à vista, inatingível. “E a minha mala, que foi etiquetada para esse vôo?”, pergunta serenamente. “Deve seguir no próximo avião para Little Rock”, responde a funcionária, sem tirar os olhos dos cartões de embarque dos que *não* perderam o vôo. “E quando sai o próximo?”, continua o ex-presidente, imune ao desinteresse da moça. Com um suspiro eloqüente, ela deixa os cartões de lado e analisa o monitor: “Dentro de três horas. Mas é preciso ver se não está lotado”.

Na melhor das hipóteses, ele chegará para a palestra com folga de apenas uma hora e meia. Saca um celular da pasta – é a primeira e última vez que será visto com o aparelho nas próximas duas semanas – e tenta falar com Brown, para que o ajudem a avisar seus anfitriões sobre a conexão perdida. O telefone não funciona (ou ele não sabe operá-lo). Desiste, mas consegue remanejar a passagem. Como Inês é morta, decide investigar o cardápio de um restaurante italiano que descobre entre dois portões. Escolhe, e come sem pestanejar, um duvidoso *fettuccine* Alfredo, acompanhado de Coca light.

Serão quase duas horas de Chicago a Little Rock. Apertado num avião regional fabricado por canadenses – “canadenses miudinhos”, segundo a comissária de bordo –, Fernando Henrique retoma a narrativa de seu trajeto político e intelectual. Ele pertence a uma geração que teve a ambição de mudar a história. Ao chegar ao poder, constatou que as possibilidades de transformação eram limitadas; acertadamente ou não, julgou que inexisteriam alternativas. Levou adiante seu projeto de governo com convicção pragmática, mas sem adesão ideológica – é o que se infere. “Fiz o que fiz *faute de mieux*“, afirma. “Lamento não ter podido contar com melhores instrumentos. Imagine, eu ser confundido com a idéia de Estado mínimo...”

Esse é seu drama. Quando está entre alunos e professores, gasta boa parte do tempo defendendo-se da tese de que sua agenda e seu legado pertencem ao ideário neoliberal. É enfático: “Acontece que nunca fui um idealista, no sentido de utópico. Sou um realista, sei até onde é possível ir. Há um momento em que a realidade se impõe. Sou um pragmático, no

sentido americano. Diante do Estado inepto e da prevalência da burguesia estatal, privatizar era o jeito”. Tenta explicar: “Batizaram de Consenso de Washington a constatação de que o Estado estava falido e de que não se pode gastar o que não se tem; se tivessem batizado de Consenso de La Paz, não teria havido problema”.

Por trás da retórica do pragmatismo, detecta-se uma lassidão. No 18 *Brumário* – um dos três livros que FHC recomenda ao leitor no prefácio das suas memórias –, Marx fala em “verdades sem paixões” e “história sem acontecimento”. O sentimento é semelhante.

O avião estava prestes a aterrissar em Little Rock. FHC espiou pela janela “Parece o Mato Grosso...”, disse, com um muxoxo. No desembarque, esperavam-no dois funcionários da Biblioteca e a argelina Danielle Ardaillon, sua assistente por anos, uma mulher bonita, de rosto anguloso, que viera a Little Rock apenas para a ocasião. Há um outro brasileiro na chegada. Também estava viajando há mais de dez horas. Reparava agora, aflito, que às 5 da manhã, zozzo de sono, vestira paletó e calça de ternos diferentes e que não daria tempo de passar no hotel para trocar de roupa. “Sem problema”, tranqüilizou-o Fernando Henrique, “do Brasil eles esperam tudo.”

Com 200 mil habitantes, Little Rock seria desconhecida até dos americanos se não tivesse servido de trampolim para Bill Clinton, que está para a cidade como a torre Eiffel está para Paris. Na Clinton Avenue, pode-se entrar na Clinton Store e comprar bonecos Clinton que tocam sax, pequenos Clintons falantes (21 frases memoráveis do ex-presidente), camisetas e gravatas com seu rosto, livros de culinária com suas receitas prediletas. Ainda que o Arkansas seja a sede da Wal-Mart, a maior rede de varejo do mundo, Clinton é uma indústria de peso para o estado. O William J. Clinton Presidential Center domina a cidade. Inaugurado em 2004 a um custo de 165 milhões de dólares, reúne a biblioteca presidencial, escritórios administrativos e a Clinton School of Public Service, que oferece o único mestrado em serviço público do país.

A agenda de FHC lembra as excursões que fazem doze países em sete dias. Cada hora é minuciosamente ocupada. Das 16 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, levam-no a uma recepção no amplo apartamento pessoal de Clinton, no último andar da biblioteca, com vista infinita para a cidade, o rio e a planície. Clinton não está presente. Há políticos e

empresários locais, gente da sociedade. Umas cem pessoas se espalham pelos cômodos. Todas sorriem institucionalmente. Um pianista negro tocando *Garota de Ipanema*. Em estantes repletas de livros meticulosamente arrumados, nota-se um ecletismo incapaz de refletir os interesses de um só leitor: madre Teresa de Calcutá ao lado de Naipaul, Edna O'Brien junto a tratados sobre protestantismo americano. A idéia de vigor e juventude, tão cara à imagem rock'n'roll que Clinton fez questão de projetar, se traduz em quadros de inspiração expressionista cujo tema quase invariável é o ex-presidente e seu sax; certos traços, elétricos, parecem ter sido feitos por um gato que, sem sucesso, tentou se agarrar à tela. Fernando Henrique é levado ao quarto dos Clinton: visita o guarda-roupa deles, o banheiro. Com rigor prussiano, o apartamento se esvazia às 17 horas e 25 minutos.

Os próximos quinze minutos determinam uma visita à biblioteca presidencial. O anfitrião é Mack McLarty, um homem de 61 anos, baixo, impecavelmente educado e mãos muito pequenas. Amigo de infância de Clinton, foi chefe de sua Casa Civil. O roteiro é compacto: réplica em tamanho natural do Salão Oval, arquivos com a documentação presidencial e, por fim, num golpe de coreografia perfeita, um grande painel intitulado Comunidade Global, com imensas fotografias dos doze líderes de que Bill Clinton se sentiu mais próximo. Entre eles, dois ex-presos políticos (o checo Vaclav Havel e o sul-africano Nelson Mandela), um ditador (o chinês Jian Zemin), um rei (Hussein, da Jordânia, que contribuiu para a construção da biblioteca) e Fernando Henrique, que sorri, envaidecido.

Das 17 horas e 45 minutos às 18 horas, descanso. FHC é levado a um quartinho com duas poltronas e um sofá curto. Tira a almofada da poltrona, ajeita-a na cabeceira do sofá, deita-se. Vira de lado e encolhe as pernas – a posição fetal é a única viável. Pede que apaguem a luz.

Às 18 horas e 10 minutos, McLarty apresenta “o mais bem-sucedido presidente da história do Brasil”. Da soleira do grande salão, o homenageado ouve as palavras que costumam acompanhar discursos sobre o país: “*Amazônia*”, “*Garota de Ipanema*” e, novidade recente, “*ethanol*”. Na platéia, aguardam-no cerca de 300 pessoas, entre as quais o prefeito, o vice-governador, empresários e senhoras da sociedade local, além dos 21 alunos da Clinton School. O convidado está cansado, pede desculpas – gostaria de falar de improviso, mas estava viajando havia quase treze horas. Começa a ler sua palestra, “Desafio à democracia na América Latina”. Falta ao Brasil “a convicção profunda de que a lei conta”, dirá. Uma hora

depois, encerra a conferência com um floreio retórico: “Hoje, só o mercado produz coesão. Mas o mercado é bom para produzir lucros, não valores”.

É aplaudido de pé, e pelos vinte minutos seguintes autografará uma pilha de *The Accidental President of Brazil*, além de posar para dezenas de fotos de celular. Sorri em todas, mas desiste de arrumar o cabelo, que a essa altura adquiriu vida própria. Consulta a agenda numa brecha: das 19 horas e 30 minutos às 21 hora, jantar na casa de McLarty.

Às 21 horas e 30 minutos, quinze horas depois de sair do seu quarto em Providence, FHC é deixado na porta do hotel. Faz seu próprio *check-in*.

Sapatos, casaco, pasta, raio-X: às 8 horas e 45 minutos, estava a postos para o voo Delta com destino a Atlanta, com conexão às 15 horas para Raleigh Durham, na Carolina do Norte. Desta vez, bilhete de executiva. O avião pousou às 11 horas em Atlanta, sem atrasos, o que significaria quatro horas de espera. Fernando Henrique buscou uma área tranqüila para rever seus papéis e fazer emendas na conferência programada para dali a dois dias, na Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill. Sentou-se ao lado de uma senhora que folheava a revista *People* e chupava um picolé. Meia hora depois atinou que, se era executiva, então dava direito a sala VIP. “E eu sofrendo no meio do povo à toa”, deduz, recolhendo seus papéis à pasta.

Às 13 horas e 30 minutos, sai em busca de um restaurante, sempre espantado com a quantidade de gente, com a obesidade generalizada, com o excesso de tudo. Ao avistar dois assentos vazios no balcão de um bar, instala-se antes que sejam ocupados. Acima de sua cabeça, há três TVs ligadas em três canais diferentes, um deles de rap. “Este é um país muito barulhento”, constata, quase gritando para ser ouvido. Sua salada Caesar lhe chega direto da geladeira, envolta em celofane. Ele ajuda com Coca light.

Anima-se com o compromisso em Chapel Hill, onde estará em um de seus ambientes naturais. Suas reminiscências se dividem entre a vida acadêmica – que trata com seriedade – e a vida política – de que gosta, embora tente disfarçar com doses de ironia.

“O melhor professor que tive no Brasil foi o Antonio Candido. As aulas, impecáveis, começavam e terminavam no horário, sem um minuto a mais ou a menos. Um raciocínio límpido, extraordinário. Candido é meu amigo, a ligação dele com o PT jamais foi um entrave. Nunca tive problemas com pessoas que discordaram de mim politicamente. Roberto Schwarz é meu amigo, estive em casa outro dia mesmo. Agora, quando a divergência escorrega para o terreno pessoal, aí eu me desaponto. Quando dizem que fiz isso ou aquilo em busca de vantagem pessoal, acho imperdoável. Foi por isso que acabei me afastando de dois amigos – e só de dois: o Chico de Oliveira e a Maria da Conceição Tavares”, disse, referindo-se ao sociólogo que foi seu colega no Cebrap e à economista filiada ao PT.

FHC sai em defesa de seu sucessor quando o tema são ataques pessoais. “Não acredito que Lula tenha práticas de enriquecimento pessoal”, diz. “O que há é que ele é um pouco leniente. O partido ajuda daqui, ajuda dali e ele vai deixando, acha que é normal. No fundo, não há nada de muito grave nisso. Mas era melhor dizer: fulano me ajudou a comprar o apartamento, o partido me deu tal dinheiro. Lula não pensa em dinheiro. Ele gosta do poder, e gosta da vida boa.” É semelhante sua opinião sobre José Genoino e José Dirceu: “Genoino não é desonesto, Dirceu também não. Dirceu é outra coisa...” Sorri. Espera o raciocínio se completar: “Dirceu é o Putin que fracassou”.

Dentre amigos e colaboradores, é imensa a admiração intelectual por Pêrsio Arida e André Lara Resende. Lamenta que tenham se retirado da vida pública e deixado de produzir: “Não deviam ter parado tão cedo. É que existe essa mania de ganhar dinheiro. Ganharam, e agora não sabem o que fazer. Eu digo: ‘André, você não pode ficar assim, volta a trabalhar’. Ele fica lá com o aviãozinho dele, pra cima e pra baixo. É uma loucura”, diz, enquanto fecha a conta. Não guarda canhotos de cartão de crédito. “Ruth guarda todos. Eu não, sou muito desorganizado”, gesto de quem não liga para dinheiro ou privilégio de quem não precisa mais se preocupar com essas coisas.

Se há um político brasileiro de quem Fernando Henrique não gosta é Delfim Netto. Em seu cauteloso livro de memórias, *A Arte da Política*, trata praticamente todos os personagens com luvas de pelica. Delfim é a exceção. “Não gosto mesmo”, reitera. “Ele atrapalhou muito o real, mas isso não é o mais importante. Um brigadeiro me trouxe um documento, nem sei se isso mais tarde se tornou público. Era uma reunião do Conselho de Segurança Nacional,

Costa e Silva presidente. A questão era cassar ou não o Covas. O ministro da Marinha, Rademaker, era um duro, defendia a cassação. Costa e Silva, que no fundo era um bonachão, contemporizava: ‘Por que não cassamos sem tirar os direitos políticos?’ Rademaker argumentava que não ia adiantar, ele se reelegeria. Havia um impasse. Foi quando se manifestou o ministro da Fazenda, o Delfim: ‘Esse eu conheço, é de Santos, um comunista’. Aí acabou: cassaram. Delfim mentiu. Covas nunca foi comunista, não era sequer ligado à esquerda. Era um janista, um conservador. Tenho horror ao Delfim.”

Delfim Netto nega a história com veemência. Afirma que não se faziam atas de processos de cassação e que chegou a ajudar Covas a arrumar emprego depois da cassação. “Que o Fernando apareça com a ata”, desafia, “ou vai passar por mentiroso.”

O presidente está hospedado numa residência que pertence à Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, a mais antiga instituição pública de ensino superior dos Estados Unidos. As instalações são estupendas. Chão de tábua corrida, solenes sofás de couro, poltronas de espaldar alto, mesas de jacarandá, retratos a óleo de personagens históricos, cenas de caça e uma mesa de bilhar de pano vermelho. O quarto de Fernando Henrique tem cama com baldaquino.

Às 11 da manhã ele aparece no salão, de jeans. Junto à lareira, com uma equipe amadora de filmagem, espera-o o professor de sociologia Arturo Escobar. Ao se dar conta de que a entrevista será gravada, FHC declara: “*Estos pantalones non son presidenciales*“. Vai até o quarto e volta de *blazer* e gravata. As perguntas, bem elaboradas, retomam concepções que desenvolveu há décadas. Como de hábito, ele se vê desafiado a defender a continuidade entre suas idéias como sociólogo e as que implementou como presidente. O neoliberalismo é uma espécie de assombração que ele se vê forçado a exorcizar a cada entrevista.

“O que houve não foi uma ruptura epistemológica no meu trajeto intelectual, mas uma ruptura ontológica no mundo”, afirma. “No final da década de 80, não estávamos mais enfrentando teorias, mas realidade. Olhamos o que existia e estava tudo aos pedaços. Estávamos falidos. Fomos forçados a privatizar, não havia outro jeito. Mesmo assim, não privatizei tudo – porque não era necessário. Acredito no papel do Estado.” Para Fernando Henrique, seu verdadeiro legado acadêmico é de ordem metodológica e não ideológica. Foi uma lição que aprendeu

com Florestan Fernandes: “Colete todos os dados, compreenda todos os pontos de vista”, ensinava Florestan. “Minha mente não é tomista, estou sempre ligado à realidade, nunca me orientei por abstrações.”

Reage à idéia de que a América Latina estaria se voltando para a esquerda: “Não é esquerda, é populismo: o líder falando diretamente com as massas, sem o intermédio das instituições”. Esse é um ponto crucial. Se Chávez é percebido como progressista, imediatamente FHC se torna um conservador, rótulo do qual tenta se livrar a todo custo. Repetirá inúmeras vezes que o populismo é autoritário e regressivo. “Esquerda clássica é o Allende, esse sim queria romper com o sistema capitalista. Chávez opera no nível ideológico. Na prática, ele vende para os americanos e a burguesia venezuelana está ganhando dinheiro”, argumenta.

Antes de almoçar, volta ao quarto para repassar a programação. Entre aulas, almoços, palestras, conversas com alunos e jantares, a agenda prevê um compromisso a cada duas horas. Receberá honorários? “Acho que sim. Essas coisas eles não conversam comigo, mas vou perguntar lá no Brasil, porque do jeito que estão me fazendo trabalhar, tomara que o dinheiro seja bom.” Torce para que chegue a 10 mil dólares, no mínimo.

Depois de três dias à base de lanchonetes de aeroporto, Fernando Henrique senta-se feliz à mesa de um restaurante de verdade. Como é domingo, o que encontra é um *brunch*. Desconfiado, investiga o conteúdo de salvas de prata e rescaldeiros. Pega um prato e se serve, não sem antes consultar o cartãozinho diante de cada iguaria. Evita combinações menos ortodoxas. Ao redor, pessoas misturam costeletas de carneiro com panquecas, salmão com rabanada. “A Ruth sempre diz que os Estados Unidos precisavam ler Lévi-Strauss. O cru e o cozido, o doce e o amargo, esses contrastes. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eles misturam tudo”, diz, apontando um prato vizinho com indícios de peixe e melancia.

Ele come lentamente. Fala das diferenças entre os dois grandes nomes de seu partido e, certo de que seu tempo ficou para trás, não precisa mais sopesar cada palavra. “Sou mesmo a única oposição, mas estou me lixando para o que o Lula faz. O problema é a continuidade do que foi feito. Serra quer ser presidente e então vai àquele encontro dos governadores em que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi posta em xeque. De concessão em concessão, a vaca vai pro brejo. Serra não disse nada porque vai se beneficiar com isso. Ele seria um bom presidente.

Quebra lanças. Aécio é mais conservador, acomoda mais. Isso dito, politicamente Aécio é fortíssimo. Pode ser menos preparado que o Serra, mas é popularíssimo. Não precisa provar mais nada. Serra precisa. O governo dele em São Paulo é que decidirá, e o início não foi brilhante. Agora, o Aécio gosta demais da vida privada dele. Pode parecer banal, mas é assim que as coisas funcionam. Com a presidência, muda tudo. Como ele não poderia mais ter a liberdade de que goza hoje, prefere pensar que tem tempo pela frente.”

Fernando Henrique atravessa o campus em direção ao clube, onde descansará até o próximo compromisso. Gosta de conversar enquanto caminha a passos lentos, as mãos trançadas nas costas: “Sou cartesiano com um pouco de candomblé. Porque, no Brasil, sendo só cartesiano não se vai longe. Já o Lula é o Macunaíma, o brasileiro sem caráter, que se acomoda”. A frase não soa pejorativa nem parece comportar um juízo moral. Para ele, Lula é aquele que se amolda, que nunca bate pé ou explicita suas posições. Um camaleão.

FHC é capaz de elogiar adversários históricos e criticar aliados. “Os militares fizeram coisas bem-feitas. De certa maneira, construíram um Estado. Telecomunicações é coisa deles. Collor, este sim, seguiu uma receita neoliberal burra e destruiu o Estado. Mas, antes dele, quem realmente desmanchou a máquina do Estado fomos nós da oposição, o PMDB, no governo Sarney. Foi quando começou o loteamento dos cargos, todo mundo querendo uma fatia, uma sede tremenda e o Sarney entregando. Tudo foi trocado contra favores, uma vergonha. O regime militar tinha ocupado as empresas estatais, militares reformados em diretorias, essas coisas. Com o PMDB, o que se loteou foi a máquina do Estado: ministérios, hospitais, todo tipo de órgão, até o mais insignificante, tudo. O Estado desapareceu, virou patrimônio dos políticos.” O próprio Fernando Henrique, no entanto, ao chegar à Presidência, parece ter concluído que política no Brasil era assim mesmo. Protegeu os três ministérios que considerava essenciais – Saúde, Educação e Fazenda – e entregou o resto aos de sempre, sob o argumento de que era isso ou a paralisia. Acomodou-se, a seu modo. Renan Calheiros foi seu ministro da Justiça.

Depois do almoço, novo encontro, agora com alunos escolhidos por mérito e excelência. FHC chega às 16h em ponto e troca palavras com quem já está ali. Quando chega finalmente a professora, traz um exemplar de *Dependência e Desenvolvimento*. Para espanto de todos, Fernando Henrique estica o braço e, fulminante, furta-lhe o livro. “Vejam que edição é

esta”, diz. “É que eles nunca me informam qual a edição e não me pagam” – *abertura FHC III*, a do homem comum. Os vinte e tanto alunos estão ganhos. Diante de seu realismo cético, um rapaz quer saber: “Quem explica o mundo de hoje?” “O maior erro dos pensadores sociais clássicos foi o sonho de produzir um mundo homogêneo. Isso jamais acontecerá. Hoje, o que falta é uma síntese, uma atualização de Marx e os outros. Quem sabe você não a faz?”, devolve ao rapaz. “Se fizer, por favor me cite.” E encerra com o velho sorriso do sedutor em tempo integral.

De banho tomado e terno repassado, FHC assumia na noite seguinte o pódio do auditório de Chapel Hill. Era o seu quarto compromisso do dia, uma palestra para 500 pessoas. Numa sala adjacente, outra centena o acompanharia por um telão. Falou durante uma hora, lendo vinte páginas de texto. Estava cansado, as palavras em inglês se atropelavam. Para adiantar o expediente, foi comendo etapas do raciocínio, acrescentando *and so on and so forth*, “e assim por diante”, às opiniões sobre Hugo Chávez, Evo Morales, globalização, fracasso da democracia. Aplaudiram-no de pé, talvez mais como reconhecimento ao esforço evidente e à simpatia que à clareza das idéias. Depois de uma longa sessão de fotografias – a invenção dos celulares que fotografam foi um mau momento para as celebridades, mesmo as acadêmicas –, terminou a noite numa lanchonete de estudantes especializada em pizza em fatias. O jantar custou 6 dólares.

Às 8 horas da manhã, comia com gosto um prato de panquecas regadas a *maple syrup*, seguidas de morangos com iogurte. Ia respondendo a perguntas: como comem os supremos mandatários? Banquetes de Estado são suculentos? Como é a comida em Buckingham, por exemplo? “Péssima!”, garante. “Agora, é de uma formalidade extraordinária. Primeiro, a rainha vem te receber em Victoria Station. Aí nós entramos numa carruagem para o trajeto até o palácio. Como estava frio, eles estenderam uma manta. Eu do lado da Elizabeth, a manta por cima da gente. Pensei: Ai, meu Deus, agora é que minha perna encosta na da rainha.” No palácio, foi apresentado a seus aposentos: “Ela mostra tudo: abre as gavetas, abre os armários, mostra o banheiro, mostra o chuveiro, é estranhíssimo. Depois vem a troca de presentes. Só que o Itamaraty nunca me dizia o que eu ia dar e eu peguei o primeiro que estava na minha frente. Ela ficou espantadíssima: ‘*But it is my horse!*’ – era um óleo do cavalo dela. Fiquei contente, ela havia gostado. Só então me dei conta do desastre: eu tinha acabado de presentear a rainha com o presente que ela ia me dar. O Rubens Barbosa, o embaixador, preparara

durante meses o jantar de homenagem que ofereceríamos na nossa embaixada. Os *royals* chegaram todos, e nos sentamos à mesa. A Margareth, que é meio diferente, às tantas gritou para a rainha, lá do outro lado da mesa: ‘*Lilibeth, this wine is very bad!*’ – aquele silêncio. A rainha ficou vermelha, furiosa. E não é que tinha razão? O vinho havia passado do ponto. Ela é divertida. Durante a recepção, apontava a Elizabeth e repetia: ‘*The queen wants a dry martini*’. E a rainha respondia, cada vez mais vermelhinha, bravíssima: ‘*I do not want a dry martini*’.”.

Fernando Henrique é Cavaleiro da Ordem de Bath: “Minhas filhas podem se casar na catedral de Westminster, eu posso ser enterrado lá e tenho direito a tomar banho com a rainha”. Não pretende exercer o terceiro privilégio e tentou em vão convencer a filha Bia a fazer uso do primeiro. Quanto ao segundo, “já disse à Ruth: junto o meu dinheirinho e quando morrer vou pra lá de avião, direto pra Westminster”. Ele brinca, mas gosta das liturgias do Velho Mundo. No Brasil, seria difícil manter qualquer sonho hierático. “Parada militar no Brasil é pobre pra burro”, observa o homem que teve de presidir a oito festejos de 7 de Setembro. “Brasileiro não sabe marchar, eles sambam. Somos o povo menos marcial do planeta.” Chateação sem tamanho: “A cada bandeira de regimento, a gente tinha de levantar, era um senta-levanta infundável”, lembra-se com um esgar de pavor. Sem falar dos cabelos: “Em setembro venta muito em Brasília, então o cabelo fica ao contrário”.

Fernando Henrique termina o café e segue para o aeroporto. Seu destino é Madri, com escala em Nova York, em classe executiva na travessia do Atlântico. Depois do jantar a bordo, alterna a leitura de *A Marcha da Insensatez*, da historiadora americana Barbara Tuchman (em tradução), com um *thriller* estrelado por Nicolas Cage. No Aeroporto de Barajas, de manhã, pela primeira vez recebe tratamento de ex-chefe de Estado. Um carro e dois funcionários do Itamaraty o aguardam na pista. É levado a uma sala onde alguém se encarrega dos trâmites de imigração e alfândega.

Dali a seis horas estaria sentado em torno de uma mesa em forma de U, numa sala confortável no subsolo do hotel Grand Meliá Fénix. Era a reunião do comitê executivo do Clube de Madri, que já presidira. A organização reúne 66 ex-governantes. Clinton é presidente honorário, o gigante ausente sobre o qual todos falam. Estão ali, entre outros, dois ex-presidentes da Colômbia, Andrés Pastrana e César Gaviria, que não larga o celular; as

ex-presidentes da Irlanda e da Islândia, a severa Mary Robinson e a silenciosa Vigdis Finnbogadóttir; o ex-presidente de Moçambique Joaquim Chissano; os ex-primeiros-ministros da Bulgária e da Romênia Philip Dimitrov e Peter Roman (que passa parte da reunião folheando um jornal). À direita de FHC, está o ex-primeiro-ministro da Noruega (“Esse é novo, caiu há pouco tempo”, explicará mais tarde). Ricardo Lagos, do Chile, é o novo presidente do Clube.

É uma reunião árida. Questões administrativas, financeiras e de agenda são tratadas ao longo de três horas. O aperto fiscal parece premente. César Gaviria, dadas as dificuldades financeiras, chega a sugerir que o Clube vá buscar recursos junto a empresas espanholas. “Podíamos até pôr o logotipo delas naqueles painéis atrás de nós quando a gente fala em eventos...” A sugestão é prontamente rechaçada por Mary Robinson, com voz de chumbo: “Não me agradaria ver o Clube associado a determinadas empresas”.

Fernando Henrique sugere restringir um pouco a extensa agenda do ano: aquecimento global, Darfur, apoio à reforma constitucional no Equador, liberdade de associação em países muçulmanos da África, construção de uma sociedade democrática no Kosovo. Passam a uma longuíssima discussão – quarenta minutos – sobre a situação kosovar. Está em causa a conveniência ou não de enviar um representante do Clube a um seminário sobre a independência da região. Alguns membros ficam olhares perdidos nas paredes brancas, outros se distraem com rabisquinhos em papel timbrado do Clube.

À noite, Fernando Henrique vai a um restaurante especializado em cabrito, sua primeira refeição europeia. Para quem veio de uma temporada nos Estados Unidos, a alegria é grande.

O ex-presidente dormiu bem aquela noite. Tão bem que, às 9 da manhã, um ônibus com todos os ex-governantes a bordo esperava por ele – em vão. O Clube de Madri co-patrocinava uma conferência internacional sobre cidades globais e era imperativo que seus membros chegassem na hora, sob pena de fazer naufragar o evento. Ricardo Lagos abriria a conferência. A responsável pelo protocolo, uma moça efficientíssima, decidiu que não esperava mais. O ônibus partiu com quinze minutos de atraso, a reboque de batedores que lhe abriam caminho para o centro de conferências. FHC surgiu no *lobby* do hotel a tempo apenas de ver o comboio se afastar. Esticou o braço e foi de táxi.

A primeira mesa-redonda, “Protagonismo da grande cidade e o papel das políticas públicas”, dura quase duas horas. Na primeira fila, César Gaviria dorme à larga, a cabeça para trás. Fernando Henrique cochila discretamente, com o rosto apoiado na mão, como se refletisse. Na segunda mesa, “Instrumentos ‘suaves’ de política urbanística”, caberá a ele sintetizar as idéias expostas. Duas horas depois, assume o microfone: “Não tenho muito a acrescentar porque minha única experiência com cidades foi a eleição que perdi para prefeito de São Paulo”, desdenha, numa típica *abertura FHC II*. Passa então a recheiar sua fala com a “coesão mecânica” e a “coesão orgânica” de Durkheim (mais tarde, no táxi: “É o bê-á-bá da sociologia. Olhei em volta, vi que não tinha um sociólogo, mandei ver”), e citações ao sociólogo alemão Tönnies, que explora os conceitos de sociedade e comunidade ou, no original, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, como soltou Fernando Henrique em bom sotaque. Foi o quanto bastou para inspirar pasmo e aplausos de admiração. (No mesmo táxi: “São as únicas palavras que sei em alemão”.)

No dia seguinte, Ruth Cardoso e a neta Julia juntaram-se a Fernando Henrique. A menina acabara de completar 18 anos e passaria uma semana viajando pela Espanha com os avós. Por volta das 11 horas, foram ao Museu Thyssen-Bornemisza, ver uma exposição temporária de retratos. Fernando Henrique faz fila diante do caixa, paga e volta exultante: “É a vitória do proletariado. Só 10 euros, pra mim, Ruth e Julia! E a moça ainda me pediu a carteira de identidade, pra comprovar se eu tinha mesmo 75 anos”.

O presidente admira um Picasso neoclássico – *Olga na Cadeira*, de 1924, à moda de Ingres –, o que lhe dará ocasião de praticar um de seus divertimentos prediletos: implicar com as idéias progressistas de dona Ruth. “Mas isso é absolutamente acadêmico”, ela se choca. “Ele só pintou porque ela estava cansada de ser retratada com dois olhos do mesmo lado. Deve ter pedido: ‘Faz um retrato bonito, vai’. Aí, ele fez.” FHC rebate: “Não é isso, não. É que Picasso é absolutamente genial. Dá cambalhota. É Deus”. Dona Ruth: “Gênio, mas não por isso. Pelo que pintou antes”. Ele: “É gênio, Ruth. Faz de tudo”. E, antecipando o gostinho, encerra o sparring: “Aliás, eu me identifico muito com Picasso”. Dona Ruth se vira para a neta e aconselha: “Não ouve isso, Julia”.

À noite, amigos convidam a família Cardoso para um show de flamenco. A mesa é colada ao palco. A cada arranco do dançarino, que bate furiosamente os pés no chão, o presidente recua na cadeira, assustado.

Para o último jantar de FHC em Madri, no dia seguinte, ele, dona Ruth, Julia e um casal de amigos vão a um restaurante simplíssimo, quase um botequim. Oito mesas, se tanto. O ex-presidente vai direto para a cozinha e volta feliz: “Ganhei quatro votos”, anuncia. As paredes são cobertas de fotografias – toureiros, políticos, o príncipe das Astúrias. “Vou ver as fotos”, diz, e levanta de novo. Chegam croquetes, morcela, aspargos, queijo. Ele se farta. “A Ruth tinha essa educação comunista com os filhos, essa história de dividir tudo, inclusive a comida boa que de vez em quando eu trazia pra casa. Depois de um tempo, passei a lamber o chocolate na frente deles, pra ninguém meter a mão.” “O camembert ele escondia no armário”, confirma Ruth Cardoso. De sobremesa, Fernando Henrique derruba um prato de arroz-doce e se encanta quando descobre que ali servem rabanada também. Come rabanada a valer. Ao saber quem é o cliente, dono e funcionários do restaurante pedem fotos. FHC volta à minúscula cozinha e, junto do forno, posa com quatro empregados, todos com cara de mexicano. “Pronto, agora consolidei o voto”, comemora. Alguém comenta: “Consolidou. No México”.

Ruth Cardoso registra tudo, sem dar muita atenção. Se há alguém que não cai nos números do marido, é ela. Conta de uma viagem a Buenos Aires, quando passeavam pelo bairro da Recoleta e foram reconhecidos por um ônibus de turistas brasileiros. Confusão instalada, desceram todos e começaram a bater fotos. O sorriso de FHC se abre feito uma cortina. “Olha só pra ele”, alfineta Ruth Cardoso. “Deviam ser todos petistas, Fernando, e você não passava de atração turística.” Ele não se dá por vencido: “Em restaurantes de Buenos Aires eu sou aplaudido quando entro. É que eu traí os interesses da pátria, então lá eles me adoram”. A neta Julia balança a cabeça: “Como é que ele diz essas barbaridades...”

ANEXO B

Perfil de Dilma Rousseff, intitulado Mares Nunca Dantes Navegados, assinado por Luiz Maklouf Carvalho, publicado originalmente na revista *piauí* em julho de 2009.



DEPOIS DA CADEIA

Quando Dilma Rousseff era ministra das Minas e Energia, perguntei-lhe em que condições de saúde deixara a prisão. “Ninguém sai disso sem marcas”, respondeu em um gabinete da sede da Presidência da República em São Paulo. Foram três anos de cadeia: de janeiro de 1970, quando foi capturada no centro de São Paulo, ao final de 1972, quando saiu, 10 quilos mais magra, do Presídio Tiradentes. Estava com cerca de 57 quilos, usava manequim 42, tinha 25 anos, e a ditadura que a prendera e torturara, nove.

Uma das marcas à qual a ministra se referiu foi uma disfunção na tireóide, glândula no pescoço cuja principal função é a produção e armazenamento de dois hormônios que auxiliam a regular a taxa do metabolismo e afetam outros órgãos. “Um ano depois que saí da cadeia, a minha tireóide estava completamente detonada”, contou. “Foi a forma como o meu organismo reagiu a tudo aquilo. Desenvolvi um hipertireoidismo [*produção excessiva de hormônios*] e depois um hipo [*o contrário*]. Foi uma somatização. Mas me tratei e fiquei boa.”

No final do mês passado, um dia depois da última sessão de quimioterapia para evitar a volta de um câncer linfático, Dilma Rousseff tinha certeza de que ficaria boa. “Estou felicíssima”, ela me disse. “Primeiro, porque foi a última aplicação. Em segundo, porque em 14 de julho se encerra o ciclo de 21 dias durante o qual o organismo elimina os produtos tóxicos. Então, no dia 14 de julho vou estar sem o menor traço de consequências da doença.”

A ministra acha que a quimioterapia, que ela pensava que pudesse ser “muito desagradável”, não chegou a tanto. Para ela, o mais difícil foi perder o cabelo. “Mas não foi tanto assim. Perdi cabelo em vários locais, e preferi raspar tudo para não ficar caindo aos poucos”, disse. “E teve um efeito gratificante: é bom sentir a água escorrendo direto na cabeça.” A ministra riu e completou: “Você não pode deixar de procurar as coisas boas. E o cabelo vai crescer, vai voltar.”

Além da quimioterapia, a ministra fez acupuntura, melhorou a alimentação e manteve as caminhadas, apesar de, nos dias em que esteve mais frágil, “andar a passo de elefantinho”, conforme disse. “Eu caminhava uma hora, e agora depende. Se é logo depois da quimio, ando 40 minutos, e depois vou para 45; o máximo a que chego são 50 minutos. Isso foi bom porque mantive uma pressão ótima.” De bom-humor, ela reclamou dos fotógrafos: “De manhã cedo, você há de convir, você não está caminhando do jeito mais bonito. Você está com aquela cara de horror. E os fotógrafos fazendo *téc* para lá e para cá. O meu cachorro, o Nego, está traumatizado. Eu não vivo sem cachorro.”

Ao sair da prisão, em 1972, ela passou uma temporada em Minas, onde fora se recuperar com a família, passou pela casa de uma tia em São Paulo e se mudou para uma casa na avenida Copacabana, à beira do rio Guaíba, em Porto Alegre. Era a residência de seus sogros – Afrânio Araújo, advogado trabalhista e comunista de velha cepa, e sua esposa Marieta. A moradia provisória do namorado de Dilma, Carlos Franklin de Araújo, ex-dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, podia ser vista da varanda da casa: o presídio da ilha das Pedras Brancas, onde ele cumpria seu terceiro ano de pena.

Ela trocou o *uai* pelo *tchê* para estar próxima de Araújo, a quem chama carinhosamente de “Gordo”. Os meses que passaram no Presídio Tiradentes – com alguns encontros íntimos e

muitas trocas secretas de bilhetes– apontavam um futuro para o romance. Um futuro mais calmo do que o ano em que namoraram durante a perigosa agitação da clandestinidade, com a cabeça a prêmio.

Dilma visitou Araújo na ilha. O garoto Leandro, filho do seu primeiro casamento, também. Na mesma agradável varanda às margens do Guaíba, Araújo recordou: “Ela levava comida, cigarro, muitos jornais. Falávamos sobre a nossa vida afetiva, do filho que queríamos ter e do nosso futuro político, sobre como e onde retomar a militância. Não tinha visita íntima não, mas a gente sempre dava um jeitinho.”

Deputado estadual por São Paulo, Rui Falcão, dirigente do Partido dos Trabalhadores, passou quase três anos no presídio da ilha. “A Dilma nos enchia de informação, era simpática, solidária e muito carinhosa”, lembrou. Também estava lá Raul Pont, velho parceiro do Presídio Tiradentes. “Ela levava livros políticos disfarçados de romances”, contou o ex-prefeito de Porto Alegre e hoje deputado estadual do PT no Rio Grande.

Araújo mora sozinho. Levanta às três da manhã, trabalha de madrugada, faz exercícios, chega ao escritório às cinco e meia. Costuma passar no escritório aos sábados e domingos. Volta e meia tem problemas com um enfisema pulmonar diagnosticado nos anos 90. E, às vezes, como em maio passado, tem que passar uns dias no hospital. Nas crises mais sérias, a ministra pega um avião em Brasília para visitá-lo.

No meio da tarde, a empregada veio perguntar se ele queria algo especial para o jantar. Não queria. O freezer estava abastecido com cervejas e, de quando em quando, ele pegava uma garrafa. Contou que foi dos últimos presos a sair da ilha, quando a cadeia foi desativada. Cumpriu o resto de pena no Presídio Central, onde Dilma o visitava duas vezes por semana.

Em junho de 1974, Afrânio Araújo morreu de infarto. O filho teve autorização para ir ao enterro – com escolta e vigilância – e receber, com Dilma, as condolências do mundo jurídico gaúcho. Por conta do prestígio de Afrânio, a cadeia já não era tão rigorosa. E, com a sua morte, amigos juristas pressionaram para que fossem resolvidas rapidamente as pendências processuais que mantinham Carlos Araújo no Presídio Central. Uma semana depois ele foi solto.

Araújo e Dilma haviam combinado morar num apartamento que ela já havia alugado, mas acabaram ficando na casa à beira do rio. O menino Leandro era uma presença frequente ali. Dilma fazia cursinho para prestar vestibular em ciências econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E tinha um grupo de estudos com dois amigos, também ex-presos políticos. “Ela era uma guria extremamente alegre, muito companheira e carinhosa”, disse um deles, Carlos Alberto de Re, o “Minhoca”, diretor do teatro da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. “Varávamos a madrugada estudando. Ela sabia mais do que nós, até por já ter sido universitária. Tinha método e disciplina, e não deixava o estudo ficar disperso.”

O outro integrante do grupo era Calino Pacheco Filho, com quem Dilma fez o curso de ciências econômicas, concluído em 1977. “Cuidamos de estudar, não tivemos participação ativa no movimento estudantil”, disse Pacheco Filho em sua sala da Fundação de Economia e Estatística, a FEE, órgão do governo gaúcho. Depois da cadeia, o primeiro emprego remunerado de Dilma, Minhoca e Pacheco Filho foi de estagiários da Fundação.

A retomada da militância política, dessa vez legalmente, deu-se no Instituto de Estudos Políticos e Sociais, o Iepes, mantido pelo partido oficial de oposição, o MDB, presidido no Rio Grande por Pedro Simon. “Ela era uma jovem bonita e uma mulher firme”, contou o senador. Sem ter se filiado ao MDB, Dilma organizou debates no Instituto. Iam lá, dar palestras concorridas, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Chico de Oliveira.

Na campanha eleitoral de 1976, Araújo e Dilma se empenharam para eleger vereador o emedebista Glênio Peres, casado com Lícia Peres. Eleito, Peres foi logo cassado por ter feito um discurso denunciando a tortura. “Nós simpatizamos de cara e logo ficamos amigas, como somos até hoje”, contou a socióloga, que também é integrante do Diretório Nacional do PDT.

Com Araújo, que não gosta de viajar, Dilma foi à Europa uma vez. Com Lícia Peres, foi três, fora uma outra viagem aos Estados Unidos. Lícia se lembra de ter ido com a amiga a óperas, museus e de terem visitado a casa onde Marcel Proust passava férias, em Illiers-Combray. Ela disse que nos momentos muito difíceis, como a morte de Glênio e, anos depois, um câncer no seio, Dilma foi “absolutamente solidária”.

No apartamento de Lícia há na sala uma estante abarrotada de livros. Alguns deles lhe foram dados de presente por Dilma, como *O Mar*, do irlandês John Banville. “Lícia, há muito eu quero lhe mandar este livro. Feliz Natal. Um abraço”, escreveu ela na dedicatória em dezembro de 2007. Um dos momentos mais tocantes do romance, vencedor do prestigiado Booker Prize, é a constatação de um diagnóstico de câncer. A mulher do narrador, Anne, pergunta ao médico: “E então, doutor – disse ela, um pouco alto demais, dando à voz o tom forte e agudo daquelas atrizes de cinema dos anos 40, é a sentença de morte ou tenho esperanças?” Ele respondeu: “Ah, não vamos deixar que a senhora se vá assim, senhora Morden. Pode ter certeza de que não vamos, não.”

Dilma falou que gostou muito de *O Mar*, mas não é dos seus romances de cabeceira. “É um livro de época”, afirmou. No momento, ela lê o romance *A Trégua*, do uruguaio Mario Benedetti, recentemente falecido, e uma coletânea de contos do russo Isaac Babel. Um dos livros que mais lhe chamou a atenção foi *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Foi no período em que, como contou, “estava interessadíssima no Segundo Império, e comprei a Coleção Brasileira”.

Além da literatura, Dilma adora artes plásticas. A ponto de dizer: “Só tenho uma tristeza na vida: não tenho o menor talento. Já tentei pintar, mas talento você tem ou não. E eu não tenho.” Ela armazena no laptop reproduções das suas obras preferidas. É uma galeria eclética. Lá estão Katsushika Hokusai (“aquele da onda, de mil setecentos e pouco, período Edo”), Lucas Cranach, Bosch, Luca della Robbia (“por suposto”), Caravaggio, Matisse (“gosto muito do Matisse. Ele trabalhou em uma manufatura de tecido e era tecelão”), Remedios Varo (“é uma pintora mexicana, tem um quadro dela que eu amo: *Natureza Morta Ressuscitando*, que é um barato, e tem outro que também é muito bonito, *Bordando o Manto Terrestre*”), Iberê Camargo, Renoir.

Uma outra amiga, a psiquiatra Vera Stringuini, lembrou ter perguntado uma vez a Dilma: “O marxismo é ou não é uma ciência?” E de ter obtido como resposta uma outra pergunta: “E o Super-Homem é um pássaro ou é um avião?” As duas aprenderam a dirigir na mesma época e tinham um gosto literário semelhante. “Tivemos a fase Saramago, a fase de ficção científica, principalmente Ray Bradbury, e a fase da tragédia grega”, disse. As duas foram alunas de um curso do dramaturgo gaúcho Ivo Bender. Durou um ano, com aulas semanais no auditório da

FEE. Estudaram peças de Ésquilo, Eurípedes e Sófocles. “Às vezes, chorávamos de emoção durante as aulas”, contou.

“A Dilma se apaixonou por *Filoctetes*, do Sófocles”, contou Vera. Filoctetes, personagem que aparece na *Iliada* e na *Odisséia*, era um exímio arqueiro grego. Quando partia para a guerra de Tróia, uma mordida de cobra infeccionou-lhe gravemente o pé. Os companheiros não aguentaram o cheiro fétido e os lancinantes gritos de dor do arqueiro e o abandonaram numa ilha deserta.

“A peça é uma obra-prima”, justificou Dilma. “Filoctetes era um chato de galocha. Reclamava o tempo inteiro que a perna estava ferida. Largar ele na ilha é uma solução dentro de uma ética que não é a judaico-cristã. A ética grega não é boazinha, não tem culpados.”

Foi para Vera Stringuini que Dilma ligou pedindo o telefone do cirurgião plástico Renato Vieira, que já reformara as pálpebras das duas. E foi Vieira quem fez, na virada do ano, a segunda plástica na ministra.

Paula Rousseff Araújo, a filha do casal, nasceu em março de 1977, quando Dilma tinha 29 anos. Amigas dizem que ela era um tanto desajeitada para as tarefas práticas. “Foi por isso que dei de presente para ela uma montanha de fraldas”, contou a psiquiatra Vera. Quando Paula não parava de chorar, a mãe a colocava no carro e dirigia a esmo até que o balanço a fizesse dormir.

Com Paula crescendo, a mãe retomou os estudos. Queria fazer mestrado na Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp, distante uma hora de São Paulo. Às vezes, levava a filha, que ficava no apartamento alugado com uma babá. Paralelamente, Dilma participava de um grupo de discussão com meia dúzia de ex-militantes da VAR-Palmares. Um deles era Rui Falcão. Outro, Roberto Espinosa, com quem estivera presa.

O grupo, que se reunia em São Paulo, contou com a participação esporádica de Carlos Araújo, que já tomara a decisão de militar no trabalhismo. “Nós aprofundávamos a autocrítica sobre a experiência do passado e discutíamos novos caminhos”, disse Espinosa. “Líamos Marx e também renovadores do marxismo como Poulantzas e Althusser.” Na lembrança do deputado

Rui Falcão, o grupo durou uns dois anos, com reuniões trimestrais. “Não era nostalgia, mas um encontro para troca de informações, para se manter atualizado e avaliar o momento em que a atividade política poderia ser retomada”, contou o deputado.

O site oficial da Casa Civil informa que a ministra é “mestre em teoria econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutoranda em economia monetária e financeira pela mesma universidade”. Na Plataforma Lattes, a base de dados de currículos e instituições das áreas de ciência e tecnologia, o currículo de Dilma Vana Rousseff registra um mestrado em ciência econômica, na Unicamp, em 1978-1979, com a dissertação “Modelo energético do estado do Rio Grande do Sul”, sob a orientação do professor João Manoel Cardoso de Mello. Informa também que ela começou, em 1998, um doutorado em ciências sociais aplicadas – mas não dá o nome do orientador nem o da tese de doutorado.

“Dilma Vana Rousseff nunca se matriculou em nenhum curso de mestrado na Unicamp”, informou o diretor de registro acadêmico Antônio Faggiani. Pedi que, além de consultar no sistema informatizado, ele verificasse também o arquivo morto, que abriga os documentos em papel da Unicamp. Isso feito, Faggiani confirmou a informação: “O que existe, oficialmente, é a matrícula no curso de doutorado, em 1998, abandonado em 2004, quando acabou o prazo para a integralização dos créditos.”

Ao saber da posição oficial da universidade, a ministra me disse: “Fiz o curso de mestrado, mas não o concluí e não fiz dissertação. Foi por isso que voltei à universidade para fazer o doutorado. E aí eu virei ministra e não concluí o doutorado.” Em resumo, o site da Casa Civil está errado: Dilma não é nem mestra nem doutoranda.

Araújo e Dilma participaram das articulações, lideradas por Leonel Brizola, para a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro. Quando Ivete Vargas ganhou a sigla PTB, entraram no PDT brizolista. “Nossa dedicação foi integral”, disse Araújo. Ele foi três vezes consecutivas deputado estadual – de 1982 a 1994 – e duas vezes candidato a prefeito, perdendo primeiro para Olívio Dutra e depois para Tarso Genro. Jogou a toalha em 1994, depois do diagnóstico de enfisema pulmonar. “O meu sonho era ser prefeito e governador. Não deu, paciência”, comentou.

Em novembro de 1977, quando estava na FEE, Dilma tomou um susto: seu nome apareceu no jornal *O Estado de S.Paulo* como um dos 97 funcionários acusados de serem subversivos infiltrados na máquina pública, apontados pelo general Sylvio Frota, ministro do Exército que acabara de ser exonerado pelo ditador Ernesto Geisel. A relação dos nomes, com um resumo dos antecedentes políticos de cada um, constava de uma carta que Frota divulgara.

Dilma era qualificada como militante da VAR-Palmares e do Comando de Libertação Nacional, o Colina, “amasiada com o subversivo” Carlos Araújo. Na lista estavam também o hoje vice-governador de São Paulo, Alberto Goldman, e o então secretário de Economia e Planejamento do estado, Jorge Wilhelm. Entre os gaúchos da FEE, havia mais quatro nomes, que, junto com Dilma, foram prontamente demitidos. Sinval Guazelli os anistiou e reconduziu aos cargos quando foi eleito governador do Rio Grande do Sul, em 1977.

Seu segundo emprego, na primeira metade dos anos 80, foi de assessora da bancada do PDT na Assembléia Legislativa gaúcha. Uma de suas amigas, também pedetista, e até hoje por lá, foi a advogada Maria Regina Barnasque, a “Buluga”, como Dilma a apelidou. “Ela tinha uma personalidade forte e mostrava uma grande habilidade política”, disse Buluga. Ela jurou que, naquele período, Dilma jogava no time de vôlei feminino do PDT.

NO GOVERNO GAÚCHO

O ex-governador Alceu Collares, nos seus 81 anos, continua simpático, falante e de posse de uma portentosa memória declamativa. Há que vê-lo, mal a manhã raiou, a escandir, tonitruante e com gestos largos, os versos do poema “O voto é tua arma”, de sua própria lavra. Pedetista, ele foi o primeiro prefeito de Porto Alegre eleito diretamente depois da ditadura. O deputado Araújo e Dilma sustentaram a sua candidatura de corpo e alma. Parte expressiva da campanha, inclusive o programa de governo, foi planejada na casa à beira do Guaíba.

Na eleição para o governo estadual, contudo, o PDT tomou uma lavada do candidato peemedebista Pedro Simon. “Foi quase um milhão de votos na frente deles”, comemora ainda hoje o senador. Entre outros motivos, porque a chapa pedetista juntava o brizolista Aldo Pinto com um dos quadros civis da ditadura, Nelson Marchezan (seu vice). “A Dilma foi uma grande assessora da nossa campanha”, disse o ex-deputado Aldo Pinto. “Ela acreditava muito

no PDT”, explicou Vera Stringuini. “Empolgada com Brizola, ela me tirou na marra do PT e me levou para o PDT. A exigência da aliança com o Marchezan foi do Brizola. Tivemos que engolir aquele sapo.”

Ainda hoje, Dilma faz um raciocínio tortuoso para dizer que a aliança “pode ter sido” um equívoco: “Marchezan foi líder da ditadura, mas nunca foi um enragé. A ala Marchezan era a ala da pequena propriedade radicalizada. E ele era um cara ético.”

Alceu Collares disse que, por influência de Carlos Araújo, “mas também pela competência dela”, nomeou Dilma para o seu primeiro cargo executivo, o de secretária municipal da Fazenda.

Dilma se afastou do cargo para se dedicar à primeira campanha do marido à prefeitura de Porto Alegre, em 1988, contra o petista Olívio Dutra. Foi substituída na Secretaria da Fazenda pelo advogado e jornalista Políbio Braga.

No salão de café de um hotel cinco-estrelas, Políbio Braga contou que, antes que decidisse aceitar o cargo, Dilma o chamou para uma conversa e disse: “Não assume não, que isso pode manchar a tua biografia. Eu não consigo controlar esses loucos e estou saindo antes que manche a minha.” Collares afirmou que a gestão de Dilma “foi da maior transparência e competência”. Políbio Braga tem outra lembrança: “Ela não deixou sequer um relatório, e a Secretaria era um caos.”

A eleição de Olívio Dutra inaugurou os dezesseis anos em que o PT gaúcho ficou no poder. Com o PDT em baixa, Dilma Rousseff foi nomeada, em 1989, diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre. Joaquim Felizardo foi funcionário da Câmara no mesmo período. Ele contou que Dilma foi demitida pelo presidente da Casa, o vereador Valdir Fraga, porque chegava tarde ao trabalho. “Eu hoje brinco com o Fraga: ‘Tu conseguiu exonerar a mulher que vai mandar no país, tchê!’” O ex-vereador Valdir Fraga tem uma versão mais benigna para a demissão: “Eu a exonerei porque houve um problema com o relógio de ponto.”

Collares foi eleito governador em 1990 e Dilma virou presidente da FEE, na qual ficou até o fim de 1993. O peso de Araújo e de seu grupo de militantes, que era forte e articulado, ajudou Dilma a ser nomeada para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. Ficou no cargo até dezembro de 1994. Nos últimos meses de trabalho, seu casamento chegou ao fim.

A tarde ia se pondo sobre o Guaíba e Araújo levantou-se, foi a uma estante e pegou um porta-retrato onde aparecem seus filhos Rodrigo, de 14 anos, e Paula, ao lado do marido. A gravidez da mãe de Rodrigo, entre 1994 e 1995, pôs fim aos 26 anos de casamento entre Dilma e Carlos Araújo. Ao saber, Dilma botou as coisas dele em malas e ele saiu da própria casa. “Aconteceu”, contou Araújo. “Havia um desgaste na nossa relação afetiva.”

Vera Stringuini, a amiga do curso de teatro, consolou Dilma. Para comentar a separação, ela recorreu a uma frase do filme *Frida Kahlo*, a pintora mexicana que teve um caso com Leon Trotsky quando era casada com o muralista Diego Rivera: “Tu podes ser infiel, mas não podes ser desleal.” Vera disse: “A deslealdade cria uma rachadura, e Dilma não aguentou.”

“Depois a gente se reconciliou e voltei para casa”, contou Araújo. O acerto durou até o ano 2000, quando Dilma alugou um apartamento e se mudou. Araújo namora uma arquiteta que se dá bem com Dilma. Seus três filhos convivem sem problemas entre si e Dilma se dá bem com todos eles, inclusive Rodrigo. “Tenho muito orgulho da Dilma”, disse Araújo. Eles se encontram com frequência e se falam sempre pelo telefone. Ao saber que a ministra tinha câncer, Araújo foi a Brasília e ficou uns dias com ela.

Acabado o governo Collares, Dilma voltou para a Fundação de Economia e Estatística e foi editora da sua revista *Indicadores Econômicos*. Publicou ali alguns artigos técnicos com discretos laivos políticos. Um deles, “A privatização do setor elétrico no Chile: o erro mudou”, de 26 páginas, critica os excessos nos dois sistemas – o estatal e o privado – e defende uma solução híbrida, com controle e regulação do primeiro sobre o segundo. Num trecho, a ministra sustenta que a propriedade privada não garante a ausência de interferência política: “Tanto o Estado pode estar interessado em controlar uma indústria privada, como também, o que até é mais usual, uma indústria privada pode estar interessada em manipular o Estado para seu próprio benefício econômico.”

Ela voltou à vida pública em 1999, quando o petista Olívio Dutra foi eleito governador, dessa vez apoiado pelo PDT no segundo turno. Levou-a para a mesma Secretaria de Energia. Dilma era uma entre meia dúzia de pedetistas que assumiram postos no primeiro escalão. “Eu já a conhecia e respeitava”, disse Olívio Dutra, entre duas bombadas de chimarrão. “E a nomeei também porque ela estava numa posição mais à esquerda no PDT, menos populista.”

Leonel Brizola, no entanto, achava que o PDT merecia mais pelo apoio no segundo turno. Argumentava que todos os cargos juntos não representavam 1% do orçamento do governo. Olívio Dutra contou que Brizola, nos telefonemas que lhe dava, pedia mais e mais cargos. Como o governador não cedeu, Brizola passou a pressionar os pedetistas a saírem da administração petista.

Com a proximidade das eleições municipais de 2000, o conflito se acentuou. Brizola queria Collares como candidato e o PT indicava Tarso Genro. Dilma defendia a continuidade da aliança que elegeu Olívio Dutra e, portanto, a candidatura de Tarso Genro. Ela disse à época – em contraste com o apoio que dera à dobradinha Aldo Pinto-Nelson Marchezan – que não aceitava “alianças neoliberais e de direita”.

Dilma ficou no cargo e apoiou o candidato petista. Alceu Collares foi para o segundo turno da eleição, numa aliança que congregava, PDT, PFL, PPB, PSB, PMDB e PL – e ainda assim Tarso Genro ganhou. Dilma filiou-se ao PT.

Brizola chamou de traidores os que saíram do PDT. “Venderam-se por um prato de lentilhas”, disse à imprensa. “Eu afirmei e reafirmo que naquele momento eles foram traidores”, ecoou Alceu Collares. Olívio Dutra analisou assim a situação: “Eu sempre disse que seria uma honra enorme se a Dilma viesse para o PT. É claro que eu tive um protagonismo, mas não houve cooptação. Sair do PDT não foi fácil para ela. Mas, naquele momento, eu acho que ela foi visionária.”

A

engenheira Cláudia Hofmeister, que também trabalhou com Dilma na Secretaria de Energia, contou que, no primeiro mês da gestão, janeiro de 1999, os gaúchos sofreram 31 cortes de energia. A Secretaria organizou então um programa

emergencial de obras, com a participação das estatais da área e de cinco empresas privadas, o que resultou em um aumento de 46% na capacidade de atendimento até o final da gestão.

Quis a natureza que o Rio Grande do Sul, como o Paraná e Santa Catarina, escapasse do apagão que infernizou o Brasil no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso: não houve seca por lá. “Não havia sentido em fazer um racionamento por solidariedade no Rio Grande, nem em Santa Catarina, nem no Paraná”, explicou Pedro Parente, chefe da Casa Civil no governo de Fernando Henrique, a quem coube gerir a crise do apagão. Mesmo assim, o consumo de energia diminuiu na região Sul.

Dilma esteve com Pedro Parente em duas reuniões, e defendeu os interesses do estado e da iniciativa privada gaúcha – ambos queriam receber uma compensação pela redução do consumo, como ocorreu nos estados em que houve o racionamento. Como no Sul a redução do consumo foi voluntária, o governo tucano não cedeu e a secretária botou panos quentes nos ímpetos sulinos. “A Dilma soube administrar a crise entre os grandes consumidores gaúchos de energia e o governo federal”, disse Parente. “Ela era pragmática, objetiva e demonstrou que tinha um diálogo fluido com o setor empresarial.”

NAS MINAS E ENERGIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contou a **piauí**, em uma entrevista no fim do ano, como conheceu Dilma Rousseff:

Eu sabia que ela era secretária do Olívio Dutra, mas não tinha muito contato, até porque ela era do PDT. Quem cuidava do meu grupo de energia era o Pinguelli Rosa. Então, a gente tinha, a cada ano, três, quatro reuniões com vários engenheiros do setor energético. Já próximo de 2002, aparece por lá uma companheira com um computadorzinho na mão. Começamos a discutir e percebi que ela tinha um diferencial dos demais que estavam ali porque ela vinha com a praticidade do exercício da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Aí eu fiquei pensando: acho que já encontrei a minha ministra aqui. Ela se sobressaiu em uma reunião que tinha quinze pessoas. Pela objetividade e pelo alto grau de conhecimento do setor. Foi assim que ela apareceu no meu governo.

As reuniões com Lula ocorriam no Instituto Cidadania, em São Paulo, que ele montou para fazer as vezes de governo paralelo. O físico e engenheiro nuclear Luiz Pinguelli Rosa era a estrela maior, seguido de Ildo Sauer. A missão deles era elaborar a plataforma da área de energia para a campanha presidencial. Em junho de 2001, Pinguelli convidou Dilma a participar.

“Ela era uma menina tímida no meio de grandes professores”, disse Ildo Sauer. “Mas toda hora ela puxava aquele computador, que parecia ter tudo, até análise sobre o aço da palheta da turbina.” Algumas vezes Dilma levou, como convidado, o engenheiro Luiz Oscar Becker, seu subordinado na secretaria gaúcha. Já separada de Araújo, Dilma e Becker eram namorados. (A ministra não quis comentar sua ligação com Becker.)

Maurício Tomalsquim, hoje presidente da Empresa de Pesquisa Energética, também participava do grupo. Divergia de Pinguelli e de Sauer, frontalmente contrários às privatizações que o governo promovia no setor – para eles, responsáveis pelo apagão. Tomalsquim era contra o estatismo e Dilma também. “Eles diziam, brincando, que eu era o neoliberal do grupo”, contou Tomalsquim. Disse também que estava claro para todos no grupo que, se Lula fosse eleito, o ministro das Minas e Energia seria Pinguelli Rosa.

Mal se anunciou a vitória do PT, Pinguelli Rosa telefonou para Ildo Sauer e disse: “Vamos montar o grupo de transição da área de energia aqui no Rio mesmo, que é mais fácil para mim.” O tempo passava, no entanto, e não chegava o convite de Lula. Avaliou-se que o presidente reservara Minas e Energia para o PMDB, com o qual José Dirceu acertava um acordo estratégico. Avaliação errada, segundo José Dirceu. “Lula estava decidido a nomear a Dilma Rousseff”, me contou o ex-ministro. “Para o PMDB, discutiam-se outros ministérios, como o de Transportes, o de Comunicações e o da Saúde.”

Pesou na decisão de Lula a simpatia que Antonio Palocci tinha pela secretária gaúcha. Mais do que pessoal, a simpatia era política: o ministro da Fazenda estava informado sobre o trânsito fluido que ela mantinha com empresários do setor – assustados com a possível indicação de Pinguelli Rosa – e sabia de sua concordância com a “Carta aos Brasileiros”, o documento de campanha que simbolizava a mudança do PT.

Se ainda restassem dúvidas quanto às idéias de Dilma, ela as enterrou numa viagem a Frankfurt, a convite do ministro tucano Pedro Parente. Era um seminário com investidores estrangeiros do setor elétrico, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. “A presença dela foi muito importante porque os investidores ficaram com uma visão clara de que não haveria ruptura”, contou Parente.

Olívio Dutra disse que, “depois da eleição, o Lula me consultou. Eu falei pra ela: ‘Olha, Dilma, o Lula vai te convocar para a transição na área de Minas e Energia e eu te digo que tem mais coisas para tu assumir’”. O que o Lula viu nela?, perguntei, e ele respondeu: “Um certo comedimento, o fato de ela ter uma visão articulada da área, uma descrição, uma modéstia sem falsidade. Ela com o laptop dela. Está tudo organizado ali. Tem números, elementos, quadros. Ela é sempre afirmativa. Posso ter pesado um pouco na balança naquele momento, mas, da transição para frente, o mérito é todo da Dilma.”

A ministra tratou de se aproximar de José Dirceu. “Todo mês, e muitas vezes quinzenalmente, nos encontrávamos para falar de energia, infraestrutura, petróleo e gás, áreas que diziam respeito ao Ministério que ela ocupava, e também de meio ambiente, política e questões pessoais”, ele disse. “Sempre tivemos uma relação muito boa.” A afinidade de Dilma com o ministro também se solidificou durante o governo.

Dilma levou para o governo de transição, em Brasília, a amiga Maria Regina Barnasque, a Buluga. No começo de dezembro, Dilma recebeu um telefonema. Quando desligou, estava emocionada. Chamou a amiga e disse: “Era ele. Eu vou ser a ministra das Minas e Energia.” Buluga correu para o abraço, mas foi contida: “É segredo absoluto. Não podemos nos emocionar.” Nos feriados do Natal, foi a vez de Tomalsquim receber um telefonema: Dilma o chamou para ser o secretário-executivo do Ministério.

O que Dilma fez de essencial nas Minas e Energia foram três coisas: cumpriu os contratos do governo anterior, evitou outro apagão e construiu um modelo para o setor elétrico menos estatizante do que queria o modelo Pinguelli-Sauer. Um dos seus interlocutores nessas tarefas foi o empresário Luiz Fernando Leone Vianna, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica. Vianna ia tanto ao Ministério que Dilma dizia que ele já tinha uma xícara própria por lá.

“A gestão foi boa porque partiu para um modelo competitivo”, disse o empresário, em Brasília. “Ela não só manteve como ampliou o mercado livre de energia, e, mais importante, usou o critério técnico, e não o ideológico. A Dilma participava pessoalmente, ligando, perguntando. Ela ouve, processa e decide. A decisão é toda dela.”

Pinguelli Rosa acabou sendo nomeado presidente da Eletrobrás. Dilma contou a amigos que sempre soube que, fiando-se na amizade com Lula, Pinguelli lhe criaria dificuldades. No início do governo, ele montou uma equipe para discutir a organização da área de eletricidade – o Grupo de Estudo para a Nova Estruturação do Setor Elétrico (Genese), que Dilma logo implodiu.

O ex-presos político Alexandre Magalhães da Silveira foi convidado por Pinguelli Rosa para ser diretor-financeiro da Eletrobrás. Doutor em matemática, ele aceitou o cargo por amizade a Pinguelli e por acreditar que o governo Lula modernizaria o setor. Decepcionou-se logo, quando viu a solidez de feudos cristalizados. Um deles, o da Eletronorte, era comandado pelo senador José Sarney.

Dilma se aborreceu com idéias que Silveira expusera em um encontro com acionistas da Eletrobrás. Numa reunião com os presidentes e diretores de todas as estatais de energia – umas cinquenta pessoas –, no 9º andar do Ministério, ela se exaltou e o atacou com dureza. Ele ouviu o destempero, engoliu em seco e não respondeu. Pinguelli tomou as dores do amigo e subordinado: se disse também desrespeitado e colocou o cargo à disposição. Enquanto Silveira abandonava a sala, a ministra reconsiderou e pediu que Pinguelli continuasse no posto.

Ele continuou à frente da Eletrobrás, mas passou a ironizar as oscilações do humor da ministra: “Essa moça formata o disquete a cada semana”, comentava. Silveira ficou mais alguns meses no cargo, não conseguiu a modernização com a qual sonhara e anunciou que deixaria a empresa. O anúncio provocou uma queda das ações da Eletrobrás. A ministra o chamou e empenhou-se em que ele continuasse no posto. Silveira não aceitou. Meses depois, Pinguelli Rosa também saiu, criticando o modelo que foi implantado.

Maurício Tomalsquim disse que, no começo, a ministra não gritava com ele. Quando se conheceram melhor, passou a gritar esporadicamente: “É o jeito dela. Não é pessoal. E em cinco minutos fica tudo bem.” Ele lembrou que, quando assumiu o cargo, “o Ministério não tinha quadros próprios. Eram uns dez motoristas, um engenheiro e o resto era tudo funcionário burocrático. Uma falta de estrutura quase total. A Dilma montou a equipe e queria saber tudo nos mínimos detalhes”.

O presidente da Light, José Luiz Alquéres, conheceu Dilma Rousseff quando ela era secretária municipal da Fazenda. Ele era diretor da Eletrobrás, e queria que uma estatal gaúcha pagasse uma dívida de bom tamanho. “Lembro que ela foi uma defensora radical dos pontos de vista gaúchos, inteligente e correta”, disse em uma sala de reuniões da empresa, no centro do Rio. Mais tarde, quando ela era secretária de Energia, Alquéres era presidente da Alstom no Brasil. Queria comprar uma falida estatal gaúcha de energia, a Ansaldo Coemsa. Nas negociações, a secretária conseguiu que o número de demissões fosse menor.

Alquéres, um especialista do setor, contou que Dilma gostava de aprender. “Às vezes, ela pedia as minhas anotações”, lembrou. Em junho de 2003, Alquéres organizou um almoço para ela, em seu apartamento de Ipanema, com vários ex-ministros de Minas e Energia, inclusive os dos presidentes Castelo Branco e Médici. Por sugestão do anfitrião, fizeram uma rodada em que cada um avaliou os problemas da área e a forma de resolvê-los. “Ela mostrou humildade e fez questão de anotar tudo num caderno aramado que tirou da bolsa.” Na avaliação do presidente da Light, o modelo que Dilma implantou no setor elétrico “é excelente e está ajudando o segmento”. Ele só critica a lentidão com que foi implementado, mas acha que esse foi um problema do governo, e não da ministra.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, tem uma crítica semelhante: “O setor ficou dois anos sem investimento.” Pires acha que a ministra “vendeu a imagem de que não é ambiciosa, de que está ali para servir. Ela é o garçom do presidente”.

Ildo Sauer passou a antipatizar com sua companheira do Instituto de Cidadania quando foi visitá-la no Ministério para lhe entregar o livro *A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro*. Fruto das antigas discussões, o livro defende a visão estatizante. Dilma o abriu, deu uma

folheada e logo disse que discordava de muita coisa. Sauer aceitou, tempos depois, o cargo de diretor de Gás e Energia da Petrobras.

Foi outra pedra no sapato da ministra. “Se vocês não se enquadrarem, eu chamo o *presida*“, dizia Dilma a Sauer e a outros diretores da Petrobras, inclusive ao presidente, Sergio Gabrielli, nos momentos de maior divergência. Num deles, sobre o preço mínimo do gás num leilão de energia, o *presida* foi efetivamente chamado a decidir a questão. Organizou-se uma reunião, numa tarde de sábado. A ministra quase não deixava Gabrielli e os diretores falarem. “Eles estão enrolando o senhor, presidente”, dizia. “Isso não é como eles estão dizendo”, atalhava. “Deixa eles falarem, Dilma”, teve que pedir o presidente, mais de uma vez. Divergindo da ministra, em 2007 Sauer deixou o cargo.

Luciano Zica cumpriu três mandados como deputado federal do PT e hoje não quer mais saber de política. Zica, que conheceu e ficou amigo de Dilma em 2001, disse que “ela era vibrante, tinha uma grande capacidade de convencimento e era muita astuta na argumentação”. A ministra não se aborreceu quando ele chegou atrasadíssimo para um almoço.

As coisas mudaram quando o deputado divergiu das condições em que se daria a sexta rodada do leilão de áreas de exploração de petróleo. Como não convenceu a ministra a acolher suas ponderações – que hoje considera “meio quixotescas” –, Zica levou-as formalmente ao presidente Lula e pediu a suspensão do leilão.

“Aí ela ficou brava”, ele contou. “Me ligou, me chamou de desleal, foi muita dura, bastante autoritária, esqueceu que, além de amigo, eu tinha um mandato parlamentar.” Ficou-lhe na memória uma frase dela: “Pô, meu, você pisou na bola.” Na avaliação da ministra, a desavença com Zica “foi uma questão de governo, e não pessoal. Porque um deputado do governo não entra com uma ação contra o governo sem avisar”. Para o ex-deputado, o episódio mostrou que “a Dilma é a pessoa mais democrática do mundo, desde que se concorde 100% com ela”.

NA CASA CIVIL

O secretário particular do presidente, Gilberto Carvalho, recebeu-me em seu gabinete e contou que, no início do governo, Dilma Rousseff via Lula pelo menos uma vez por semana. “Duas coisas colocaram a ministra Dilma no visor do presidente: a coragem de encarar situações difíceis e a capacidade técnica”, disse.

A ministra contava com o apoio dos dois pilares do governo: os ministros Antonio Palocci, da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil. Mas o escândalo do mensalão provocou a queda de José Dirceu. E o caseiro Francenildo dos Santos Costa teve o seu sigilo bancário violado e Palocci saiu do governo. Com a debacle dos dois, em vez de perder poder, Dilma ficou mais forte: Lula a nomeou chefe da Casa Civil.

O ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, que trabalha no mesmo andar de Gilberto Carvalho, é um dos três ex-guerrilheiros do primeiro escalão, junto com Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Dilma Rousseff. Brinquei com Martins dizendo que o governo Lula era o que tinha o maior número de ex-guerrilheiros no mundo. “Um dos maiores”, ele devolveu, sorrindo.

Por que Lula escolheu Dilma para a Casa Civil? Franklin Martins respondeu: “Naquele momento, ela tinha conquistado uma confiança muito grande do presidente. O Ministério das Minas e Energia não era periférico. Lula sabia que outro apagão seria desastroso. E ela executava, trazia resultados. Lula percebeu que ela fazia as coisas andarem.”

O presidente percebeu também que, por mais penosas que tivessem sido as quedas de Dirceu e Palocci, ele se livrara da disputa surda entre os dois superministros: ambos almejavam sucedê-lo. Além de Dilma não cogitar a Presidência da República, tinha a vantagem de não ser uma petista orgânica. Viera do PDT e não integrava nenhuma das alas do PT, o que facilitava o seu trânsito.

“Com a indicação da Dilma, o presidente surpreendeu todos nós, inclusive a mim”, disse Gilberto Carvalho. O “a mim” se justifica: Carvalho está com Lula quase todo o tempo, durante a jornada de trabalho. Seria natural que tocasse no assunto. Mas Carvalho garante que o presidente não lhe falou nada. Ao escolher Dilma, Lula quis tirar a Casa Civil dos holofotes

e dar-lhe uma feição mais técnica, mais gerencial do que o perfil político implementado por José Dirceu.

“Foi uma sacada solitária do presidente, como algumas que ele costuma ter”, disse Carvalho. Ao ser informado da escolha de Dilma, o secretário demonstrou surpresa e apreensão. Lula captou a preocupação e tranquilizou seu secretário: “A parte política a gente toca.” Lula também não consultou José Dirceu sobre quem o sucederia na Casa Civil. “Fui informado pelo presidente e a apoiei, de forma enfática, desde o primeiro momento”, disse ele. “E não errei: a ministra tem estado à altura do cargo e das responsabilidades.”

Na intimidade, Dilma chama Carvalho de Gilbertinho, e ele a chama de Tia. Ela deu-lhe de presente as obras completas de Adélia Prado, e ganhou do ex-seminarista uma imagem de São Francisco de Assis. Num café da manhã, a ministra contou ao secretário que ser indicada para a Casa Civil foi um susto muito maior do que a indicação para Minas e Energia. Disse-lhe que realmente não esperava, e estava com medo de não dar conta do recado.

Dilma levou para a Casa Civil alguns gaúchos de confiança. Deixou outros nas Minas e Energia, onde ainda manda bastante, e em estatais do setor elétrico. É o caso de Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás. Levou também Erenice Guerra, seu braço direito, e o advogado Beto Vasconcelos, seu chefe do setor jurídico, que despacha com Lula quase que diariamente. É ele quem leva a papelada que move o governo para o presidente assinar. Beto é filho de um ex-companheiro de militância, cadeia e tortura da ministra, o advogado Gilberto Vasconcelos. Pelo menos duas outras companheiras das mesmas agruras são suas assessoras: Celeste Martins e Sônia Maria Lacerda. Todos eles sabem que a chefe tem um temperamento áspero – e tomam cuidados para não irritá-la.

Já estava na Casa Civil, desde os tempos de José Dirceu, Miriam Belchior, do PT de São Paulo, uma funcionária organizada, eficaz e mandona. As duas tiveram vários atritos. “Vocês têm que se dar bem”, Lula disse a ambas mais de uma vez. Se não morrem de amores uma pela outra, agora trabalham em harmonia.” Miriam Belchior é uma das responsáveis pelo acompanhamento das obras do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento que é a menina dos olhos de Lula e serve de alavanca para Dilma forjar uma imagem pública de “fazedora” e boa gerente.

Na Casa Civil, Dilma passou a se reunir com o presidente praticamente todos os dias de trabalho, e até em feriados e, excepcionalmente, nos finais de semana, quando é convidada a jogar mexe-mexe, um jogo de cartas, com dona Marisa e o marido. Tirante o círculo de assessores diretos – Gilberto Carvalho, Franklin Martins e Clara Ant –, Dilma é quem mais vê Lula. Chama-o de presidente, ou de senhor presidente, e o presidente a chama de dona Dilma, ou de Dilminha.

Um levantamento feito pelo gabinete pessoal do presidente mostra que, desde que assumiu a Casa Civil, em junho de 2005, até o dia 17 do mês passado – somando-se os despachos entre ela e o presidente, reuniões com outros ministros, audiências com gente de fora, cerimônias, viagens, cafés da manhã, almoços e jantares –, a ministra e o presidente estiveram juntos 1 093 vezes. Em 49 meses, é uma média de mais que um encontro por dia útil. As reuniões entre o presidente e a ministra, sozinhos, foram 144 – três por mês.

O levantamento permite ver que a doença da ministra diminuiu o número de reuniões dela com o presidente: foram nove encontros entre janeiro e 17 de junho deste ano, sendo que nenhum em maio e em junho. No primeiro semestre do ano passado, foram 25 despachos.

Nas audiências com representantes de entidades, empresários, visitas internacionais e imprensa –, a ministra esteve presente 352 vezes. Tomou café, almoçou ou jantou com o presidente 28 vezes. Acompanhou-o em nove viagens internacionais e 77 nacionais. As viagens pelo Brasil deslancharam depois do lançamento do PAC: foram 27 em 2008 e já vinte este ano, mais do que o dobro das onze em 2006 e doze em 2007.

Gilberto Carvalho explicou o que a ministra da Casa Civil faz: “Ela chama ministro por ministro, vê os projetos de cada um, o que é que está travando as ações do governo, e sai destravando.”

CANDIDATA

O ministro Franklin Martins, que esteve presente em reuniões entre a ministra e o presidente, fez a seguinte avaliação da química entre ambos: “Eles têm uma relação de pai e filha. Ele, de um pai com um orgulho imenso da filha, por saber que ela tem qualidades, capacidade de ir

ao essencial e produzir resultados. E ela o admira profundamente e tem uma absoluta lealdade a ele.”

Expus à própria ministra a interpretação de Franklin Martins, e ela caracterizou assim sua relação com o presidente:

O presidente me cobra quando tem que cobrar. Mas tenho que reconhecer que, muitas vezes, afetivamente – e mais ainda com essa história da doença –, ele me protege. Agora, a nossa relação é muito objetiva: eu tenho metas para realizar, cumpro o que prometo, dou satisfações. Não recebo nenhuma facilidade nisso. Mas ele é uma pessoa extremamente afetiva, que respeita a dimensão pessoal. Na minha doença, ele foi extremamente protetor. O presidente combina muito bem a intuição, o saber emocional, com a mais fria razão, com a avaliação racional. Por isso ele é uma figura excepcional.

Lula também gosta da disposição aguerrida dela em defender os interesses do governo, principalmente quando a briga é com gente poderosa.

Uma dessas brigas foi travada com a Odebrecht, quando a empreiteira perdeu o leilão para a hidrelétrica de Jirau. A empresa tinha levado a hidrelétrica de Santo Antônio, no mesmo rio Madeira, em Rondônia, e estava certa de levar a de Jirau. Mas perdeu para um consórcio que incluía a Tractebel e a Camargo Corrêa. Além de surpresa com a derrota, a Odebrecht soube, só após o resultado do leilão, que o projeto vencedor projetara a usina em um local a 12 quilômetros do que estava acertado. A mudança possibilitou a redução drástica do preço da tarifa – e foi esse o critério que prevaleceu, coincidindo com a posição da ministra.

A Odebrecht reclamou do que considerou uma truculência, e ameaçou ir à Justiça. Mas não foi. A versão do Planalto é que tanto a ministra quanto o presidente se empenharam muito – junto a Emílio Odebrecht e seu filho Marcelo, respectivamente – para evitar a pendência judicial. Não é uma versão que a Odebrecht assine embaixo. A empreiteira não foi à Justiça porque o Ministério Público o fez. Solicitada a municiar essas ações, não economizou documentos. A direção da empreiteira ficou vivamente impressionada, para não dizer assustada, com a energia da ministra no embate. (Procurada, a Odebrecht não falou sobre a disputa.)

Impressão semelhante teve a multinacional Neoenergia quando tentou comprar as ações da Votorantim na CPFL Energia, uma poderosa *holding* do setor elétrico controlada pela empreiteira Camargo Corrêa. Depois de fazer uma oferta que até um outro sócio da CPFL, a Previ, considerou ótima, a Neoenergia viu a própria Camargo Corrêa comprar as ações.

Quando começaram a circular no governo as notícias de que a Petrobras havia descoberto enormes depósitos de óleo no fundo do mar, Clara Ant, assessora especial do presidente, cruzou com a chefe da Casa Civil num corredor do Planalto e lhe disse, entusiasmada: “Dilma, você é o nosso pré-sal!” A ministra não entendeu a brincadeira. Clara Ant queria dizer que, pela sua avaliação do xadrez político, e não por dispor de informações concretas, Dilma tinha condições de ser uma peça no jogo sucessório, talvez a rainha. A ministra era uma descoberta inesperada e com enorme potencial futuro – um pré-sal político.

Os nomes de que Lula dispunha para jogar no tabuleiro sucessório cabiam nos dedos da sua mão. Todos eram ministros e do PT: Marta Suplicy, do Turismo, Tarso Genro, da Justiça, Fernando Haddad, da Educação, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social.

Cada qual tinha sua cota de virtudes e problemas. Marta é mulher e é conhecida nacionalmente, mas foi derrotada por José Serra no governo de São Paulo. Tarso foi responsável pela implantação de um dos programas vitoriosos do governo, o ProUni, e assumiu a presidência do PT e pacificou o partido num momento de grande perigo, a crise do mensalão. Mas está à esquerda de Lula e lidera uma das tendências do PT. Haddad é jovem, operoso e não tem imagem de político, mas nunca disputou eleição, não tem trânsito junto ao empresariado nem proximidade com o presidente, além de não dispor de apoio na base principal do PT, São Paulo. Patrus Ananias é sério, mas seu trabalho no governo não deslanchou e é desconhecido fora de Minas Gerais.

Lula surpreendeu todos não apenas por ter escolhido Dilma, e sim porque se adiantou a todas as articulações e botou a sucessão na rua, impedindo que os pré-candidatos organizassem suas forças. A preferência do presidente se manifestou, junto ao seu círculo mais próximo, quando o PAC começou a ser pensado, no primeiro semestre de 2007.

Em tom de brincadeira, o presidente dizia frases como “Estou pensando em lançar a Dilma candidata”. Como as repetisse, constatou-se que não era piada. Era uma sondagem informal em vias de se tornar realidade.

Carvalho não escondeu a surpresa. Considerava a ministra um quadro técnico, de perfil gerencial. “Temos que prepará-la politicamente”, sugeriu ele a Lula. “Essas coisas a gente vai ajeitando”, respondeu o presidente. “Dilma é inteligente, ela vai aprendendo.”

A sondagem do presidente chegou tempos depois à imprensa. O PT foi pego de calças curtas e não combateu a escolha de Dilma. O único a esboçar um gesto de resistência foi Tarso Genro, mas já no final de 2008. Ele deu a entender, em uma entrevista à *Folha de S.Paulo*, que achava que o lançamento de Dilma poderia ter sido precipitado, mas logo em seguida ressaltou: “Sempre que achei que o presidente tinha dito uma coisa arriscada, eu estava errado e ele, certo.” Lula não disse nada ao ministro da Educação, mas falou a outros que Tarso não deveria ter falado aquilo.

Lula reforçou sua convicção no dia em que a ministra, em pleno Congresso, com platéia e televisão, passou um pito no senador José Agripino, do DEM. Foi em maio de 2008, na Comissão de Infraestrutura. A ministra havia dito, em entrevista à *Folha*, que, durante a tortura, usara a tática da mentira como forma de sobrevivência, e que tinha muito orgulho disso. Agripino levou a frase ao pé da letra e insinuou que a ministra, se mentira antes, poderia mentir em outras ocasiões. Dilma lhe passou uma descompostura. “Não tive a intenção de ofendê-la”, disse o senador em seu gabinete. “Ela se vitimizou. Porque eu perguntei sobre sinceridade, e ela me respondeu sobre tortura.”

No ano passado, a deputada Maria do Rosário procurou a ministra. Queria o seu apoio, na disputa interna no PT gaúcho, contra o ex-ministro Miguel Rosseto, para se lançar candidata a prefeita de Porto Alegre. “Estou apoiando o seu adversário”, disse-lhe Dilma, sem enrolar. “Mas, se você ganhar a Convenção, terá o meu apoio.” Rosário ganhou. “Ela cumpriu a palavra”, contou a deputada.

A ministra esteve duas vezes em Porto Alegre para participar da campanha. Numa delas, esqueceu um batom vermelho-acobreado no estúdio de gravação. “Foi uma confusão”, contou

Rosário. “A assessoria dela deixou a minha equipe maluca. Ela queria porque queria o batom. Graças a Deus um assessor meu achou, e mandamos para Brasília.” A deputada diz que a ministra, como candidata, “tem uma qualidade que todos os outros petistas não têm: o apoio do presidente Lula”.

Em quatro meses de apuração desta reportagem, durante os quais foram entrevistadas setenta pessoas, nenhuma disse que Lula discutiu com Dilma, diretamente, a sua candidatura à sucessão. A começar pela ministra. “Nunca conversei sobre essa questão com o presidente”, afirmou. Por isso, ela diz: “Não sou candidata ainda.”

Mas ocorre de Lula fazer piada sobre o assunto na frente dela. “Quem disse que a Dilma é a candidata?”, perguntou o presidente, por exemplo, a Franklin Martins e Gilberto Carvalho quando os dois, na frente da ministra, puxaram propositalmente o assunto.

Carvalho se lembra de um almoço com Dilma. Ele falou: “Tia, se prepara porque você é a bola da vez.” Ela disse: “Mas como, Gilbertinho, se ele nunca falou comigo a respeito?” O secretário particular do presidente contrapôs: “E talvez nunca fale. Mas se prepara porque a coisa vai indo.”

Foi o que a ministra fez, e continua fazendo, mesmo depois de saber que tinha um câncer linfático. Ela manteve o diagnóstico em segredo o máximo que pôde. O presidente só soube que ela faria uma cirurgia 48 horas antes. Sua filha Paula, na véspera. “Fica tranquilo, eu vou tirar de letra” foi a frase pós-cirurgia mais dita aos amigos de governo.

A ministra incorporou a idéia de que estava curada, e de que era preciso fazer o tratamento apenas para que não houvesse recidiva. Com isso na cabeça, manteve o ritmo de trabalho. Quem tenta convencê-la a diminuir, ou até a se licenciar, ouve, além de uma aula sobre a doença, a explicação de que efeitos colaterais da quimioterapia – como dores fortes nas pernas que a levaram com urgência para o hospital – são consequências dos medicamentos, e não do seu ritmo de trabalho. “Ela tem muita dificuldade de assimilar a fragilidade”, disse Carvalho. “A gente tem que dar bronca para ela se dar ao direito de não abusar.”

Encerrada a quimioterapia, Dilma parte agora para a radioterapia. No final do mês, fará a primeira de quinze aplicações. “É um tratamento menos invasivo, não tem efeitos colaterais, ou seja, não cai cabelo, não dá enjoô, não diminui a fome, não te altera”, disse. “Farei a radioterapia no Hospital Sírio-Libanês, que, ao que me consta, tem aparelhos bastante precisos.”

A literatura médica estabelece que, numa paciente com as condições e o tratamento de Dilma, a possibilidade de a doença voltar é de apenas 10%. Isso significa que, ainda que reduzida, existe a possibilidade de que ela não possa vir a disputar a eleição por motivos de saúde. Nesse caso, qual seria a alternativa que Lula teria em mente? O ministro Franklin Martins ouviu a pergunta e respondeu de bate-pronto: “O presidente pode ter um plano B, mas não pode comentá-lo com absolutamente ninguém. Porque, em política, o aparecimento de um plano B inviabiliza imediatamente o plano A. Por isso a candidata é Dilma.”

ANEXO C

Perfil de Michel Temer, intitulado *A Cara do PMDB*, assinado por Consuelo Dieguez, publicado originalmente na revista *piauí* em junho de 2010.



O deputado Michel Temer, do PMDB, recebeu, em meados de abril de 1998, um jovem advogado, cuja família conhecia de longa data, para um almoço *tête-à-tête* na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados. Mal haviam começado a comer quando o rapaz criticou a nomeação do senador Renan Calheiros para o Ministério da Justiça. “Não sei como o presidente Fernando Henrique pôde fazer uma escolha tão desastrosa”, disse. Temer olhou com um pouco mais de interesse o interlocutor e, sem alterar a expressão e a voz, respondeu: “O Renan foi escolhido pelo PMDB; portanto, é uma escolha minha.” E levantou-se logo em seguida, alegando que precisava dar um telefonema. Não voltou. Um mordomo pediu ao moço que se retirasse, dizendo que Temer estava ocupado e não poderia continuar o almoço. O PMDB é isso: lealdade.

Passados sete anos, Renan Calheiros chamou Temer ao seu gabinete. Era uma conversa crucial para o deputado. Ele se lançara candidato à presidência da Câmara pela segunda vez. Precisava do apoio do companheiro de partido, que tinha ascendência sobre um grupo de parlamentares e era respeitado pelo governo petista. O senador garantiu que diria ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que Temer era a escolha do PMDB. Naquela mesma

noite, Temer soube que, na reunião com Lula, ao invés do seu nome, Calheiros defendera o de seu principal oponente: Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil. Com o apoio do Planalto, o deputado do PCdoB elegeu-se presidente da Câmara. O PMDB é isso: traição.

Michel Temer chegou à presidência do partido no início de 2007. Pouco depois, a jornalista Mônica Veloso trombeteou que tivera um *affaire* e uma filha com Renan. Também revelou que quem pagava a pensão da criança, em dinheiro vivo, em nome do senador, era a empreiteira Mendes Júnior. Parlamentares de vários partidos entraram com um pedido de cassação de Renan, então presidente do Senado. Temer marcou um jantar na casa do senador e, assim que entrou, apertou a mão que o apunhalara e disse: “O PMDB não vai te abandonar.” Renan teve que sair da presidência do Senado, mas o partido garantiu os votos que lhe impediram a cassação. O PMDB é isso: reconciliação.

Na maior crise do governo Lula, a do mensalão – o esquema de compra de votos de parlamentares em benefício do Planalto, que veio a se tornar público em 2005 – o PMDB negociou o apoio ao presidente e mais que dobrou o seu plantel de ministros, que passaram a ser cinco. Em 2007, numa reunião de cinquenta minutos entre Michel Temer e Lula, o partido passou a integrar oficialmente o governo. Em troca, levou mais dois ministérios e dezenas de cargos de direção em empresas estatais. O PMDB é isso: fisiologismo.

O PMDB é o grande partido brasileiro. Tem a maior bancada da Câmara, com 91 deputados, e a maior do Senado, com dezoito senadores. Governa nove estados, entre eles o Rio de Janeiro, que respondem por quase 30% do Produto Interno Bruto nacional. Controla 1 201 municípios, inclusive seis capitais, e tem 3 500 vereadores e 2 milhões de filiados. Os seis ministérios hoje sob o seu comando, somados aos cargos em estatais e fundos de pensão em seu poder, administram cerca de 250 bilhões de reais ao ano.

Depois de fechar o Congresso, extinguir todos os partidos e cassar centenas de parlamentares, em 1966 a ditadura militar enquadrou a política institucional em duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional, a Arena, e o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. Como não podiam fazer campanha eleitoral, nem oposição parlamentar, ambas serviam de adorno institucional ao regime. Em 1970, a votação nos candidatos do MDB foi tão pífia que o partido quase não conseguiu ter representação no Congresso. Seus integrantes se dividiram em duas correntes internas. A majoritária era a dos “moderados”: os que apoiavam o regime militar tal como ele era, para evitar que se tornasse mais ditatorial. A outra era a dos “autênticos”: aqueles que, por meio de um bem calibrado palavrorio liberal, se propunham abrandar a ditadura.

Nas eleições de 1974, na esteira da crise do petróleo e do fim do “milagre econômico”, o MDB canalizou o descontentamento generalizado. Saiu das urnas com três quartos das vagas do Senado e dobrou a bancada na Câmara. Para dividi-lo, a ditadura permitiu, cinco anos

depois, a criação de novas organizações. Mas obrigou que todas tivessem a designação “partido” antes do nome. O regime supunha que a corrente moderada criaria um novo agrupamento, e os autênticos ficariam com os restos da agremiação extinta. Tancredo Neves liderou a criação do Partido Popular. E o deputado Ulysses Guimarães assenhorou-se do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB.

O arranjo não prosperou porque Tancredo Neves percebeu que o Partido Popular não tinha futuro e bandeou-se para o PMDB. Com o apoio de Ulysses e de uma parte do regime, Tancredo foi nomeado presidente da República por um colégio eleitoral que, apesar de toda a retórica democrática, era uma instituição ditatorial. Tancredo Neves* não tomou posse porque adoeceu na véspera da cerimônia. Operou-se e agonizou por 39 dias antes de morrer. A Presidência foi parar nas mãos do vice José Sarney, que sustentara com denodo os militares e deles se beneficiara largamente. Com Sarney no Planalto e Ulysses Guimarães no Congresso, o PMDB chegou ao poder. Com mão de gato, o partido logo mostrou o que viria a se tornar: o ocupante de cargos-chaves no Estado, que usaria para se associar a empresários e alimentar o caixa e a clientela que garantiriam a sua reprodução eleitoral.

O PMDB no poder foi um desastre total. Em cinco anos de governo, teve doze ministros. Dominou o Congresso que se autointitulou Constituinte e redigiu a Carta em vigor. Patrocinou pacotes econômicos que provocaram hiperinflação, desemprego em massa e o desmonte de serviços públicos já precários. Com a popularidade no fundo de um abismo, Sarney saiu do Planalto sob vaias. Ulysses Guimarães, o líder histórico do partido, candidatou-se a presidente e obteve um vexatório sétimo lugar, com 4,4% dos votos.

Apenas três anos depois, no entanto, o partido derrotado nas urnas voltava ao Planalto. Dessa vez por meio de Itamar Franco, o senador do partido que fora vice do presidente destituído, Fernando Collor. A partir daí, o PMDB compôs com todos os governos. Ficou com dois ministérios no primeiro mandato do ex-emedebista Fernando Henrique Cardoso, e com quatro no segundo. Nas eleições de 2002, repetiu a coreografia da divisão interna para melhor manter o mando: a banda do Senado apoiou a candidatura petista; a da Câmara, a tucana. Só no segundo mandato de Lula o partido aderiu com homogeneidade ao governo do PT.

O PMDB não lança candidato próprio à Presidência desde a derrota de Orestes Quécia, em 1994*. O sociólogo Bolívar Lamounier acha que isso aconteceu porque o partido “perdeu todos os seus líderes de envergadura como Tancredo, Ulysses e também Montoro e Mario Covas, que foram para o PSDB” e não conseguiu se renovar na passagem de uma geração para outra. “Sem uma liderança nacional, o partido ficou na mão dos feudos regionais e dos clientelistas”, disse Lamounier em sua casa, no Alto de Pinheiros, em São Paulo. “O PMDB não tem um projeto nacional e não sei se quer ter. Sua briga é por cargos.”

Um dos melhores postos da República é o de vice-Presidente. É ele que o PMDB quer ocupar a partir do ano que vem. Pela legislação eleitoral, o tempo nos programas de campanha na televisão e no rádio é dividido segundo o tamanho das bancadas partidárias. E, mesmo tendo direito à maior fatia da propaganda eleitoral, o PMDB decidiu não disputar diretamente o Planalto. Preferiu que o presidente da sigla, Michel Temer, fosse o candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff.

Nem Lula nem Dilma queriam Temer. Consideram-no artiloso e voraz em demasia quando reivindica posições para o partido, e uma nulidade em termos eleitorais. Para agradar o patronato, Lula convenceu Henrique Meirelles, que é filiado ao PMDB, a continuar presidente do Banco Central, até que a possibilidade de ser vice se tornasse palatável ao partido. O PMDB não se entusiasmou. O presidente tentou também que o PMDB lhe oferecesse uma lista de três nomes, dos quais ele selecionaria um para vice. Temer não topou.

Na história republicana, 20% dos vices viraram presidente antes do término do mandato do titular. Itamar Franco, por exemplo, estava desgarrado do PMDB e não participou do governo Collor. Passou a fazer muxoxos quando o Presidente perdeu popularidade, e só foi para a oposição quando a destituição de Collor se tornou inevitável. Do ponto de vista de Fernando Henrique Cardoso, não houve vice melhor do que Marco Maciel, do Partido da Frente Liberal: ele entrou mudo e saiu calado do cargo.

Lula conheceu José Alencar durante uma visita à fábrica do empresário, a Coteminas. Segundo lembrou várias vezes, encantou-se com ele e logo pensou em fazê-lo seu vice. A chapa com ele e Alencar, no raciocínio de Lula, simbolizaria à perfeição a ideia de governo que o petista pretendia: a da conciliação de classes, da aliança entre trabalho e capital.

José Alencar estava no Partido Liberal, o PL, uma legenda evangélica de aluguel. Houve uma reunião, na casa do deputado Paulo Rocha, do PT, em Brasília, para acertar a aliança entre eles. Ela ocorreu no dia 19 de junho de 2002. De um lado, estavam presentes Lula, José Dirceu e Delúbio Soares, o tesoureiro da campanha do PT. De outro, José Alencar e o deputado Valdemar Costa Neto, chefe do PL. Três anos depois, quando estourou o mensalão, Costa Neto contou que, no encontro, pediu 20 milhões de reais para que o partido apoiasse Lula e Alencar fosse o seu vice. Com a bênção de Alencar, acabou aceitando 10 milhões de reais. Durante a campanha, o candidato a vice pôs 2 milhões de reais do próprio bolso na mão de Delúbio.

No cargo, José Alencar ajudou o governo. As suas críticas às altas taxas de juros, por exemplo, foram discutidas previamente com Lula, que o incentivou a fazê-las. Assim, o presidente pressionava indiretamente o Banco Central a reduzir os juros. Mais recentemente, Alencar defendeu que o Brasil tenha armas nucleares. Não se tratou de uma *boutade* inconsequente, feita por quem não tem poder de fato, e sim da expressão do pensamento de

um setor do governo e do PT. Por fim, a divulgação estrepitosa, em horário nobre e na primeira página de jornais, do tratamento de saúde do vice, e da bonomia com que enfrenta o câncer, lhe granjearam a admiração da opinião pública.

É bem o contrário do que ocorre com Michel Temer. Ele não tem imagem pública definida. No máximo, é reconhecido como um político profissional e anódino. No interior da política oficial, porém, é considerado a encarnação do pantagruélico aparelho peemedebista. O historiador Luiz Felipe de Alencastro chamou a atenção para um problema em potencial do consórcio PT-PMDB. “Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista”, disse Alencastro. “É uma chapa de alguém que sabe tudo e tem sob seu comando a maior bancada do Congresso, com alguém que vai começar a aprender.” Acrescente-se que Dilma não tem ascendência sobre o PT. Ela ficou no Partido Democrático Trabalhista, o PDT de Leonel Brizola, até 2001. E nele desenvolvia uma política de cunho provinciano-familiar: eleger seu marido governador do Rio Grande do Sul.

Perguntei a Alencastro, que é titular da cátedra de história do Brasil na Universidade Sorbonne, se Lula e o PT, por trás de Dilma, não poderiam estabelecer um equilíbrio de forças. “Ninguém sabe onde Lula estará no próximo governo e o PT não tem liderança no Parlamento”, disse o professor. O único que poderia assumir a liderança do partido, em sua opinião, seria José Genoíno. Mas o deputado se enfraqueceu demais quando um assessor de seu irmão foi flagrado com dólares na cueca. “O Genoíno não tem mais força para virar o jogo,” completou.

Autor de *O Trato dos Viventes*, Alencastro não acha que Temer possa ser um perigo, numa eventual Presidência de Dilma Rousseff, apenas no caso de ela ter de se afastar do cargo. A ambição do PMDB, avaliou Alencastro, poderia levar Temer a lançar mão de uma proposta tentada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso: a instauração do regime parlamentarista. “Não digo que o Temer vá fazer isso, mas, num contexto de crise, com o controle que ele tem do Congresso, é possível uma manobra de votação de uma emenda constitucional, instaurando o parlamentarismo”, comentou. “No final dos anos 90, Temer defendeu a tese de que o Congresso tinha poderes para isso.” Nesse cenário, o vice poderia vir a ser nomeado primeiro-ministro.

Michel Temer me recebeu pouco antes do almoço, na residência oficial da presidência da Câmara. Cumprimentou-me com o sorriso metálico que é seu traço de expressão mais eloquente. Não parecia à vontade, suas mãos tremiam um pouco. Sentamo-nos na sala, cuja enorme porta de vidro se abre para o jardim e a piscina. Temer fala baixo, nunca usa gíria e se expressa num português que parece escrito previamente. Antes de iniciar uma frase, costuma acrescentar um “Você sabe?”, e levanta o dedo indicador.

Perguntei-lhe o que achava do artigo de Luiz Felipe de Alencastro. “Ele faz uma pregação de que é um risco eu ser vice”, disse. “Eu, claro, não vejo dessa maneira. A minha presença só fará aumentar a interlocução do governo com o Congresso.” Afirmou que não será “um vice que atrapalha”. E rechaçou a tese de que sua influência no Congresso deixaria Dilma Rousseff vulnerável: “A ex-ministra conhece muito bem o país e os seus problemas por força dos cargos que ocupou.” O PMDB no governo, sustentou, dará maior tranquilidade ao Planalto. “Nós garantimos a estabilidade do real e, no governo Lula, apoiamos os programas sociais”, completou. “Cito isso para me opor à tese dos que dizem que o PMDB é fisiológico.”

Temer tem 69 anos, é magro e mede 1,70 metro. Ele tem o hábito de engatar a ponta dos dedos e puxar as mãos como se quisesse separá-las. Sua postura é sempre ereta, e parece não relaxar nem quando se senta numa poltrona. Quando o entrevistei, vestia terno preto e gravata de seda azul. A camisa não tinha uma ruga, apesar de ele ter passado a manhã em reuniões no Congresso. “Você sabe, sou uma pessoa formal”, avisou sem que eu perguntasse. “Disseram que eu preciso mudar meu jeito, que sou muito cerimonioso. Mas como? Tenho inveja de quem faz blague. Eu não sei fazer isso. Se fizer, vai ser um desastre. Não sou eu.”

Indaguei se fora educado para se comportar dessa forma. Disse que não. Enganchou as mãos novamente, puxou-as e arriscou uma explicação: “Você sabe, eu tinha um irmão que era muito formal e elegante no trato com as pessoas. Ele serviu um pouco de modelo. As pessoas gostavam dele. Eu acho que não se pode confundir cerimônia com antipatia.”

O deputado é o caçula de oito irmãos. Seus pais, os libaneses March e Miguel Elias migraram para o Brasil em 1930. O casal, com três filhos nascidos no Líbano, foi morar numa chácara, em Tietê, no interior de São Paulo, onde beneficiavam arroz e café. A diferença de idade de Temer e os irmãos mais velhos era de mais de vinte anos. Quatro deles foram estudar em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Sozinho na chácara, que ficava a certa distância da cidade, ele lia para passar o tempo. “Pegava os livros na biblioteca da cidade e lia de tudo, romances e poesias”, disse. Também adorava cinema. Aos 9 anos, viu um filme sobre a vida de Chopin que permaneceu para sempre em sua memória: *À Noite Sonhamos*. “Fiquei tão impressionado quando uma gota de sangue pingou no teclado enquanto Chopin tocava uma *Polonaise*, que pedi para o meu pai me deixar ter aulas de piano.” O pai, no entanto, o matriculou num curso de datilografia. “Eu dedilhava as teclas da máquina de escrever como se fossem de piano”, disse, rindo. “Com isso, aprendi a datilografar usando os dez dedos.”

Um de seus irmãos, Elias, sabendo do interesse do caçula pela leitura, costumava lhe trazer de São Paulo o jornalzinho do centro acadêmico da faculdade. Num dos exemplares, vieram publicados dois poemas. Um se chamava “A mulher que eu não queria” e o outro “Filosofia de um diretor de circo”. Os dois tinham sido escritos por um estudante chamado Antônio

Malanga. “Gostei tanto daqueles versos que os decorei pelo resto da vida.” Pedi que ele me recitasse um trecho. Ele começou:

Possui os cabelos sedosos

Uma boca perfeita, um primor,

E trazia nos olhos formosos,

Mil promessas e sonhos de amor.

E prosseguiu, por outros dez versos. Depois engatou com a segunda poesia, de outros catorze versos, que terminava assim:

Mas por ser tão medonha e teimosa

Numa jaula, fechei-a.

Nesse dia ficou sendo uma fera famosa

Ficou sendo a mulher que eu queria.

Adulto, Michel Temer foi apresentado por acaso ao autor das poesias que sabia de cor. “Comecei a declamar os seus poemas, e ele ficou muito espantado”, contou o deputado. “E me disse que tinham sido as duas únicas coisas que havia escrito na vida.”

Ele também estudou direito na Universidade de São Paulo. Já no primeiro ano de faculdade, em 1959, foi eleito segundo-tesoureiro do centro acadêmico. A diretoria foi convidada para almoçar pelo então governador paulista, Ademar de Barros, o do lema “Rouba, mas faz”. O chefe de gabinete do governador o apresentou e informou o cargo de Temer. O governador se interessou. “‘Segundo-tesoureiro? Então você é o homem do caixinha? Senta aqui ao meu lado.’ Eu fiquei vermelho, morto de vergonha”, contou o deputado.

O escritório do advogado Homar Cais fica no 1º andar de um prédio na rua Haddock Lobo, nos Jardins. Sua sala é decorada com fotos emolduradas dos amigos de faculdade. Cais e Temer dividiam o mesmo quarto na república em que moraram durante os estudos. Uma das diversões era jogar água da janela em quem passava na rua. “Será que eu posso contar essa história? Será que não fica chato?”, perguntou-me apreensivo.

Disse-lhe que não, que todo jovem já tinha feito isso na vida. “Mas e jogar água na Seleção Brasileira?”, retrucou Cais. Quando a Seleção desfilou por São Paulo, comemorando a vitória na Copa de 1962, um grupo de estudantes, Temer entre eles, fizeram canos com jornais, encheram de água e despejaram nos jogadores.

No começo dos anos 60, o movimento estudantil começou a virar à esquerda. Na faculdade da Arcadas, porém, o pensamento liberal continuou a imperar. Em 1962, Temer lançou-se à presidência do centro acadêmico pelo partido Academia Independente e perdeu. No ano seguinte, foi indicado candidato à presidência do Diretório Central dos Estudantes da USP. José Serra, o presidente da União Nacional dos Estudantes, integrava a Ação Popular, organização católica de esquerda que era contra a chapa de Temer. Um militante da AP, o hoje deputado tucano Arnaldo Madeira, foi incumbido de convencer Temer a abrir mão da candidatura, para que os estudantes se unissem em torno de um nome. Temer contou que, na sua primeira eleição para a presidência da Câmara, em 1997, Madeira e Serra o procuraram e falaram que votariam nele. “Nós vamos te apoiar porque estamos em débito com você: te tiramos a presidência do DCE,” disse-lhe Serra.

Formado, Temer montou um escritório de advocacia com Celso Bandeira de Mello, Dalmo Dallari e Geraldo Nogueira. Não apoiou nem resistiu ao golpe de 1964. Passou a dar aulas de direito constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC, em 1968. Lançou um livro de direito constitucional que é até hoje um dos mais usados em cursos universitários. E se aproximou de Franco Montoro, um professor da PUC ligado ao MDB. Quando Montoro foi eleito governador, em 1982, nomeou-o procurador-geral do estado. “Eu tinha 41 anos e achava o máximo para a minha carreira ter mil procuradores sob o meu comando”, disse. “Estava feliz naquela posição.”

Numa manhã de 1984, Montoro lhe telefonou e avisou: “Você vai ser meu secretário de Segurança.” Temer gelou: seria o terceiro secretário de Segurança em apenas um ano de governo. Argumentou que não entendia nada de direito penal e sequer sabia onde ficava a Secretaria. A resposta de Montoro foi: “Passa lá na casa do José Carlos Dias [então secretário da Justiça] e acerta tudo com ele.” Temer ficou uma semana no cargo, sem saber o que fazer.

“Eu não conhecia nada, não tinha contatos”, contou. “O clima estava pesado, com crise entre as polícias civil e militar.” Pensava em desistir quando, num fim de semana, viu na televisão uma entrevista de Gianfrancesco Guarnieri, secretário municipal de Cultura. O ator explicava como se adaptara ao terno e à gravata. “Guarnieri falou: ‘A vida é uma representação e você tem que representar o papel que a vida te entrega’”, contou Temer. “Aí eu pensei: a vida me deu o papel de secretário de Segurança. Se renunciar agora, o governo Montoro pode cair e eu me destruo.”

Na segunda-feira seguinte, Temer chamou o delegado-geral da Polícia Civil e o comandante da Polícia Militar e começou a exercer seu papel. “O Montoro me disse que não era para eu ser policial, e sim para unir as polícias. A coisa da hierarquia funcionava, meu jeito cerimonioso impunha certo respeito. O comandante e o delegado se entrosaram, e entrosaram as duas polícias.”

José Oswaldo Vieira era o delegado-geral e hoje está aposentado. Perguntei-lhe se Temer tinha sido crucial para unir as polícias. Vieira respondeu que, “infelizmente, existe até hoje essa dicotomia entre as polícias civil e militar, e isso não é razoável, não é inteligente.”

Quando Temer era secretário de Segurança, 400 estudantes da Universidade de São Paulo ocuparam o prédio da reitoria, no centro da cidade. Temer conversou com o comandante da Polícia Militar, que lhe disse que a única maneira de invadir o prédio seria entrando pelo telhado. Era uma operação arriscada, com consequências imprevisíveis. Ele decidiu ir falar com os estudantes. “Bati à porta, eles abriram e me olharam com espanto”, lembrou. Argumentou com eles que a Justiça havia expedido mandado de reintegração de posse. Como estavam num estado de direito, eles teriam que cumprir a lei. Os estudantes fizeram uma assembleia que durou mais de seis horas. Temer ficou esperando. Ao final, concordaram em desocupar o prédio, desde que o governador recebesse uma comissão. “Liguei para o Montoro e ele concordou”, contou. “Saímos todos juntos cantando o hino nacional.”

Tempos depois, um grupo de sem-teto invadiu um prédio do estado. Montoro lhe telefonou logo cedo. “Temer, vai lá nos sem-teto e faz a mesma coisa que fez com os estudantes.” Temer riu ao lembrar da história. “Eu falei: ‘Governador, uma coisa é negociar com estudante, outra, com sem-teto. Entrar num prédio ocupado desse jeito não é brincadeira.’” Montoro insistiu: “Vai lá, que não tem perigo, não”, contou o deputado imitando a voz e o jeito suaves de Montoro. Acabou indo junto com um grupo da Secretaria de Promoção Social. Após horas de conversa, os sem-teto concordaram em ir para abrigos.

Michel Temer gostou da política e se candidatou a deputado em 1986, pelo PMDB de Franco Montoro. Não se elegeu, mas entrou na vaga de suplente e, dois anos depois, participou da Constituinte. Ao final do mandato, voltou para a Secretaria de Segurança, dessa vez a convite de um quercista, o governador Luiz Antônio Fleury Filho, logo após o massacre no Carandiru, onde 111 presos foram assassinados pela Polícia Militar. No final dos anos 80, José Serra, Fernando Henrique e Mario Covas romperam com Orestes Quécia e o PMDB, ao qual acusaram de leniência com a corrupção e o fisiologismo – e fundaram o Partido da Social Democracia Brasileira. Temer ficou com os quercistas. Concluiu que teria mais chance de se destacar permanecendo onde estava. “O PSDB tinha muito cacique”, justificou.

Sua ascensão no PMDB foi rápida. Foi eleito duas vezes líder do partido. Na primeira, em 1995, disputou o cargo com o deputado baiano João Almeida, hoje no PSDB. “Nós começamos a fazer a campanha do Michel, mas ele estava de férias com a namorada, em Trancoso”, contou o deputado federal Geddel Vieira Lima. “Eu liguei e ele me disse para fazer a campanha porque ele estava namorando.” Ou seja, Temer era candidato, mas não queria comprar briga com seu oponente. Depois de eleito, disse a João Almeida que só saíra candidato por insistência da bancada paulista. “O Michel só é ousado nas conquistas amorosas. Na política ele é muito ponderado”, me disse Vieira Lima.

Temer está no seu terceiro casamento. Do primeiro, com Maria Célia, teve três filhas: Maristela, de 40 anos, Luciana, 37, e Clarissa, 35. Casou-se a seguir com Neuza, mas não teve filhos. Depois, teve um “relacionamento estável”, como ele diz, mas não chegou a casar. Na mesma época, namorou uma jornalista, em Brasília, com quem teve um filho, hoje com 10 anos. Dá uma pensão ao menino, mas o vê pouco. Está casado há nove anos com Marcela, mais jovem que ele 42 anos, com quem tem um filho de 1 ano. “O Michelzinho é a minha paixão”, admitiu. Conheceu Marcela, uma jovem loura e esguia, quando ela estava com 18 anos e, ele, 60. Disse que a viu no restaurante do tio dela, durante uma campanha eleitoral, e a achou muito bonita. Recebeu um e-mail dela, cumprimentando-o pela vitória. Temer ligou para a moça e a convidou para sair. “Ela foi com a mãe”, contou o deputado. Quatro meses depois estavam casados.

Em março de 2007, na eleição para a presidência do PMDB, o governo petista apoiou a candidatura de Nelson Jobim, o nome lançado pela bancada do partido no Senado, capitaneada por José Sarney e Renan Calheiros. Ganhou Michel Temer, da Câmara. Numa conversa num café em Brasília, pedi ao ex-deputado Wellington Moreira Franco, peemedebista de longa data e vice-presidente da Caixa Econômica Federal, que explicasse a diferença entre o PMDB-Senado e o PMDB-Câmara. Enquanto saboreava um sorvete de chocolate, Moreira Franco disse que “o Lula compreendeu, depois da tentativa fracassada da eleição do Jobim, que o pessoal do Senado estava vendendo terreno na lua. O Sarney não é PMDB, nem o Renan”, disse. “O Sarney faz um esforço grande, mas toda instituição tem sua cultura. Ele foi obrigado a ser PMDB para ser vice do Tancredo. Mas a relação forte dele era com a Arena.” Inclinou-se sobre a mesa e me falou em tom de confiança: “O Sarney é hábil, é astuto, mas não conhece as bases do partido como nós, da Câmara, conhecemos.”

Eram 13h30 quando Michel Temer me convidou para a mesa de almoço. O cardápio era salada, bife com purê, moqueca de peixe e pirão. Enquanto se servia, contou como se deu a aproximação com Lula. “Logo após a minha eleição para a presidência do partido, o ministro Tarso Genro me chamou para uma conversa com o presidente.” Temer chegou ao Palácio do Planalto acompanhado de mais três integrantes da executiva do partido. Na antessala da Presidência, pediu que o deixassem a sós com Lula por cinco minutos. “Assim que entrei, eu falei: ‘Presidente, quis entrar antes para furar um tumor. Acho que nós vamos acabar fazendo uma grande coalizão, mas não podem ficar mágoas pessoais. Sei que

dizem que o senhor não vai com a minha cara e sei que lhe dizem que eu tenho desapeço pelo senhor.” A reação do presidente teria sido positiva. “Ele foi gentil e me agradeceu por ter esclarecido aquela questão”, disse-me.

Segundo Temer, ele apresentou a Lula pontos programáticos do partido que serviriam de base para o acordo com o governo. “Você sabe, o PMDB tem fama de fisiológico. Não me interessava ouvir o presidente dizer que nos queria no governo e que, para isso, faria mais tantos ministérios. Não estávamos atrás de cargos.”

Os pontos acordados foram bastante vagos: o crescimento do PIB a um ritmo anual de 5%, uma tentativa de reforma tributária e a manutenção dos programas sociais. Já a discussão de cargos foi bastante concreta. O PMDB ganhou o Ministério da Integração Nacional, que foi para Geddel Vieira Lima, e o da Agricultura, atribuído a Reinhold Stephanes. A vice-presidência da Caixa ficou com Moreira Franco. A indicação para a presidência de Furnas coube ao deputado Eduardo Cunha, do Rio de Janeiro. Quase uma centena de postos em órgãos de ministérios, estatais e fundos de pensão foram devidamente loteados.

Segundo Temer, desde então a sua relação com Lula só tem melhorado. “Sinto que ele tem grande consideração por mim e eu passei a admirá-lo”, disse. Perguntei o que o fez mudar de opinião. “Ele conseguiu satisfazer o sistema financeiro e, ao mesmo tempo, tirou 20 milhões de pessoas da pobreza”, respondeu. Temer também elogiou a rapidez com que o governo reagiu à crise financeira mundial: “Lula soube aproveitar a crise e levou a classe média ao paraíso com a desoneração fiscal dos automóveis e dos eletrodomésticos.” Outro feito do governo, na sua avaliação, foi a liquidação da dívida com o Fundo Monetário Internacional, o FMI. “Não esqueço a imagem da Ana Maria Jull, representante do Fundo, vindo fiscalizar as contas brasileiras nos anos 80. Era uma humilhação”, comentou.

Alcancei o deputado Geddel Vieira Lima na entrada do plenário da Câmara. Estava afobado: acabara de voltar de uma reunião no Ministério da Integração Nacional, do qual abdicara dias antes para concorrer ao governo da Bahia. Geddel é baixo, gorducho, tem uma cara redonda e sorridente. Vestia um terno verde-claro cintilante. Foi um dos primeiros peemedebistas a aderir ao governo. Nas eleições de 2006, fez campanha na Bahia para o candidato do PT ao governo, Jaques Wagner. “O último a aderir foi o Michel”, contou. “Eu fiz a ponte entre ele e o presidente.” A aproximação, disse, foi lenta porque “o Lula não gostava dele. Achava-o aristocrático. Dizia que ele olhava os outros de cima para baixo. Não é nada disso. O Michel é tímido.”

Uma das resistências do governo ao nome de Temer é a sua forte ligação com o deputado Eduardo Cunha, do Rio – conhecido no Congresso por sua voracidade por cargos e pelas artimanhas que usa para consegui-los. Evangélico, surgiu na política pelas mãos de Paulo César Farias, o tesoureiro de Fernando Collor. Depois, ligou-se ao ex-governador do Rio de

Janeiro, Anthony Garotinho. Foi um dos principais artífices para a eleição de Temer a presidente da Câmara. “O Eduardo Cunha tem lá o jeito dele”, disse-me Temer. “Mas ele é competente, trabalhador, dedicado e tem uma inteligência privilegiada. Só recentemente descobri que ele não é advogado, e conhece o direito tanto quanto eu. Toda medida provisória, todo projeto importante o Eduardo Cunha conhece em detalhes.” Admitiu que o colega é malfalado e relativizou a má fama: “Não vou me impressionar com as críticas a ele porque teria que me impressionar com as feitas a todos os outros. Eu administro os conflitos.”

Eram quase 15 horas, quando, sem que fosse anunciado ou aguardado, Eduardo Cunha entrou na residência do presidente da Câmara com o deputado Henrique Alves. Temer ficou um pouco constrangido. Os dois instalaram-se na sala de estar. Pouco depois, um assessor o alertou para um compromisso na Câmara. Temer combinou com os deputados de encontrá-los lá. No carro, a caminho do Congresso, ele me perguntou: “O que eu posso fazer se o Eduardo Cunha aparece aqui em casa? Não deixá-lo entrar? Ele se impõe.” Explicou que um dos motivos do sucesso da sua gestão como presidente da Câmara é deixar a porta aberta para todos os deputados.

A área de interesse de Cunha é a menina dos olhos da ex-ministra Dilma Rousseff: o setor de energia. Com ajuda de Temer, instalou o deputado Bernardo Ariston na presidência da Comissão de Minas e Energia da Câmara. Entre outras atribuições, a Comissão trata da regulação da exploração de petróleo e da construção de usinas elétricas. Cunha controla um grupo de vinte deputados, a maioria evangélicos, com capacidade de infernizar a vida do governo. Para conseguir a nomeação de Luiz Paulo Conde para a presidência de Furnas, por exemplo, ele protelou o que pôde a votação da emenda que prorrogava a CPFM, da qual era relator.

Conseguiu colocar Conde em Furnas, mas se envolveu numa briga com os funcionários e aposentados da estatal por causa do fundo de pensão, o Real Grandeza, que conta com um patrimônio de 6,5 bilhões de reais. O deputado foi acusado de tramar a queda da direção do fundo para poder controlar o seu caixa. O temor dos funcionários era que, sob o comando do grupo de Cunha, o Real Grandeza sofresse os mesmos problemas do Prece, o fundo da companhia de água do Rio de Janeiro, também sob sua influência, que teve um rombo de 153 milhões de reais em 2006.

Eduardo Cunha tem uma explicação singela para as críticas. “Em política não existe lugar vazio”, disse. “Esses comentários são coisa de gente que não trabalha, que tem preguiça e fica com inveja dos que trabalham.” Negou que tivesse qualquer influência no setor elétrico: “A única nomeação que eu fiz foi a de Conde, há três anos, e ele nem está mais em Furnas.” Segundo ele, “nem a Dilma nem o PT têm qualquer resistência ao meu nome. Faço parte da comissão de negociação do PT e do PMDB, onde todas essas questões são discutidas. Existe zero de resistência ao meu nome. Pergunte ao pessoal do PT.”

Perguntei ao deputado José Genoíno o que pensava da aliança do seu partido com o PMDB. “O PT aprendeu na porrada que sozinho não ganha eleição e não governa”, disse-me. “Precisamos de um aliado que tenha força e que ajude a dar estabilidade para o governo.” Genoíno elogiou Michel Temer. “Ele não é trator, não passa por cima.”

Na entrada principal do Congresso, Temer foi cercado por jornalistas que queriam saber sobre o jantar que ele teria, naquela noite, com Dilma Rousseff. “O jantar vai ser às 9 horas”, informou. “Onde?”, quis saber uma repórter. “Não sei onde é a casa dela. Nunca fui lá.” Temer tem a simpatia de deputados de todos os partidos. “Ele fez com que o Congresso voltasse a exercer o seu papel”, disse Miro Teixeira, do PDT do Rio. “Temer negocia, ele ouve”, disse Chico Alencar, do Partido Socialismo e Liberdade. “Quando tem demandas de movimentos populares, ele costuma me chamar para ajudá-lo.” Rodrigo Maia, do Democratas, o considera “um craque”, porque conseguiu unir o PMDB, “o que não acontecia desde a época do Ulysses”.

Temer deixou o plenário pouco antes das 21 horas. O jantar fora marcado para que Dilma Rousseff o conhecesse melhor, já que nunca haviam conversado a sós por mais de alguns minutos. Dilma o recebeu acompanhada de dois assessores que ele não conhecia. Na hora do jantar, sentaram sozinhos à mesa. Foi servido um caldo, seguido de uma salada, que ele recusou, ela não. O prato principal foi um peixe com molho de maracujá. Ele tomou água de coco e, ela, água. O deputado achou a comida “muito boa, delicada”.

Durante o jantar, Temer disse à ex-ministra que seria referendado como candidato a vice na convenção do partido, marcada para o dia 12 de junho. Deixou claro que o PMDB queria ser protagonista e não apenas coadjuvante do governo. Informou que o partido elaborava um programa econômico com ajuda do ex-ministro Mangabeira Unger, do ex-deputado Moreira Franco e do deputado Henrique Alves. Dilma, segundo Temer, não se opôs a ouvir as propostas do PMDB. “Ficou acertado que nós discutiremos tudo na campanha”, contou-me. “Teremos liberdade para dizer um ao outro o que queremos e o que não queremos, do que gostamos e do que não gostamos.”

O jantar, disse ele, foi sobretudo para aparar arestas. “A ministra me garantiu que não tem qualquer resistência ao meu nome”, afirmou. Comentou também que se impressionara com a disposição de Dilma: “Ela estava com uma aparência muito saudável. Acho que a política revigora. Isso acontece comigo.” O encontro durou menos de duas horas.

A relação de Temer com sua companheira de chapa era tão remota que, no começo deste ano, o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, amigo dos dois, iniciou um trabalho de aproximação. “Eu conversei com eles e falei para pararem com as formalidades”, me disse Bastos em seu

escritório, em São Paulo. “Sugeri que, pelo menos, deixassem de lado o *senhor e senhora*.” Perguntei a Temer se essa barreira havia caído. Ele disse que ambos aceitaram a sugestão, com um adendo: em público, ele só a chamaria de *ministra*.

Márcio Thomaz Bastos é advogado da empreiteira Camargo Corrêa, acusada de financiar campanhas políticas com dinheiro de caixa dois. O nome de Temer está na lista dos beneficiados. Uma operação da Polícia Federal levantou que, entre 1995 e 1998, os pagamentos a políticos chegaram a 178 milhões de reais, em valores da época. Segundo o levantamento da PF, Temer recebeu mais de meio milhão de reais da construtora. “O governo está preocupado que, durante a campanha, surjam mais denúncias contra Temer, o que poderia prejudicar o desempenho de Dilma”, me disse um parlamentar do PT.

No PMDB, não existe constrangimento com a investigação da PF. E menos ainda com o pouco entrosamento entre Temer e Dilma. O deputado Moreira Franco ironizou quando eu lhe disse que os dois protagonizavam um casamento arranjado. “Se na Índia dá certo, por que não poderia dar certo entre eles?”, perguntou-me. “Às vezes, é melhor um casamento arranjado, quando o casal vai se conhecendo e aprendendo a se gostar, do que aquele nascido da paixão que depois acaba.”

No dia subsequente ao jantar com Dilma, Temer recebeu uma delegação chinesa para um almoço no restaurante da Câmara. À tarde embarcou para São Paulo. O escritório dele na cidade fica num casarão rosado no alto de Pinheiros. No dia seguinte, pela primeira vez em uma semana, Temer não usava terno. Estava com calça cinza e camisa listrada. Um dos quartos da casa foi transformado em sala de reunião e mobiliado com uma grande mesa de madeira e cadeiras de escritório. Nelas se sentaram o seu assessor de imprensa, Márcio Freitas, e o marqueteiro Gaudêncio Torquato. Parecia um pouco mais à vontade. Reclamou que, naquele dia, os jornais não atribuíram a ele a responsabilidade pela aprovação do projeto Ficha Limpa. “Acho uma injustiça”, disse, “porque o projeto só foi a votação porque eu o banqueei desde o começo.”

Temer deixou o escritório para almoçar no restaurante Senzala, vizinho ao casarão, onde o maître veio cumprimentá-lo. “Há anos frequento esse lugar, aqui todo mundo vota em mim”, disse. Enquanto comia, falou da amizade com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto. Durante o almoço, o deputado atendeu a um telefonema da mulher. Tapou o bocal e perguntou, abaixando a voz: “O Michelzinho melhorou da tosse?”

De volta ao escritório, sua filha Clarissa chegou de carro. “Como não nos vemos tanto quanto eu gostaria, tenho que aproveitar essas oportunidades”, explicou-me ela. Enquanto o deputado recebia um grupo de prefeitos, ela disse que sua preocupação com o pai aumentou com a possibilidade de ele se tornar vice-Presidente: “Sei que ele se preparou a vida toda para isso,

mas é um cargo em que ele vai ficar muito exposto. Como filha, acho péssimo, mas como brasileira acho ótimo ter uma pessoa como ele no governo.”

Clarissa é psicóloga. Ela disse que, na intimidade, o pai é afetuoso e engraçado. Quando eram crianças, ele costumava contar histórias para as filhas e dizer poesias. “Ele adorava recitar ‘Navio negreiro’, do Castro Alves e ‘O operário em construção’, do Vinicius de Moraes”, contou. Ela elogiou a formalidade do pai: “Um homem público tem que passar uma imagem de seriedade, de respeito. Um político tem que ter um discurso cuidadoso. Não pode sair falando o que dá na cabeça. É até desrespeitoso.”

Outro na família que se preocupa com as atividades políticas de Temer é seu único irmão vivo, Adib, de 75 anos. O escritório de advocacia dele fica num prédio acanhado no centro da cidade. Adib costuma passar as tardes ali, embora já esteja praticamente aposentado. Tem os cabelos completamente brancos e a pele bronzeada. Como o irmão, mantém a postura ereta. O escritório é decorado com muitos bichos de pelúcia: cachorros, passarinhos, gatos expostos na estante, e vários porta-retratos de plástico com fotos dos irmãos, dos pais e da mulher.

“Não conseguimos nos ver muito. Não sei por que ele continua nisso”, disse Adib. “Eu vivo dizendo para ele deixar essa vida. Falo para ele: ‘Michel, você já tem tudo, tem uma família linda, suas filhas, sua mulher, e agora seu filhinho, para que continuar com essa coisa de política?’ Mas ele não me ouve.” Adib acha que o irmão faria muito melhor se largasse tudo e fosse aproveitar a vida. “Adoro quando ele me chama para ir à casa dele aos domingos”, continuou. “É quando temos tempo para conversar. Mas isto está cada vez mais difícil. Quando não dá, e a saudade aperta, ligo a TV Câmara e fico vendo ele.”

Temer ainda estava reunido com o grupo de prefeitos quando a filha deixou o escritório. No fim da tarde, voltou à sala onde estávamos. Foi até um armário e me trouxe uma pasta com uma centena de guardanapos de companhias aéreas, anotados a caneta. Contou que, nas viagens entre São Paulo e Brasília, aproveita para escrever poesias e aforismos. Faz isso há três anos. Começou a selecionar os que mais gostava e pretende publicá-los. Uma parte deles foi passada para o computador. Leu o seguinte:

Ando à procura de mim.

Só encontro outros que, em mim,

Ocuparam o meu lugar.

Numa folha havia um poema maior, que ele escrevera para um irmão morto. “Recordo-me agora, toda vez que o violino toca...”, começou Temer, mas a voz lhe faltou e os olhos se encheram de lágrimas. Passou para outro:

Eu desencantado

desfigurado,

desanimado

desconstruído

derruído

destruído.

Perguntei-lhe se havia escrito aquilo quando sofrera a derrota para presidência da Câmara. Disse que não lembrava as datas. Quis saber se ainda continuava escrevendo. Disse-me que não tinha tido muito tempo ultimamente. Escolhi um dos papéis e li em voz alta:

Lamentavelmente,

Tudo anda bem.

Por isso, andam mal

Os meus escritos.

Perguntei-lhe se era essa a razão de ele ter abandonado a poesia. Ele sorriu, guardou os papéis e fechou a pasta.

* Correção em relação à edição impressa

ANEXO D

Perfil de Jair Bolsonaro, intitulado *Direita, Volver*, assinado por Consuelo Dieguez, publicado originalmente na revista *plauí* em setembro de 2016.



Jair Bolsonaro estava acomodado atrás de uma mesa de madeira escura, repleta de papéis, quando o encontrei em seu gabinete, na Câmara dos Deputados, num final de tarde de julho. Resfriado, aparentava cansaço. Antes mesmo que me sentasse, perguntou se eu havia gostado dos quadros na parede. Eram fotos emolduradas dos generais que ocuparam a Presidência da República durante a ditadura militar: Humberto Castello Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. “Você queria que eu colocasse a foto de quem aí? Da Dilma?”, e riu alto. Em seguida, já com o cenho franzido, determinou: “Pergunta. Pode perguntar o que você quiser que eu respondo.”

Não é preciso muito esforço para arrancar respostas do deputado. Elas costumam ser incisivas e não raro se confundem com um ataque ao interlocutor. Suas posições, e a maneira como as exprime, já lhe renderam acusações de ser racista, misógino, xenófobo, homofóbico e fascista. “Se bobear, sou até gordofóbico”, ele riu novamente. Bolsonaro rejeita as imputações. Acusa “a imprensa imbecil” – *imbecil* é um termo que ele emprega com frequência – de interpretar mal suas palavras, isso quando não age de maneira desonesta.

O capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro, de 61 anos, está em seu sétimo mandato legislativo. Com 464 mil votos, foi o deputado federal mais votado do estado do Rio de Janeiro nas últimas eleições. Somando-se os 26 anos ininterruptos na Câmara aos dois em que passou na Câmara de Vereadores da capital fluminense, ele acumula mais tempo na vida política do que no quartel. No entanto, seus modos parecem mais próximos da caserna que do Parlamento.

Bolsonaro odeia. Abomina Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda. Jamais tergiversa: é contra a lei do desarmamento (“Deixou os proprietários de terra vulneráveis aos ataques do MST”) e as cotas raciais nas universidades (“Uma boa educação pública no ensino básico faria com que todos competissem em pé de igualdade”); é crítico de políticas de transferência de renda como o Bolsa Família (“Deveria ser distribuída em casos extremos para não estimular a indolência”) e acaloradamente refratário a qualquer educação sexual nas escolas que aborde questões de gênero e homossexualidade (“Querem deformar a cabeça de nossas criancinhas”).

Bolsonaro é odiado. Pela esquerda, por parte da comunidade LGBT, pelo MST e por vários outros movimentos sociais. Na votação do processo de abertura de impeachment da presidente Dilma, levou uma cusparada do deputado Jean Wyllys, do PSOL, logo depois de ter dedicado seu voto à memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido torturador de presos políticos na ditadura. Jandira Feghali, do PCdoB, não o cumprimenta. Maria do Rosário, do PT, quer vê-lo na cadeia. Na Câmara, ele se envolveu em discussões desrespeitosas com alguns de seus pares, filiados sobretudo a esses três partidos. Isso lhe valeu processos no Conselho de Ética da Casa e até no Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro é amado. Uma parcela da população se encanta com a ira do deputado. Seus modos e a apologia do regime militar – que ele transforma em sinônimo de ordem e autoridade, em contraponto à baderna que vê por toda parte – acabaram canalizando as frustrações de parte do eleitorado num momento marcado pela desmoralização dos políticos e pelo antipetismo exacerbado. É nesse ambiente e a partir dessa base social que o deputado fluminense espera fazer decolar sua campanha a presidente da República.

Em março deste ano, Bolsonaro se filiou ao Partido Social Cristão. Desde que entrou na política, em 1988, como vereador pelo Rio, já circulou por muitas legendas: PDC, PPR, PRB, PTB, PFL e, por fim, PP, do qual ele diz ter se apartado em razão do envolvimento de seus integrantes na Lava Jato. Quem lhe franqueou o acesso ao PSC foi o pastor Everaldo Dias Pereira, presidente do partido. “Nos reunimos e firmamos um acordo de que, se ele chegar em 2018 com 10% das intenções de voto, será oficializado candidato”, disse Everaldo. O que animou o PSC a aceitá-lo, de acordo com o pastor, foi o fato de Bolsonaro nunca ter sido envolvido em denúncias de corrupção. “Ele vai dar trabalho aos oponentes”, previu. O PSC foi um dos suportes do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mesmo quando sobre sua cabeça já pesavam sérias denúncias de corrupção. O presidente da legenda se esquivou: “Não digo nada sobre o Eduardo Cunha. Tenho que esperar pela Justiça.”

Líder da Assembleia de Deus, Everaldo foi o idealizador da campanha “Homem + Mulher = Família”, encampada pelo PSC. Candidato à Presidência em 2014, advogou contra o aborto, a legalização das drogas e os direitos civis plenos para casais homossexuais. Bolsonaro – que é católico, mas foi batizado simbolicamente na religião evangélica, pelo pastor Everaldo, no rio Jordão, em Israel, junto com os filhos, no começo deste ano – encontrou na nova casa um campo fértil para suas pregações. A plateia o aplaude sempre que ele conclui seus discursos com o bordão: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”

O militar reformado fala mais à imaginação dos homens: três de cada quatro eleitores seus são do sexo masculino. Além disso, ainda segundo o Datafolha, ele se sai bem entre os jovens – 65% dos que o apoiam têm entre 16 e 34 anos. Ciente disso, o deputado faz uso ostensivo das redes sociais. Grava diariamente um ou dois vídeos de poucos minutos e coloca para circular na internet. Embora conte com a ajuda de um auxiliar na parte técnica da produção, é ele quem controla tudo. “Imagina se vou deixar fazer qualquer coisa sem a minha aprovação. Uma coisa errada pode me arrebentar”, comentou, com a ênfase costumeira. Os números que ele alcança, de fato, arrebentam. Alguns vídeos chegam a superar 1 milhão de visualizações.

Com mais de 3 milhões de seguidores no Facebook, Bolsonaro está convencido de que foi graças à rede social que conseguiu ser tão votado no Rio de Janeiro. Também atribui à internet a vitória do filho Eduardo, eleito deputado federal em São Paulo pelo mesmo PSC: “A campanha do Eduardo foi toda pela internet”, falou, acrescentando ter feito apenas um rápido giro por algumas cidades do estado para promover a candidatura do filho, escrivão da polícia federal licenciado, cuja plataforma também se amparou em temas caros aos conservadores, como segurança, direito à propriedade e valores familiares. “Gastamos 52 mil reais e ele se elegeu com 82 mil votos”, gabou-se o pai.

A pesquisa do Datafolha ratifica a percepção do deputado sobre a importância das redes sociais, haja vista a atração que ele exerce sobre o eleitorado mais jovem. “Os jovens, de um modo geral, desacreditam mais dos canais tradicionais de participação política”, disse-me

Alessandro Janoni, diretor do instituto. Ao mesmo tempo, explicou, eles são mais vulneráveis a temas como direito à posse de arma e ações intempestivas contra a criminalidade, a ladainha de Bolsonaro. “Eles acabam se agregando por meio de afinidades temáticas e as redes sociais potencializam isso.”

A despeito desses números, o diretor do Datafolha avalia que Bolsonaro é ainda um candidato de nicho. “Ele teria que mudar muito o seu discurso para atingir a maior parcela da população, que são os eleitores de menor renda”, disse.

Bolsonaro é um homem alto, de cabelos lisos, pele clara, olhos de um azul intenso e expressão permanentemente crispada. Traz as unhas polidas e revestidas de base transparente. Mantém a postura ereta de militar e o passo firme de quem foi treinado na marcha. Voltamos a nos encontrar na manhã seguinte à visita que fiz a seu gabinete. O resfriado tinha ido embora, parecia revigorado. Dessa vez me recebeu no gabinete do filho Eduardo, encostado ao seu. Uma mesa de reuniões, de madeira clara, ocupa parte do espaço, mais arejado que a sala paterna. Eduardo Bolsonaro passa a maior parte do expediente ao computador, postando vídeos e textos com recados dele e do pai.

Perguntei a Bolsonaro em que pé estava a ação penal movida contra ele pela deputada Maria do Rosário, do PT gaúcho, no Supremo Tribunal Federal. A queixa da ex-ministra dos Direitos Humanos de Dilma, endossada pela Procuradoria-Geral da República, que também moveu ação similar contra o deputado, refere-se a um enfrentamento entre os dois, no Salão Verde da Câmara, em 2003, e que foi lembrado pelo deputado em 2014.

A altercação começou quando ele concedia uma entrevista para a Rede TV!, na qual defendia a redução da maioria penal para adolescentes que cometessem crimes hediondos. O alvo da polêmica era Champinha, o adolescente que em 2003, aos 16 anos, torturou, estuprou e matou uma jovem depois de ter assassinado o namorado dela. Champinha, que cumpriu pena em uma unidade prisional para menores, tem hoje 29 anos e continua internado numa unidade psiquiátrica.

Rosário, que esperava o deputado concluir sua participação para falar à mesma emissora, não se conteve com o que ouviu e reagiu à entrevista, dizendo que pessoas como Bolsonaro, pela agressividade de seu discurso, acabavam promovendo violências, como o estupro. Olhando para a câmara, Bolsonaro revidou: “Grava, grava aí. Ela está dizendo que eu sou estuproador.” Dirigindo-se então para a deputada, soltou a frase: “Jamais ia estuprar você porque você não merece.” Indignada, Maria do Rosário respondeu que lhe daria uma bofetada se ele tentasse algo parecido. Ele revidou dizendo que lhe daria outra, e a empurrou duas vezes, com o braço esticado. Rosário o chamou de desequilibrado, ele a xingou de vagabunda. Nervosa, ela repetia: “Mas o que é isso, o que é isso?” E retirou-se do ambiente aos prantos. Em 2014,

Bolsonaro lembrou o caso no plenário da Câmara. Foi depois disso que Maria do Rosário entrou com processo contra ele no Supremo.

O STF acatou a denúncia da deputada e da Procuradoria e, hoje, Bolsonaro é réu por injúria e incitação ao estupro. Se condenado, terá o mandato cassado e perderá o direito de concorrer à Presidência da República. Ainda não há data para o julgamento.

“Por que me arrependeria do que disse?”, reagiu Bolsonaro, sentado à cabeceira da mesa e gesticulando com as mãos espalmadas quando o questionei sobre seu ataque à deputada. “Pergunte pra ela se ela se arrepende de ter me chamado de esturador.” E continuou: “Se eu te dei um chute e você me deu uma cotovelada, você não é punida pela cotovelada. É ato reflexo.” Isso, ele fez questão de explicar, se chama “retorção”. “Quando eu digo que tem que reduzir a maioria penal para crimes hediondos e ela é contra, quem está estimulando os jovens a esturar, eu ou ela?” E então, adotando um tom choroso, me perguntou: “Você consegue imaginar uma pessoa esturada? Já viu uma pessoa esturada? Fica acabada física e emocionalmente. E ela me chamou de esturador, poxa. Me comparou com o Champinha.”

Eduardo Bolsonaro tirou os olhos da tela para ouvir melhor a conversa. Perguntei-lhe se não achara exagerada a reação do pai. “Lógico que não. Maria do Rosário chama ele de esturador, parte para cima dele e ele fica quieto e volta para casa?”, afirmou. “Se ele fizesse isso, eu ia chamá-lo de bundão”, disse o filho.

Eduardo, de 32 anos, é o caçula dos três filhos do primeiro casamento de Bolsonaro. (O deputado tem uma filha do segundo casamento e mais um filho de uma relação entre as duas uniões.) O pai o apelidou de Zero Três. Dos outros dois, Flávio, o mais velho, deputado estadual no Rio de Janeiro e candidato a prefeito da capital, é o Zero Um; Carlos, também vereador na cidade, o Zero Dois. Os três comungam das mesmas ideias do pai: abominam Fidel Castro, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Lula, Dilma Rousseff, o PT, o MST, Cuba, comunistas e qualquer pensamento ou ato que possa ser remotamente identificado com a esquerda.

Zero Três acusa os adversários de usar técnicas nazistas para desqualificar sua família. “Eles ficam bombardeando coisas até que vire verdade”, disse, referindo-se à imputação de que Bolsonaro faz apologia ao estupro. “Desgastaram tanto o meu pai que levaram o STF a tomar uma decisão esdrúxula de abrir processo contra ele, passando por cima da imunidade parlamentar prevista na Constituição.” Para Zero Três, não caberia ao Supremo controlar o que se fala no Parlamento. “Eu tenho o direito de falar a besteira que bem entender”, disse. “Quem tem que decidir se eu falei besteira é o eleitor e, dessa forma, não votar mais em mim.”

Ainda que a Constituição garanta aos parlamentares imunidade civil e criminal por opiniões, palavras e voto, existem alguns limites para o que se pode falar no Congresso. Fazer apologia ao racismo é crime passível de cassação de mandato, por exemplo. Por isso Bolsonaro foi rápido em se explicar ao Supremo quando o CQC, programa humorístico da TV Bandeirantes*, mostrou-o como racista. Num quadro do programa, a cantora Preta Gil, filha de Gilberto Gil, perguntou-lhe se ele se importaria que um de seus filhos casasse com uma negra. E ele teria respondido: “Preta, meus filhos foram muito bem educados e não fariam essa promiscuidade. Não foram criados num ambiente como o seu.” O caso virou um escândalo nacional. Bolsonaro nega que tenha dado aquela resposta: “Como eu posso ser racista se a minha segunda mulher é filha de Paulo Negão, que, como o nome diz, é um negro?”

A história, segundo a versão do deputado, se deu da seguinte maneira: à pergunta de Preta Gil, gravada previamente, o CQC teria colado a resposta que o deputado deu para outra questão, também gravada com antecedência – o entrevistado permitiria que um de seus filhos casasse com um gay? Ao fazer sua defesa no STF, Bolsonaro requereu a fita bruta da gravação, que, segundo ele, comprovaria que a resposta foi editada. O programa alegou que a fita fora destruída. Como a resposta de Bolsonaro supostamente não condizia com a pergunta de Preta Gil, e como o CQC não tinha como provar que o deputado realmente havia dito o que estava sugerido na gravação, ele ganhou a causa e o processo foi arquivado. Mas a pecha de racista o acompanha. “Isso me causou enorme prejuízo.”

A fama se retroalimenta em razão do posicionamento do deputado contra cotas para negros. “Escuta”, disse, novamente alterando o tom de voz: “Eu quero saber se você gostaria de ser operada por um médico que entrou na universidade pelo sistema de cotas.” O sistema de cotas, para o deputado, não é o caminho a ser trilhado: “O que vai garantir trabalho é uma boa educação que permita aos negros competir com os brancos.”

No auge da polêmica sobre racismo, Bolsonaro perguntou a um jornalista se Laura, sua filha de 5 anos do casamento com Michele, sua segunda mulher, teria direito a cota. O jornalista respondeu que não, dado o fato de a menina ser branca. “Pois ela tem direito sim, imbecil”, ele retrucou. “Porque ela é neta de um negro. Então, você acha isso justo?” E, voltando à tese de que a imprensa o trata mal, disse que a “mídia caiu de pau” em cima dele de novo quando ele comentou que Michele era mulata clara. “Não pode? Tem negro, branco e mulato, oras”, explicou-se. “E, entre os mulatos, tem a variação de claro e escuro.”

Por causa de episódios como esses, Bolsonaro raramente fala com a imprensa. Quando decide falar, ele grava. Naquela manhã, no gabinete do filho, quando eu iniciava minha entrevista, um assessor entrou na sala e ajustou a câmera, posicionando-a próxima a mim. Algum tempo depois, Bolsonaro me disse que a entrevista estava sendo filmada. “Agora é assim, tudo o que eu falo é gravado, para não ter risco de vocês deturparem minhas palavras.”

O discurso de fundo paranoico com frequência se volta contra o Partido dos Trabalhadores. “Eles contam as mentiras deles e eu vou lá com as verdades – e quando eu vou com as verdades, eles me atacam. Já que eles não podem me chamar de corrupto porque eu não sou igual a eles, inventam coisas. Dizem que eu faço apologia à tortura, por exemplo”, falou o deputado.

Um dos grandes embates de Bolsonaro com o PT e demais partidos de esquerda se deu durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Aprovada em 2011, no primeiro mandato de Dilma, a comissão tinha a tarefa de esclarecer a tortura, a morte e o desaparecimento de militantes de esquerda durante a ditadura militar e, ao mesmo tempo, apontar os culpados. Um acordo entre os militares, o governo petista e parlamentares que conduziram os trabalhos estabeleceu que os responsáveis, se denunciados, não seriam punidos.

O entendimento, para frustração de muitos grupos ligados aos direitos humanos, foi de que a Lei da Anistia, de 1979, perdoara todos os crimes, tanto os do regime como os praticados por seus opositores. Bolsonaro me disse que, durante os três anos em que os relatórios da comissão foram discutidos no Congresso, ele foi o único a agir, ferozmente, em defesa dos militares. “Eu mostrei o que a esquerda fez. Eles mataram gente nossa. Eles eram terroristas. Eles foram os primeiros a atacar quando colocaram uma bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife, em 1966”, argumentou. E, agitado, completou: “O objetivo final da Comissão da Verdade era colocar no currículo das escolas que esses grupos de guerrilha, além de José Dirceu, Dilma Rousseff, Carlos Marighella, eram os heróis da pátria. Que eles eram os certos e nós, militares, os errados.”

Bolsonaro não aceita que se chame de golpe o que ocorreu no dia 31 de março de 1964 – quando o presidente João Goulart foi deposto pelas Forças Armadas. “Golpe dá uma pancada e assume a cadeira. Mas aqui no Congresso, no dia 11 de abril de 1964, houve eleição direta para eleger Castello.” Na verdade, tratava-se de eleição indireta. O que se passou no Brasil naquele período, segundo Bolsonaro, “não é o que a esquerda prega e a mídia reverbera. Tínhamos democracia, só não tínhamos eleição para presidente da República e para as capitais”. A comparação do regime militar com Cuba é um dos motes de seu discurso: “O que é democracia? Liberdade, não é? Pergunta para o teu pai se naquela época se podia sair do país. Podia. E em Cuba você não pode.” Quando falei que também havia no Brasil perseguição a sindicatos e opositores do governo, censura à imprensa e a produções culturais, prisões arbitrárias e tortura, ele reagiu mal. A declaração de que a ditadura torturou militantes de esquerda o enfurece de maneira particular.

O deputado saiu uma vez mais em defesa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Morto no ano passado, o militar chefou o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, no II Exército, em São Paulo, transformado sob sua gestão num dos principais templos da tortura no país. Ustra, que usava o codinome

Doutor Tibiriçá, foi acusado por presos políticos de comandar sessões de choque elétrico, pau de arara, afogamento, surras e tortura psicológica. Por seus atos, foi julgado e reconhecido como torturador pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para Bolsonaro, se a prática existiu, não teria sido uma política de Estado, e sim uma decisão particular de alguns indivíduos ligados aos órgãos de repressão. O deputado cita com frequência o livro *A Verdade Sufocada: A História que a Esquerda Não Quer que o Brasil Conheça*, de Brilhante Ustra, no qual o autor justifica como autodefesa a repressão aos opositores do regime. Ustra não nega a tortura, embora não a cite abertamente. E não admite que a Convenção de Genebra – que estabeleceu que inimigos capturados em combate não poderiam ser torturados – se aplicasse a presos políticos brasileiros. Para ele, os guerrilheiros eram “terroristas” e “em nenhum lugar do mundo terrorismo se combate com flores”. Bolsonaro concorda: “Você acha que, se o Bin Laden fosse preso e a vida de milhares de pessoas estivesse ameaçada pela eventualidade de um atentado terrorista, os americanos não iriam usar a tortura para coagi-lo a falar? Ou iriam esperar que as pessoas morressem?”

O deputado estreou na política após ter sido mandado para a reserva por ter liderado um movimento em defesa do aumento do soldo dos militares. Em 1987, uma reportagem da revista *Veja* revelou que o então capitão Jair Bolsonaro planejara colocar bombas de baixa potência nos banheiros da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no estado do Rio, e na adutora de águas de Guandu, no Rio de Janeiro. As ações visariam denunciar os baixos salários da tropa. Bolsonaro teria contado o plano para a revista, mas negou tudo quando a história veio à tona. A publicação entregou ao general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército, todo o material, inclusive um mapa desenhado pelo capitão, com os locais onde os artefatos seriam colocados. O general acreditou na versão da revista e Bolsonaro, aos 32 anos, foi para a reserva. Só não foi expulso porque o Superior Tribunal Militar considerou o material “inconclusivo”. “A *Veja* me levou para o olho do furacão”, disse, afirmando que “90% do que foi publicado pela revista não era verdade.”

Sua aproximação com o Exército se deu na adolescência, em Eldorado Paulista, no Vale do Ribeira, para onde sua família havia se mudado depois de deixar a pequena Glicério. Quando menino, ele ajudava o pai, dentista prático, a fazer dentaduras e próteses – “eu era muito bom em esculpir dentadura”. Aos 12 anos, já era independente financeiramente: ganhava dinheiro com pesca e extração de palmito.

Carlos Lamarca montou uma base de treinamento para combater o regime militar no começo de 1970, justamente no Vale do Ribeira. Foi quando Bolsonaro tomou conhecimento da movimentação do guerrilheiro pela região. “Ele passou por lá, feriu seis soldados, fez o tenente Alberto Mendes Junior de refém e depois o matou a coronhadas, covardemente”, disse. A partir daí, Bolsonaro e outros garotos da região começaram a colaborar com o Exército. “Eu conhecia tudo daquela mata e passava informações para os soldados sobre as características do lugar.” Lamarca seria morto no interior da Bahia, em setembro de 1971. Em

1972, Bolsonaro fez um curso por correspondência para se capacitar como técnico eletricista e logo depois prestou concurso para a escola preparatória do Exército. Aprovado para a Academia Militar de Agulhas Negras, cursou educação física em 1983 e foi promovido a capitão. Casou-se com Rogéria, uma loura alta de olhos azuis, com quem teve os três filhos mais velhos. Serviu no interior do Mato Grosso, voltou para a Vila Militar no Rio, e de lá seguiu para a reserva.

Logo depois se candidatou a vereador, tendo como bandeira a melhoria dos salários dos militares. Fez sua campanha com pouquíssimos recursos e conseguiu se eleger. Seu filho, Flávio, o Zero Um, contou que o pai comprava camisetas e ele mesmo pintava seu número e seu rosto. Às vezes usava a imagem do Recruta Zero, personagem de história em quadrinhos. “Ele fazia tudo sozinho”, contou Zero Um, sem esconder o orgulho. Lembrou que o pai tirava cópias dos santinhos de campanha – igualmente confeccionados por ele – na máquina de xerox que um conhecido lhe emprestava.

O primogênito ocupa um gabinete no 5º andar do prédio da Assembleia Legislativa, no Centro do Rio de Janeiro. Como o pai e os irmãos, é louro e tem olhos azuis. Seus modos, no entanto, são mais relaxados. Assim que cheguei, entregou-me o cartão de uma filial na Barra da Tijuca da loja de chocolates Kopenhagen, da qual ele é dono. “A gente nunca sabe quanto tempo vai permanecer na política e é importante ter um plano B”, explicou.

Zero Um é formado em direito (embora não tenha a carteira da OAB), fez uma pós-graduação *lato sensu* em políticas públicas e concorre à eleição para prefeito do Rio, em outubro. Durante o primeiro debate entre os candidatos à prefeitura, promovido pela Rede Bandeirantes, Zero Um passou mal e quase desmaiou no ar. O mediador chamou às pressas o intervalo. Nos bastidores, Jandira Feghali, formada em medicina e também candidata, se prontificou a ajudar o rapaz. Bolsonaro impediu que ela tocasse em Zero Um: “Ela vai dar estricnina para meu filho”, gritou. Feghali reagiu, chamando Bolsonaro de “fascista, réu por estupro”. “Você não vai ser estuprada, não”, ele replicou. Zero Um teve que sair do debate. O pai o consolou à moda da caserna: “Tranquilo, Zero Um. Paga umas flexões aí”, disse ao filho que se recuperava sentado na plateia. O rapaz depois agradeceu a Jandira.

Por ter conhecimento jurídico, Zero Um costuma ajudar o pai nos projetos da Câmara. Um deles foi o de castração química para estuproador, que prevê a utilização de drogas para reduzir a libido. Flávio Bolsonaro evita se classificar politicamente. Ele se diz “do lado certo, do direito”. Tenta uma definição: “Eu sou liberal, sou a favor do mercado e de que as pessoas parem de depender do Estado. Isso não tem nada a ver com insensibilidade social.” E reclamou que a esquerda não dê aos Bolsonaro sequer a chance de serem de direita. “No debate raso, nos colocam, de forma preconceituosa, como de ultradireita, por sermos contra o que está aí. Somos rotulados de radicais, de intolerantes, de nazistas”, reclamou, como quem repete um mantra.

Ele define o pai como uma pessoa tranquila, engraçada, amorosa na intimidade familiar, ao contrário do avô Geraldo, pai de Jair Bolsonaro, que, segundo Zero Um, era uma pessoa rígida com os filhos e tinha problemas de alcoolismo. “Meu pai sempre nos defendia quando fazíamos alguma arte. Minha mãe é que era mais durona.”

Jair Bolsonaro fala ininterruptamente e emenda um assunto no outro sem pausa para um gole de água. Na manhã em que o encontrei no gabinete de Zero Três, em Brasília, tratou também de explicar sua posição em relação aos homossexuais, que lhe valeram a pecha de homofóbico. Do seu ponto de vista, a esquerda passou a acusá-lo depois que ele se posicionou contra o que ficou conhecido como “kit gay” das escolas. O enfrentamento começou em 2011, quando a secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, então comandado pelo ministro Fernando Haddad, preparou um kit anti-homofobia para ser distribuído em 6 mil escolas de ensino médio da rede pública. Além de três vídeos, o kit incluía um caderno, uma série de seis boletins e uma carta de apresentação aos educadores. Os vídeos, que custaram 3 milhões de reais aos cofres do ministério, foram elaborados com o apoio de ONGs ligadas à causa LGBT. Um deles, “Torpedo”, mostrava a relação afetiva entre duas adolescentes; outro, “Encontrando Bianca”, narrava a história de uma transexual; o terceiro, “Probabilidade”, comentava as vantagens de se experimentar um relacionamento bissexual.

Alertado do material, Bolsonaro armou um banzé no Congresso, ganhando a simpatia e o suporte da comunidade evangélica. Para o deputado, por trás de tudo existiria uma trama ardilosa da esquerda – o governo do PT queria jogar os filhos contra os pais para “esculachar a família e doutrinar os jovens para serem militantes do Estado”. Quando os vídeos vieram a público, já haviam sido desautorizados pelo ministro Fernando Haddad. Foram barrados pela Comunicação Social do ministério, que os considerou “impróprios e de mau gosto”, como me contou Nunzio Briguglio, então secretário de Comunicação do ministro. Por causa de sua decisão, Briguglio se desentendeu com as ONGs envolvidas no projeto. “Aquilo foi uma tremenda dor de cabeça”, disse. A presidente Dilma se reuniu com a bancada evangélica e anunciou que o material seria vetado. Haddad foi chamado a se explicar e, apesar de dizer que o material não era oficial, o estrago já estava feito.

Bolsonaro ficou tão alterado ao falar do assunto que o filho precisou lhe pedir calma. Ele fez uma breve pausa e continuou. “Tô me lixando se é gay ou não. Eu não tenho um comando de caça aos gays. O que um pai não quer é ver o filho de 6 anos brincando de boneca por influência da escola.” E manteve o mesmo tom exaltado ao referir-se novamente ao objeto de seu maior ódio: “O PT se agarrou na teta da vaca feito berne.”

O assunto migrou para o MST, outro inimigo de Bolsonaro: “Se depender de mim, proprietário rural vai ter fuzil em sua propriedade para combater o MST.” Em suas viagens pelo interior do país, principalmente Goiás e Mato Grosso, onde o agronegócio – uma de suas bases – é mais expressivo, a plateia vai ao delírio quando o deputado grita outro de seus

bordões: “Cartão de visita para marginal do MST é cartucho 762.” Ele não se preocupa em ser acusado de incitar a violência. “Me processem por apologia ao crime. Crime comete quem invade propriedade privada e não quem a protege.”

Bolsonaro acredita que as propostas da esquerda no Congresso visam atingir a propriedade privada. Cita a Emenda Constitucional 81, de 2014, que trata do trabalho escravo: o proprietário que adotar tal prática perde a propriedade. “Eu sou contra o trabalho escravo, mas não posso admitir a perda do bem, que acaba por punir toda a família pelo erro do dono.” Propostas como essas, segundo ele, criam enorme insegurança no tocante à propriedade privada, que na sua cartilha é sagrada. Por isso ele postula que “cada cidadão de bem tenha uma arma para se defender”.

O economista e cientista político Eduardo Giannetti, autor do livro *Trópicos Utópicos*, chama a atenção para o discurso do medo, típico da direita em todo o mundo, e aqui encampado por Bolsonaro. Ele elencou quais, em sua opinião, seriam os medos que acometem os cidadãos mundo afora. Na sua lista entram o colapso financeiro, a inflação, o desemprego, o terrorismo, a imigração, a mudança climática e a destruição dos valores familiares. Esses temores tenderiam a ser atizados pelos candidatos da direita, que então se apresentam como garantia do conforto e da segurança de que as pessoas necessitam. É um discurso que mexe com o sentimento mais fundo do ser humano. “Quanto mais ameaçador o candidato pinta o futuro”, diz Giannetti, “mais fácil fica vender a ideia da ordem, da rigidez, da segurança, da polícia.” Ao estimular o medo de que os valores familiares estão por um fio, a segurança está ameaçada, a propriedade está em risco, esses políticos se apresentam como a salvação da pátria, o líder que evitará o esfacelamento do mundo ao redor. É o caso de Donald Trump nos Estados Unidos.

A atuação parlamentar de Bolsonaro no que se refere à aprovação de emendas é pífia. Em seus 26 anos na Casa, ele propôs e aprovou raros projetos, a maioria de pouca ou nenhuma relevância. O de maior repercussão e que lhe garantiu certa notoriedade foi o que determina a impressão em papel do voto da urna eletrônica. “É a única forma de os partidos controlarem a fraude eleitoral”, afirmou.

No entanto, quando circula pelos corredores do Congresso, o deputado ganha status de pop star junto aos visitantes. Qualquer que seja o trajeto, ele é interrompido inúmeras vezes para fotos ou vídeos. Homens e mulheres, sobretudo jovens, logo se aproximam e não se acanham em declarar sua admiração. Bolsonaro sorri, faz o sinal de positivo ou então o gesto que virou sua marca registrada, simulando empunhar um fuzil. Os jovens adoram a performance e a imitam nas fotos. Em suas caminhadas pela Casa, quase sempre tem a companhia de Eduardo, ou Bolsonarinho, como Zero Três é chamado pelos pares.

Naquela tarde de julho, após uma visita ao pastor Everaldo, o deputado foi abordado por um grupo de jovens da Igreja Nova Aliança, de Santa Catarina. Ele repetiu seu discurso contra a educação sexual que busca “perverter as crianças nas escolas” e se queixou do processo movido contra ele no STF por Maria do Rosário. “Querem me tirar de combate”, disse. Uma jovem sugeriu: “Estão com medo de 2018.” Elias Lisboa, líder do grupo, um rapaz alto e magro, propôs uma oração para pai e filho. Fizeram um círculo em volta dos dois e oraram para que todo o mal se afastasse deles. De lá, Bolsonaro e Bolsonarinho seguiram para uma festa junina organizada no gabinete da presidência do PTB, partido do qual Bolsonaro já fez parte.

Num sábado, no final de julho, Bolsonaro foi a Bangu, na Zona Oeste carioca, participar da convenção do PSC que referendou a indicação de Flávio Bolsonaro para concorrer a prefeito do Rio, e de algumas dezenas de candidatos a vereador. No palco do Bangu Atlético Clube, os candidatos a vereador se revezavam. O salão do clube, enfeitado com balões verdes e brancos, a cor do partido, estava lotado de famílias com crianças. O nome de Deus era evocado quase todo o tempo. Também se falou em resgate dos valores humanos, respeito às famílias e falta de segurança.

Quando a chegada de Jair Bolsonaro foi anunciada, a plateia vibrou. Ao se dirigir ao palco, ele foi agarrado e fotografado, ovacionado com o brado “mito, mito”, ou então “Bolsomito”, que é como seus apoiadores se referem a ele. Anderson Bourner, um rapaz gorducho e sorridente, candidato a vereador, estava atento aos movimentos do deputado. Ele havia medido ser de direita e reclamou do autoritarismo da esquerda. “A esquerda quer dividir as pessoas entre pobres e ricos, brancos e negros, gays e héteros.” E completou. “Eu tenho amigos gays de direita que apoiam Bolsonaro. Essa história de homofobia é invenção para desmoralizá-lo.”

A cabeleireira Charlo Ferreson, uma mulher jovem, de cabelos louros encaracolados, estava eletrizada com a presença do deputado. Uma das líderes do movimento Revoltados Online, ela se diz “anti-PT” e contou ter ajudado na convocação das pessoas para apoiar o impeachment de Dilma. Durante as manifestações de 2013, Ferreson disse que participou do Ocupa Cabral, um movimento de jovens que acamparam em frente ao prédio do então governador do Rio, Sérgio Cabral, para protestar contra o seu governo.

Agora ela e seu grupo divulgam na internet as viagens do deputado pelo Brasil, o que ajuda a lotar o saguão dos aeroportos onde ele aterrissa. Perguntei por que ela apoiava o deputado. Ele era a voz da direita, disse, e tinha um discurso em defesa do trabalho, da família, do empreendedorismo, tudo o que ela supunha que a esquerda renegaria. “A esquerda nos olha com preconceito. Nos rotula de conservadores e despreza os nossos valores, como se só eles tivessem razão em tudo”, reclamou. Além disso, ela, assim como Bolsonaro, era contra a vitimização dos pobres. “Eles sempre acham que pobre é coitado.” E acusou o programa Bolsa Família de sustentar vagabundos.

No palco, Bolsonaro pegou o microfone. Em poucas palavras, afirmou que o Brasil era uma potência mineral, mas não aproveitava seus recursos, ao contrário do Japão e da Coreia, que não tinham nada e faziam tudo. Criticou a corrupção, disse que sua missão era ajudar a melhorar o país e se apresentou como candidato. “Ser presidente da República é uma missão, e não uma obsessão.” Encerrou o discurso sob aplausos ao dizer que “A esquerda pode me acusar de tudo, menos de...”. E a plateia respondeu em coro: “Corrupto!”

Chama atenção entre os seguidores de Bolsonaro a segurança com que se dizem de direita. Nos anos 60, Nelson Rodrigues, que se classificava como “o único reacionário do Brasil”, zombava dos compatriotas conservadores que se apresentavam como liberais. “O brasileiro só é de direita trancado no quarto e de luz apagada”, provocava o escritor. O historiador Daniel Aarão Reis Filho, sem a ironia de Rodrigues, segue a mesma linha. Para ele, a sociedade brasileira foi sempre muito conservadora, embora o pensamento de direita estivesse relativamente oculto. E isso em parte teria a ver com o fato de que, até pouco tempo atrás, ser de direita se associava à ditadura. Essa saída do armário, para Reis, não deixa de ser uma novidade. “As direitas, por aqui, sempre recusaram este rótulo. Esta negação distorcia a realidade e gerou, em muita gente, uma espécie de autossatisfação, a ideia de que a democracia no Brasil estava consolidada e de que a direitização da sociedade fosse coisa do passado.”

Outra razão para esses grupos se manifestarem tem a ver com o fracasso de algumas políticas de esquerda. “Ao abandonar as perspectivas reformistas, em particular a ideia de reforma política ao longo de catorze anos de poder, o PT e as esquerdas não ganharam a respeitabilidade almejada junto às elites sociais e políticas”, analisa Reis. Ao mesmo tempo, as esquerdas não implementaram mudanças profundas em áreas centrais como a saúde e a educação. Na visão do historiador, o PT perdeu a perspectiva reformista e se acomodou ao velho padrão da política corrupta.

À saída do evento no Bangu, Bolsonaro se dispôs a conversar comigo. Postou-se embaixo da marquise do supermercado em frente ao clube. Estava impaciente. Logo um círculo se formou a nossa volta e dois jovens do movimento Direita Já, de Minas Gerais, começaram a filmar a entrevista. Pedi que não divulgassem nada no blog deles. Um deles respondeu: “Não vamos publicar. A direita tem palavra.” Perguntei a Bolsonaro sobre seus planos para a economia, caso chegasse à Presidência. Em tom de discurso, ele discorreu sobre algumas de suas propostas. Falou da necessidade de redução da carga tributária, que terá o efeito de aumentar a produção, e defendeu a propriedade privada. Quando lhe perguntei sobre a taxa de juros, criticou o atual presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, por insistir em mantê-la alta. Atrapalhou-se com o nome dele. “O Goldchain, Gold, não sei falar o nome direito”, admitiu – e continuou. “Ele saiu de uma instituição ganhando 5 milhões de reais líquidos por ano e foi ganhar 33 mil por mês. E manteve a taxa em 14,25%”, falou, insinuando, dessa forma, que o comprometimento de Goldfajn com os bancos privados era uma das razões para ele não baixar os juros.

E o que o candidato pensava fazer sobre essa questão? Seria preciso conversar com a sociedade e não impor certas reformas, “como Temer quer fazer agora”, disse. Quando questionei se o ajuste nas contas não seria imperioso, irritou-se. “Você está numa linha de me colocar na parede, mas eu não vou entrar na tua linha.” Expliquei que minha intenção era saber como ele pretendia conduzir a economia caso assumisse a Presidência. O pastor Everaldo, que acompanhava a cena à distância, aproximou-se, preocupado com a alteração de humor do correligionário.

Sempre em tom de discurso, o deputado apresentou-me algumas soluções para o país. A exemplo de Israel, seria preciso dessalinizar águas marinhas para irrigar o sertão nordestino: “A transposição do rio São Francisco não vai dar conta de atender toda aquela população.” E encolher o Estado por meio de privatizações das estatais. Nesse momento, Everaldo o interrompeu, lembrando que nas últimas eleições, quando candidato, havia defendido a privatização da Petrobras. Bolsonaro não o acompanhou: não estava em seus planos privatizar a petroleira.

Sobre as dificuldades que teria, vindo de um partido pequeno, sem muita expressão no Congresso, em conduzir mudanças da magnitude de uma reforma tributária ou de um programa de privatização, Bolsonaro foi mais uma vez direto: “O povo que votar em mim vai ter que votar em candidato a deputado e senador com perfil semelhante para que as mudanças possam ser feitas.”

Ele voltou a se alterar quando o lembrei do elogio que dirigira a Eduardo Cunha na votação do impeachment de Dilma: “Eu falei, ‘pela forma como conduziu os trabalhos da Casa, parabéns, Eduardo Cunha’”, me corrigiu e, quase aos berros, continuou: “Tu ouviu o meu voto? Ou tu acha que se fosse o Arlindo Chinaglia ele teria despachado o pedido para uma comissão especial?” Chinaglia, deputado do PT, havia disputado com Eduardo Cunha a presidência da Câmara.

Um pouco menos agitado, disse que era preciso reconhecer o trabalho de Cunha também na PEC da Bengala, a emenda à Constituição que aumentou a idade de aposentadoria dos ministros do STF. Dessa forma, Dilma Rousseff se viu impedida de nomear novos ministros para as vagas que se abriam na Corte, suspensas após a aprovação da emenda. “Ela ia colocar mais três no Supremo. Imagina no Supremo Cardozão, Wadhi Damous [1] e mais um, quem sabe a senadora Gleisi Hoffmann?”, disse. “Ia ter um Supremo pior que o da Venezuela. E você, jornalista, ia ser a primeira a perder o emprego porque a primeira coisa que as ditaduras fazem é calar a imprensa.” Por fim, sentenciou: “Vocês da mídia, em grande parte, são uma esquerda burra, porque não percebem que vão ser as primeiras vítimas dessas ditaduras.”

A sede do PSC ocupa um andar de um prédio antigo no Centro do Rio. No começo de agosto, Bolsonaro me recebeu na sala de reuniões de decoração espartana. Parecendo animado, chegou acompanhado de seu motorista e segurança, um ex-soldado paraquedista. Brincou que aceitara uma nova entrevista por ordem do pastor Everaldo. “Ele é pior que militar. Quase me obrigou a fazer quinze agachamentos.” Interrompeu a conversa para atender o celular. Cabeça, um de seus assessores (todos têm apelidos), enviava um vídeo sobre a participação do deputado numa cerimônia de entrega de espadas aos novos generais, no Clube do Exército, em Brasília, naquela manhã. Ao mostrar o vídeo recém-editado, ele apontou para o deputado pelo PT de São Paulo, Carlos Zarattini, ao lado dele, disparando mensagens pelo WhatsApp na hora da cerimônia. “Olha aí esse cara do PT, um imbecil.” Ligou para o assessor. “Não gostei, Cabeça. Bota aí mais imagens minhas com o [Raul] Jungmann e com o general Enzo [Peri] e tira um pouco as da cerimônia.”

O vídeo acabou dando ensejo a novos ataques à esquerda. Dessa vez o alvo era a “queridíssima secretária de Direitos Humanos Flávia Piovesan”, disse, sarcástico. “Essa aí está na cota da filha do Temer, que, dizem, é simpatizante do PT.” Segundo ele, Piovesan teria se manifestado a favor da revogação da Lei da Anistia e pela punição dos militares que durante a ditadura enfrentaram a guerrilha do Araguaia, um movimento armado organizado pelo PCdoB, no Pará, nos anos 70. “Olha que petulância”, ele comentou. Após a cerimônia matutina, Bolsonaro reclamou com Jungmann, o ministro da Defesa: a secretária havia se posicionado contra a medida que dava foro privilegiado aos militares que participavam da segurança da Olimpíada e que porventura se envolvessem em algum crime durante o evento. Ela propunha que eles fossem julgados pela Justiça comum, não a militar, o que Bolsonaro considerou uma sandice. “Imagina se acontece um tumulto e o militar dispara sem querer contra um civil. Vão querer julgá-lo na Justiça comum, ele vai ficar ao sabor da mídia e puxar trinta anos de cadeia.”

Ao retomar a pauta de seus projetos para a nação, Bolsonaro deixou claro que sustenta posições muito próximas às defendidas pelo regime militar. É favorável, por exemplo, à construção de hidrelétricas e à exploração dos minerais no subsolo brasileiro, alertando que reservas indígenas são um entrave às medidas: “Não se pode fazer uma hidrelétrica para beneficiar o estado de Roraima porque o rio está em área de reserva. Também, pelo mesmo motivo, não se pode explorar riquezas minerais no subsolo.” E empregou o discurso do medo. “Sabe o que vai acontecer? Como aquilo é território dos índios, daqui a pouco eles vão querer se separar do Brasil. E já tem um monte de estrangeiros mapeando nossas riquezas, travestidos de ONG” Fez uma ligeira pausa, como se refletisse. “Garanto que já vão me acusar de querer matar índio por causa das minhas ideias.”

Sem constrangimento, o deputado anuncia que todas essas restrições serão revistas caso ele seja eleito em 2018. “Nós tivemos que entubar o PCdoB no Ministério da Defesa”, disse, referindo-se ao período em que a pasta foi ocupada por Aldo Rebelo, um dos líderes do Partido Comunista do Brasil. “Mas, se eu chegar à Presidência em 2018, vou colocar nosso

peçoal lá.” Na Defesa? “Não só na Defesa, mas no ministério todo. Não vai ter espaço para gente de outra ideologia. O PT nunca botou um general em lugar nenhum. Por que eu vou ter que botar alguém da esquerda no meu ministério?” E foi definitivo: “Não quero negociação com PT, PCdoB e PSOL. Eu espero que sejam varridos do mapa.” Uma vez na Presidência, não teria que negociar com todas as legendas? “O perfil do próximo Congresso vai ser mais à direita. E não vai ter filhinha de papai pedindo cargo para a amiguinha”, disse, afinando a voz.

Bolsonaro não abre um livro há muito tempo. Diz ler apenas os jornais. Também alega falta de tempo para ir ao cinema ou a eventos culturais. Sua preferência musical recai sobre Agnaldo Timóteo. “Gosto dele.”

Na política, tinha dois ídolos até pouco tempo atrás. A primeira-ministra alemã Angela Merkel era um deles, mas caiu no seu conceito quando abriu as fronteiras do país aos refugiados sírios. “Veja bem”, frisou, “não sou contra refugiados. Mas não se pode abrir as fronteiras indiscriminadamente, sem qualquer controle, porque entra gente de bem, mas entra também muita gente ruim.”

Voltou-se para o caso brasileiro. “Quem me garante que esses cubanos que estão aí são todos médicos? E se tiver terroristas entre eles? Qual o controle que nós temos? Nenhum, nem no que se refere à competência profissional, porque eles sequer passam pelo exame de revalidação do MEC.” Quando me contrapuz a essa suspeita, alegando ser um exagero falar em terrorismo, Bolsonaro olhou para o motorista no canto da sala e, sorrindo e apontando o queixo para mim, recitou: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”, provérbio latino que serviu de mote ao fabricante da pistola Luger. “Temos que estar preparados para o pior.” Continuou desfiando suas preocupações com a imigração, dessa vez citando o caso dos haitianos que entraram em massa no Brasil. “Nós não temos condições de absorver todas essas pessoas, não temos emprego, não temos estrutura. Isso vai ser um problema.” Comentou que, ao tentar explicar seu ponto de vista durante uma coletiva, um jornalista o provocou dizendo que se os imigrantes fossem suecos ele não protestaria. “E algum sueco vai querer vir pra esse fim de mundo, idiota?”, foi a sua resposta. “Agora, se eu critico essas políticas, me chamam de xenófobo. Atenção, eu não sou contra imigrante, sou contra a entrada sem controle deles no país”, ressaltou.

Quanto a seu outro ídolo, o general Garrastazu Médici, Bolsonaro não tem reservas. “Ele foi um excelente presidente, fez quinze hidrelétricas e acabou com a guerrilha do Araguaia, evitando que se tivesse Farc na selva brasileira.”

No dia 6 de agosto, por volta das seis e meia da tarde, Bolsonaro rumou para Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, ao volante de seu Land Rover blindado. Naquele sábado o deputado participaria da festa de convenção do PMDB que anunciaria o candidato a prefeito do município de 800 mil habitantes. Dois dias antes, uma coligação de

dezessete partidos, incluindo o PSC e o PT, fechara apoio ao nome do atual prefeito, Nelson Bornier, para se candidatar à reeleição. Além de Bolsonaro, viajavam no carro o sargento Hélio Lopes, vulgo Hélio Negão, candidato a vereador pela cidade, e o assessor de imprensa de Bolsonaro, Waldir Ferraz, funcionário aposentado da Marinha Mercante. Amizades da época de quartel.

Durante o trajeto, ele alertou o sargento, um homem negro, alto, forte e de jeito simples, sentado ao seu lado: “Se chegarmos lá e só tiver bandido, não temos que nos meter. Isso é problema deles. Meu objetivo é falar para as 3 mil pessoas que devem comparecer ao local. Vou falar ‘O Brasil tem jeito, tem cura’, e vou embora”, disse. Nelson Bornier é próximo ao deputado Eduardo Cunha e é investigado na Lava Jato.

O deputado não vê incoerência no fato de ser avesso à corrupção e, ao mesmo tempo, celebrar um candidato investigado pela Polícia Federal. “Se eu for escolher só os puros, não vou a lugar nenhum”, afirmou com pragmatismo. “É que nem procurar virgem em área de baixo meretrício. Na Câmara não tem santo. Se aparecer um, botam uma cruz em cima dele. Até eu tenho processo no Supremo.” Estacionou o carro na frente do centro esportivo de Nova Iguaçu e logo uma pequena multidão se aglomerou à sua volta, pedindo selfies. Um jovem deu suas razões para apoiar o deputado. “Ele não vitimiza bandido”, disse. “Eu sou da comunidade e não aguento mais tanto bandido aqui ameaçando a gente.” Outro rapaz, de brinco e cabelo comprido, postou-se ao lado do deputado, que se espantou com sua aparência. O jovem reagiu com bom humor. “O senhor acha que direita não usa cabelo grande?”

No meio da multidão, Bolsonaro foi saudado até pela neta de Leonel Brizola, Maria Inês, candidata a vereadora, que quis ser fotografada a seu lado. Ao ver a cena, Rodrigo Brasil, jovem empresário candidato a vereador e fã do deputado, não resistiu. “O Brizola deve estar se revirando no túmulo.”

Enquanto Bolsonaro era arrastado para o palco, Ferraz, seu assessor, um homem de cabelos brancos e malícia carioca, brincou: “Imagina quanto pão com mortadela não foi distribuído aqui hoje”, referindo-se aos cabos eleitorais convocados para ovacionar Bornier. Quando o deputado subiu ao palco, quase três horas depois de sua chegada, foi saudado novamente com o grito de guerra: “Mito, mito!”

Só conseguiu se desvencilhar da tropa de fãs e embarcar no carro às nove e meia da noite. Ligou o rádio que noticiava a crise de segurança no Rio Grande do Norte, causada por uma rebelião nos presídios do estado. Entrevistado, Raul Jungmann afirmava que as Forças Armadas haviam sido enviadas à capital para garantir a ordem. Bolsonaro não se conteve. “Quando a barriga tá doendo é que se lembra das Forças Armadas. Fora isso é ditadura, Araguaia.” O noticiário informou que dois homens que tentavam assaltar uma loja de celular

em Natal tinham sido mortos pela polícia. “Agora começa a resolver a situação”, comentou em voz alta.

Bolsonaro parecia feliz com o evento daquela noite. Falou das suas chances de se eleger presidente. “O Lula vai ser preso, o Aécio está levando tiro político. Não que eu queira denunciar alguém. Já basta ter que votar pela cassação de Eduardo Cunha. Mas, com esse quadro, minhas chances aumentam.” Explicou por que se sentia preparado para governar o país. “Bota eu, o Lula e a Dilma numa sala e aplica a prova do Enem. Se eu não tiver uma nota mais alta que os dois juntos, não estou preparado.” E gargalhou.

O carro entrou na avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, àquela altura já cercada devido à programação dos Jogos Olímpicos. A cena o fez rememorar seus tempos de atleta, no Exército. Perguntei se sentia saudade. “Era gostoso, tinha companheirismo, amizade. Na política só tem crocodilo do teu lado.” Depois externou um pensamento que parecia preocupá-lo. “Se pegarem o Bornier na Lava Jato, a mídia vai cair de pau em cima de mim.” Bolsonaro parou o carro na guarita do condomínio de casas onde mora, à beira-mar, para que eu descesse. Despediu-se e fez um apelo. “Veja o que você vai escrever sobre mim. Por favor, não destrua um sonho de 25 anos.”

—

[1] José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça de Dilma Rousseff e seu advogado na votação do impeachment. Wadih Damous, ex-presidente da OAB do Rio de Janeiro e deputado pelo PT do estado.

* Correção em relação à edição impressa